



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JULIA ALEKSANDRA MARTUCCI KUMPERA

**“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-
1990)**

CAMPINAS

2021

JULIA ALEKSANDRA MARTUCCI KUMPERA

“O lesbianismo é um barato”: o GALF e o ativismo lésbico-feminista no Brasil (1979-1990)

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em História, na Área de História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luana Saturnino Tvardovskas

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA JULIA ALEKSANDRA MARTUCCI KUMPERA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. LUANA SATURNINO TVARDOVSKAS.

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

K961L Kumpera, Julia Aleksandra Martucci, 1993-
"O lesbianismo é um barato" : o GALF e o ativismo lésbico-feminista no
Brasil (1979-1990) / Julia Aleksandra Martucci Kumpera. – Campinas, SP :
[s.n.], 2021.

Orientador: Luana Saturnino Tvardovskas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas.

1. Grupo Ação Lésbica Feminista. 2. Lesbianismo. 3. Lésbicas - Brasil. 4.
Movimento de liberação homossexual. 5. Brasil - História - 1964-1985. I.
Tvardovskas, Luana Saturnino, 1983-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: "O lesbianismo é um barato" : GALF and the lesbian-feminist
activism in Brazil (1979-1990)

Palavras-chave em inglês:

Lesbianism

Lesbians - Brasil

Homosexual liberation movement

Brazil - History - 1964-1985

Área de concentração: História Cultural

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Luana Saturnino Tvardovskas [Orientador]

Marcela Boni Evangelista

Patrícia Lessa dos Santos

Data de defesa: 22-03-2021

Programa de Pós-Graduação: História

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-8581-6169>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0404856445929732>

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem toda a ajuda que recebi ao longo dos três últimos anos. Expresso aqui meu profundo agradecimento às pessoas que contribuíram diretamente com esta pesquisa, especialmente às mulheres maravilhosas com quem tive o privilégio de partilhar a caminhada até aqui.

A minha orientadora, Luana Saturnino Tvardovskas, pela generosidade e atenção dedicada a este trabalho. Agradeço o apoio diante das angústias para a consecução da pesquisa e todas as reflexões que contribuíram imensamente com o aprofundamento das ideias aqui desenvolvidas.

Às membras da minha banca de qualificação, pelos comentários e pelas sugestões que contribuíram sobremaneira para o aprofundamento das questões que eu me propunha analisar. À Ana Carolina Arruda de Todelo Murgel, especialmente pelas reflexões acerca da historicidade dos termos mobilizados pelas lésbicas para se autodefinirem. À Marcela Boni Evangelista, pelo suporte intelectual e generosidade oferecidos desde o Curso de Formação em História Oral na USP, no primeiro semestre de 2019, minha primeira aproximação com o tema.

A minha mãe, Eunice Palma, que instigou em mim a curiosidade pela ciência e me ensinou que devemos defendê-la com unhas e dentes. Seu amor e carinho incondicionais foram um suporte fundamental na minha trajetória.

À Linha de Pesquisa “Gênero, Subjetividades, Cultura Material e Cartografias”, que me proporcionou grande crescimento teórico e profissional. A Carolina, Karoline, Paloma, Patrícia, Vivian, Gabriel, Luiz e Marcel, obrigada pelo diálogo e pelas sugestões que ajudaram a delinear os rumos da pesquisa.

Às interlocutoras desta pesquisa, que gentilmente cederam seu tempo e abriram espaço para mim em suas rotinas. A Cecilia Riquelme, Cristina Calixto, Maria Teresa Aarão, Marisa Fernandes, Míriam Martinho, Rita Quadros, Rosângela Castro, Rose Abreu, Yan María Yaoyólotl Castro e Yone Lindgren, meu profundo agradecimento. Obrigada pela confiança depositada em meu trabalho. Espero que estas páginas façam jus às histórias que compartilharam comigo, procurei utilizar o material da forma mais ética e coerente possível. Sem vocês esta pesquisa não sairia do papel.

À Agnes Aguiar, pelo privilégio de compartilhar minha vida com você. Por ser minha companheira de vida, de luta e de amores, sem a qual eu tenho certeza que não teria chegado

tão longe. Obrigada pela escuta atenta, pela sinceridade e pelo carinho por meio dos quais nos potencializamos. Você é uma inspiração.

Às amigas com as quais dividi as angústias, os percalços e as conquistas da pesquisa e da vida. À Maria Clara Dias, por compartilhar comigo sua bonita forma de enxergar o mundo. Obrigada por essa parceria construída entre cafés, risadas e comentários teóricos. À Suane Soares, que não me deixa esquecer que pesquisas sobre lésbicas são necessárias, potentes e políticas. À Paula Silveira-Barbosa, pela amizade que combina ciência, afeto e empreitadas malucas. Obrigada por acreditar em mim e no potencial das lésbicas tão piamente.

Ao grupo de pesquisa informal “Imprensa Lésbica”, espaço onde trocamos materiais, reflexões e “achados” de pesquisas. A Larissa, Fanny, Camila, Augusta, Letícia, Naira e Caio, agradeço pela oportunidade de construir conhecimento de forma horizontal e coletiva.

À equipe do Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, especialmente à Beatriz Torres, pelo acesso facilitado à documentação do acervo. Os materiais que pude consultar no final de dezembro de 2019 foram fundamentais para a estruturação do terceiro capítulo desta dissertação.

À equipe do Arquivo Edgard Leuenroth, este importante centro de preservação da memória dos movimentos sociais no Brasil. Graças ao apoio prestado, consegui acessar documentos sobre o GALF e os grupos homossexuais do período imprescindíveis para a pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

yo conozco tu locura porque también es la mía

*somos locas rebeldes
locas de estar vivas
locas maravillosas
estrafalarias, floridas*

(...)

*locas de mil edades
llenas de rabia y gritos
buscadoras de verdades
locas fuertes
poderosas
locas tiernas
vulnerables*

*cada día una batalla
una norma que rompemos
un milagro que creamos
para poder seguir siendo*

*locas solas
tristes
plenas*

*mujeres locas, intensas
locas mujeres ciertas.*

**Sobrevivientes
Rosamaría Roffiel**

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender as dimensões históricas, políticas e subjetivas do ativismo do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), atuante durante a década de 1980 na cidade de São Paulo. Interrogo os discursos produzidos por agentes repressivos da ditadura civil-militar brasileira a respeito do “lesbianismo”, a fim de compreender estereótipos, interdições e violências físicas e simbólicas contra lésbicas durante o período. A partir da análise de documentos da comunidade de informações, identifico as relações entre subversão política, moral e sexual. Analiso as narrativas de ex-integrantes do Grupo Lésbico Feminista, do GALF e de ativistas lésbicas brasileiras e latino-americanas com as quais se teve contato, apoiando-me nas contribuições da história oral. Na esteira dos estudos feministas e lésbicos, me debruço na trajetória do GALF, buscando compreender a elaboração do feminismo lésbico nas páginas do boletim *ChanacomChana*. Examino os diálogos e as tensões com outros movimentos sociais do período, especialmente o feminista e o homossexual, para compreender as contribuições teóricas e políticas das lésbicas feministas. No contexto da redemocratização do Brasil, analiso a inserção do GALF nos debates sobre a Constituinte e suas reflexões sobre a democracia. Finalmente, investigo as redes transnacionais do movimento lésbico latino-americano e os intercâmbios entre o GALF e outros grupos lésbicos, como o Ayuquelén (Chile) e o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (Peru). Nesta direção, busco mapear os contatos, a circulação de materiais e as proposições coletivas que atravessaram a construção do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC), realizado em 1987 em Cuernavaca (México).

Palavras Chave: Lesbianidade; Movimento Lésbico; Ditadura Civil-Militar; Brasil; América Latina.

ABSTRACT

This research aims to understand the historical, political and subjective dimensions of the activism of the Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), active during the 1980s in the city of São Paulo. I analyze the speeches produced by repressive agents of the Brazilian civil-military dictatorship regarding the “lesbianism”, in order to understand stereotypes, interdictions and physical and symbolic violence against lesbians during the period. From the analysis of documents of the information community, I identify the relationships between political, moral and sexual subversion. I analyze the narratives of former Grupo Lésbico Feminista and GALF members, and also of Brazilian and Latin American lesbian activists with whom the groups had contact, based on the contributions of oral history. Based on feminist and lesbian studies, I look at the GALF's trajectory, seeking to understand the elaboration of lesbian feminism in the pages of *ChanacomChana* newsletter. I examine the dialogues and tensions with other social movements of the period, especially the feminist and the homosexual, to understand the theoretical and political contributions of lesbian feminists. In the context of the redemocratization of Brazil, I analyze the insertion of the GALF in the debates on the Constituent and its reflections on democracy. Finally, I investigate the transnational networks of the Latin American lesbian movement and the exchanges between GALF and other lesbian groups, such as Ayuquelén (Chile) and the Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (Peru). In this direction, I seek to map the contacts, the circulation of materials and the collective proposals that went through the construction of the First Latin America and Caribbean Lesbian Feminist Conference (ELFLAC), held in 1987 in Cuernavaca (Mexico).

Keywords: Lesbianism; Lesbian Movement; Civil-Military Dictatorship; Brazil; Latin America.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 0 – XVI Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (São Paulo-SP, 2018).

Figura 1 – Cartaz do LF com os dizeres “Contra a violência policial”, levado ao ato público de 13 de junho de 1980.

Figura 2 – Faixa levada por Rose Mancini e segurada por Míriam Martinho e outras ativistas do LF.

Figura 3 – Charge sobre a abordagem policial em bares frequentados por lésbicas que denuncia a lesbofobia institucional.

Figura 4 – Capa da edição n.12 do jornal *Lampião da Esquina* (1979).

Figura 5 – Capa da edição n.4 do *ChanacomChana* (1983).

Figura 6 – Capa da edição n. 8 do boletim *ChanacomChana* (1985).

Figura 7 – Capa da sétima edição do *ChanacomChana* (1985).

Figura 8 – Integrantes do GALF em 1983.

Figura 9 – Rosely Roth em frente ao Ferro’s no dia da manifestação (1983).

Figura 10 – Capa da edição n. 9 do boletim *ChanacomChana* (1985/1986).

Figura 11 – Postal do I ELFLAC.

Figura 12 – Rosely Roth (esquerda) e Míriam Martinho (direita) em atividade no I ELFLAC (1987).

Figura 13 – Capa da *Boletina*, produzida pela Rede de Lésbicas Feministas (1988), com fotografias do I ELFLAC.

Figura 14 – Debate entre as participantes do I ELFLAC (1987).

Figura 15 – Postal do V ELFLAC, sediado no Brasil (1999).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABIG – Associação Brasileira de Imprensa Gay
- AHLA – Revista *Amazones d'Hier, Lesbiennes d'Aujourd'hui*
- AI – Atos Institucionais
- AN – Arquivo Nacional
- ANC – Assembleia Nacional Constituinte
- EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais
- CAMeNA – Centro Académico de la Memoria de Nuestra América
- CCC – Boletim *ChanacomChana*
- DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas
- CMP – Congresso da Mulher Paulista
- CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
- CNV – Comissão Nacional da Verdade
- COLERJ – Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro
- DCDP – Divisão de Censura de Diversões Públicas
- DEOPS – Departamento de Ordem Política e Social
- DSN – Doutrina de Segurança Nacional
- EFLAC – Encontro Feminista da América Latina e do Caribe
- ELFLAC – Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe
- ESG – Escola Superior de Guerra
- GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista
- GALF-Peru – Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (Peru)
- GGB – Grupo Gay da Bahia
- ILGA – Associação Internacional de Gays e Lésbicas
- ILIS – Serviço de Informação Lésbica Internacional
- INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
- LAL-MÉXICO – Lesbianas de América Latina en México
- LF – Grupo Lésbico Feminista
- MHB – Movimento Homossexual Brasileiro
- MOHL – Movimiento Homosexual de Lima
- MULA – Mujeres Urgidas de un Lesbianismo Auténtico (México)
- SCDP – Serviço de Censura de Diversões Públicas

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas

SNI – Serviço Nacional de Informações

UOO – Boletim *Um Outro Olhar*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: Lésbicas na ditadura civil-militar brasileira	29
1.1 O “lesbianismo” entre a clínica e o quartel	33
1.2 Violência policial: onde é seguro ser lésbica?	50
1.3 Censura musical: a interdição da lesbianidade na linguagem	66
CAPÍTULO 2: Construindo o ativismo lésbico-feminista	83
2.1 Abertura política, movimentos sociais e contracultura	85
2.2 O <i>ChanacomChana</i> e a constituição da Imprensa Lésbica brasileira	89
2.2.1 <i>Caminhos para a elaboração de uma perspectiva lésbica-feminista no ChanacomChana</i>	102
2.3 Questionar-se sobre os limites: contribuições lésbicas aos movimentos feminista e homossexual	115
2.4 Ativistas lésbicas no debate sobre a Constituinte	133
CAPÍTULO 3: Ativistas lésbicas em espaços políticos transnacionais	149
3.1 Do <i>ChanacomChana</i> ao <i>Um Outro Olhar</i> e os diálogos do GALF com grupos lésbicos no exterior	151
3.2 “Nós nos autoconvocávamos”: ativistas lésbicas nos EFLAC	159
3.3 A Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas e o I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe	173
3.4 Narrativas sobre o I EFLAC: incidências políticas e coletivas	187
3.5 Uma história que só estava começando...	197
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
FONTES	208
1. Fontes periódicas	208
2. Acervos consultados	208
3. Entrevistas	209
BIBLIOGRAFIA	210

INTRODUÇÃO

Figura 0 – XVI Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais (São Paulo-SP, 2018)



Fonte: Agência PT de Notícias¹

Em junho de 2018, a XVI Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais reuniu centenas de pessoas na Avenida Paulista, em São Paulo. Com o lema “Somos Marielle: contra a criminalização da pobreza, o genocídio e a intervenção militar”, o ato público buscou denunciar as injustiças sociais, a violência estatal e as opressões contra as mulheres. Após quinze anos de história, a Caminhada retomava seu trajeto original, começando na praça Oswaldo Cruz e terminando no vão no Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), onde ocorreram apresentações artísticas e culturais. As Caminhadas são um evento político-cultural que mobilizam mulheres lésbicas e bissexuais na capital, disputando o espaço público com a ocupação de seus corpos e vozes.

Nos últimos quarenta anos, os movimentos lésbicos se tornaram cada vez mais presentes na cena pública no Brasil, dando origem a grupos, festivais, encontros, entidades da sociedade civil, mostras de arte e cinema, entre outros. Essas iniciativas têm buscado promover a visibilidade política das lésbicas, questionando o preconceito, a lesbofobia e os mecanismos de poder que as colocam em situação de marginalidade e vulnerabilidade social. Com irreverência e ousadia, ativistas e organizações lésbicas têm transformado as narrativas políticas e culturais sobre a lesbianidade, evidenciando a potência crítica dos debates e mobilizações realizadas.

¹ “Visibilidade lésbica e bissexual ocupa avenida paulista em Sao Paulo”. Disponível em: <https://pt.org.br/visibilidade-lesbica-e-bissexual-ocupa-avenida-paulista-em-sao-paulo/>. Acesso em: 24 jan. 2021.

A ampliação do movimento lésbico-feminista é fruto de uma história de luta ainda pouco conhecida. O presente trabalho pretende compreender parte de sua trajetória no Brasil, discutindo especificamente a história do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). Primeira organização de lésbicas que se tem registro no país, o GALF atuou durante toda a década de 1980 na cidade de São Paulo, envolvendo-se nas mobilizações dos movimentos feminista e homossexual, questionando o autoritarismo da ditadura civil-militar (1964-1985) e inserindo-se nas campanhas pela redemocratização do país.

A pesquisa se nutriu das contribuições da epistemologia feminista, especialmente dos estudos sobre lesbianidades, assim como das dimensões advindas da História Cultural. Nesta direção, propõe-se a escrita de uma narrativa histórica que se apoia no que a filósofa estadunidense Julia Penelope definiu como *perspectiva lésbica*. De acordo com a autora, o conceito refere-se a um processo de des-aprendizagem das normas estabelecidas que permite produzir novas visões de mundo. Trata-se da possibilidade de recriar e ressignificar os processos sociais. Assim, essa noção abre caminho para tomar a lesbianidade e o pensamento lésbico como referências centrais na análise da experiência, dos processos históricos e das narrativas culturais. Neste trabalho, a perspectiva lésbica aqui apresentada convida a/o leitora/o a questionar o imaginário social, a construção histórica do preconceito contra lésbicas e a potencialidade das narrativas e do agenciamento coletivo de lésbicas feministas.

São centrais para esta dissertação duas noções sobre heterossexualidade formuladas no seio do pensamento lésbico. A primeira, proposta por Monique Wittig, define a heterossexualidade como um regime político, isto é, como um conjunto de instituições, normas sociais e discursos que se baseiam na naturalização da diferença sexual.² A heterossexualidade, para a autora, impõe a reprodução, o matrimônio e o cuidado como obrigações designadas às mulheres, constituindo-se como um dos pilares da opressão das mesmas. Assim, a heterossexualidade implica na apropriação coletiva (masculina) do corpo e da força das mulheres.

A segunda refere-se ao que Adrienne Rich denominou heterossexualidade compulsória.³ Com este conceito, a autora denuncia que a heterossexualidade constitui uma norma social imposta às mulheres por meio de violências físicas e simbólicas. Rich argumenta que essa imposição institucionalizada tem como objetivo diminuir a autonomia das mulheres, uma vez

² WITTIG, Monique. No se nace mujer. In: **El pensamiento heterossexual y otros ensayos**. Tradução Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Egales, 2006, p. 31-43.

³ RICH, Adrienne. "Heterossexualidade compulsória e existência lésbica". Trad. Carlos Guilherme do Valle. Bagoas, n. 05, 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19/08/2019.

que assegura o acesso físico, econômico e emocional aos homens. Isso também se torna possível, segundo a autora, por meio da invisibilização da lesbianidade, ao negar-se e ocultar-se as possibilidades de existência de outras construções afetivas, sexuais e sociais entre mulheres.

Para ambas, a heterossexualidade pouco tem a ver com uma prática sexual; na verdade, ela está conectada ao campo político, uma vez que é imposta às mulheres e constantemente reiterada como a única alternativa possível. A partir disso, Jules Falquet argumenta que Wittig e Rich realizaram um reposicionamento heurístico da lesbianidade, por meio de uma tripla operação.⁴ De acordo com Falquet, as autoras retiraram a lesbianidade do campo das práticas sexuais, redirecionaram a atenção para a heterossexualidade e mostraram que a questão central, ao falar-se em heterossexualidade ou lesbianidade, é o poder.

As ativistas do GALF viveram suas infâncias e adolescências sob o autoritarismo da ditadura civil-militar brasileira. Durante esse período, os direitos políticos foram suspensos, os meios de comunicação se enfrentavam com a censura e os militares perseguiram, sequestravam e torturavam os opositores do regime. De acordo com Carlos Fico, o sistema de espionagem e repressão montado pelos militares, cujo fundamento era a Doutrina de Segurança Nacional, tinha como objetivo eliminar o “inimigo interno”, identificado como o subversivo interessado em implementar o comunismo e destruir os supostos valores morais do ocidente cristão.⁵

Se a ditadura se preocupou com o “inimigo interno”, figurado no militante de esquerda, nos perguntamos porque foi tão enfática em censurar e em orquestrar perseguições às lésbicas. De acordo com Benjamin Cowan, durante os anos 1970, cada vez mais os militares e agentes do regime passaram a mobilizar o anticomunismo através de noções moralistas, preocupações com a “crise moral” que ameaçava a sociedade brasileira, a defesa da família burguesa, entre outros.⁶ O autor argumenta que os “pânicos morais” desses setores acionaram problemáticas ligadas ao comportamento, à sexualidade, à juventude e ao uso de drogas. Essas questões ensejam reflexões sobre a relação entre repressão, sexualidade e moralidade durante a ditadura, temáticas que serão abordadas ao longo deste trabalho.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2012, cujo objetivo era apurar as violações aos direitos humanos entre 1946 e 1988, deu fôlego à abertura dos arquivos da

⁴ FALQUET, Jules. “Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”. Trad. Renato Aguiar. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano IV, n. 5, dezembro/2012, p. 19.

⁵ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 37.

⁶ COWAN, Benjamin. **Securing sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. University of North Carolina Press, 2016, p. 73.

ditadura civil-militar. Esta iniciativa havia começado em 2005, com o decreto presidencial que determinou que os documentos produzidos pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), pela Comissão Geral de Investigações (CGI) e pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), deveriam ser entregues ao Arquivo Nacional (AN) e disponibilizados ao público. Contudo, devido a impasses políticos e institucionais, parte significativa da documentação continuava sob sigilo e havia uma série de dificuldades de acesso.⁷ Em 2015, o acervo da CNV foi recolhido pelo AN e uma base de dados foi criada para a consulta do acervo, que aos poucos foi integralmente digitalizado.

Em 2015, foi apresentado o Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, com um capítulo intitulado “Ditadura e homossexualidades”.⁸ A partir deste, novos documentos, relatos e narrativas sobre o período vieram à tona, evidenciando os impactos do autoritarismo, da censura e da perseguição contra gays e lésbicas. O Relatório permitiu, portanto, a compreensão da especificidade da repressão no caso da comunidade homossexual e lésbica, contribuindo com a nossa análise sobre as condições para viver a lesbianidade durante o período.

Os avanços conquistados nas políticas de reparação e de acesso à verdade e à memória no início dos anos 2000, durante as presidências de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, contribuíram imensamente para a realização deste trabalho. Parte significativa das fontes analisadas no primeiro capítulo da dissertação pertencem ao acervo digital do AN. Buscou-se descobrir se havia menções na documentação a respeito da homossexualidade e da lesbianidade e, surpreendentemente, uma grande quantidade de fontes – ao redor de 80 incidências – possuía algum dos termos: “lesbianismo”, “homossexualismo”, “inversão sexual”, entre outros. Os registros foram encontrados principalmente nos fundos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). No tocante à censura, foram encontrados seis filmes, vinte músicas e cinco obras de teatro censuradas nas quais se fazia alguma menção ao “lesbianismo”.

O acesso a essa documentação nos levou a indagar se nos documentos produzidos pela comunidade de informações se expressou alguma preocupação com as lésbicas e o

⁷ TELES, Janaína de Almeida. “A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil”. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/a%20abertura%20dos%20arquivos%20da%20ditadura.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

⁸ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

“lesbianismo”⁹. Buscamos compreender como se estruturou o pensamento militar a respeito das mulheres e da sexualidade, investigando as conexões com o imaginário social do período sobre as lésbicas.

Interrogamos se essas preocupações da ditadura estiveram relacionadas com processos sociais e culturais em emergência no Brasil dos anos 1970. A partir de meados da década, novos atores sociais começaram a ocupar espaços na política brasileira, sobretudo a partir da abertura política. A ditadura civil-militar já não resistia às pressões interpostas pelos novos movimentos sociais¹⁰, que reagiam com inconformismo à repressão, à censura e ao conservadorismo recrudescido daqueles anos. Paralelamente, o país vivia as influências do movimento hippie, as rupturas promovidas pelo maio de 1968, pela contracultura e o impacto político do movimento pelos direitos civis das pessoas negras nos EUA, entre outros, que contribuíram para criar um ambiente de ampla contestação cultural e de certo otimismo frente às mudanças pelas quais atravessava o país.¹¹

O historiador James Green, cujas pesquisas contribuíram imensamente para o estudo das homossexualidades na historiografia, argumenta que, apesar desse cenário mais amplo de transformações políticas e culturais, o autoritarismo e a repressão dificultavam a constituição de um movimento organizado de gays e lésbicas no Brasil:

As notícias do surgimento do movimento de libertação gay em 69, após a rebelião de Stonewall em Nova York, chegaram à América Latina no começo dos anos 70, e incentivaram a formação de grupos na Argentina, México e Porto Rico. Contudo, a repressão militar no Brasil impossibilitou a formação de um movimento gay e lésbico no país. A publicação informal de *O Snob* e os seus imitadores pararam de circular porque seus editores temiam ser confundidos com grupos clandestinos de esquerda sendo brutalmente reprimidos naquele momento. A censura moralista do governo militar limitava referências à homossexualidade na imprensa. Embora algumas publicações alternativas produzissem matérias ocasionais referentes ao “gay power” nos Estados Unidos, a formação de um movimento político no Brasil parecia impossível.¹²

⁹ No primeiro capítulo, explico o uso diferenciado que faço dos termos lesbianismo, “lesbianismo” e lesbianidade.

¹⁰ Movimentos surgidos no final do século XX, marcados pela contestação das práticas políticas da esquerda tradicional e aliados a uma aposta nas transformações culturais. Articulam-se a partir de redes de convergência de interesses, com ênfase nas formas discriminatórias e de dominação nas relações sociais de sexo, étnicas/raciais, etárias, ecológicas, conflitos bélicos etc.

¹¹ MACRAE, Edward. **A construção social da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p. 19-31.

¹² GREEN, James. “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, 2005, p. 281. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Portanto, foi em oposição à ditadura no Brasil que o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) começou a se organizar, procurando definir um projeto de politização da homossexualidade. Segundo Regina Facchini, constituíram-se grupos de caráter antiautoritário e comunitarista, em uma tentativa de proclamar um espaço social alternativo ao chamado “gueto” (espaços marginalizados de socialização). Com uma perspectiva contracultural, esses grupos combateram os estigmas relacionados à homossexualidade, denunciaram a violência policial e lutaram pela despatologização da homossexualidade.¹³ Na bibliografia sobre o MHB, esse momento, entre o final dos anos 1970 e início dos 1980, representou a “saída do gueto”, com a eclosão de organizações homossexuais e a luta por visibilidade e legitimação de demandas políticas.¹⁴

Neste ínterim surgiria o Grupo Lésbico Feminista (LF), um coletivo de lésbicas que começou a se organizar no interior de Somos – Grupo de Afirmação Homossexual¹⁵ no final dos anos 1970. Em 1981, as lésbicas decidiram criar uma agrupação independente – autônoma, como elas o nomeavam –, motivadas por reiteradas desigualdades experimentadas no interior do Somos: as hierarquias existentes nas tomadas de decisão, a pouca atenção dada às demandas das lésbicas e o machismo dos integrantes.¹⁶ Essa ruptura, ainda que não tenha sido definitiva, uma vez que coalizões existiram nos anos posteriores, significou o início da construção de um espaço de militância próprio.

Tendo em vista tais considerações, a pesquisa central e fundamental de Patrícia Lessa propõe uma leitura do movimento lésbico brasileiro dividindo-o em três momentos: a “saída do armário”, a institucionalização e a dispersão cibernética. O primeiro, marcado pela luta por visibilidade política, o lançamento de pequenas publicações e a aproximação com o feminismo, corresponde ao período de atuação do GALF.¹⁷ Dessa forma, a autora confere historicidade ao ativismo das lésbicas no Brasil, legitimando-as como partícipes em um movimento que tem transformado as narrativas culturais e políticas sobre as lesbianidades na sociedade brasileira.

¹³ FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 85-125. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>. Acesso em: 15 mar. 2020.

¹⁴ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 81-108.

¹⁵ O Somos existiu entre 1978 e 1981 na cidade de São Paulo e foi formado por artistas, estudantes e intelectuais que lutaram pela afirmação da identidade homossexual. Vários ativistas do grupo também participaram do jornal *Lampião da Esquina*.

¹⁶ MACRAE, Edward. **A construção social da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p. 107.

¹⁷ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006)**. 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 229.

Num contexto marcado por uma vigorosa cultura da resistência, o movimento feminista brasileiro se organizava, lutando contra a ditadura civil-militar e denunciando o sexismo na sociedade brasileira, inclusive nas organizações de esquerda. Muitas mulheres possuíam uma trajetória marcada pela oposição, tendo pertencido a grupos armados e enfrentado a repressão política da ditadura e o exílio do exterior. Por isso, no início dos anos 1980, o feminismo vinculou-se muito à linguagem da esquerda, apoiando-se no marxismo e nos ideais da revolução. Outros setores do movimento aproximavam-se das estratégias dos novos movimentos sociais, buscando novos horizontes políticos, o que orientou a criação de uma linguagem própria.¹⁸

À medida que novos grupos surgiam e o feminismo se afirmava como um movimento social e político que lutava pelos direitos das mulheres, ao mesmo tempo em que desejava intervir nos rumos políticos do país, novas linguagens e concepções políticas puderam emergir. De acordo com Margareth Rago, esse processo ampliou o escopo das reflexões e reivindicações do feminismo:

Assim, questões antes secundarizadas como essencialmente femininas e relativas à esfera privada, isto é, não pertencentes ao campo masculino da política – a exemplo das relativas ao corpo, ao desejo, à sexualidade e à saúde – foram politizadas e levadas à esfera pública, a partir da utilização de uma linguagem diferenciada, que além do mais, permitia enunciá-las. Nesse momento de crítica acentuada à racionalidade ocidental masculina, já não mais definida apenas como burguesa, partiu-se para a afirmação do universo cultural feminino, em todas as dimensões possíveis. Isto implicava, no campo conceitual, a emergência de uma linguagem especificamente feminina e daquilo que se considera como uma “epistemologia feminista”, suficientemente inovadora em suas problematizações e conceitualizações, para apreender as diferenças.¹⁹

Lessa também pontua que, para as ativistas do GALF, o feminismo constituiu um pressuposto teórico e prático. Ao longo da década de 1980, o GALF participou ativamente de eventos e campanhas feministas, a exemplo do Congresso da Mulher Paulista e da denúncia da violência contra as mulheres. Contudo, as demandas lésbicas geralmente foram vistas como assuntos privados ou como questões que poderiam contribuir negativamente para a imagem pública do movimento, o que dificultava a sua incorporação na agenda política do feminismo. De acordo com a autora, as lésbicas “se inserem nos movimentos feministas, provocando os

¹⁸ RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. **Revista Labrys**, n. 3, jan.-jul. 2003, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

¹⁹ Idem.

feminismos, a fim de desconstruir a invisibilidade lésbica e enfrentar a lesbofobia, presente não apenas na sociedade em geral, mas dentro do próprio movimento”.²⁰

Gilberta Soares e Jussara Costa compartilham essa análise e relacionam as barreiras encontradas pelas lésbicas no feminismo a questões políticas e sociais do Brasil da abertura e que caracterizavam a fisionomia do movimento feminista:

Os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização pensando ser, minimamente, respeitado pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil. Apesar de que os feminismos sejam plurais e comportem manifestações diversas, muitas dessas mulheres eram militantes de partidos políticos ou vinculadas a segmentos progressistas da Igreja Católica, que resistiam à ditadura militar, atribuindo características próprias ao movimento naquele momento.²¹

Um dos meios utilizados pelo GALF para elaborar e difundir suas reflexões e práticas políticas foi a publicação do boletim *ChanacomChana*. O periódico, que contou com 12 edições entre 1982 e 1987, deu lugar às preocupações com a sexualidade, o prazer, a política nacional, as mobilizações lésbicas internacionais, entre outros, constituindo-se como um meio de comunicação caracterizado por ampla variedade de temas. Sua edição e venda constituiu uma atividade central do GALF durante aquela década, mobilizando as energias do grupo ao passo em que permitia tornar-se mais conhecido e estabelecer diálogos com outros grupos lésbicos e organizações internacionais.²²

Estas publicações foram as primeiras com temática lésbica no país, representando um ícone rebelde, segundo Elizabeth Cardoso.²³ Em consonância com as condições de produção da época, principalmente da imprensa alternativa, os boletins mobilizaram uma linguagem da transgressão e da libertação, na busca pela produção de novos sentidos para a lesbianidade,

²⁰ LESSA, Patrícia. “Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana”. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, 1º sem. 2008, p. 320. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30925/18014>. Acesso em: 03 dez. 2019.

²¹ SOARES, Gilberta; COSTA, Jussara. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. **Labrys**, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

²² Em 1981, o GALF publicou, em edição única, o jornal *ChanacomChana*. Apesar do pioneirismo da iniciativa, optamos por não incluí-lo nesta pesquisa devido à extensão do *corpus* documental analisado.

²³ CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004, p. 99.

afastados do estigma e da exclusão, ao passo em que exprimiam uma vontade de diálogo com a sociedade.²⁴

Considerando o feminismo como “campos discursivos de ação”, a socióloga Sonia Alvarez argumenta que o movimento se configura e se transforma ao longo do tempo por meio de redes político-comunicativas que se constituem a partir dos cruzamentos entre sujeitos, práticas e discursos.²⁵ Para a autora, a análise da construção desses campos permite elucidar as redes articuladoras do movimento, o deslocamento de atores sociais e as estratégias que o rearticulam e redefinem. Com esta abordagem, Alvarez reflete sobre as disputas e os reposicionamentos teórico-políticos que têm lugar nos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC).

Na esteira dessas reflexões, buscamos compreender o trânsito das ativistas lésbicas nos espaços transnacionais do movimento feminista. Elas participaram desde as primeiras edições dos EFLAC, no início da década de 1980, e se articularam para tornarem-se visíveis nos Encontros, reivindicando que o feminismo assumisse publicamente um compromisso com as demandas das lésbicas feministas. Nesse percurso, começaram a conformar seu próprio campo discursivo de ação no interior do feminismo, investindo em processos de auto-organização coletiva e autônoma.

A relação entre os movimentos lésbico e feminista, marcada por coalizões e conflitos, desafiou e impactou ambos segmentos. De acordo com Yuderkys Espinosa Miñoso, é imprescindível analisar o pensamento e a prática política do feminismo para compreender a história do movimento lésbico na América Latina. Ao se apoderar das reflexões e estratégias do feminismo, as lésbicas complexificaram as elaborações daquele movimento. Miñoso ressalta, ainda, a importância dos EFLAC no processo de articulação das redes de ativismo lésbico na região.²⁶

O trânsito de ativistas lésbicas potencializou a criação dos Encontros Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC). O I ELFLAC foi realizado em outubro de 1987, na cidade de Cuernavaca (México), alguns dias antes do IV EFLAC. Este foi o primeiro espaço de articulação transnacional exclusivo para lésbicas em nosso continente, resultado de uma longa

²⁴ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 123-126.

²⁵ ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2016, p. 13-56. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>. Acesso em: 7 out. 2020.

²⁶ MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Escritos de una lesbiana oscura**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires: *en la frontera*, 2007, p. 133-134.

trajetória de intercâmbio entre grupos locais e associações internacionais, circulação de produções lésbicas (como jornais e revistas) e criação de canais de comunicação. Tudo isso por meio de correspondência postal, muito antes do advento da internet e das redes sociais.

A realização do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe relaciona-se com a emergência de uma diversidade de formas de atuação política no movimento lésbico, bem como sua aposta internacionalista. Durante os anos 1980, além do surgimento de uma quantidade expressiva de grupos²⁷, apostou-se na construção de arquivos, na produção artística, na realização de festivais e na criação de espaços de sociabilidade. Essa efervescência político-cultural contrapunha-se aos desafios de constituição de um movimento autônomo frente a regimes autoritários e às políticas repressivas na região, acompanhadas de sua moral conservadora.²⁸ Ao ousarem sonhar com novos mundos e novas relações ético-políticas, muitas lésbicas iniciaram suas lutas ainda na clandestinidade, buscando espaços de legitimação na sociedade civil.

Diante dessa multiplicidade de experiências, contextos e processos sociais, optou-se por realizar entrevistas orais com ativistas lésbicas brasileiras e latino-americanas. Adotou-se o gênero de entrevista oral temática com o objetivo de abordar temáticas específicas com as entrevistadas. Interessava-me compreender como elas se inventaram ativistas lésbicas, suas opiniões sobre as políticas autoritárias da ditadura, bem como suas memórias sobre a trajetória do GALF e o boletim *ChanacomChana*. Por isso, foram entrevistadas dez lésbicas que atuaram politicamente durante os anos 1980. Com isso, delimitou-se uma rede de colaboradoras²⁹, com o objetivo inicial de realizar entrevistas com ex-integrantes do LF e GALF. Posteriormente, decidiu-se entrevistar também ativistas lésbicas que conheciam as membras do GALF e/ou mantiveram contato com o grupo.

As entrevistas foram realizadas em formato semiestruturado, tiveram duração aproximada de duas horas e aconteceram uma única vez. Isso possibilitou a construção de um repertório amplo e multifacetado sobre as condições do ativismo lésbico na década de 1980, uma vez que pude entrar em contato com uma quantidade significativa de ativistas, dentro dos

²⁷ No contexto latino-americano, podemos mencionar: o Ayuquelén, no Chile; o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas, no Peru; o Mitilene, na República Dominicana; Las Entendidas, na Costa Rica; no México, os grupos Cuarto Creciente, Oasis, Platonalli A.C., Mujeres Urgidas de un Lesbianismo Auténtico (MULA), El Clóset de Sor Juana e o Seminario Marxista Leninista de Lesbianas Feministas.

²⁸ MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000, p. 61-62.

²⁹ O conceito de colaboração refere-se ao conjunto de práticas que envolvem entrevistadora e entrevistada. Ele enfatiza a posição ativa das entrevistadas, os processos de negociação e sua contribuição para o texto final da entrevista que é apresentado. Ver: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018, p. 120-125.

limites temporais para a realização da pesquisa. Por outro lado, essa escolha limitou em certa medida as possibilidades de aprofundar temas que emergiram durante as entrevistas e não estavam previstos. As entrevistas foram transcritas e editadas a fim de adaptar a linguagem oral à escrita, mantendo-se o significado original.

Juniele Rabêlo de Almeida e Cainã Gusmão afirmam que o diálogo entre história oral e movimentos sociais contribui para evidenciar dimensões públicas de trajetórias políticas, da construção da memória social e dos valores compartilhados por um grupo. Constroem-se, desta forma, narrativas públicas que entrecruzam sujeitos, saberes e práticas dos movimentos sociais. A observação de processos históricos, relativos a experiências de indivíduos e coletividades no tempo, possibilita inscrever análises sobre valores, tradições e representações compartilhadas.³⁰ Permite-se investigar como ações coletivas e construções sociais criam as condições para as reivindicações do movimento – questão que orienta, por exemplo, a análise realizada no primeiro capítulo.

As narrativas das entrevistadas atravessam os três capítulos desta dissertação. Com base nas reflexões propostas por Maurice Halbwachs, considera-se que as memórias dessas mulheres ressoam experiências coletivas em diversos níveis.³¹ Para o autor, é possível falar em memória coletiva quando se evocam episódios ou experiências que tiveram lugar na vida de um grupo social – em nosso caso, de ativistas lésbicas brasileiras. Portanto, a legitimidade de uma narrativa pode ser reforçada quando se conecta com a de outros sujeitos – aspecto que observaremos em relação às narrativas sobre a ditadura civil-militar.

Considerando a memória uma construção social, sua elaboração é fruto de um trabalho, motivado pelos questionamentos do presente. Por isso, para Ulpiano de Menezes, a memória coletiva

[...] é um sistema organizado de lembranças cujo suporte são grupos sociais espacial e temporalmente situados. Melhor que grupos, é preferível falar em de redes de inter-relações estruturadas, imbricadas em circuitos de comunicação. Essa memória assegura a coesão e a solidariedade do grupo e ganha relevância em momentos de crise e pressão. Não é espontânea: para manter-se, precisa permanentemente ser reavivada.³²

³⁰ ALMEIDA, Juniele Rebêlo de; GUSMÃO, Cainã. Movimento ecológico e história oral: das narrativas públicas à análise do acervo “Lideranças ambientalistas em Niterói”. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (org.). **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 162-163.

³¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, p. 45.

³² MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], n. 39, 1992, p. 15. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 9 jan. 2021.

Ao mesmo tempo, por tratar-se de memórias de um grupo marginalizado e historicamente silenciado, constituem “memórias subterrâneas”. O conceito, proposto por Michael Pollak, ressalta que a estas memórias se relega o esquecimento, uma vez que são desacreditadas socialmente. Por isso, tendem a sobreviver por vias informais, como as redes de sociabilidade.³³ Isso se dá, por exemplo, nas trocas informais entre ativistas, em eventos e debates dos movimentos sociais.

Na busca por produzir uma história sobre o ativismo lésbico no Brasil, esta dissertação se enriquece com as narrativas e as memórias de dez lésbicas brasileiras e latino-americanas que a protagonizaram. A seguir, apresento as colaboradoras e o contexto de realização das entrevistas.

Cecilia Riquelme é chilena e reside em uma pequena cidade próxima à capital Santiago. Foi uma das fundadoras da Ayuquelén, a primeira agrupação de lésbicas feministas do Chile, cujo nome em mapudungún significa “a alegria de ser, de estar feliz”. Segundo narra em entrevista, o coletivo funcionou inicialmente como um grupo de autoconsciência, mas depois passou a realizar intervenções públicas. Cecilia participou dos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe, por meio dos quais conheceu ativistas lésbicas latino-americanas de diversos países. Também viveu alguns anos no México, onde editou a revista *Las Amantes de la Luna*, trabalho sobre o qual recorda com orgulho e afeto. Atualmente se dedica à produção audiovisual sobre história e memória das lesbianidades e à denúncia de crimes lesbocidas que ocorrem no Chile. Cecilia me recebeu com um abraço numa manhã fria e chuvosa e realizamos a entrevista em sua casa.

Cristina Calixto foi membra do Somos e participou da fundação do Grupo Lésbico Feminista, processo percebido por ela como uma “radicalização”. Sua paixão pela fotografia a levou a criar o projeto do “LF Artes”, um subgrupo interno que se dedicava à criação artística. Ela conta que acreditava que a arte permitia tocar as pessoas de uma forma diferente. Cristina também recorda com vivacidade a “noite lésbica paulistana” – as dinâmicas sociais nos espaços de sociabilidade do chamado “gueto”. Mais ou menos na metade dos anos 1980, ela se afastou do ativismo lésbico, após o Encontro Feminista realizado em Bertioga em 1985. Nós nos encontramos no Bairro do Bixiga, em São Paulo, e realizamos a entrevista em um bar da região.

Maria Teresa Aarão, a Teca, também integrou o Somos e participou da criação do LF. Ela lembra que o apartamento onde vivia, compartilhado com outro membro do Somos, se

³³ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

transformou em uma espécie de “subsede” do grupo, onde muitas reuniões foram realizadas. Depois que o LF surgiu, sua casa continuou a receber as ativistas, constituindo-se como um espaço seguro para os encontros do grupo. No início de 1980, ela se distanciou do LF e começou a atuar politicamente no SOS Mulher, organização feminista que lutava pela erradicação da violência contra as mulheres. Em nossa entrevista, que aconteceu por meio de videoconferência, ela pontuou constantemente o “espírito da juventude” que guiava as intervenções criativas e irreverentes do LF nos espaços de atuação política.

Marisa Fernandes conheceu Cristina e Teca durante o período em que integraram o Somos. Nos anos seguintes, ela também participou da fundação do Grupo Lésbico Feminista e das atividades do grupo. Na metade da década de 1980, Marisa se afastou do ativismo, mas retornou em 1990 com a fundação do Coletivo de Feministas Lésbicas (CFL) de São Paulo, entidade que continua existindo nos dias atuais. Historiadora de formação, nos últimos anos Marisa tem publicado pesquisas sobre a história dos ativismos lésbicos brasileiros. Também participou da audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” que se dedicou ao tema “ditadura e homossexualidades”. A ativista esteve presente em vários Encontros Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe. Marisa respondeu um questionário enviado por e-mail.

Míriam Martinho também atuou no Somos e no LF, envolvendo-se com o processo de separação do grupo misto. Em 1981, ao lado de Rosely Roth, ela fundou o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), onde atuou durante toda sua trajetória. Foi uma das principais autoras dos textos e charges publicados no boletim *ChanacomChana* e responsável pela diagramação do periódico. A ativista participou da VII Conferência do ILIS e do I ELFLAC, eventos que transformaram a trajetória do movimento lésbico-feminista latino-americano. Após o encerramento das ativistas do GALF, Míriam fundou a Rede de Informação Um Outro Olhar. Atualmente, escreve sobre suas memórias no *blog* com o mesmo nome. Realizamos uma entrevista via videoconferência, cujo tom central foram suas reflexões críticas acerca das relações entre lésbicas e feministas durante o período de atuação do GALF.

Rita Cerqueira de Quadros é uma ativista lésbica paulistana com longa trajetória em organizações lésbicas e LGBT. Durante a década de 1980, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e posteriormente integrou o Núcleo LGBT do PT. Participou da comissão organizadora das três primeiras Paradas do Orgulho LGBT de São Paulo e de diversas Caminhadas de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo, surgidas no início dos anos 2000. Atualmente, compõe o Cine Sapatão, coletivo de cineclubismo que exhibe produções

audiovisuais dirigidas, produzidas e protagonizadas por lésbicas. Rita foi uma leitora do *ChanacomChana* durante os anos 1980 e acompanhou “de fora” a trajetória do GALF. Esse seu olhar “externo” (em certa medida, pois Rita participa há muitos anos do movimento) chamou a atenção para dinâmicas sociais e políticas que transformaram meu próprio olhar sobre os ativismos. Depois do encontro marcado para a entrevista, tive o prazer de encontrá-la em exposições e cursos realizados pelo Cine Sapatão.

Rosângela Fernandes de Castro é carioca, mas durante os anos 1970 e 1980 morou em São Paulo. Na capital, conheceu o *ChanacomChana* e chegou a distribuir exemplares pelo centro da cidade em algumas ações pontuais. Foi uma frequentadora dos bares de sociabilidade lésbica de São Paulo. Filiou-se ao PT no final da década de 1980 e conheceu o Núcleo LGBT do partido por meio de Rita Quadros e outros militantes. Nos anos 1990, de volta ao Rio de Janeiro, participou da Conferência da ILGA em 1995 e foi uma das organizadoras do I Seminário Nacional de Lésbicas, realizado nesta cidade em 1998. Rosângela participou de três edições dos ELFLAC – Brasil, Chile e Guatemala. Atualmente, é integrante do Grupo de Mulheres Felipa de Souza, organização de mulheres negras e lésbicas. Também faz parte da Articulação Brasileira de Lésbicas e da Candaces – Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas. A entrevista aconteceu em sua casa, no Rio de Janeiro.

Rose Abreu é natural de Valinhos-SP, criadora do primeiro “jornal gay” de Campinas, o *Ponto G*, que ela editava com amigos jornalistas. Militante secundarista durante a juventude, Rose conta que desde pequena foi vista como “rebelde”. Na maioridade, frequentou o Ferro’s Bar em São Paulo e recorda a violência das batidas policiais. Em nossa entrevista, realizada no centro de Campinas, ela narrou uma experiência profundamente dolorosa: a patologização de sua lesbianidade. Suas memórias confirmaram a necessidade de abordar essa problemática no presente trabalho. Rose possui formação em gestão ambiental, é militante de esquerda e defensora dos direitos dos animais.

Yan María Yaoyólotl Castro me recebeu em sua casa, na Cidade do México. Ela é reconhecida como uma das precursoras do movimento lésbico mexicano. Foi co-fundadora do grupo Ákratas, um dos primeiros grupos lésbicos do país. Com base em sua perspectiva socialista, fundou posteriormente o Seminario Marxista Leninista de Lesbianas Feministas. Como uma das representantes deste grupo, Yan participou da comissão organizadora do I ELFLAC e, ao longo de seus 40 anos de militância, conheceu diversas ativistas e organizações lésbicas. É crítica do neoliberalismo e do movimento LGBT, pois acredita que a luta política das lésbicas feministas foi capturada e despolitizada por esse movimento. Militante incansável,

ela reivindica constantemente a necessidade de tecer alianças com as lutas operárias, indígenas e camponesas para alcançar transformações sociais e políticas.

Yone Lindgren é carioca, uma das fundadoras do movimento de lésbicas no Rio de Janeiro. Ela participou do grupo SOMOS-RJ e criou, no interior da organização, um subgrupo de mulheres que deu origem ao Movimento D'Ellas – um processo semelhante ao ocorrido em São Paulo. Ela participou do I Encontro Brasileiro de Homossexuais e conheceu as ativistas do GALF. Em nossa entrevista, realizada por videoconferência, Yone falou sobre violência policial, internação psiquiátrica, estratégias de proteção durante a ditadura e outras experiências difíceis de serem elaboradas. Atualmente, ela participa da Articulação Brasileira de Lésbicas e tem levantado debates críticos a respeito do envelhecimento da população LGBT.

Como se pode observar, utilizei um formato híbrido de entrevistas realizadas presencialmente e via videoconferência. Isso se deveu a diferentes motivos. Em alguns casos, as distâncias dificultaram o encontro presencial, de modo que o uso das ferramentas virtuais permitiu a realização das entrevistas. Em outros, esse formato foi solicitado pelas próprias entrevistadas. Mesmo sem a presença física, foi possível estabelecer a relação de troca e confiança necessária na relação intersubjetiva que caracteriza a prática de entrevistas.

Todas as interlocutoras são ativistas comprometidas com a transformação política e social. Essa característica fez com que, na maioria das entrevistas, relações entre o passado autoritário e os atuais ataques à democracia brasileira fossem evocadas em suas narrativas. Isso nos lembra que, enquanto historiadoras, possuímos um compromisso ético e político quando produzimos conhecimento.

Frente a uma sociedade extremamente violenta com as lésbicas, como indica o *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*³⁴, torna-se mais que necessário alargar as escutas para as narrativas dessas mulheres. Suas memórias precisam ser reconhecidas e, ao mesmo tempo, lésbicas precisam reconhecer-se nas narrativas sobre o passado. Esta dissertação, portanto, parte da vontade de escrever uma história que busca recobrir os lugares ocupados pelas lésbicas na sociedade brasileira, questionando o seu apagamento histórico e esperando contribuir com reflexões sobre o pensamento e a prática política lésbica-feminista.

No primeiro capítulo, interrogamos as condições de existência das lésbicas durante o período da ditadura civil-militar no Brasil. Buscamos compreender como as políticas autoritárias e persecutórias do regime impactaram a vida dessas mulheres, cerceando sua

³⁴ PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 a 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

liberdade, seus direitos e sua circulação pelo espaço público. Para isso, analisamos o lugar ocupado pelo “lesbianismo” na documentação produzida por agentes do regime, evocando as relações entre as teses médicas em voga e o projeto de poder da ditadura. Nos debruçamos na violência policial contra esse segmento da população, tomando-a como uma das expressões mais evidentes das práticas repressivas do período. Por último, examinamos os pareceres censórios produzidos pela Divisão de Censura de Diversões Públicas a respeito de músicas que faziam referências à lesbianidade, a fim de entender as conexões entre censura, interdição da lesbianidade e imaginário social.

No segundo capítulo, nos dedicamos à trajetória do GALF. Inicialmente, situamos a emergência do grupo no contexto da abertura política e do surgimento dos novos movimentos sociais. Em seguida, analisamos a elaboração do feminismo lésbico nas páginas do boletim *ChanacomChana*, bem como a centralidade deste periódico na história do GALF. A partir dos encontros e tensões com os movimentos feminista e homossexual, refletimos sobre as contribuições das lésbicas para ambos os movimentos, especialmente no tocante ao questionamento da heterossexualidade compulsória. Finalmente, acompanhando o processo de instauração da Assembleia Nacional Constituinte, analisamos o engajamento do GALF com os debates acerca da redemocratização do Brasil, particularmente com as mobilizações do Movimento Homossexual Brasileiro.

No terceiro capítulo, buscamos mapear e compreender as redes de articulação transnacional do movimento lésbico na América Latina. Acompanhamos o trânsito internacional das ativistas lésbicas por diferentes espaços de encontro, troca de experiências e aprendizado político, com o intuito de analisar o processo de construção da voz pública do movimento lésbico. Este processo nos direcionou às edições dos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe, à VII Conferência do ILIS e ao processo organizativo que resultou no I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe. Nesse percurso, interrogamos os intercâmbios estabelecidos entre os grupos lésbicos latino-americanos, as dinâmicas políticas subjacentes ao movimento e as memórias produzidas sobre essas experiências.

Assim, por meio da trajetória do GALF, pretendemos trazer à tona narrativas de luta, afeto e solidariedade do movimento lésbico-feminista brasileiro. Desta forma, evidenciamos aspectos subjetivos, políticos e históricos que se entrecruzam nos caminhos percorridos pelo grupo.

1. LÉSBICAS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

“Nós somos o único agrupamento que não precisa do falo para a gente ser o que é. A gente está afrontando toda uma sociedade falocrática.”
(Rosângela Castro)

“Essa rebelião é um negócio perigoso no patriarcado”, disse Cheryl Clarke sobre ser uma lésbica em uma sociedade misógina, racista e capitalista como a dos EUA durante o governo Reagan.³⁵ O mesmo vale para o Brasil, país onde os índices de lesbocídio, isto é, a “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”³⁶, aumentaram nos últimos anos, de acordo com os dados apresentados pelo inédito *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil*. As trajetórias de vida de lésbicas brasileiras têm sido historicamente marcadas por diferentes formas de violência que perpassam tanto práticas discursivas injuriosas e depreciativas quanto estupros corretivos, processos de medicalização e exclusão social e simbólica.

Neste sentido, violência e invisibilidade parecem constituir dois eixos que atravessam a condição lésbica, entendida como um “conjunto complexo de implicações sociais que giram em torno da figura da lésbica, ou seja, conceitos positivos e também preconceitos que compõem uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade”.³⁷ Os sistemas de dominação, como o gênero, a raça e a classe, se imbricam³⁸ na produção de estigmas³⁹ e na marginalização das lésbicas como grupo social, diferentemente a partir de seus marcadores sociais e em intrincada relação com o tempo e espaço. O apagamento dessas opressões promove sua invisibilização na

³⁵ CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: un acto de resistencia. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos. Tradução de Ana Castillo e Norma Alarcón. São Francisco: Ism Press, 1988, p. 99.

³⁶ PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 a 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018, p. 18.

³⁷ Idem, p. 19.

³⁸ O conceito de imbricação dos sistemas de dominação postula que são indissociáveis as opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Cf. CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

³⁹ Utilizo o termo estigma no sentido proposto por E. Goffman, como fonte de metáfora e representação que marcam uma divisão no imaginário social sobre normalidade e anormalidade e que exercem pressão para que os sujeitos cumpram as normas sociais impostas. O estigma constitui-se como violência simbólica que produz exclusão social, vergonha e medo nos sujeitos estigmatizados. É constantemente reforçado à medida que se lhe atribuem características visíveis, reduzindo os sujeitos a atributos depreciativos. Cf. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017.

memória social e, assim, legítima no presente práticas sistemáticas de violência que passam despercebidas no tecido social e nos órgãos e instituições públicas no país.

Compreender como se estrutura a lesbofobia⁴⁰ e as expressões de ódio contra as lésbicas em suas diversas expressões culturais, sociais, políticas e institucionais requer localizá-las em seu contexto histórico. Se as violências contra as lésbicas estão inseridas em processos históricos de longa duração, identificar as especificidades de cada período contribui para o entendimento das continuidades e transformações dessas violências, particularmente dos mecanismos por meio dos quais opera a lesbofobia.

Nesta direção, proponho compreender historicamente as conexões entre as políticas autoritárias do regime militar, a perseguição contra lésbicas no período e a produção de estigmas sobre o lesbianismo. Utilizo o termo lesbianismo, sem aspas, em referência à nomenclatura utilizada nas fontes primárias desta pesquisa, o boletim *ChanacomChana*. Trata-se da expressão utilizada pelas ativistas lésbicas naquele momento quando nomeavam suas experiências. O termo, portanto, alude à formulação de uma proposta política e possibilidade de existência pelas lésbicas feministas nos anos 1970-1980, isto é, como uma perspectiva teórico-política, também nomeada como *lesbianismo feminista* ou *feminismo lésbico*.⁴¹ Quando me refiro à acepção patologizante da lesbianidade, escrevo o termo entre aspas – “lesbianismo” – a fim de sinalizar seu uso por médicos, psiquiatras, autoridades governamentais e agentes da ditadura civil-militar, com significados pejorativos. Em outras ocasiões, ao realizar reflexões sobre as existências lésbicas mais amplas, para escopo temporal deste trabalho, utilizo o termo lesbianidade.

A antropóloga e feminista decolonial Ochy Curiel, em *La nación heterosexual*, analisa como a construção do projeto nacional alinha-se a valores, normas e instituições sociais que naturalizam e reforçam a heterossexualidade nos planos simbólico e material.⁴² Inspirada nas contribuições das feministas materialistas francesas⁴³, Curiel propõe o conceito de “nação

⁴⁰ Em linhas gerais, a lesbofobia se refere a preconceitos, estigmas, violências simbólicas e materiais contra lésbicas como indivíduo e grupo social. Para uma definição do termo, cf. BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (orgs.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Letras Livres; EdUnB, 2009, p. 22-23.

⁴¹ CURIEL, Ochy. “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”. *La haine* [online], 16 jun. 2017. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p. Acesso em: 15 set. 2020; FALQUET, Jules. *De la cama a la calle: perspectivas teóricas lésbico-feministas*. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

⁴² CURIEL, Ochy. *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

⁴³ Sobre o pensamento das feministas materialistas francesas, ver ABREU, Maira. *Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)*. 2016. 316 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

heterossexual” para evidenciar que o regime político da heterossexualidade – termo que toma emprestado das reflexões de Monique Wittig e Adrienne Rich⁴⁴ – estrutura a linguagem, as normativas jurídicas e os projetos políticos de nação. A autora mostra como a heterossexualidade está conectada com o campo político, isto é, como ela se plasma no Estado, nas suas instituições e no próprio ideal de nação por meio de noções como família nuclear burguesa, homem e mulher, parentesco etc.⁴⁵

Este conceito será particularmente útil para o objetivo proposto neste capítulo: historicizar a violência perpetrada contra lésbicas durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Ao analisar as políticas autoritárias do regime, a censura, a violência policial, entre outros, pretendemos evidenciar a empreitada profundamente conservadora, moralizante e saneadora empreendida pelos militares.⁴⁶ Para além da suposta necessidade de combater o comunismo e do imperativo da “ordem e progresso”, as políticas ditatoriais orientaram a construção de um ideal de nação no qual os sujeitos “que não estavam incluídos no modelo heteropatriarcal defendido pelo Estado eram alvo de perseguição e suas práticas, repreendidas”⁴⁷. Assim, o termo “nação heterossexual” permite vislumbrar os investimentos dos militares e seus agentes na idealização e implementação de seu projeto de poder.

Sob o jugo do autoritarismo, sobretudo a partir do final dos anos 1970, movimentos sociais, partidos de esquerda, sindicatos e organizações de direitos humanos buscavam fazer frente à censura, à repressão e ao medo instalados no país desde 1964. Foi nesse contexto, de transição para a democracia, que surgiu o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) na cidade de São Paulo, em 1981.⁴⁸ Algumas medidas tomadas durante o governo Figueiredo, como a

⁴⁴ Ambas as autoras retiram a heterossexualidade do campo da orientação sexual, mostrando que esta é imposta às mulheres pela força (violência simbólica, física e material) e por um sólido controle ideológico e político, a partir de diferentes dispositivos e instituições, como a maternidade obrigatória, a pornografia, o casamento etc. No segundo capítulo, analiso mais detidamente as proposições destas autoras.

⁴⁵ Ochy Curiel propôs o conceito de “nação heterossexual” em sua análise da Constituição da Colômbia de 1991. Na obra, a autora analisa como as categoriais sociais que fundamentam o texto constitucional tem como base uma perspectiva heterossexual da nação. Curiel examina os sentidos políticos e normas sociais mobilizadas por categorias como “homem”, “mulher”, “povo”, “família” e “parentesco”. Assim ela argumenta que “la nación y su construcción imaginaria tienen como base fundamental el régimen de la heterosexualidad, a través de la ideología de la diferencia sexual, y ésta, a su vez, en las instituciones como la familia, al parentesco, a la nacionalidad, todo ello expresado en los pactos sociales que son reflejados en un texto normativo como la Constitución”. Cf. CURIEL, 2003, *Op. Cit.*, p. 56.

⁴⁶ FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

⁴⁷ IRE, Binah; SILVA, Camila Daiane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob Estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 195.

⁴⁸ A trajetória do GALF é tema do segundo capítulo.

assinatura da Lei de Anistia⁴⁹, sinalizavam a possibilidade de abertura política. Sendo assim, essas mulheres viveram suas infâncias e juventudes sob o autoritarismo e a violência do regime. Portanto, compreender as formas pelas quais as lésbicas foram afetadas pelos discursos violentos e as práticas repressivas de agentes civis e militares da ditadura constitui o segundo objetivo deste capítulo.

Para isso, realizamos entrevistas orais com lésbicas que participaram diretamente do LF e GALF, foram leitoras do *ChanacomChana* ou estiveram em contato com os debates suscitados pelos grupos. Em suma, mulheres que eram ativistas ou se aproximaram do ativismo lésbico a partir da década de 1980. Suas narrativas, tomadas neste trabalho como referentes coletivos⁵⁰, aludem a estigmas, preconceitos, conflitos e dores, ecoando as vivências de muitas lésbicas que sofreram os impactos da ditadura e, cada uma à sua maneira, resistiram.

Para compreender a história do GALF, é necessário entender como a ditadura civil-militar brasileira constituía narrativas ou reiterava violências sobre as lésbicas, que afetavam diretamente as militantes. Assim, neste capítulo, iremos analisar os discursos e as práticas repressivas do regime e sua relação com o “lesbianismo”, cruzando fontes militares, jurídicas e médicas às narrativas de nossas colaboradoras. Como afirma Norma Mogrovejo, a história do movimento lésbico na América Latina está profundamente conectada à história política da região e, conseqüentemente, às ditaduras militares que assolaram os países na segunda metade do século XX.⁵¹

Vale ressaltar que as ativistas lésbicas não escaparam à vigilância dos órgãos de segurança, como indica o relatório de setembro de 1980 do Departamento de Polícia Federal de São Paulo a respeito de um ciclo de debates sobre movimentos sociais:

As seguintes entidades de homossexuais estariam integradas aos movimentos de subversão, portanto ligadas às diversas organizações clandestinas atuantes no País: BANDO DE CÁ/Niterói; GOLS/ABC- Grupo Opção À Liberdade Sexual; GATHO - Grupo de Atuação Homossexual/PE; NÓS TAMBÉM/PB; AUÊ/Recife; Grupo GAY DA BAHIA; TERCEIRO ATO/BH; BEIJO LIVRE/ Brasília; SOHOS/RJ; AUÊ/RJ; SOMOS/Sorocaba/SP; LIBERTOS/ Guarulhos/SP; **GRUPO LÉSBICA-FEMINISTA/SP** (sic); EROS/SP; SOMOS/SP; FRAÇÃO HOMOSSEXUAL DA CONVERGÊNCIA SOCIALISTA/SP; GRUPO OUTRA COISA/SP; GRUPO FEMINISTA “COSTELA DE ADÃO”/Porto Alegre/RS. A propensão dessas entidades seria para a linha trotskista da CS e para o ANARQUISMO, visto que este

⁴⁹ Após ampla mobilização, o general João Batista Figueiredo aprovou, em 1979, a Lei de Anistia (Lei nº 6.683), anistiando os presos políticos do regime, bem como torturadores e agentes da repressão.

⁵⁰ Parto das formulações de Maurice Halbwachs, para quem as memórias individuais também são coletivas e seu substrato são as experiências mais amplas do grupo social ao qual os sujeitos pertencem. HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, p. 45.

⁵¹ MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Ciudad de México: Plaza y Valdés, 2000, p. 63.

último defende a participação dos homossexuais em sua pretensa sociedade libertária.⁵²

O capítulo está estruturado em três seções. Na primeira, analisamos como o pensamento militar, durante os anos 1970, mobilizou noções que atrelavam subversão política, moral e sexual. A partir do exame de teorias médicas a respeito do “lesbianismo”, refletimos sobre a medicalização e internação compulsória de lésbicas no período, considerando que historicamente a instituição médica é acionada para reforçar o controle social promovido por regimes autoritários. Em seguida, nos deslocamos para o espaço público, a fim de compreender a associação entre “lesbianismo”, marginalidade e crime. Neste momento, examinamos o fenômeno da violência policial contra lésbicas. Finalmente, nos debruçamos sobre a censura de diversões públicas, particularmente das músicas que mobilizavam certos estigmas sobre o lesbianismo. A partir disso, propomos uma reflexão sobre as relações entre censura, interdição da linguagem e apagamento lésbico.

1.1 O “lesbianismo” entre a clínica e o quartel

A ditadura que se instaurou com o golpe de 1964 durou mais de duas décadas. Logo nos primeiros anos, os militares empenharam-se na montagem de um complexo sistema de espionagem e repressão, cujo esquema persecutório se fundamentava no objetivo de eliminar o inimigo interno, identificado como o subversivo interessado em implantar o comunismo e destruir os valores morais do “ocidente cristão”.⁵³ Os Atos Institucionais (AI), utilizados como mecanismos de legitimação dos desmandos do novo governo, começaram a ser editados ainda em 1964 – o AI-1 foi assinado poucos dias depois do golpe.⁵⁴ O Congresso Nacional, por sua vez, foi fechado em 1966 e a Lei de Segurança Nacional, que fincou as bases jurídicas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)⁵⁵, foi promulgada no ano seguinte.

⁵² Arquivo Nacional (acervo digital), Fundo Serviço Nacional de Informações, RPI Nº24/09-80-SI/DPF/SP, novembro de 1980, fl. 46, código BR_DFANBSB_ZD_0_0_0046A_0001_d0004, grifos nossos.

⁵³ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 37.

⁵⁴ Os Atos Institucionais (AI) foram normativas constitucionais expedidas pelos governos militares entre 1964 e 1969 – no total, foram decretados 17 atos. Além de conferirem alto grau de centralização política, instituíram o fim das liberdades civis e promoveram a censura e a perseguição a dissidentes políticos. Ver o verbete “Atos Institucionais” do CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais>. Acesso em: 10 nov. 2020.

⁵⁵ O surgimento da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) relaciona-se com geopolítica da Guerra Fria. Formulada originalmente pelos Estados Unidos, foi implantada no Brasil pelos militares brasileiros que frequentavam os círculos militares estadunidenses. De volta ao Brasil, articulados em torno da Escola Superior de

Ainda em 1964 foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), o principal órgão da comunidade de informações, termo que designa as diversas instituições – civis, militares e mistas – que integraram uma ampla estrutura de controle social durante a ditadura. Tais mecanismos, ao realizarem investigações e emitirem relatórios e pareceres que circulavam entre os órgãos do aparato repressivo, propagaram discursos que tiveram a finalidade de influenciar o posicionamento dos demais escalões do governo militar. Este aspecto permite dimensionar a importância de sua atuação num contexto de restrição das liberdades civis.⁵⁶ As fontes escritas analisadas nesta seção, datadas entre 1977 e 1982, foram produzidas no âmbito da comunidade de informações e difundidas entre os seus órgãos pelo SNI.⁵⁷

Ao longo dos anos 1960, por um lado, os militares investiram na instalação do aparato ditatorial, acompanhada de uma escalada vertiginosa da repressão – as torturas e os desaparecimentos, a extinção dos direitos civis, o fim da liberdade de expressão, o exílio, a edição do famigerado AI-5 etc. Por outro, no mesmo período estava em andamento a chamada revolução sexual, que promovia profundas transformações nas relações de gênero. A vasta produção historiográfica sobre o tema aponta para os impactos do acesso a melhores condições de trabalho, certa liberalização dos costumes, o advento dos anticoncepcionais, entre outros.⁵⁸

Segundo o brasileiro Benjamin Cowan, a partir dos anos 1970 houve uma redefinição da noção de inimigo interno, um dos pilares da DSN, fundamentada no anticomunismo profundamente moralista. Com a derrota militar e política das guerrilhas, a luta armada deixou de representar o principal inimigo da ditadura, de modo que a figura do guerrilheiro foi sendo partilhada com a de personagens mais difusos. Paralelamente, militares e civis alinhados ao

Guerra (ESG), os militares estavam profundamente influenciados pela noção de “defesa nacional”. No país, a DSN postulou a necessidade da defesa territorial, do progresso da nação, da centralização política e da urgência de combater o comunismo. Assim, esta forneceu o conteúdo ideológico para a realização do plano político dos militares. Cf. FERREIRA, Luciano. “Os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil”. *Novatio Iuris* [online], v. 4, n. 2, ago.-dez. 2012, p. 21-33. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5260>. Acesso em: 20 ago. 2020.

⁵⁶ MARCELINO, Douglas. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 213-214.

⁵⁷ Na ampla pesquisa documental que empreendi, encontrei, no total, cerca de 90 registros referentes ao lesbianismo – desde relatórios de investigação da polícia federal até pareceres censórios de músicas, obras de teatros e filmes.[#] A busca foi realizada principalmente a partir de palavras-chaves (como lesbianismo, homossexualismo, inversão sexual etc.) nos fundos disponíveis no acervo digital do Arquivo Nacional. O acesso é permitido por meio de cadastro no SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional, disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>.

⁵⁸ Muitas historiadoras já se debruçaram sobre o tema, como Joana Maria Pedro, Raquel Soihet, Céli Regina Pinto, Margareth Rago, entre outras.

regime preocupavam-se cada vez mais com a “crise moral” que estaria destruindo os pilares da civilização cristã e ocidental da sociedade brasileira.⁵⁹

Assim, esta percepção motivou uma série de pânico morais e ansiedades sociais dos setores mais conservadores, revigorando disputas no terreno da sexualidade e do comportamento. Diante deste quadro, subversão e comunismo foram cada vez mais sendo identificados com sexualidade desviante, uso de drogas, delinquência e patologia. Produzidos e reiterados por militares, médicos, jornalistas e intelectuais de direita, três elementos foram conectados: sexualidade, subversão e juventude, fabricando um inimigo interno em termos moralistas e heteronormativos. Como argumenta Gayle Rubin, em períodos históricos de intensos conflitos sócio-políticos, a sexualidade costuma ser mais nitidamente contestada e excessivamente politizada. Sendo assim, transforma-se em terreno fértil para avanços conservadores e repositório de ansiedades sociais. Isso permite, por exemplo, que seja mobilizada politicamente para aprovação de leis que ferem as liberdades civis.⁶⁰

Neste contexto, no final dos anos 1970, a comunidade de informações realizou uma investigação sobre Maria Adísia, jornalista e sindicalista cearense que havia pedido autorização para realizar uma viagem ao exterior a fim de participar de um curso sobre educação de adultos. Na rotina dos órgãos de espionagem, após a coleta de informações e documentos, produziam-se relatórios que apresentavam um panorama geral sobre o tema e sistematizavam os dados. A “informação”, ou seja, o conjunto final destes papéis, era enviada para órgãos vinculados àquele que a havia produzido – é comum encontrar, neste tipo de documentação, uma solicitação de “ampla difusão” por parte de quem expede o informe.

A “informação” sobre Maria Adísia foi endereçada ao ministro do trabalho Arnaldo Costa Prieto em 1978 e nela constam os “graves registros referentes” que levaram os relatores a “contra-indicar” sua participação no curso.⁶¹ Nela também encontra-se a correspondência entre o presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará, Sabino de Carvalho, e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade, Alceu Portocarrero, a respeito do caso. Eles debatem sobre os motivos da proibição, as implicações para o jornalismo e as providências cabíveis diante daquela situação. Carvalho

⁵⁹ COWAN, Benjamin. **Securing sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. University of North Carolina Press, 2016, p. 73.

⁶⁰ RUBIN, Gayle. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David (eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1993, pp. 143-145.

⁶¹ Outras três sindicalistas brasileiras também foram indicadas a participar, mas as fontes não nos permitiram saber se obtiveram autorização, pois somente o nome de Maria Adísia é mencionado.

afirma que a Federação solicitou maiores detalhes ao Ministério do Trabalho, mas a resposta obtida o levou à conclusão de que dificilmente são tornadas públicas as “razões de fato” em “casos dessa natureza”.⁶²

Efetivamente, os “graves registros” sobre Maria Adísia, mencionados nos relatórios, incluem o exercício do cargo de diretora do sindicato dos jornalistas, sua participação em uma chapa supostamente comunista, que concorreu a eleições sindicais, e sua atuação como professora assistente na Universidade Federal do Ceará. Na última página desta “informação”, o anexo I – único não mencionado na página de abertura nem ao longo do relatório – parece sintetizar os motivos do veto:

Foi contra-indicada, pela AC/SNI, em 1977, para ocupar cargo no Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Ceará; em 1976, para Diretora do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e, em 1971, para exercer cargo junto ao Governo do Estado do Ceará.

Possui inequívoca posição esquerdista e contrária à Revolução de Março de 1964, caracterizada principalmente em seus artigos jornalísticos.

Portadora de **anomalia sexual** (lesbianismo).⁶³

Vale destacar que a terminologia utilizada a respeito do “lesbianismo” – “anomalia sexual” –, um dos impeditivos para a viagem de Maria Adísia, remete ao campo das teorias médicas, sobretudo da sexologia e da psiquiatria, que se conceberam a partir da segunda metade do século XIX. No contexto da virada do século, a ciência médica produziu as noções modernas sobre a sexualidade, substituindo o pecado pela doença, anormalidade e perversão, segundo Michel Foucault.⁶⁴ Desta forma, médicos se erigiram como detentores da verdade sobre os sujeitos, engendrando categorias classificatórias e possibilidades de tratamento (que visavam à cura ou correção), promovendo, ao mesmo tempo, a exclusão e estigmatização de todas aquelas pessoas consideradas desviantes ou anormais.

Rosanna Fiocchetto, ativista lésbica italiana e estudiosa das teses médicas europeias, afiança que o seu surgimento significou um “novo terrorismo” para as lésbicas.⁶⁵ Fundamentada em uma concepção organicista, a ciência médica, no final do século XIX, estava empenhada

⁶² Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, Viagem de sindicalista ao exterior, 20 de junho de 1978, p. 12-13, código br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_78112928_d0001de0001, negrito nosso.

⁶³ Idem, p. 18.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque.

⁶⁵ FIOCCHETTO, Rosana. **La amante celeste**: la destrucción científica de la lesbiana. Madrid: Horas y Horas, 1987, p. 1. Tradução de: LIS - Lesbianas Independientes Feministas Socialistas. Disponível em: <http://www.caladona.org/wp-content/pujats/2017/09/rosanna-fiocchetto-la-amante-celeste-cap-1-2-3-y-5.pdf>.

Acesso em: 03 set. 2020.

em “comprovar” a existência de um desequilíbrio psíquico congênito como origem de uma perversão instintiva. Segundo a autora, isso se relaciona ao fato de que os médicos não encontravam elementos suficientes para definir a patologia, dado que suas “pacientes”⁶⁶ não demonstravam sintomas visíveis de nenhuma doença psíquica.⁶⁷ Sendo assim, apelaram à construção de categorias (perversão, anormalidade, inversão) capazes de atrelar a suposta anormalidade ao corpo, mobilizando a fisiologia e a anatomia para seus objetivos. Exemplo disso foram estudos que “asseguravam” a existência de clitóris enormes nas “pervertidas sexuais”. A profusão de estudos publicados aponta para a grande capacidade de intervenção no debate público que esses médicos prontamente alcançaram – somente na Alemanha, entre 1898 e 1908, foram produzidas mais de mil obras dedicadas ao tema da homossexualidade.⁶⁸ Adiante, analiso o pensamento de dois psiquiatras europeus que foram fundamentais na consolidação da ciência sexual.

Richard von Krafft-Ebing, considerado o “pai da sexologia”, publicou na Alemanha, em 1886, a obra *Psychopathia Sexualis*, na qual categorizou uma série de perversões como o “homossexualismo”, a necrofilia e o sadismo, para mencionar alguns exemplos. Para o psiquiatra alemão, o “lesbianismo” se configurava como uma inversão sexual congênita, acompanhada, por vezes, de sinais que demonstravam degeneração. Esta condição significava que as anormalidades do instinto sexual eram inatas, constituindo uma característica dos indivíduos que era resultante de problemas hereditários e da neurose.⁶⁹ Assim, o médico considerava a inversão sexual uma manifestação de um estado psicopático, transformando a lesbianidade (assim como a homossexualidade) num transtorno psiquiátrico.

Influenciado pela obra de Krafft-Ebing, Havelock Ellis publicou na Inglaterra, em 1897, *Studies in the Psychology of Sex: Sexual Inversion*, endossando a perspectiva do “lesbianismo” como uma “anomalia congênita que deve ser classificada com outras anormalidades que possuem concomitantes psíquicos. No mínimo, essa anormalidade congênita geralmente existe como predisposição à inversão”.⁷⁰ Ademais, mulheres saudáveis (heterossexuais), na perspectiva de Ellis, ao se depararem com a oportunidade de se relacionarem com homens,

⁶⁶ Utilizo o termo entre aspas por compreender que muitas mulheres que figuram nos estudos produzidos por essas gerações de médicos tornaram-se pacientes à força, além de terem sido submetidas a verdadeiras torturas como forma de “tratamento médico”, a exemplo da cliterodectomia e da queima à ferro da vulva.

⁶⁷ FIOCHETTO, 1987, *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁸ FIOCHETTO, 1987, *Op. Cit.*, p. 6.

⁶⁹ KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis*. Nova York: Rebman Company, 1906 [1886]. Tradução de: J. F. Rebman.

⁷⁰ ELLIS, Havelock. *Studies in the Psychology of Sex: sexual inversion*. Filadélfia: F. A. Davis Company, 1915 [1897], 2v, p. 322.

trariam à tona seus “instintos normais”. Desta forma, o autor diferencia a “verdadeira invertida” da “pseudo-homossexual”, sobretudo a partir dos traços marcadamente masculinos da primeira, expressos por meio de roupas, comportamentos e, não raramente, da indiferença aos homens.⁷¹ Como veremos adiante, esta tese continuou exercendo influência em como a maioria das lésbicas são percebidas socialmente.⁷²

Vale lembrar que a construção das teorias médicas, ao longo do século XIX, se fundamentou na histerização do corpo das mulheres, desqualificando-o como um corpo impregnado de excessiva sexualidade. De acordo com Magali Engel, a perspectiva médica focalizava o diagnóstico de mulheres na esfera da natureza e da sexualidade. O casamento e a maternidade seriam capazes de prevenir e até mesmo de curar os distúrbios psíquicos relacionados à sexualidade e fisiologia femininas.⁷³ Neste sentido, segundo Fabíola Rohden, as “diferenças biológicas diagnosticadas pelos cientistas passam a oferecer a base para que pensadores sociais dissertem sobre as diferenças inatas entre homens e mulheres e a consequente necessidade de diferenciações sociais”.⁷⁴ Assim, postulando a diferença sexual, as teorias médicas se erigiram naturalizando a heterossexualidade, a partir da patologização de seu oposto perverso e anormal.

A invenção do “homossexualismo”/“lesbianismo” foi contemporânea ao enraizamento, no pensamento médico, das concepções organicistas relacionadas com a “raça”.⁷⁵ O racismo científico, produto colonial do século XIX, buscava construir uma justificativa biológica para a suposta existência de raças superiores e inferiores. Sobre a questão, Tania Saunders argumenta que a coexistência de ambos movimentos científicos, unida às heranças coloniais, permitiu a

⁷¹ Idem, p. 222.

⁷² De acordo com a historiadora norte-americana Lillian Faderman, a partir das obras desses dois sexólogos europeus, Krafft-Ebing e Ellis, o século XX construiu seu estigma sobre o lesbianidade. Apesar das transformações no campo dos saberes médicos, manteve-se a ideia-força de que lésbicas são anormais. Para Faderman, a teoria freudiana substituiu as teses do século XIX, pois Freud entendia a “inversão sexual” das mulheres como resultado da falência do desenvolvimento normal de uma criança. Por exemplo, em *A psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher* (1905), estudo sobre o caso uma jovem de 18 anos, Freud analisa como as relações familiares interferiram no “desenvolvimento saudável” da sexualidade da jovem. À luz da teoria da inveja do pênis, Freud considera que uma série de frustrações e desejos de vingança transformam-na em homossexual. Cf. FADERMAN, Lillian. **Surpassing the love of men: romantic friendship and love between women from the Renaissance to the present.** New York: Quill, 1981, p. 314-323. FREUD, Sigmund. **A psicogênese de um caso de homossexualismo em uma mulher.** Tradução de: Centro de Estudos Psicanalíticos. Disponível em: <http://centropsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2012/07/Aula-05-06-e-07-FREUD-S.-A-Psicog%C3%AAnese-de-um-caso-de-homossexualismo-numa-mulher.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

⁷³ ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade.* In: DEL PIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1997, p. 332-333.

⁷⁴ ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001, p. 33.

⁷⁵ Utilizo o termo entre aspas para fazer referência às concepções médicas em voga, que postulavam existência de “raças” humanas, no sentido biológico. Não se trata, neste caso, de entender a raça como uma categoria sociológica, construída histórica e socialmente.

criação de um grupo sexual generificado e sexualizado/racializado. Os corpos de mulheres negras foram manipulados pela ciência médica para definir o que era o não-humano e o invertido sexual.⁷⁶ A autora chama a atenção para a influência dos estudos sobre “raça” nas teorias sobre a sexualidade, mostrando que a figura do/a “invertido/a” foi racializada pela medicina, a partir da marcação racial de certos atos sexuais, considerados perversos e passíveis de serem lidos no corpo. Por isso, a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade “são, ambos, sistemas políticos racializados, imbuídos de colonialidade”.⁷⁷ Saunders conclui que:

A literatura racista científica e a literatura sexológica frequentemente se cruzam na descrição do não-humano e do perverso. Ou seja, em vez de optar por dissecar primariamente os corpos dos homens em um esforço para classificar negros e invertidos sexuais (é importante notar aqui que o invertido originalmente se referia ao desejo sexual interracial, mas acabou por representar a homossexualidade), os corpos de mulheres eram o foco principal, particularmente os corpos de mulheres negras, já que mulheres negras encarnaram o absoluto não-humano: ela incorporou a feminilidade e foi racializada na convergência de duas categorias que marcam pessoas, em primeiro lugar, como outro tipo de humano via a diferenciação genital/genitália feminina, e segundo através da racialização em que ela é inscrita firmemente na categoria do não-humano (ou seja, o fato da negritude ser a marca da perversão absoluta que a coloca fora do escopo da humanidade). Além disso, as primeiras descrições de lésbicas eram de mulheres racializadas. [...] A *coisa* que conectou mulheres negras e lésbicas era o imaginário de que ambas possuíam clitóris grandes.⁷⁸

Essas concepções circularam no Brasil no início do século XX, a partir das proposições de cientistas e médicos ligados a movimentos eugênicos, interpretadas à luz das heranças escravocratas e em meio às tensões políticas e sociais no contexto do pós-abolição.⁷⁹ De acordo com Maria Clementina Pereira Cunha, a medicina mental que ganhou corpo dos anos 1920 e 1930 esteve enfocada na perspectiva preventista da “higiene mental” e a prática médica estava voltada para a “regeneração moral” daqueles que eram considerados perigosos, loucos e

⁷⁶ SAUNDERS, Tania. “Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, maio-out. 2017, p. 105-106. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275/14304>. Acesso: em 10 ago. 2020.

⁷⁷ Idem, p. 110.

⁷⁸ Idem, p. 109, grifo do original.

⁷⁹ A eugenia, enquanto teoria científica que informou práticas e sanitárias, surgiu no final do século XIX na Europa. Defendendo a existência de raças superiores e inferiores a partir de pressupostos biológicos e organicistas, propunha o “melhoramento” da raça. No enquadramento teórico da eugenia, indivíduos com comportamentos “desviantes” da norma social eram considerados “degenerados”.

rebeldes no espaço urbano. Segundo a autora, a medicina contribuiu para a criminalização desses sujeitos por meio da sua patologização.⁸⁰

Se, na perspectiva da comunidade de informações, Maria Adísia era “portadora” de uma “anomalia sexual”, infere-se que seu suposto “lesbianismo” tenha sido compreendido como um problema congênito, algo que ela carregava no corpo. A própria noção de “anomalia” possui uma conotação de doença e desvio, ao sabor das teorias médicas do final do século XIX. O “lesbianismo” parece ter sido um agravante que se somava à acusação sobre as convicções políticas de esquerda da jornalista, constituindo mais um impeditivo para a sua participação no curso. De certa maneira, o “lesbianismo”, mencionado ao final da lista de “graves indícios” referentes à militante, parece ser mais um indicativo da sua atitude subversiva. Uma prova a mais de que aquela mulher deveria ser considerada perigosa.

Em 1976, a Divisão de Informações da Superintendência Regional do Estado do Paraná realizou uma investigação sobre um campo de treinamento de guerrilheiros naquele estado, produzindo um relatório que foi encaminhado ao Departamento de Polícia Federal em setembro de 1981. A partir das “declarações” de um “informante”, encontram-se dados sobre uma suposta organização subversiva (não identificada), o local onde estava instalada e as pessoas que a integravam. Dez indivíduos (três mulheres e sete homens) foram identificados em um relatório que descrevia informações familiares, residenciais, profissionais e acerca das atividades exercidas dentro ou em prol da organização.⁸¹

Dentre essas pessoas estava Loreta, uma das mulheres suspeitas “por suas ligações”, sobre quem acreditava-se que tivesse realizado treinamento militar. Também se adverte que ela já havia sido detida anos antes para averiguar sua participação em venda de drogas. Abaixo do primeiro parágrafo, sobre suas informações pessoais, lê-se:

- A nominada, **lésbica ativa** – “**fanchona**” –, viciada e distribuidora de tóxicos em Porto Alegre/RS.
- A nominada, em 13/05/76, foi detida pela DRE/SR/DPF/RS para apurar envolvimento com tóxicos [...].
- A nominada, por suas ligações, é suspeita de pertencer a uma ORGANIZAÇÃO SUBVERSIVA que teria realizado treinamentos [de] tipo militar, preparatórios para guerrilhas, em localidade próxima a estrada que liga Porto Alegre/Taquara.⁸²

⁸⁰ CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 112.

⁸¹ Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, “Campo de treinamento de guerrilheiros”, 23 de setembro de 1981, código BR_DFANBSB_ZD_0_0_0001A_0086_d0001de0001.

⁸² Idem, p. 6, grifos nossos.

Também se desconfiava que a militante tivesse tido contato com guerrilheiros de países vizinhos por meio de Vera, outra militante da organização, que possui o “mesmo endereço onde residia a lésbica ativa Loreta”.⁸³ Trata-se de um mecanismo de produção da suspeita⁸⁴: uma suposta rede de contatos cujo elo parecem ser Loreta e Vera, esta última alvo de desconfiança por residir no mesmo endereço que uma “lésbica ativa” – logo, talvez ela também fosse lésbica.

No primeiro momento, Loreta foi identificada como lésbica e drogada, elementos que, por si só, a transformavam em uma mulher suspeita. Como no relatório a respeito de Maria Adísia, o “lesbianismo” parece configurar um indício a mais de subversão. Porém, Loreta foi identificada como um tipo específico: “lésbica ativa”, termo que remonta às categorizações de Havelock Ellis. “Fanchona” parece, por sua vez, reforçar os aspectos considerados masculinos a respeito da conduta de Loreta – trata-se de um vocábulo disseminado socialmente para referir-se a lésbicas pouco feminilizadas. Portanto, tal classificação deve ter sido motivada pela percepção de certa masculinidade no comportamento de Loreta.

De acordo com a historiadora Ana Maria Colling, as militantes, por terem ocupado um lugar considerado estritamente masculino, sobretudo na luta armada, não foram exatamente vistas como mulheres pelos militares. Considerando que elas não correspondiam ao modelo histórico da feminilidade burguesa, foram percebidas como “um desvio de mulher”. A autora afirma que ora as militantes foram tidas como prostitutas à procura de homens, já que os partidos políticos constituíam espaços de atuação masculina, ora como lésbicas, ocupando espaços masculinos.⁸⁵ Independentemente de ter assumido ou não um cargo de liderança, Loreta parece ter cumprido um papel importante na organização, ao ser a pessoa que mantinha contatos com o exterior.

Ao mesmo tempo, as lésbicas têm sido historicamente associadas à masculinidade ou à falta da feminilidade. À medida que as teorias médicas classificaram o “lesbianismo”, lésbicas foram representadas como mulheres masculinizadas. Diante disso, Ana Maria Brandão argumenta que, se as lésbicas são vistas como objetos de consumo impróprio para homens, aquelas consideradas “masculinas” têm sido concebidas como uma falha constitutiva deste

⁸³ Idem, p. 8.

⁸⁴ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 01 set. 2020.

⁸⁵ COLLING, Ana Maria. “50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero”. *Opsis*, Catalão, v. 15, n. 2, 2015, p. 378-379. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 20 out. 2019.

grupo social.⁸⁶ Portanto, Loreta e Maria Adísia eram alvos de dupla suspeita: por um lado, eram militantes, enquadrando-se na categoria de “subversivas”; por outro, foram vistas como lésbicas, contrariando as normas morais e sexuais que eram defendidas pelo regime militar.

Entre as teses dos psiquiatras europeus e as informações produzidas por agentes da repressão na ditadura brasileira há quase um século de distância. Contudo, podemos traçar as permanências de toda uma tradição do campo da ciência médica a respeito do comportamento e da sexualidade, por meio da análise dos discursos. Vale ressaltar que esta tradição foi fundada, em meados do século XIX, pela teoria da degenerescência. Esta teoria postula que as “patologias sociais” – a loucura, o crime, a prostituição, a homossexualidade – se originam na degeneração dos indivíduos, transmitidas hereditariamente. Assim, a teoria da degenerescência orientou as práticas da medicina social no sentido da disciplinarização e higienização. Césare Lombroso, expoente desse campo, desenvolveu, por exemplo, uma tipologia dos criminosos natos que serviu de modelo para a criminologia e a psiquiatria.⁸⁷

A proximidade terminológica entre os documentos da comunidade de informações e as obras médicas aponta para o fato de que as concepções do século XIX continuavam a informar a visão de mundo das autoridades brasileiras no último quartel do século seguinte. Assim, pode-se compreender que, durante a ditadura brasileira, se produziram diversas representações a respeito do “lesbianismo”, marcadamente estigmatizantes. Informadas por uma matriz multifacetada a respeito da subversão política, do comportamento e da sexualidade, essas representações impactaram o cotidiano das lésbicas ao mesmo tempo em que criaram um imaginário sobre o que é ser lésbica.

Na perspectiva de ideólogos e agentes do regime, a dissolução moral da juventude e a destruição da família compunham a estratégia do chamado movimento comunista internacional, que também atuaria por meio de uma guerra psicológica. A Escola Superior de Guerra (ESG) foi o espaço onde a coalizão civil-militar definiu as bases ideológicas tanto do golpe de 1964 quanto do regime que se instaurava. Ali, um grupo de consultores – principalmente psiquiatras, clérigos, juristas e militares – produziu, justificou e legitimou o pânico moral dos setores conservadores. Por meio de cursos e palestras, estas autoridades conceberam a subversão comunista como uma patologia sexual, psicossocial e psicológica.⁸⁸

⁸⁶ BRANDÃO, Ana Maria. “Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homo-erotismo feminino”. *Análise Social* [online], v. 45, n. 195, 2010, p. 324. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n195/n195a04.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

⁸⁷ RAGO, Margareth. “O corpo exótico, espetáculo da diferença”. *Labrys* [online], v. 13, jan.-jun. 2008, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

⁸⁸ COWAN, 2016, *Op. Cit.*, p. 113.

Ana Rita Fonteles Duarte, ao analisar o *Manual Básico* da ESG, pergunta sobre o lugar que as relações de gênero ocuparam na elaboração do projeto da DSN. A historiadora argumenta que as mudanças culturais e sociais vivenciadas nos anos 1960 e 1970 impactaram o pensamento militar no sentido de reorganizar o enfrentamento do que consideravam uma “crise moral” da sociedade por meio de “estratégias psicossociais”. Trata-se da necessidade de combater condutas morais e sexuais indesejadas e consideradas degradantes socialmente.⁸⁹ Assim, a família, a educação e os papéis sexuais foram componentes centrais, mobilizados para a construção da legitimidade da ditadura civil-militar. Duarte afirma, neste sentido, que

Reformulação e endurecimento da legislação penal a fim de proteger a família ameaçada, divulgação pelos meios de comunicação existentes de “valores espirituais e morais da nacionalidade”, criação de medidas legislativas que ampliassem a responsabilidade do casal na criação dos filhos e assistência aos ascendentes reforçariam a “indissociabilidade do casamento”, de acordo com as sugestões de medidas a serem adotadas no campo psicossocial pelo relatório [sobre a questão da família] elaborado em 1975. Uma marca dos trabalhos dessa natureza analisados no acervo da ESG entre os anos de 1969 e 1977 é que embora tragam a preocupação de diagnosticar ou relacionar-se com a realidade presente, mantêm algumas ideias-força presentes como a preocupação da defesa da família e seu lugar como estrutura social fundamental para a garantia da Segurança Nacional.⁹⁰

Portanto, dado que havia uma estreita relação entre subversão sexual e segurança nacional, não surpreende que o “lesbianismo” esteja presente nos relatórios de investigação da comunidade de informações. Em tempos verde-oliva, é possível que as lésbicas fossem percebidas como um alerta à manutenção da segurança nacional, ao desafiarem a naturalidade da heterossexualidade. Segundo a pensadora e ativista lésbica Adrienne Rich, a instituição da heterossexualidade assegura o poder masculino nos âmbitos político, econômico, social e cultural.⁹¹ Assim, o caráter compulsório da heterossexualidade, manifestado por meio do casamento, do amor romântico e da reprodução, constitui uma ferramenta de controle do corpo e da sexualidade das mulheres, a fim de garantir o cumprimento das expectativas e imposições patriarcais a seu respeito. Tendo em vista estes aspectos, as lésbicas parecem se enquadrar na nova figura do subversivo, construída pelo pensamento militar a partir dos anos 1970.

⁸⁹ FONTELES DUARTE, Ana Rita. “Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra”. *Diálogos* [online], v. 18, n.1, jan.-abr. 2014, p. 75-92. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35946>. Acesso em: 20 set. 2019.

⁹⁰ Idem, p. 87.

⁹¹ RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Revista Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, n. 05, 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 ago. 2019.

Entre as parcerias civis e militares no âmbito da ESG, destaca-se a atuação do psiquiatra Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), amigo de longa data do primeiro general-presidente, Castello Branco. Formado em neuropsiquiatria, Pacheco e Silva trabalhou em importantes hospitais psiquiátricos no começo do século XX: em 1921, tornou-se diretor do Hospital de Juquery⁹² (Franco da Rocha-SP) e em 1929 participou da fundação do Sanatório Pinel⁹³ (Pirituba-SP). Na mesma década, realizou viagens de estudo aos EUA e à Europa, a convite da Fundação Rockefeller, a fim de aprofundar seus conhecimentos médicos. Ademais, atuou ativamente na Liga Brasileira de Higiene Mental, uma das diversas entidades civis que, baseada em princípios eugenistas e na medicina social, se propunha a moralizar a sociedade. Aliás, o Juquery foi sede da Liga Paulista de Higiene Mental, associação fundada pelo próprio Pacheco e Silva.⁹⁴ Ao longo de sua carreira, o psiquiatra tornou-se um expoente das teorias da eugenia e do higienismo no Brasil.⁹⁵

A partir do final da década de 1940, Pacheco e Silva aproximou-se cada vez mais dos militares. Em 1958, foi aluno e conferencista na ESG, tendo recebido diversas medalhas de condecoração militar. Nos anos 1960, ele já havia se tornado um representante internacional do anticomunismo, ao mesmo tempo em que era um dos psiquiatras de maior prestígio do Brasil. Colaborou com a mobilização golpista e foi um dos fundadores da ARENA em 1966.⁹⁶ Durante a ditadura, atuou como um articulador entre os interesses dos militares e dos empresários paulistas.⁹⁷

Nesse contexto, sua produção científica passou por uma reorientação de temas de interesse. O psiquiatra passou a privilegiar temas como a “guerra psicológica” do comunismo, as drogas, os problemas da juventude, a sexualidade e, particularmente, a homossexualidade –

⁹² Para uma discussão sobre essa instituição, cf. CUNHA, Maria Clementina. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

⁹³ O Pinel foi tema de uma importante tese de doutorado. Cf. COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. **Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria**. 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

⁹⁴ CUNHA, 1986, *Op. Cit.*, p. 167-169.

⁹⁵ Em sua dissertação de mestrado, Vivian Ferreira evidencia que Pacheco e Silva foi um dos responsáveis pela implementação da psiquiatria organicista no Brasil. Sob sua gestão, os hospitais psiquiátricos passaram a aplicar terapias invasivas em seus pacientes, como o eletrochoque, a lobotomia e a insulino-terapia. Cf. FERREIRA, Vivian Carla Garcia. **Infames “Marias”**: prontuários de mulheres do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952). 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

⁹⁶ No contexto do bipartidarismo imposto pelos militares com o fechamento do Congresso, a Aliança Nacional Renovadora (ARENA) foi o partido criado com a finalidade de dar sustentação política à ditadura.

⁹⁷ TARELOW, Gustavo. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**. 2018. 355f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 266-289.

sobretudo no final de sua carreira.⁹⁸ A partir disso, Pacheco e Silva se tornou um dos grandes difusores da ideia de que os comunistas brasileiros estavam promovendo uma estratégia de dominação psicológica da população. Exemplo disso foi o livro *Hippies, Drogas, Sexo, Poluição*, publicado em 1973. A obra apresenta os “desvios sexuais” como ataques políticos, morais e biológicos contra o “ocidente cristão”. Pacheco e Silva buscava denunciar a existência de um “aparato comunista” que combinava “dissolução de costumes” e “degradação da família”:

[O] Problema que era no passado da alçada exclusiva das forças armadas, passou ultimamente a exigir o concurso não só de elementos militares, mas também de civis, dado que as armas utilizadas na guerra moderna não visam tão somente a destruição material e a conquista do território inimigo, mas sobretudo o aniquilamento moral do adversário, para derrotá-lo sem que haja derramamento de sangue. Fala-se, assim, até mesmo de uma guerra sem lágrimas. (...) A luta contra a dissolução dos costumes, contra a degradação da família, a corrupção, a subversão e a disseminação das toxicomanias, se impõe, assim, para a salvaguarda da soberania de uma nação.⁹⁹

Ainda no livro, após reconhecer as obras de Krafft-Ebing e Havelock Ellis como grandes contribuições de cunho “eminente científico”, Pacheco e Silva aborda o tema da sexualidade:

É também insofismável que os povos que alcançaram o mais alto grau de civilização e de estabilidade social foram os que mais se preocuparam com a moral sexual, procurando preservar o sexo de todas as aberrações, pelo combate à promiscuidade e aos maus costumes, pelo respeito à castidade, à virgindade, ao pudor, à decência, à fidelidade conjugal, às relações sexuais normais.¹⁰⁰

A trajetória do psiquiatra é ilustrativa das alianças entre a ciência médica e o poder político. Os intelectuais e as autoridades da ESG produziram, no decorrer dos anos 1970, uma nova figura do subversivo, a partir de uma matriz que conjugava imoralidade, perversão, degeneração e sexualidade desviante. Informada pela teoria eugenista do século XIX, a elite intelectual da ESG passou a argumentar que a defesa da segurança nacional implicava na revitalização moral da sociedade brasileira. Para tanto, seria necessário intervir nos papéis sexuais e na sexualidade, “recuperar” a centralidade da família e combater a corrupção moral da juventude. Toda uma tradição do campo médico, portanto, sustentou a categorização,

⁹⁸ Idem, p. 285-289.

⁹⁹ PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. **Hippies, Drogas, Sexo, Poluição**. São Paulo: Martins, 1973, p. 45.

¹⁰⁰ Idem, p. 49.

realizada por agentes do regime, de Loreta como “lésbica ativa” e Maria Adísia como “portadora de anomalia sexual”.

O uso da psiquiatria para práticas repressivas de governos autoritários possui sua própria história de violência ao longo do século XX.¹⁰¹ No Brasil, é sabido que médicos e psiquiatras acompanhavam as sessões de tortura durante a ditadura militar, participando como médicos assistentes. Mas a sua presença foi além: as instalações de hospitais psiquiátricos e manicômios foram utilizadas para a tortura, como no caso do Manicômio de Franco da Rocha (antigo Juquery).¹⁰² A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” debateu em audiências públicas o papel de instituições e profissionais de saúde mental da ditadura militar, constando que houve diversas internações psiquiátricas, inclusive de militantes políticos.¹⁰³ De acordo com Maria Izabel Sanches Costa:

Posteriormente, após o golpe militar e sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional, o Manicômio de Franco da Rocha tornou-se um importante instrumento de repressão política. Foi utilizado para fins prisionais segundo interesses do então regime político vigente, a ponto de se tornar um depósito de loucos em meio à miséria e ao esquecimento. A superlotação passou a fazer parte da instituição no momento em que começou a ser utilizada pelos militares como local de internação de quem resistisse ao projeto de sociedade ou discordasse do regime, transformando-se em uma verdadeira prisão de presos políticos, doentes mentais e outros indesejados. [...] Há relatos de casos em que militantes políticos eram usados como cobaias para experimentos psiquiátricos, criando-se o estigma de campo de concentração da ditadura militar.¹⁰⁴

Assim, as instituições psiquiátricas tornaram-se grandes aliadas do Estado ditatorial para a manutenção do controle social e exclusão dos sujeitos considerados “subversivos”. Nesse contexto, considerando o lugar ocupado pelo “lesbianismo” na literatura médica e nos relatórios de investigação, me pergunto se as lésbicas também não teriam sido impactadas pela atuação das instituições psiquiátricas no período. Com essa inquietação, busquei abordar o tema nas

¹⁰¹ Exemplo disso foram os experimentos médicos e as torturas realizadas com gays e lésbicas durante os regimes nazifascistas na Alemanha e na Itália – a castração, a lobotomia e o uso abusivo de hormônios constam entre as práticas violentas utilizadas. Para uma história sobre o lesbianismo durante a primeira metade do séc. XX na Itália, ver: MILLETTI, Narina; PASSERINI, Luisa (orgs.). *Fuori della norma. Storie lesbiche nell'Italia della prima metà del Novecento*. Turim: Rosenberg & Sellier, 2007.

¹⁰² SAKAGUCHI, Douglas; MARCOLAN, João Fernando. “A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar”. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, v. 29, n. 4, jul.-ago. 2016, p. 476-481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600065>. Acesso em: 13 set. 2020.

¹⁰³ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015, p. 1217-1228. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

¹⁰⁴ COSTA, Maria Isabel Sanches. “Política de saúde-política de segurança: Manicômio Judiciário, entre o hospital e a prisão”. *Revista do Arquivo*, São Paulo, ano II, n. 5, outubro de 2017, p. 144-160. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_11.php. Acesso em: 25 set. 2020.

entrevistas realizadas, considerando sua complexidade e a dificuldade em narrar histórias que poderiam ser extremamente dolorosas. Algumas colaboradoras compartilharam memórias a respeito da internação de lésbicas no período. Estas podem ser compreendidas como “memórias subterrâneas”, na esteira das reflexões de Michael Pollak: historicamente silenciadas, são proibidas ou clandestinas, sobrevivendo por via informais. Desta forma, se constituem com diversas “zonas de sombra”, silêncios a respeito da experiência vivida.¹⁰⁵

Yone Lindgren é uma das fundadoras do movimento lésbico no Rio de Janeiro. Em entrevista realizada com a ativista, suas memórias apontam para a presença da autoridade médica na vida das lésbicas durante os anos 1980 – já no contexto da abertura política. Ao recordar casos que acompanhou de perto, a internação em hospitais psiquiátricos parece ter sido, em alguma medida, algo corriqueiro para as lésbicas:

Aqui no Rio de Janeiro, na Casa de Saúde Doutor Eiras, as famílias internavam com a maior facilidade. Não existia ainda esse negócio de plano de saúde, então se a pessoa tinha dinheiro, colocava você lá e dizia que era por causa do sistema nervoso, que era surto. Nós tivemos uma menina no Somos-RJ, inclusive, que ela tinha medo da própria sombra. Ela teve que se casar para sair de dentro da clínica Doutor Eiras. Ela saiu de lá direto para o casamento dela com um primo. Quando ela consegue se separar disso, ela estava sempre na maior paranoia. Mas também tinha muita gente que sumia, o que era pior. Quem era da baixada, da zona oeste, sumia. Sumiam com as pessoas. Aliás, é uma prática até hoje, né? [...]. Então, a gente teve muita gente nossa internada, também no Hospital Colônia de Barbacena. Mandavam muita gente do Rio de Janeiro para lá. Era um hospício que existia em Barbacena [...] e eles ganhavam muito dinheiro vendendo corpos para as faculdades de medicina e as famílias não queriam saber para onde tinha ido o corpo mesmo.¹⁰⁶

A narrativa de Yone é exemplar da presença cotidiana das instituições psiquiátricas, em que a internação aparece como memória relativamente comum. Fundada no início da década de 1960, a Casa de Saúde Dr. Eiras contava com uma filial exclusivamente psiquiátrica em Paracambi, zona rural do Rio de Janeiro, que recebia pacientes com “problemas crônicos”, “sem possibilidades terapêuticas” e que permaneciam internados durante toda a sua vida.¹⁰⁷ Foi fechada definitivamente somente em 2012. Por sua vez, do Hospital Colônia de Barbacena, inaugurado em 1903, sabe-se que 70% das pessoas internadas não possuíam registro de doença

¹⁰⁵ POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹⁰⁶ Entrevista com Yone Lindgren, realizada em 27 de abril de 2020.

¹⁰⁷ LAPPIS. “Um pouco de história: saúde mental já foi o ‘sustento’ do Município de Paracambi”. Disponível em: <https://lappis.org.br/site/um-pouco-de-historia-saude-mental-ja-foi-o-sustento-do-municipio-de-paracambi/2530>. Acesso em: 20 ago. 2019.

mental – eram indivíduos indesejados pela sociedade.¹⁰⁸ Conhecido pelos maus tratos dados aos pacientes (como a terapia de eletrochoque) e pelas condições inumanas do local, Barbacena foi fechado somente nos anos 1980.

O caso da parceira de militância de Yone parece-nos sintomático da necessidade de imposição do casamento para a manutenção das mulheres dentro dos rígidos limites estabelecidos pelas normas patriarcais. O constante reforço da heterossexualidade para as mulheres implica, conseqüentemente, o apagamento – material e simbólico – da existência lésbica: a amiga de Yone saiu do hospital psiquiátrico “direto para o casamento”. Neste caso, trata-se tanto da correção como da negação de uma existência, apagada primeiro pelos tratamentos psiquiátricos¹⁰⁹ e posteriormente pela obrigatoriedade do casamento heterossexual. Uma série de ferramentas que pretendiam eliminar um modo de vida tão desafiador às normas sociais e ao regime político imposto a partir de 1964.

A internação forçada de lésbicas em hospitais psiquiátricos possui uma longa trajetória. Em seu estudo sobre o Hospital do Juquery, Maria Clementina Cunha analisou o prontuário de diversas mulheres internadas devido a sua “perversão sexual”. Segundo a autora, na perspectiva da medicina eugênica, essas manifestações da sexualidade “devem ser psiquiatrizadas, posto que são entendidas como uma ameaça latente à sociedade e ao ‘progresso’”.¹¹⁰ Certamente, investigações com prontuários médicos de hospitais psiquiátricos que tomassem o “lesbianismo” como categoria de análise elucidariam dados mais consistentes sobre essa história de apagamento social da lesbianidade por meio da internação psiquiátrica.

Outra “memória subterrânea” foi a de Rose Abreu, lésbica militante de esquerda. Nascida em 1967 em Valinhos, no interior de São Paulo, Rose viveu sua adolescência nos anos da abertura política do regime militar. Oriunda de uma família de classe média baixa, seu pai trabalhava como enfermeiro em um hospital público e sua mãe era dona de casa. Em 1984, após completar quinze anos, ela decidiu contar para os pais que se considerava lésbica “como se realmente fosse uma coisa normal, porque eu não achava que era diferente de ser normal”.¹¹¹ Ao contrário do que havia imaginado, ela foi levada a uma psiquiatra, que receitou

¹⁰⁸ ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013, p. 14-15.

¹⁰⁹ É possível que o tratamento tenha envolvido medicalização severa e terapia de eletrochoque. Na bibliografia consultada sobre os hospitais psiquiátricos no Brasil, a eletroterapia desponta como uma técnica de tratamento bastante comum. Somente em 2012 a eletroterapia passou a ser mais rigorosamente regulada no país, quando o Conselho Federal de Medicina estabeleceu regras específicas para a adoção da técnica, como a necessidade de aplicar anestesia geral. Cf. ARBEX, 2013, *Op. Cit.*, p. 32.

¹¹⁰ CUNHA, 1986, *Op. Cit.*, p. 159.

¹¹¹ Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019.

medicamentos para sua jovem paciente. Em sua narrativa, a experiência com as práticas médicas foi profundamente dolorosa:

Quando eu contei, eu tive que ir ao médico, foi onde eles me levaram, mesmo porque meu pai era enfermeiro, conhecia todo mundo do hospital, aí ele me levou numa médica psiquiatra. Aí começou a tortura, até então eu também não sabia que ia ser uma tortura. Eu já tinha uma série de dificuldades dentro da escola, porque eu sempre fui uma pessoa mais rebelde. E era uma época de final da ditadura militar, então as escolas estavam construindo os grêmios estudantis, tinha toda essa questão e eu já tinha uma militância política. Isso piorava muito, né? Eu comecei a ir ao psiquiatra com 15 anos e eu não sabia o que eu tinha que falar e aquilo era muito assustador. Teve sessões que eu só chorava o tempo inteiro, porque eu não entendia o que estava acontecendo, porque aí eu já achava que provavelmente eu tinha alguma coisa, que eu era doente. Já achava que eu era o problema. Eu ficava nervosa, chorava, isso piorava minha situação de rebeldia, então eu tomava muita medicação. Foi quando a médica resolveu que eu tinha que tomar medicação, isso foi o que acabou com tudo, porque com a medicação eu acabei ficando uma outra pessoa. E aí era uma abertura de porta para drogas, eu comecei a gostar daquela medicação, porque dava uma sossegada. Nessa época, as medicações atuavam como uma droga, te deixavam num barato [...]. A medicação atrapalhou demais a minha vida toda.¹¹²

O relato de Rose aponta para as condições políticas e sociais que permitiram que uma adolescente fosse internada por ser “rebelde demais” – a ditadura militar, a medicalização e a “rebeldia” constituem eixos centrais de sua narrativa. Se sua rebeldia se expressava na sua militância e nos conflitos escolares, nomear-se lésbica foi um agravante definitivo, inaceitável para a moralidade conservadora dos anos 1980. Rose começou a ser medicada três anos antes da homossexualidade deixar de configurar um “desvio e transtorno mental” no Código de Saúde do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), autarquia criada pelo regime militar em 1974. Foi necessária muita mobilização política para despatologizar a homossexualidade.¹¹³

Por meio das reflexões realizadas, buscamos evidenciar as confluências entre narrativas culturais, médicas e jurídicas que contribuíram para promover distintas violências contra lésbicas durante a ditadura civil-militar. Narrativas como a de Rose e Yone chamam a atenção para o sofrimento causado pela medicalização e pela internação psiquiátrica. Foram processos vivenciados individualmente, mas que deixaram um legado de dor e exclusão para a

¹¹² Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019.

¹¹³ A luta pela despatologização da homossexualidade, empreendida por grupos gays e lésbicos (Grupo Gay da Bahia, Grupo de Ação Lésbica-Feminista, Somos-SP, Somos-RJ, Outra Coisa, entre outros) a partir do começo dos anos 1980, visava à revogação do parágrafo 302 do Código de Saúde do INAMPS. Este, por sua vez, baseava-se na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde. O Grupo Gay da Bahia impulsionou uma campanha nacional com um abaixo-assinado e o debate ganhou espaço nas Assembleias Legislativas, inclusive em São Paulo.

comunidade lésbica. Apesar da despatologização da homossexualidade, lésbicas continuam sendo percebidas como “doentes”.

A análise dos documentos da comunidade de informação, por sua vez, evidencia que o projeto de nação defendido pela ditadura se baseou em intensos investimentos para estigmatizar, marginalizar e excluir todas as pessoas que questionavam o regime, inclusive pelo questionamento às normas e padrões sociais. Especificamente no caso das lésbicas, observamos como política e psiquiatria se combinam, atualizando discursos que promovem a patologização e a repressão sexual.

1.2 Violência policial: onde é seguro ser lésbica?

Na recente historiografia sobre “ditadura e homossexualidades”¹¹⁴, que ganhou fôlego após as audiências públicas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, da Comissão Nacional da Verdade¹¹⁵ e do lançamento do livro *Ditadura e homossexualidades*, organizado por James Green e Renan Quinalha¹¹⁶, tem-se conferido maior centralidade à repressão policial e à censura contra a população LGBT. Os trabalhos de Luiz Morando, Renan Quinalha, Rafael Ocanha e Rita Colaço Rodrigues foram contribuições centrais, pois historicizaram a atuação do movimento LGBT no Brasil e evidenciaram o cotidiano da violência e do preconceito contra essa população.¹¹⁷ Essas pesquisas focalizaram grupos e militantes majoritariamente homens, como por meio do jornal *Lampião da Esquina*, não tendo

¹¹⁴ O termo “homossexualidades”, utilizado pela historiografia sobre o tema, visa a ser um guarda-chuva para as expressões da sexualidade e do gênero não-normativas. Para os fins deste trabalho, optamos por realizar uma nítida diferenciação entre homossexualidade e lesbianidade, sempre nomeando a quem nos referimos, por considerar a invisibilidade das lésbicas no antigo movimento homossexual e atual movimento LGBT. Inclusive, o deslocamento do “L” para o começo da sigla foi uma luta política das lésbicas, no início dos anos 1990, para visibilizar suas demandas.

¹¹⁵ Houve duas audiências públicas. A primeira, organizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, foi realizada em 26/11/2013 e teve como tema “Ditadura e homossexualidade: a resistência do movimento LGBT”. A segunda, realizada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” e o Memorial da Resistência, ocorreu em 29/03/2014, com o tema “Ditadura e Homossexualidade no Brasil”.

¹¹⁶ GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2015.

¹¹⁷ MORANDO, Luiz. Se correr o bicho pega... Repressão policial a gays e travestis em Belo Horizonte (1969-1985). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natalia (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui**: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro. São Paulo: Letra e Voz, 2017; OCANHA, Rafael Freitas. **“Amor, feijão, abaixo camburão”**: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014; RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo**: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena. 2013. 371f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013; QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes**: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

se debruçado tanto nas vivências lésbicas. Assim, perguntamos, nesta pesquisa, como se deu e quais as particularidades da violência contra as lésbicas durante o período estudado.

O sétimo capítulo do Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” (2015) discorre sobre os impactos da ditadura nas vidas de lésbicas, gays e travestis. O documento analisa episódios de vigilância e repressão, enfatizando a violência policial contra essa população. Sobre este aspecto, argumenta-se que constituiu um dos pilares da repressão contra esses grupos. Por isso, ainda que não tenha existido uma política sistemática de extermínio (como no caso da luta armada), a dimensão da violência policial indica que houve uma política de Estado repressiva contra gays e lésbicas durante o período.¹¹⁸

Na presente seção, analisamos a violência policial em espaços de sociabilidade lésbica, buscando compreender a associação entre lesbianismo, perigo e crime, presente no imaginário social dos anos 1980. Conforme Renan Quinalha, a mobilização do aparato repressivo dá concretude às preocupações morais e sexuais do regime, contrapondo-se às narrativas que postulam a convivência da repressão política com um controle moral brando.¹¹⁹ Prisões arbitrárias e sentimento de medo frente à instituição policial estiveram presentes no cotidiano das lésbicas, tanto antes quanto depois de iniciado o processo de distensão política. Diante deste cenário, o chamado movimento homossexual, em parceria com outras organizações políticas, se organizou para acabar com a violência policial, promovendo uma campanha na cidade de São Paulo no início de 1980. Por isso, também dedicaremos nossa atenção a estas mobilizações e às estratégias formuladas por lésbicas para ocupar o espaço público.

Pensar as sociabilidades lésbicas em locais como bares e boates da região central de São Paulo, alvos centrais das investidas policiais, enseja reflexões sobre o espaço. Por sua vez, compreender o espaço, em uma sociedade heterossexista, implica em reconhecer que este pode ser, concomitantemente, um elemento de negação e possibilidade de existência de sexualidades não-normativas, segundo Maria Helena Lenzi e Joseli Maria Silva.¹²⁰ As autoras, ao analisarem as geografias lésbicas em Florianópolis durante a ditadura, asseveram que o espaço público se constrói a partir da “produção sistemática do poder heteronormativo e as mulheres lésbicas

¹¹⁸ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹¹⁹ QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985)**. 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 173.

¹²⁰ LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. “‘Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê’: Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil”. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, 2018, p. 114-152. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>. Acesso em: 03 set. 2020

estão em permanente vigilância de suas expressões corporais e de afeto que podem permitir o reconhecimento de sua orientação sexual”.¹²¹ Nas entrevistas que realizaram, lésbicas expressaram que “eram reprimidas por meio de ações difusas em todas as escalas e instâncias da sociedade da época, legitimando assim o discurso dominante, associado à necessidade de repressão das sexualidades e sua submissão ao controle moral da época”.¹²²

Lenzi e Silva se referem à contradição dos espaços públicos e privados, que podem tanto potencializar a visibilidade pública quando negar a existência das lésbicas. Essa dinâmica também se apresenta nos espaços de sociabilidade lésbica de São Paulo mencionados por nossas interlocutoras. Como observaremos, os bares e as boates do centro de São Paulo estavam sob vigilância da polícia, ao mesmo tempo que eram locais de encontro de lésbicas e gays. Lugares onde, supostamente, não precisariam esconder-se: no entanto, os estigmas da lesbianidade as acompanhavam a todos os espaços.

Míriam Martinho, uma das ativistas fundadoras do Grupo Lésbico Feminista (LF) e posteriormente do GALF, recorda que o imaginário social sobre as lésbicas estava formado por uma série de preconceitos atrelados à lesbianidade, o que contribuía para a situação marginal que essa população vivia:

A sociedade era *muito* conservadora naquele período, a homossexualidade ainda era considerada doença. Nem se falava homossexualidade, o termo era “homossexualismo”. As próprias referências às lésbicas eram em páginas policiais ou páginas psiquiátricas e psicológicas, com aquela visão de doença ou de crime. Era isso o que existia na época [...]. Então, a gente não tinha nenhuma cidadania, ficava jogada lá para a área da marginalidade mesmo. Havia essa ligação com a questão criminal, porque você só aparecia na imprensa em páginas de crime, quando uma matava a outra. E tinha todo aquele discurso religioso, misturado com discurso médico. Tudo junto, entendeu? [...]. Naquela época, essa visão imperava, a gente ainda não tinha voz, era bastante complicado ser gay e lésbica.¹²³

Em sua narrativa evidenciam-se alguns mecanismos que solidificam estigmas, como o de que as lésbicas são violentas. Parece-nos significativo que na memória da ativista esteja presente a representação das lésbicas na seção criminal de jornais, sobretudo ao considerar a grande capacidade da imprensa de reforçar estereótipos e identidades coletivas. Socialmente, as lésbicas estavam atreladas às imagens do perigo e da anormalidade.

As memórias de Rose Abreu, que enfrentou a chamada “terapia de cura”, recompõem os mesmos eixos narrativos. Para ela, havia uma nítida associação entre lésbicas e crime, pois

¹²¹ Idem, p. 119.

¹²² Idem, p. 126.

¹²³ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

“quando você não era visto como doente psiquiátrico, você era um criminoso. Se você estivesse de mãos dadas com uma mulher na rua, ou dois homens de mãos dadas na rua, a polícia te parava, te batia, te prendia”.¹²⁴ Adiante, analisamos a estruturação do aparato policial durante o regime militar e alguns aspectos da abordagem policial com as lésbicas.

Sobretudo a partir de 1968, com a edição do AI-5, as preocupações dos órgãos de segurança com a resistência armada fomentaram novas políticas de policiamento ostensivo nos espaços públicos, com o objetivo de conter a guerrilha urbana. Em São Paulo, as polícias militar e civil criaram diferentes órgãos de investigação, as rondas de policiamento – ROTA, RUDEGRAN, RUDEIC e RUDIS. Porém, com o arrefecimento da luta armada, o aparato repressivo se voltou para o combate à criminalidade urbana e à prostituição. Delegados do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS) começaram a chefiar as delegacias seccionais da polícia, que passaram a atuar por meio de rondas que circulavam pelo centro e pela periferia da cidade.¹²⁵ Conhecido pelas inúmeras violações aos direitos humanos, Sérgio Paranhos Fleury foi um dos delegados encarregados do DEOPS a partir de 1968.¹²⁶ Além de ter sido um dos principais líderes do Esquadrão da Morte¹²⁷, segundo denúncia do Ministério Público de São Paulo, Fleury comandou rotas de combate à prostituição de travestis em São Paulo.

Pelo menos desde 1977, segundo Quinalha, as ações policiais para coibir os locais de sociabilidade homossexual e lésbica e as zonas de prostituição se intensificaram com a gestão de Erasmo Dias na Secretaria de Segurança Pública (SSP). Para o autor, foi em São Paulo, lugar de concentração do maior contingente de lésbicas, gays e travestis, onde ocorreu a mais sistemática e ofensiva operação repressiva do Estado contra essas populações.¹²⁸ As polícias civil e militar se estruturaram em diversas operações, com o respaldo da SSP, organizando rondas de policiamento ostensivo e prisões preventivas. Para justificar suas ações vexatórias e arbitrárias, utilizaram argumentos moralistas com roupagem de discurso jurídico.

¹²⁴ Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019.

¹²⁵ OCANHA, Rafael Freitas. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1983). In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 150.

¹²⁶ Conferir a breve biografia de horrores do delegado disponível no site *Memórias da Ditadura*: <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/delegado-fleury/>. Acesso em: 23 ago. 2019.

¹²⁷ O Esquadrão da Morte foi uma organização paramilitar formada em São Paulo no final dos anos 1960, que surgiu com a justificativa de empreender uma ofensiva contra a criminalidade. Contudo, os agentes envolvidos foram apontados como autores de torturas e morte de civis e presos políticos. Para mais informações, conferir o site da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-i-cap2.html>. Acesso em: 23 ago. 2019.

¹²⁸ QUINALHA, 2017, *Op. Cit.*, p. 191.

A reforma do Código Penal em 1977 legitimou a ação da polícia. A Lei 6.416, de 24 de maio daquele ano, definiu que todas as infrações penais eram inafiançáveis, com exceção da vadiagem e da mendicância.¹²⁹ A criação de uma norma a respeito remonta ao Código Penal da Primeira República, promulgado em 1890, que definia a figura jurídica do “vadio” como aquele que não possui os meios de garantir sua subsistência.¹³⁰ Assim, a vadiagem foi definida como crime, o que se manteve durante a ditadura do Estado Novo.

De acordo com Rafael Ocanha, nas detenções realizadas nas rondas policiais, os indivíduos que não portavam documentos regulares ficavam detidos por vários dias, ainda que sem a abertura de um inquérito.¹³¹ O jornal *Lampião da Esquina*¹³² alertou para os mecanismos de combate à violência defendidos pelo governo militar. Em sua edição de fevereiro de 1980, a matéria intitulada “O Governo diz que não. Mas aí vem a prisão cautelar” denunciava o perigo representado pelo recém-elaborado projeto de lei que instituiu a prisão cautelar, de autoria de Erasmo Dias, à época deputado estadual pela ARENA. No periódico analisa-se como a questão estava sendo debatida entre deputados, secretários de segurança pública e policiais, inclinados à legalização do mecanismo. A medida permitiria deter legalmente pessoas sem prisão preventiva decretada, o que representava um perigo ainda maior para as populações vulneráveis:

A prisão por “suspeita” atinge diretamente aos homossexuais e outras minorias, como os negros, por exemplo. Por avaliação subjetiva, poderá ser preso não apenas qualquer viado, como qualquer negro, qualquer pobre ou qualquer indivíduo que não consiga provar vínculo empregatício. Ué, mas isso já não acontece? Acontece – mas é ilegal. E se for legalizado, perderemos então qualquer possibilidade de luta.¹³³

Nesse contexto, o delegado José Wilson Richetti, chefe da delegacia seccional do centro de São Paulo, comandou diversas rondas policiais com a finalidade de “limpar a cidade”. No *Lampião da Esquina*, elas foram denunciadas como uma “guerra santa” frente à escalada de

¹²⁹ BRASIL. Lei 6.416, 24 de maio de 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6416.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.

¹³⁰ BRASIL. Decreto n. 847, 11 de outubro de 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 05 ago. 2019.

¹³¹ OCANHA, 2015, *Op. Cit.*, p. 158.

¹³² O *Lampião da Esquina* foi criado por um grupo de homossexuais paulistas e cariocas em 1978, tendo circulado até 1981. Foi um importante periódico da imprensa homossexual do período, preocupado em levantar a bandeira da politização da homossexualidade, além de ter sido o primeiro de distribuição nacional – possuía uma tiragem de 10 a 15 mil exemplares. Para um estudo sobre o periódico, ver: BRITO, Alexandre. **O Lampião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981)**. 2016. 137 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

¹³³ *Lampião da Esquina*, n. 21, fevereiro de 1980, p. 8. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 15/ ago. 2019.

efetivos policiais e camburões circulando pelo centro de São Paulo, à plena luz do dia ou de madrugada.¹³⁴ A Operação Cidade, anunciada em 22 de maio de 1980, foi o primeiro operativo comandado pelo delegado e prendeu 172 pessoas, embora tenha durado somente 24 horas.¹³⁵

No ano anterior, ativistas como Míriam Martinho, Cristina Calixto, Marisa Fernandes e Maria Teresa Aarão fundaram o Grupo Lésbico Feminista (LF) na cidade de São Paulo. O LF funcionava ao mesmo tempo como um grupo de autoconsciência e formação política e um espaço seguro para a sociabilidade lésbica. De acordo com Marisa Fernandes, o grupo possuía um caráter irreverente e de experimentação:

As lésbicas do LF começaram sem nenhuma referência e experiência organizativa. Os 15 anos de ditadura já tinham efetivado um apagamento de tudo que podia ser novo e transformador, assim o que elas tinham era a potencialidade revolucionária dos discursos sobre o desejo, o prazer sexual e a possibilidade de subverter uma realidade imposta, a heterossexualidade compulsória [...]. As reuniões do LF eram ilustradas por teorias feministas, pelo combate à reprodução dos estereótipos dos papéis de gênero, bem como o fim da monogamia, com o incentivo das relações amorosas abertas como forma de fugir da opressão da mulher de ser propriedade privada, gerada pelo ideal do amor romântico[...].¹³⁶

As membras do LF frequentavam diversos bares da região central de São Paulo cujo público majoritário eram as lésbicas, a exemplo do Ferro's, Canapé, Cachação, entre outros. Com o início das rondas de Richetti, lembra Miriam, “[os policiais] começaram a baixar com o camburão lá e levar todo mundo preso [...]. Eles fizeram isso em bares de lésbicas e de gays, prenderam também prostitutas, travestis, negros.”¹³⁷ Sua narrativa parece indicar que os operativos policiais comandados por Richetti foram uma espécie de ponto de inflexão, marcando um antes e um depois naqueles bares.

Marisa Fernandes, por sua vez, afirma que os rondões do delegado não constituíram ações pontuais. Ao contrário, estiveram atrelados a uma série de intervenções continuadas nos espaços de sociabilidade lésbica e homossexual:

Em maio [de 1980], nos dias 21 e 24, São Paulo e mais precisamente o Largo do Arouche foi vítima de uma onda de violência policial. Várias viaturas, com policiais

¹³⁴ *Lampião da Esquina*, n. 26, junho de 1980, p. 18.

¹³⁵ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹³⁶ FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 92.

¹³⁷ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

portando armas de grosso calibre invadiram aquele local e prenderam indiscriminadamente mais de 500 pessoas, homossexuais, travestis, prostitutas, negros, portadores de carteiras profissionais assinadas, desempregados e pessoas de uma maneira geral [...]. A ação violenta do Delegado não se limitou àqueles dois dias e foi se estendendo, tendo em 10 dias detido 1.500 pessoas, o que colocava todos os cidadãos da cidade de São Paulo sujeitos às arbitrariedades policiais.¹³⁸

Contudo, as ações policiais em São Paulo não se davam da mesma maneira em bares do centro e de áreas nobres. A boate Moustache, por exemplo, era frequentada por pessoas de alto poder aquisitivo, que receberam um tratamento completamente diferente quando as viaturas do comando de Richetti estacionaram na sua porta. Marisa Fernandes, que também é historiadora, analisou o episódio no livro *Ditadura e homossexualidades*, afirmando que:

Certa noite, pararam umas dez viaturas da polícia em frente à porta da boate Moustache, de frequência exclusivamente lésbica. Ao descer, o delegado Richetti foi recepcionado por um dos donos da casa noturna que, ao ver tantas viaturas, paradas à porta da boate, solicitou ao delegado que estas fossem estacionadas mais abaixo da Rua Sergipe, ao lado do posto de gasolina. Isso porque os fregueses que chegassem poderiam não entrar na casa pensando que fosse o atendimento de uma ocorrência de briga ou coisa pior e assim foi feito.¹³⁹

A ativista ainda afirma que Richetti, ao se deparar com lésbicas da elite econômica, se retirou da casa noturna pedindo desculpas. Por isso, conclui que esta atitude se relaciona ao fato de que o delegado sabia que os locais comerciais nobres mantinham laços com o regime militar.¹⁴⁰ Portanto, a condição de classe poderia conferir certa proteção às lésbicas frequentadoras desses espaços de sociabilidade.

As memórias das colaboradoras indicam um sentimento generalizado de medo frente às rondas de Richetti e estão repletas de comentários sobre a truculência da polícia e suas práticas vexatórias. Rosângela Castro atualmente é ativista do Grupo de Mulheres Felipa de Sousa (RJ), organização que congrega lésbicas negras de diferentes gerações, e da Articulação Brasileira de Lésbicas. Durante a década de 1980, Rosângela vivia em São Paulo e foi uma leitora dos boletins *ChanacomChana*, publicados pelo GALF. À medida que contava sobre como era o Ferro's Bar, aparentemente o mais famoso entre as lésbicas, Rosângela mencionou que chegou a ver umas quatro ou cinco batidas policiais comandadas por Richetti e que “era sempre muito pesado”. E agregou:

¹³⁸ Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por *e-mail*), realizada em 5 de abril de 2020.

¹³⁹ GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2015, p. 135.

¹⁴⁰ Idem, p. 136.

Eu lembro de uma abordagem ter levado algumas mulheres para uma delegacia que tinha ali perto e outras serem enquadradas como vadiagem. E batida policial nunca é uma coisa tranquila, é sempre uma questão constrangedora, ameaçadora, agressiva, as palavras sempre são muito pesadas. A polícia nunca é tranquila.¹⁴¹

Nas memórias de Yone Lindgren, que residia na capital carioca, a segurança de amigos/as gays e lésbicas era uma preocupação central em seu círculo social. Ela recorda que, aos finais de semana, sempre havia um colega do grupo que ficava em casa enquanto os demais saíam, para esperar pelas ligações de cada pessoa confirmando que havia chegado em casa. Atitude que hoje talvez soasse exagerada, naquele momento tratava-se de uma estratégia de autoproteção: caso alguém não ligasse durante a noite, prontamente o grupo de amigos sairia em busca da pessoa. Para ela, não há dúvidas de que as lésbicas sofreram com a repressão. Ela considera que a corporação policial tinha seu próprio “toque especial” com as lésbicas:

Tudo era na zona sul, os bares que a gente frequentava, boates e tal. Então, as [lésbicas] que vinham e depois tinham que voltar de ônibus, relatavam muita violência, não só verbal, até física. Tinha aquela coisa da polícia gostar de tocar um terror maior em cima das mulheres quando eles percebiam que eram mulheres lésbicas, entendeu? Era um negócio muito assim...¹⁴²

Ou seja, Yone identifica atitudes discriminatórias da polícia para com as lésbicas. Ao respeito, Lenzi e Silva nomearam como “componentes específicos nos rituais de violência policial” as atitudes violentas e lesbofóbicas de policiais quando identificavam que mulheres eram lésbicas durante as abordagens em bares, boates ou locais próximos. Uma de suas entrevistadas narrou que a polícia, ao acreditar que uma mulher era lésbica, assumia que “sapatão pode passar a mão, é macho mesmo”.¹⁴³ Esta experiência, semelhante àquela compartilhada por Yone, provavelmente tenha sido mais recorrente do que a historiografia e a memória social foram capazes de registrar. Por isso, pode ser considerada uma “memória subterrânea”, como proposto por Pollak.¹⁴⁴

As “operações de limpeza” de Richetti foram alvo de debate e denúncia pela grande imprensa. Entre 1980 e 1982, a *Folha de São Paulo* publicou algumas reportagens sobre a questão, geralmente enfatizando a violência das batidas policiais e a arbitrariedade das detenções. O maior destaque nessas matérias reside na perseguição a prostitutas e travestis,

¹⁴¹ Entrevista com Rosângela Castro, realizada em 28 de janeiro de 2020.

¹⁴² Entrevista com Yone Lindgren, realizada em 27 de abril de 2020.

¹⁴³ LENZI; SILVA, 2018, *Op. Cit.*, p. 127.

¹⁴⁴ POLLAK, 1989, *Op. Cit.*

talvez em função da polêmica referente à questão da prostituição.¹⁴⁵ Ao mesmo tempo, as matérias também concedem espaço para relatos do próprio Richetti, permitindo, desta forma, que o delegado dissemine seu discurso de ódio contra os grupos subalternizados. Em 13 de junho de 1980, a *Folha* publicou uma matéria intitulada “Detidos confirmam violências. Pessoas que estiveram presas no 3º DP dizem que foram maltratadas por Richetti”:

Várias pessoas confirmaram, ontem cedo, ao diretor do Degran, Rubens Liberatori, que sofreram violência por parte do titular da Delegacia Seccional Centro, José Wilson Richetti, e dos policiais que atuam nas rondas promovidas pelo delegado, quando de suas detenções e durante o tempo em que permaneceram presas no 3º DP. Os depoentes (sic) foram acompanhados por uma comissão de deputados, advogados, artistas e integrantes da Frente Nacional Feminista.

O diretor do Degran, Rubens Liberatori, determinou ao delegado-corregedor, Ruben Prates, que instaure “uma sindicância para apurar a veracidade dos fatos denunciados”, mas ressaltou que as rondas vão continuar, “porque nós não podemos deixar o centro da cidade entre à delinquência. Nossa obrigação é devolver a tranquilidade à população e isso procuramos fazer, é claro, sempre evitando excessos que eventualmente estejam sendo cometidos”.¹⁴⁶

A violência sistemática das operações policiais foi vista pelas autoridades como “excessos”, que pouco importavam frente à imperiosa tarefa de livrar o centro de São Paulo da “delinquência”. Na realidade, a “delinquência” serviu como uma excelente justificativa para os rondões, que visavam restringir a circulação de pessoas, expulsar as travestis e prostitutas do centro da cidade, cercear espaços de sociabilidade de gays e lésbicas e disseminar o medo entre esses grupos.

Indignados com as práticas autoritárias e repressivas orquestradas por Richetti, movimentos sociais se uniram em uma campanha para exigir o fim da violência policial. No mesmo dia da publicação da matéria da *Folha* – 13 de junho de 1980 –, ocorreu uma manifestação no Teatro Municipal contra as arbitrariedades promovidas pelo delegado e pela Secretaria de Segurança Pública. A convocatória fora realizada por diversos grupos: Somos, Movimento Negro Unificado, Grupo Feminista “8 de março”, Associação das Mulheres, Sociedade e Jornal *Brasil Mulher*, Convergência Socialista, Grupo de Mulheres do jornal *O*

¹⁴⁵ As zonas de prostituição do centro de São Paulo foram alvo de intensa violência policial entre 1979 e 1983. As operações policiais contaram com grande cobertura de imprensa, tanto para apoiá-las como para visibilizar as denúncias de prostitutas e travestis. Para uma discussão sobre essa questão, cf. OCANHA, Rafael Freitas. “**Amor, feijão, abaixo o camburão**”: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

¹⁴⁶ *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 1980, p. 12.

trabalho, Grupo Nós Mulheres, Grupo Ação Lésbica Feminista¹⁴⁷, Ação Homossexualista, Jornal *Causa Operária*, Grupo Eros, Grupo Libertus, Frente das Mulheres Feministas e Núcleo de Defesa à Prostituta¹⁴⁸ – o que indica uma coalizão desses movimentos que protestavam contra a violência policial, o desemprego, o racismo, o machismo e a discriminação contra gays, lésbicas e travestis. Na convocatória realizada, essas agrupações denunciavam:

ATO CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL

Uma nova onda de violência policial está se abatendo sobre São Paulo. Sob o pretexto de “moralizar” a cidade, o delegado da Seccional Centro, Sr. José Wilson Richetti, tem comandado operações policiais durante os fins de semana, prendendo indiscriminadamente todas as pessoas que, por ventura, estiverem passando perto do local das “batidas” (portando ou não documentos”). O alvo preferido do delegado são os homossexuais, os negros, travestis e prostitutas. Porém, qualquer outra pessoa pode ser detida.

Por isso estamos convocando todas as pessoas a participarem do ATO PÚBLICO CONTRA A VIOLÊNCIA POLICIAL a ser realizado nesta sexta-feira, dia 13/08/1980, nas escadarias do Teatro Municipal, às 18:30 horas.

Precisamos dar um basta à essa onda de violência.

TODOS AO ATO PÚBLICO!¹⁴⁹

Figura 1 – Cartaz do LF com os dizeres “Contra a violência policial”, levado ao ato público de 13 de junho de 1980.



Fonte: Acervo Um Outro Olhar¹⁵⁰

Ativistas lésbicas que compareceram à manifestação recordam que havia um medo generalizado quanto à participação, tanto pela possibilidade de repressão policial como pela

¹⁴⁷ Durante seu período de existência (1979-1981), o Grupo Lésbico Feminista (LF) adotou diferentes nomes, como o identificado acima.

¹⁴⁸ GREEN; QUINALHA, 2015, *Op. Cit.*, p. 138.

¹⁴⁹ Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, pasta 7, “Ato contra a violência policial”.

¹⁵⁰ MARTINHO, Míriam. *Memória Lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil*. 2019. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

reação da população, que poderia hostilizar os/as manifestantes. Marisa Fernandes, por exemplo, afirma que as lésbicas se reconheciam somente pelos olhares, sem realizar qualquer tipo de contato físico quando se aproximavam.¹⁵¹ Rose Mancini, membra do Grupo Lésbico Feminista, levou uma faixa com os dizeres “contra a violência policial” para o ato público, enrolada em seu corpo e debaixo de suas roupas. Em texto publicado no *site Um Outro Olhar*, ela recorda o temor que havia entre as lésbicas:

Não tínhamos dúvidas sobre a importância da manifestação. Só os nossos olhares mostravam o medo e as esperanças que moravam em nós. Nada podia dar errado. Era como tirar fotografia de um casamento. A ocasião era quase única e talvez irrepetível [...].

Contagiadas pelo medo, cada gesto era medido. Tínhamos que colher o momento crucial e estar no lugar certo para não só seguir um movimento, porém - mais do que isso - criar o evento. Existia uma fórmula? Não sabíamos. O importante e necessário era compreender como se mexer dentro da cena. Inventávamos. Com panfletos tentávamos explicar porque estávamos ali provocando desconforto e incomodando os passos cansados e inseguros das pessoas.¹⁵²

Mesmo com medo, as ativistas lésbicas ocuparam o espaço público. O Grupo Lésbico Feminista se manifestava contra a violência policial, mas também reivindicava o prazer, ecoando sua atitude irreverente e contracultural. O grupo levou uma grande faixa com os dizeres “Pelo prazer lésbico” e os símbolos entrelaçados do espelho de Vênus, utilizados pelo movimento lésbico em referência à lesbianidade.

Figura 2 – Faixa levada por Rose Mancini e segurada por Míriam Martinho e outras ativistas do LF



Fonte: Acervo Um Outro Olhar¹⁵³

¹⁵¹ Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por *e-mail*), realizada em 5 de abril de 2020.

¹⁵² MANCINI, Rose. **Do lado do Mappin, mesmo com chuva**. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/02/do-lado-do-mappin-mesmo-com-chuva.html>. Acesso em: 21 set. 2020.

¹⁵³ MARTINHO, Míriam. **Meus anos sob o regime militar e o surgimento do movimento homossexual no Brasil**. 2014. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

De acordo com Núbia Campos, o ato público contou com diversos manifestos assinados pelos grupos que o organizaram, bem como por parlamentares, advogados e professores. A autora menciona a Carta Aberta à População, distribuída no dia da manifestação, que denunciava que Richetti “vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os”, utilizando como “desculpa” que está “limpando a cidade dos marginais” com o apoio dos comerciantes locais. A mesma carta exigia a abertura de uma sindicância para apurar as arbitrariedades do delegado.¹⁵⁴

Um dos resultados da manifestação foi a convocatória de Richetti para comparecer à Assembleia Legislativa, com o objetivo de apurar as denúncias contra o delegado. Parlamentares opositoristas, por meio do Conselho Parlamentar de Defesa dos Direitos Humanos (CPDDH), chamaram a atenção da imprensa e conseguiram pressionar para que o delegado fosse convocado. Apesar dessa conquista, uma série de irregularidades durante a sessão impediu que fosse feito qualquer encaminhamento, de modo que o caso se encerrou ali mesmo. De acordo com Edward MacRae:

Infelizmente os deputados compareceram muito mal preparados para os debates. Além dos opositoristas, havia um numeroso grupo do PDS que, embora minoritário na CPDDH, fez o possível para amenizar o interrogatório do delegado. Houve alguns incidentes como quando foram retiradas dos anais da reunião, as falas de Ruth Escobar e de Darcy Penteadó. O deputado Geraldo Siqueira havia proposto uma moção de censura ao delegado e uma proposta de que ele fosse processado administrativamente e penalmente, mas quando chegou a hora da votação da moção a maioria dos deputados, inclusive Geraldo Siqueira, haviam deixado o recinto, o que impediu seu encaminhamento.¹⁵⁵

Ainda que não houvesse possibilidade de responsabilizar institucionalmente o delegado, a campanha contra a “operação limpeza” de Richetti e a manifestação de 13 de junho de 1980 constituem marcos históricos para os movimentos sociais da época. Foi a primeira vez em que lésbicas e gays tomaram as ruas para manifestar-se publicamente para denunciar a repressão e reivindicar o fim da violência policial.

Embora a manifestação possuísse grande importância política e simbólica, havia uma descrença na efetiva diminuição da violência policial. No *Lampião da Esquina* podemos

¹⁵⁴ CAMPOS, Núbia. **A lesbianidade como resistência**: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001. 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 83-84.

¹⁵⁵ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Campinas: Ed. Unicamp, 1990, p. 229.

observar como o peso do estigma da homossexualidade agia contrariamente à força reivindicativa do movimento:

Nada indica que a repressão vai arrefecer depois disso. Apesar de prometer punição para as arbitrariedades dos policiais, o secretário de segurança pública adverte que “não será esse o pretexto de que poderão valer-se aqueles que infringem as leis, ou atentam contra a moral e os bons costumes, para voltar a constringer a sociedade com seus desvios de comportamento”.¹⁵⁶

Efetivamente, a trégua durou pouco. Alguns meses depois, em 15 de novembro de 1980, as lésbicas se tornaram alvos específicos da perseguição de Richetti. Com a Operação Sapatao, o foco da vez foram os principais bares frequentados por elas – Ferro’s, Cachaço, Último Tango e Canapé. Ainda que estivessem portando documentos regulares, 200 mulheres foram detidas com o argumento de que “é tudo sapatao”.¹⁵⁷ Uma nota na edição número 31 do *Lampião* denunciava que elas foram obrigadas a pagar propina aos policiais para serem liberadas¹⁵⁸, vítimas da extorsão e corrupção da polícia, legitimada pela lesbofobia institucionalizada.

Figura 3 – Charge sobre a abordagem policial em bares frequentados por lésbicas que denuncia a lesbofobia institucional (1983)



Fonte: Boletim *ChanacomChana*, n. 2, 1983.

¹⁵⁶ *Lampião da Esquina*, n. 26, julho de 1980, p. 18.

¹⁵⁷ SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Relatório/Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”**. Tomo I – Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015, p. 309. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>. Acesso em: 03 abr. 2020.

¹⁵⁸ *Lampião da Esquina*, n. 31, dezembro de 1980, p. 16.

Os registros sobre a Operação Sapatão parecem ser bastante escassos. Além da breve nota do *Lampião*, encontramos apenas uma matéria do *Repórter*, um dos jornais da imprensa alternativa de maior circulação, assinada por Omar Cupini Jr., de janeiro de 1981. Este periódico publicava notícias sobre gays e lésbicas geralmente com uma perspectiva sensacionalista, erotizante e estigmatizante – e por isso recebeu críticas no *Lampião*.¹⁵⁹ Apesar disso, a Operação Sapatão estampou a capa daquela edição de 1981 e a tônica de denúncia evidenciava-se desde a manchete: “Operação Sapatão. Polícia ataca as lésbicas”. No interior da publicação, a breve reportagem procura recuperar o episódio de violência a partir do relato de uma estudante. A jovem, que concedeu um relato anônimo, se coloca como uma testemunha ocular do ocorrido e como alguém que também foi impactada pela ação violenta da polícia. Seu relato enfatiza as motivações para sua detenção e a corrupção da polícia:

Me levaram para dentro do [bar] Cachação – conta a moça de 22 anos – e fui logo mostrando meus documentos. Mas o policial disse: não interessa documento, você é sapatão [...]. Primeiro me colocaram numa cela com mais 50 pessoas – continua a estudante - e mais tarde houve uma seleção. Quem tivesse boa aparência, estivesse bem vestido, era tirado pra outra cela. Junto ao policial que fazia essa escolha estava uma lésbica que conhecia a turma presa e ajudava na triagem.¹⁶⁰

A pequena matéria não agradou a comunidade de informações, que produziu um relatório em fevereiro do mesmo ano intitulado “Publicação pela imprensa de assuntos contrários à moral e aos bons costumes”. Após citar a legislação vigente, a modo de justificar a “informação” produzida, o relator volta sua atenção para a edição do *Repórter*. O periódico comporia a gama de publicações que supostamente estava veiculando assuntos contrários à moral e aos bons costumes, o que chamou a atenção do relator. Tratava-se de um problema, porque “tem se verificado, ultimamente, a difusão, com grande intensidade, desses assuntos proibidos, não só pelos veículos da imprensa alternativa, como também por órgãos da chamada grande imprensa, conforme constam dos recortes anexos”.¹⁶¹

Quando perguntada sobre o acontecimento, Míriam Martinho recorda que as pessoas que frequentavam assiduamente o Ferro’s diziam que as batidas policiais eram corriqueiras.

¹⁵⁹ Na décima edição do *Lampião*, de março de 1979, Leila Mícolis e Agnaldo Silva assinaram notas, sob o título “Lésbicas vendem mais jornal?”, criticando o tratamento que o *Repórter* conferia às matérias sobre gays e lésbicas. Ambos lamentam o fato de que um jornal que se propunha a ser crítico continuasse a alimentar o estigma sobre essa população. *Lampião da Esquina*, n. 10, março de 1979, p. 2.

¹⁶⁰ *Repórter*, n. 37, janeiro de 1981, p. 15. Disponível em: <https://memoriambh.blogspot.com/2009/04/operacao-sapatao-richetti-15-nov-1980.html>. Acesso em: 21 ago. 2019.

¹⁶¹ Arquivo Nacional, Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, Publicação pela imprensa de assuntos contrários à moral e aos bons costumes, 02 de fevereiro de 1981, p. 2, código BR_RJANRIO_TT_0_MCP_AVU_0485.

“Essa era a situação, você era marginal, isso quer dizer que a polícia podia fazer o que quisesse”, disse com certo pesar. As memórias de Cristina Calixto, membra do LF na época, sinalizam na mesma direção. Em sua narrativa, a tônica dos acontecimentos foi a violência, que atingiu também as travestis que circulavam nas proximidades:

Eu estava lá no Ferro's na noite da Operação Sapatão. Começou no Ferro's e depois o Richetti foi para a boate Dinossauros. A gente corria, uma avisava a outra e ia embora. Quem ele podia botar dentro do camburão, ele colocava. Mas as lésbicas não foram tão maltratadas como foram as travestis. Tinham dois policiais: um japonês e um branco que usava uma jaqueta de couro preta. Ele catava as travestis e jogava no camburão, usava o cabo da metralhadora, da escopeta. Ele sangrava as travestis deitadas no camburão. As sapatonas não apanharam tanto. Nós corríamos, era uma gritaria.¹⁶²

Em todas as entrevistas realizadas foi mencionada direta ou indiretamente a Operação Sapatão. O episódio ocupa um lugar particular na memória das ativistas brasileiras, representando um momento em que realmente foi perigoso ser lésbica durante a ditadura. Algumas mulheres consideraram que o ocorrido constituiu um episódio isolado, atribuindo-o sobretudo à truculência de Richetti, enquanto outras perceberam uma conexão com outras formas de controle social do regime militar. Portanto, há certa heterogeneidade de memórias sobre a violência policial, no que diz respeito a sua constância durante a ditadura. Apesar desta dissonância, as narrativas sugerem a força simbólica do episódio, inclusive a partir do nome do operativo.

De acordo com as colaboradoras, os bares constituíam os principais locais de sociabilidade lésbica na década de 1980, de modo que a presença policial significava uma ameaça constante à possibilidade de se encontrar com outras mulheres em um espaço que as aceitasse em alguma medida. Em suas narrativas, as ativistas expressaram que os bares eram os únicos lugares onde estava permitido ser lésbica, já que a casa, o trabalho e a universidade eram hostis demais. Os bares foram lembrados, quase unanimemente, como espaços que cumpriram um papel essencial para a sociabilidade, portanto foi comum a emergência de uma memória afetiva por tais locais.

Rita Quadros é uma das ativistas que percebe a atuação de Richetti como um fenômeno mais pontual e guarda um carinho especial pelo Ferro's – “Melhor frango a passarinho, melhor canja, melhor feijoada!”.¹⁶³ Nos anos 1980, ela esteve muito envolvida com a militância

¹⁶² Entrevista com Cristina Calixto, realizada em 19 de dezembro de 2019

¹⁶³ Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

partidária, tendo se aproximado do movimento LGBT no começo da década seguinte. Desde então, envolveu-se em inúmeras iniciativas promovidas por lésbicas. Em relação aos bares, Rita destacou uma função ambivalente destes espaços: ao passo em que permitiam certa sociabilidade, também desempenhavam uma função restritiva, implicando que o lesbianismo só poderia ser vivido às escondidas:

Os bares eram seguros desde que você cumprisse com o que estava estabelecido. Só podia estar no lugar num determinado horário. Quando o Richetti começou a fazer a limpa aqui no centro, teve um dia que ele saiu prendendo as sapatas, isso foi complicado. Fora isso, o lugar era seguro se você fosse em um horário estabelecido. Você não estava segura se você fizesse outra coisa. Sobre essa questão de ser seguro e você ocupar o espaço, eu lembro que quando a gente fez a 1ª Parada do Orgulho, duas coisas importantes tinham naquele momento. Uma era o projeto da Marta Suplicy que tinha sido apresentado. A outra era a de estar na rua na luz do dia. Aquela cultura de ocupar a Avenida Paulista, de descer até a Praça da República, coisa de gente louca, com uma kombi. Estar na rua na luz do dia era uma coisa emocionante, até hoje é. Você saiu da noite e do escuro. Do ponto de vista político, isso era muito simbólico: você sair da noite, do confinamento e poder ocupar a rua durante o dia. Nós éramos mil e poucas pessoas ali, mas isso foi muito forte. Foi muito importante a gente não se sentir confinado e sair desse lugar que te dão como seu – você pode ficar em tal lugar das nove da noite às cinco da manhã. Para nós, estar às duas da tarde na Paulista foi muito emocionante. Então, o que era seguro? Desde que você cumpra as regras que são colocadas, todo mundo ganha. Novamente você tem a questão econômica. O empresário vai ganhar dinheiro, você vai ganhar o seu momento e a gente vai continuar mantendo uma sociedade que não tem contato com isso. [...] O que era seguro? Seguro era você cumprir as regras. Se você saísse um centímetro daquilo, azar o seu.¹⁶⁴

As declarações de Rita indicam que, apesar de sua importância, os bares inscreviam a sociabilidade lésbica na esfera do oculto. Restringida a um horário e local determinados – as madrugadas no centro da capital –, o lesbianismo não precisaria ser visto pelas pessoas. Desta forma, livra-se a sociedade, como um todo, da responsabilidade de enfrentar seus tabus, preconceitos e discursos discriminatórios. Assim, os bares, ao tornarem-se os únicos espaços permitidos para a sociabilidade lésbica, não necessariamente traziam toda a dimensão política da luta lésbica-feminista, como a de aceitação social na esfera pública. Não à toa Rita relembra com emoção a primeira vez em que caminhou pela Avenida Paulista à luz do dia acompanhada de outras lésbicas e gays.

Assim, é necessário compreender os bares, no contexto ditatorial, como um espaço de sociabilidade lésbica ambíguo, que permitia e restringia, ao mesmo tempo, as possibilidades de existência lésbica. Se estes locais “instituíam um espaço relacional para viver os desejos

¹⁶⁴ Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

dissidentes e reforçar aspectos positivos das identidades lésbicas”, como afirmam Lenzi e Silva¹⁶⁵, também circunscreviam as vivências dessas mulheres ao que estava permitindo socialmente – a existir durante as madrugadas. Ademais, frequentar esses locais implicava também no perigo de ocupar o espaço público e ter que enfrentar a violência policial. Lenzi e Silva alertam para esta dimensão, considerando o pensamento militar instituído:

Estar nas ruas em locais de sociabilidade lésbica se constituía em perigo pela possibilidade de sofrer violência que ia além da opressão de gênero, pois também vinculava-se a sua identificação como jovem e subversiva que atentava contra a moral da família cristã e assim, ao regime instituído. Embora as mulheres lésbicas não expressassem qualquer afeto que denunciasse sua orientação sexual, as ruas eram temidas pelas interseções entre juventude, gênero e posição política de esquerda [...].¹⁶⁶

O espaço público, portanto, não era seguro para as lésbicas – e para parte considerável da população brasileira. Apesar de historicamente ser possível interpretar os bares como espaços de contradições, por meio deles forjou-se uma sociabilidade lésbica. Esses lugares são lembrados pelas colaboradoras como locais importantes para o reconhecimento entre essas mulheres, para sentirem-se menos sozinhas em uma sociedade que as estigmatizava e as punia por seu lesbianismo. Talvez por isso mesmo – e pela moral conservadora dos militares – foram alvos da violência policial. Esta, por sua vez, constituiu-se como uma das facetas mais visíveis da repressão ditatorial e cumpria a função de desagregação social que tanto facilita a instauração do autoritarismo.

1.3 Censura musical: a interdição da lesbianidade na linguagem

Nas páginas precedentes, procuramos evidenciar o caráter multifacetado das estratégias de perseguição contra as lésbicas promovidas durante a ditadura civil-militar. Ainda que sem uma agenda política definida, o regime militar produziu e reforçou representações do lesbianismo como algo indesejado, perigoso e degenerado. Por isso, sugerimos a importância de se compreender a produção da figura do “subversivo” a partir de uma matriz multifacetada que concatenava anticomunismo, moral conservadora, juventude, contracultura e subversão sexual/política. Nesta direção, analisamos as ambiguidades relativas aos espaços de

¹⁶⁵ LENZI; SILVA, 2018, *Op. Cit.*, p. 129.

¹⁶⁶ Idem, p. 131.

sociabilidade lésbica em São Paulo, destacando que estes sofreram intervenções da força policial, notadamente por meio da chamada “operação limpeza”.

Dando continuidade ao esforço de evidenciar que as estratégias da repressão foram dinâmicas e heterogêneas, na presente seção analisamos a produção cultural que foi alvo da censura no contexto da abertura política, particularmente as letras de canções que acionam representações estereotipadas sobre o lesbianismo, como o atrelamento à masculinidade e à sexualidade perversa e perigosa.¹⁶⁷ No fundo da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Arquivo Nacional, encontram-se seis filmes, vinte músicas e cinco obras de teatro, produzidas entre 1978 e 1984, nas quais referências ao “lesbianismo” serviram como justificativa para a censura.

Em 1981, uma das músicas submetidas por Eleu Salvador para o exame da DCDP chamava-se *Meninê*. De forma sutil, a letra sugere a possibilidade de envolvimento afetivo entre duas mulheres:

Menina que um dia passou
 Por baixo de um arco-íris
 Eu sei que você atravessa
 Momentos que são difíceis
 Você é poesia perfeita
 Que rima com outra menina igual
 Na ecologia divina
 Seu caso é tão natural

Meniná, meninô, meninê
 Deus fez o mundo também para você [...].¹⁶⁸

No parecer censório, o veto à canção foi justificado pela apresentação do seguinte conteúdo: “lesbianismo”. O texto agrega: “Tais enfoques são feitos de maneira explícita, por vezes grosseira e *maliciosa*, tornando as referidas composições musicais inadequadas ao

¹⁶⁷ Além da censura musical, a relação entre censura e lesbianismo teve impactos em outras esferas. A escritora Cassandra Rios teve 36 obras proibidas, sendo considerada a escritora mais censurada da ditadura. Ela também foi perseguida e obrigada a prestar depoimentos à polícia, bem como sofreu um grande prejuízo financeiro pela interdição de sua obra. Atualmente, Cassandra Rios é uma autora praticamente desconhecida. Sua trajetória foi tema de uma recente pesquisa, ver: VIEIRA, Kyara. “**Onde estão as respostas para as minhas perguntas?**”: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). 2014. 234 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014. Além disso, em 1982, foi proibida a apresentação da música *Franchitude de Francha*, gravada por Gisele Fink e Miriam Martinho, no I Festival Nacional de Mulheres nas Artes. Em 1985, Rosely Roth, ativista do GALF, participou do programa da Hebe Camargo, onde falou sobre lesbianismo. A apresentadora foi notificada pela Censura Federal por aliciamento, indução e apologia ao lesbianismo, e o programa foi ameaçado de fechamento.

¹⁶⁸ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 1950/81, 29 de setembro de 1981, p. 5, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_10025_d0001de0001, grifo meu. Optamos por atualizar a grafia utilizada nas músicas.

veículo de divulgação”.¹⁶⁹ Como observaremos, ora as referências ao “lesbianismo” foram vistas como descumprimento dos ditames da moral e dos bons costumes, ora como representações perigosas que poderiam “contaminar” a sociedade e “desvirtuar” os valores familiares e cristãos.

Enquanto a ditadura promovia perseguições políticas, batidas policiais e censura a obras artísticas e à imprensa, o movimento homossexual começava a organizar-se politicamente, no final da década de 1970. Neste contexto, as ativistas lésbicas passavam a discutir a importância de nomear-se lésbica: não num sentido propriamente identitário, senão como afirmação de uma existência – um sujeito político sistematicamente apagado da memória social. Isso pode ser identificado, por exemplo, em diversas matérias do boletim *ChanacomChana*, nas quais as ativistas explicaram a origem do termo “lésbica” (remetendo-se a Safo), reivindicaram sua politização e defenderam seu uso como uma forma de posicionar-se perante uma sociedade discriminatória.¹⁷⁰ De certa forma, em consonância com as formulações de Adrienne Rich, ao propor que nomear-se lésbica constitui um ato político:

Para nosotras, el proceso de nombrar y definir no es un juego intelectual, sino una captación de nuestra experiencia y una llave para la acción. La palabra *lesbiana* debe ser confirmada porque descartarla es colaborar con el silencio y la mentira acerca de nuestra experiencia misma, es hacernos caer en el juego de la clandestinidad y volver de nuevo a la creación de lo *inefable*.¹⁷¹

Este percurso foi marcado por debates e reflexões, tanto no seio do ativismo como no “gueto”, sobre os significados da palavra “lésbica” e de outras utilizadas naquele momento, como “entendida”. Nas entrevistas realizadas, as ativistas recordaram como, nos anos 1980, pronunciar a palavra lésbica era algo bastante difícil. Algumas delas lembraram que o termo parecia muito pesado e era visto com uma carga negativa, o que poderia motivar o uso de “entendida”, um termo compreendido como mais sutil. “Lésbica” era considerada uma palavra feia, talvez até grosseira, de modo que muitas mulheres consideravam necessário buscar um termo mais aceitável. Outras mencionaram a própria dificuldade de pronúncia: “lésbica” parecia

¹⁶⁹ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 1950/81, 29 de setembro de 1981, p. 2, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_10025_d0001de0001.

¹⁷⁰ No seguinte capítulo, analisamos esse periódico e discutimos a formulação de uma perspectiva lésbico-feminista pelo GALF. A partir disso, tratamos em profundidade a questão do uso do termo “lésbica” na visão do grupo. Nesta seção, optamos por trabalhar com as fontes orais, a fim de evidenciar aspectos relacionados à subjetividade.

¹⁷¹ RICH, Adrienne. **Sobre mentiras, secretos y silencios**. Barcelona: Icaria, 1983, p. 239.

ser uma espécie de trava-língua, uma palavra que custava ser enunciada. Uma palavra que, à primeira vista, não queria ser pronunciada e por isso embaralhava a língua.

A historiadora Tânia Navarro-Swain, ao refletir sobre a política do esquecimento que apaga o lesbianismo na história, nas práticas sociais e instituições, argumenta que o silenciamento sobre esta forma de existir é estratégico, permitindo a instituição da heteronormatividade.¹⁷² Desta forma, as relações entre mulheres ficam circunscritas a determinados registros: no caso das Amazonas, são transformadas em mito, sendo relegadas ao domínio do ilusório¹⁷³; quanto à Safo, quando se destaca sua contribuição literária, desconsideram-se seus amores¹⁷⁴. Estes exemplos ilustram uma estratégia de deslegitimar a existência do lesbianismo ou mesmo fazê-lo desaparecer da ordem do discurso. Esta estratégia opera transformando o lesbianismo em um interdito no âmbito da linguagem, colocando-o no domínio do indizível, pois “falar de lesbianismo é quase um crime”.¹⁷⁵

Na esteira dessas reflexões, propomos analisar a interdição da palavra “lésbica”, isto é, a negação de sua inscrição no imaginário social e, portanto, nas relações sociais, a partir da censura musical promovida no âmbito da Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Primeiro, realizamos uma revisão bibliográfica sobre o tema na historiografia brasileira, para em seguida nos determos nas representações promovidas pelas letras das canções e sua relação com as questões levantadas.

Na historiografia brasileira destacam-se duas posições a respeito do funcionamento da censura. Por um lado, algumas pesquisas têm assinalado a existência de duas censuras: a política, que recaiu sobre a imprensa, e a moral, que atuou sobre os costumes e os modos de expressão artística. De acordo com Carlos Fico, deve-se compreender a singularidade de cada uma das dimensões da censura: a censura política não estava prevista de forma expressa, nem na legislação do regime militar, enquanto a censura moral era regulamentada por uma legislação ostensiva e possuía uma estrutura organizada e atuante (com funcionários concursados, por exemplo), além de ter sido aplaudida e requisitada por setores da população.¹⁷⁶

Por outro lado, alguns trabalhos não estabelecem uma nítida divisão entre censura moral e política. Apesar de o aparato censório ter-se dividido em duas instâncias, uma que se aplicava à imprensa e outra às diversões, considera-se que toda censura é de cunho político. A dimensão

¹⁷² NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 35-36.

¹⁷³ Idem, p. 26.

¹⁷⁴ Idem, p. 29-33.

¹⁷⁵ Idem, p. 31.

¹⁷⁶ FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

política da censura de diversões públicas era em alguma medida encoberta pela preocupação com a moral e os bons costumes. Neste sentido, Beatriz Kushnir argumenta que, sobretudo no contexto pós-1968, toda produção cultural era objeto da censura, sendo sempre percebida como um ato político, independente da sua esfera de atuação. Para a autora, o AI-5 estabeleceu o início de um processo mais colérico de vigilância.¹⁷⁷

Embora consideremos fundamental entender as diversas formas de estruturação e atuação da censura, sobretudo com propósitos analíticos, vale mencionar que uma divisão estanque entre censura moral e censura política pode ser balizada. Neste sentido, concordamos com Quinalha, para quem, num regime autoritário com pretensão de controle total sobre a vida social, a moral torna-se altamente politizada, ocupando o lugar de problemática central para determinados setores.¹⁷⁸ Não à toa a Escola Superior de Guerra se constituiu como o *locus* de articulação ideológica entre subversão, desvio sexual e pânico moral. Em suma, uma rígida divisão entre as “duas censuras” implicaria em desvincular as subversões sexuais e culturais do âmbito político, relegando a segundo plano a própria preocupação do regime militar com os aspectos ligados à moral, ao comportamento, aos papéis sexuais e à sexualidade.

A censura, apesar de ter constituído um dos pilares do aparato repressivo da última ditadura, não foi uma invenção sua. Ainda na década de 1940, durante o Estado Novo, o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) foi criado pelo Decreto-lei 8.462¹⁷⁹, estando subordinado ao Departamento de Segurança Pública. O órgão sucedeu o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que conjugava censura moral e política. Apesar da censura moral existir há bastante tempo, a atuação do SCDP intensificou-se e ganhou maior consistência a partir dos anos 1960. Neste sentido, é possível localizar o órgão no que Douglas Marcelino chama de “tradição censória” no Brasil, sinalizando a existência da censura moral em uma historicidade de longa duração.¹⁸⁰

O arcabouço legal que sustentou a atuação dos órgãos censórios durante a ditadura civil-militar se constituiu com o Decreto-lei n. 20.493 (1946), a Lei n. 5.536 (1968), e o Decreto-lei 1.077 (1970). Juntos conformaram, de acordo com Beatriz Kushnir, o tripé regulatório da censura.¹⁸¹ O Decreto-lei n. 20.493 refere-se à regulamentação do SCDP e define

¹⁷⁷ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. 2001. 428f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁷⁸ QUINALHA, 2017, *Op. Cit.*, p. 41.

¹⁷⁹ BRASIL. **Decreto-lei 8.462**, 26 de dezembro de 1945. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8462-26-dezembro-1945-458500-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

¹⁸⁰ MARCELINO, 2011, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁸¹ KUSHNIR, 2001, *Op. Cit.*, p. 80-81.

a estrutura interna do órgão, suas competências e a amplitude de sua atuação. A normativa estabeleceu a censura prévia de todos os tipos de produção artística, audiovisual e sonora, tornando obrigatório o exame do órgão censor. Definiu, ainda, as especificidades para o cinema, o rádio, a televisão e o teatro.¹⁸²

Um mês antes de ser decretado o AI-5, o então ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva editou a Lei n. 5.536, que estabeleceu novas regras de censura às obras teatrais e cinematográficas. Seu conteúdo não poderia ser atentatório à segurança nacional, nem incentivar a “luta de classes”. Este instrumento também criou novas regras e medidas para o cargo de censor, além de ter criado o Conselho Superior de Censura (CSC), que só sairia do papel 10 anos depois.¹⁸³

Por sua vez, o Decreto-lei 1.077 introduziu a figura da “moral e bons costumes”, promovendo mais instrumentos para o respaldo legal da censura. O decreto estabelecia que caberia ao ministro da justiça verificar, nos livros e periódicos, a existência de conteúdo que atentasse contra o que consideravam ser os valores morais da sociedade brasileira. Caberia ao Departamento de Polícia Federal executar a tarefa. Na visão de Kushnir, este instrumento legalizava a censura prévia, ao conferir tais poderes ao ministro, utilizando o argumento de resguardar “a moral e os bons costumes”.¹⁸⁴

Para Alfredo Buzaid, ministro da justiça durante o governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), a legislação brasileira deveria combater energicamente todo tipo de “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes”. Na obra *Em defesa da moral e dos bons costumes*, publicada em 1970, Buzaid justifica as interdições argumentando que estas publicações representavam um “mal”, condenado inclusive pela medicina, por seus “efeitos deletérios sobre as pessoas e as nações”.¹⁸⁵ Para ele, a luta a favor da liberdade sexual “obedece a um plano de ação revolucionária que corresponde aos propósitos de agitação marxista-leninista”.¹⁸⁶ Assim, considera que tais publicações são tão atentatórias à segurança nacional quanto a “propaganda de guerra” e a “subversão da ordem”.

Ainda na obra, Buzaid se empenha em justificar os dispositivos legais criados pelo regime militar para reforçar o aparato censório. O ex-ministro defende a necessidade da medida:

¹⁸² BRASIL. **Decreto n. 20.493**, 24 de janeiro de 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

¹⁸³ KUSHNIR, 2001, *Op. Cit.*, p. 102.

¹⁸⁴ Idem, p. 118.

¹⁸⁵ BUZOID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970, p. 9.

¹⁸⁶ Idem, p. 14.

Quem ler atentamente o Decreto-lei verificará, sem dificuldade, que o objetivo do Governo não foi o de exercer o controle da inteligência brasileira, sufocar-lhe o espírito criador ou restaurar a mesa censória dos tempos coloniais. A preocupação do Governo consistiu em banir do mercado as publicações obscenas, que aviltam e degradam a juventude, bem como proibir terminantemente que os agentes do comunismo internacional se servissem do rádio e da televisão para exercer através de programa insidiosos influência subliminar no seio das famílias. [...] A ação do governo se voltava contra as revistas e programas de televisão que insinuavam o erotismo e outras deformações do sexo, diminuindo ou abatendo a resistência moral da família”.¹⁸⁷

Uma leitura crítica do livro de Buzaid permite perceber que existiam duas dimensões da censura. De um lado, a dimensão punitiva, executada por meio do fechamento da redação de jornais e revistas, o recolhimento do material e o estabelecimento de processos penais contra jornalistas. De outro, a dimensão preventiva, expressa nitidamente por Buzaid no trecho acima: a necessidade de prevenir que a juventude e a família tivessem contato com materiais considerados degradantes. Uma ação para combater os supostos prejuízos morais que acarretariam para a sociedade brasileira.

No que tange às gravadoras musicais, estas deveriam submeter toda sua produção ao crivo da censura, de modo que as letras das canções, bem como as gravações, eram enviadas à DCDP. Em algumas ocasiões, os próprios compositores enviavam seus trabalhos.¹⁸⁸ Os/as técnicos/as de censura responsáveis por analisar se as letras estavam em conformidade com a legislação censória emitiam pareceres “sugerindo” (leia-se determinando) a liberação ou interdição da música. Contudo, não se limitavam a formular um parecer técnico, mas constantemente expressavam suas opiniões a respeito do conteúdo da música analisada, inclusive extrapolando os limites do exame censório.¹⁸⁹

Neste contexto, em 1978 a DCDP recebeu diversas canções da gravadora RCA. Dentre elas, a música *Espinhas*, de autoria de Antonio Pereira e Expedito de Carvalho.¹⁹⁰ A canção retrata, entre a tristeza e a indignação, a reação de um homem cuja namorada o deixara para viver com uma mulher:

¹⁸⁷ Idem, p. 17-18.

¹⁸⁸ CAROCHA, Maika. “A censura musical durante o regime militar (1964-1985)”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 44, 2006, p. 205. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7940/5584>. Acesso em: 15 set. 2019.

¹⁸⁹ MARCELINO, 2011, *Op. Cit.*, p. 120.

¹⁹⁰ Não foi possível averiguar a veracidade da autoria das canções. Era comum que artistas enviassem suas composições assinadas com pseudônimos, buscando burlar a censura e evitar algum tipo de perseguição.

Se
 Eu te perdesse
 Para um homem aceitaria
 Uma explicação qualquer
 Mas para aumentar meu desespero
 Descobri, que te perdi
 Para uma mulher
 Podem declarar
 Que é preconceito
 Todo mundo tem direito
 De viver com quem quiser
 Podem me chamar de ultrapassado
 Por ficar indignado
 Ao te perder
 Para uma mulher.¹⁹¹

O eu-lírico parece não aceitar que algo assim pudesse acontecer, da mesma forma que não lhe importa ser visto como “preconceituoso” ou “ultrapassado” – pechas das quais discorda, ao reafirmar sua indignação, como se sua honra houvesse sido ultrajada. Desta forma, a existência de uma mulher que decide abandonar a sagrada relação heterossexual é circunscrita na esfera do absurdo, do inimaginável e mesmo do risível.

Pelas vias burocráticas da censura, a música foi analisada em dois pareceres. No parecer nº 1591, a decisão pelo veto justifica-se pela letra “ferir o decoro público, ao apresentar, de maneira **vulgar**, o lesbianismo, tema totalmente impróprio para a divulgação”. De maneira similar, no segundo parecer, nº 1592, argumenta-se que a letra “apresenta o lesbianismo de forma **demasiado clara e grosseira**, e portanto se configura chocante, numa forma totalmente imprópria à divulgação”.¹⁹² Em ambos casos, apesar do argumento parecer residir na forma como o tema foi exposto, em si mesmo o “lesbianismo” já se configurava inadequado, obsceno e indigno para a veiculação. Ou seja, independentemente de qual fosse a forma de exposição do “lesbianismo”, seria considerado impróprio.¹⁹³

Três anos depois, em 1981, a canção *Eu só sei ser mulher*, de José Antonio de Oliveira, entrou para os registros censórios, junto a outras produções do compositor. No ofício nº 951/81, encontram-se informações pessoais sobre o compositor, mas nenhuma menção à gravadora. A

¹⁹¹ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 549/78, 26 de maio de 1978, p. 3, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_36970_d0001de0001.

¹⁹² Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 549/78, 26 de maio de 1978, p. 4-5, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_36970_d0001de0001, grifos nossos.

¹⁹³ No ano seguinte, a música foi novamente enviada para apreciação da DCDP, desta vez intitulando-se “Flash-back”. Os novos pareceres mantiveram o veto, novamente argumentando que o tema era “totalmente inadequado para uma divulgação livre”. Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 556/79, 16 de outubro de 1979, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_36245_d0001de0001, p. 4-5.

referida canção, vale salientar, foi a única encontrada que não traça uma imagem nitidamente depreciativa do lesbianismo, destoando completamente das demais:

Como disse uma amiga minha
se atrasou no encontro dançou
se atrasou no encontro dançou

Eu aprovo o amor entre mulheres
porque também sou mulher
e se atrasou no encontro dançou

Eu não coloco nome
eu não batizo
eu aprovo as mulheres
ativas na ativa
e as não ativas na ativa
mas, se atrasou no encontro dançou.¹⁹⁴

Ao mesmo tempo em que o eu-lírico – no caso, assumindo uma voz feminina – afirma aprovar o “amor entre mulheres”, joga com o humor para insinuar certa “libertinagem”, uma vez que elas descartariam suas parceiras com grande facilidade – quem se atrasa para o encontro “dança”, ou seja, perde sua oportunidade de concretizar uma relação. Além disso, o eu-lírico diz não colocar nome, não batizar o “amor entre mulheres”, aprovando-o em seguida. À luz das reflexões propostas por Navarro-Swain, a “aprovação” do lesbianismo parece estar condicionada a sua não nomeação, descartada como se fosse algo desnecessário.

Das treze letras do compositor José Antonio de Oliveira enviadas à DCDP, *Eu só sei ser mulher* foi a única censurada. No parecer censório considera-se que a letra “contém aspectos contrários à legislação censória em vigor”, isto é, ofende a moral e os bons costumes. Afirma-se ainda que, “referindo-se de maneira favorável ao lesbianismo”, não deveria ser permitida a circulação da música.¹⁹⁵ Em outras palavras, não seriam toleradas imagens positivas da lesbianidade que escapassem ao pensamento hegemônico do período. Afinal, se o “lesbianismo” poderia ser considerado subversivo e se atentava contra os “valores cristãos” do Ocidente, positiva-lo contrariaria todos os esforços do próprio regime militar. E, neste sentido, vale lembrar que Alfredo Buzaid, uma década antes, argumentava que as produções culturais

¹⁹⁴ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 951/81, 08 de abril de 1981, p. 8, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_06332_d0001de0001.

¹⁹⁵ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 951/81, 08 de abril de 1981, p. 2, br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_06332_d0001de0001.

que infringiram a moral e aos bons costumes deveriam ser consideradas atentatórias à segurança nacional.¹⁹⁶

Em 1982, oito canções de autoria do compositor pernambucano Bráulio de Castro¹⁹⁷ foram interditadas pelo serviço de censura. Uma delas, intitulada *O caso de Biu*, assemelha-se tematicamente a *Espinhos*, analisada anteriormente: a narrativa masculina de sofrimento e indignação diante da ruptura de uma relação heterossexual motivada pelo desejo lésbico:

Dizem que o homem
É o último a saber
E quando ele sabe
É grande o seu sofrer
Mas o caso de Biu
Foi diferente

A sua dor, é maior
Que outra qualquer
Pois aquela
A quem ama loucamente
Lhe deixou e foi morar
Com outra mulher.

Leviana, sem coração
Fez toda cidade
Levar Biu na gozação
Leviana, sem compaixão
Deixou um homem sério
Pra viver com Sapatão.¹⁹⁸

Ao contrário das letras analisadas até o momento, *Espinhos* materializa por meio da palavra o objeto de desejo da mulher que abandonara o narrador: “sapatão”. Vale lembrar que este termo historicamente se refere às lésbicas consideradas masculinizadas e, no contexto dos anos 1980, era utilizada de forma pejorativa, no sentido de um suposto desejo por “ser homem”. A conotação negativa de “sapatão” (e outras palavras correlatas, como “mulher-macho”) se inscreve no imaginário social como uma caricatura do masculino ou uma mulher frustrada, que foge ao paradigma ocidental de feminilidade e escolhe relacionar-se afetivo-sexualmente com mulheres por não ser atrativa ao olhar masculino.¹⁹⁹

¹⁹⁶ BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes**. Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

¹⁹⁷ Bráulio de Castro foi compositor de frevos, forrós e sambas desde os anos 1960, tendo gravado mais de 230 composições. Cf. ALBIN, Ricardo Cravo. **Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, 2006. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/braulio-de-castro>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹⁹⁸ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 2464/82, 23 de setembro de 1982, p. 5, código br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lm_u_16225_d0001de0001.

¹⁹⁹ NAVARRO-SWAIN, 2004, *Op. Cit.*, p. 35.

Sobre a questão, Beatriz Gimeno, ativista e pensadora lésbica espanhola, ressalta que a associação entre corpo de mulher e monstrosidade se insere em um processo de longa duração no pensamento ocidental. Fundado em uma lógica hierarquizante, se produz um discurso normativo sobre o corpo e a imagem corporal que inscreve as “sapatões” no lugar de monstros, dado que elas recusam – no desejo e na corporeidade – a feminilidade. Desta forma, lesbianismo e masculinidade são considerados quase pares complementares, de acordo com a autora:

Este mismo discurso crea al mismo tiempo la feminidad normativizada y la feminidad abyecta, y dentro de este esquema existe toda una tradición cultural en la que las mujeres masculinas (las lesbianas) han sido consideradas como monstruos, aunque no se sepa exactamente qué discurso precede a cuál: si es monstruo porque se la supone lesbiana, y partir de ahí se la masculiniza, o se la supone lesbiana porque se perciben en ella rasgos de masculinidad o de “otredad”. Lo que es cierto es que la mujer masculina trasciende las normas de la feminidad tradicional y transgrede también, de esta manera, las estrictas fronteras de su género. Como lesbiana o como poseedora de un cuerpo no normativo, es monstrea por falta: no es mujer, ni puede ser madre al no ser mujer.²⁰⁰

O veto à música *O caso de Biu* foi justificado pelo fato de que a letra “fala de um homem abandonado por uma mulher por ela ter ido morar com um ‘sapatão’ (sic)” – termo que sugere a associação entre lesbianidade e masculinidade. A conclusão do parecer é que “Julgamos que a divulgação do lesbianismo seja um tema inadequado à veiculação irrestrita”.²⁰¹

Outra canção que identificou a “sapatão” foi composta por Pinduca, artista reconhecido na atualidade por suas músicas no ritmo Carimbó. Na esteira das canções já analisadas, *Namorada sapatão* alude a uma mulher percebida como “sapatão” por recusar-se a estabelecer um relacionamento com um homem:

Você se lembra
Da minha namorada
A gente saía
E ela nada

Pois é com essa confusão
Agora eu descobri
Que ela é sapatão²⁰²

²⁰⁰ GIMENO, Beatriz. **La construcción de la lesbiana perversa**. Visibilidad y representación de las lesbianas en los medios de comunicación. El caso Dolores Vázquez - Wanninkhof. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008, p. 101.

²⁰¹ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 2464/82, 23 de setembro de 1982, p. 12, código br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_16225_d0001de0001.

²⁰² Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 4165, 27 de agosto de 1984, p. 11, código br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_22931_d0001de0001.

No Ofício 4165, expedido em 1984, constam dois pareceres censórios de avaliação e revisão, uma carta de pronunciamento de dois chefes do Serviço de Censura e o pronunciamento final da diretora do DCDP a respeito das músicas enviadas pela gravadora Copacabana. A divergência de opiniões dos técnicos da censura, característica dos ofícios com diversos pareceres e cartas, não se aplicou, contudo, à música *Namorada sapatão*. Ao contrário, os pareceres indicam a unanimidade de opiniões sobre a canção, expressa da seguinte maneira: “O vocábulo ‘sapatão’ acha-se relacionado popularmente com o lesbianismo. Embora não tenhamos observado aspectos indutivos a tal **tipo de comportamento** no contexto desta música, a abordagem é grosseira, não contribuindo para a boa educação do povo”.²⁰³

Apesar da brevidade da letra, que pouco explora a questão do lesbianismo – aspecto reconhecido inclusive no parecer citado –, sua abordagem foi considerada grosseira. O qualificativo provavelmente deve-se à mera menção da palavra “sapatão”, que visibilizava uma existência que contrariava um dos pilares morais do regime militar – a família nuclear, heterossexual e cristã. “Sapatão” caminhava na contramão da “boa educação do povo”, ao tornar público e, aos olhos da ditadura, promover uma conduta identificada com a anomalia, a doença e a perversão. Se lembrarmos da investigação sobre Loreta – militante que foi caracterizada como “fanchona” –, é possível perceber como a existência dessa figura no imaginário social já constituía algo indesejado e considerado perigoso. Por isso, o veto também foi apresentado como instrumento para elevar o nível cultural e o padrão moral do povo brasileiro.

É importante observar que uma quantidade significativa de músicas encontradas no acervo da DCDP foi censurada no início dos anos 1980, o que sugere que a censura musical foi amplamente aplicada nesta década. Maika Carocha aponta, a partir da análise dos relatórios anuais da DCDP, um aumento de músicas censuradas entre o final da década de 1970 e início de 1980. Ao contrário do que aconteceu com a censura da imprensa, não houve um afrouxamento da censura musical no período da abertura política. A DCDP foi extinta somente em 1988, quando a nova Constituição determinou a transferência da censura de diversões para o Ministério da Educação, passando a existir com um caráter meramente classificatório.²⁰⁴

Adentrando-nos no campo cultural, nosso *corpus* documental traz instigantes questões acerca das possibilidades de enunciação da lesbianidade em determinado período histórico. Por um lado, as canções reforçavam no imaginário social estigmas e preconceitos sobre as lésbicas

²⁰³ Arquivo Nacional, Fundo Divisão de Censura de Diversões Públicas, Ofício nº 4165, 27 de agosto de 1983, p. 16, código br_dfanbsb_ns_cpr_mui_lmu_22931_d0001de0001, grifos meus.

²⁰⁴ CAROCHA, 2006, *Op. Cit.*, p. 211.

e o lesbianismo. Neste sentido, é possível afirmar que as representações reiteradas estavam de acordo com o pensamento dominante da época, ecoando noções que informavam os próprios agentes da ditadura. Por outro lado, chama a atenção que, apesar disso, essas canções não tenham sido aprovadas pela DCDP.

Embora nos pareceres encontremos diferentes justificativas para a censura das músicas mencionadas (a moral e bons costumes, a boa educação do povo, o vocabulário grosseiro etc.), todas poderiam ser agrupadas sob a mesma égide: a recusa à circulação de produções que mencionem ou façam alusões, sutis ou depreciativas, ao lesbianismo. O que há em comum na operação da censura parece ser o ímpeto de impedir a circulação de referências ao lesbianismo, o que se dá por meio da interdição das palavras – lésbica, sapatão, amor entre mulheres etc. O registro dessas palavras nas composições já era suficiente justificativa para deliberar pelo seu veto. A censura parece demonstrar a vontade de eliminar tudo que não fosse de interesse do regime militar, que destoasse das normas políticas, morais e sexuais da “utopia autoritária”.²⁰⁵

Em *As formas do silêncio*, Eni Orlandi analisa os processos de produção de sentidos estabelecidos pelo silêncio, compreendendo-o não como um vazio na linguagem, mas como um fenômeno que impacta a construção do imaginário, atrelado a dimensões históricas e sociais.²⁰⁶ O silêncio, para a autora, se conecta às possibilidades e aos limites do dizer, regendo, desta forma, os processos de significação. Na obra, Orlandi diferencia as maneiras por meio das quais o silêncio se estabelece e circula pela linguagem, definindo o recorte entre o que se diz e o que não se diz como “política do silêncio”. Uma das estratégias da política do silêncio reside no que a autora nomeia como “silêncio local”, considerado o seu âmbito mais visível: a interdição do dizer. O silêncio local, que interfere diretamente na produção dos sentidos, se exerce, por exemplo, com a censura, entendida como produção do interdito, do proibido.²⁰⁷

Sendo assim, a censura estabelece um jogo de forças em relação ao dizível e, a partir da restrição a certas palavras, se proíbem determinados sentidos. Isso significa que a censura opera diretamente com a produção do imaginário, inscrevendo a linguagem e a representação nos limites estabelecidos pelo autoritarismo. A partir dessas reflexões, Orlandi argumenta que a

²⁰⁵ O termo foi proposto por Maria Celina D'Araújo, Celso Castro e Gláucio Ary Dillon Soares. Ver D'ARAUJO, Maria Celina. et al. (org.) **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 9.

²⁰⁶ ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 60.

²⁰⁷ Idem, p. 73-75.

censura pode ser compreendida como a “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas”.²⁰⁸ Em outras palavras:

[...] a situação típica da censura traduz exatamente essa asfixia: ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito.²⁰⁹

Sendo assim, os silêncios produzidos pela tesoura da censura repercutem social e culturalmente – tanto na construção do imaginário social como nas limitações que os sujeitos experimentam para posicionarem-se no mundo, especialmente em relação à mobilização da linguagem para reconstruir e transformar sentidos. Portanto, a censura promove determinados pensamentos, no caso da ditadura civil-militar brasileira, aqueles permitidos pelo conservadorismo sexual e político e pelos pânicos morais dos militares. Assim, sugerimos que a censura pode ser compreendida dentro do escopo das políticas sexuais da ditadura brasileira que perfilam o que é aceito e o que deve ser banido – ao lesbianismo coube o banimento.

Ao mesmo tempo, as postulações de Orlandi sobre censura e posição do sujeito ensejam algumas considerações sobre a problemática do nomear-se lésbica. Como comentado anteriormente, nossas colaboradoras recordam que a palavra “lésbica” possuía uma carga muito negativa nos anos 1980, de modo que as mulheres geralmente optaram por utilizar termos que pareciam mais palatáveis, como “entendida”. Binah Ire, Camila Diane Silva e Maria Helena Lenzi, ao estudarem as trajetórias de vida e militância de algumas lésbicas durante a ditadura militar, argumentam que o fato de muitas mulheres não reivindicarem uma categoria para além de seu círculo social restrito pode ser visto como uma estratégia de autoproteção. A partir das entrevistas realizadas, as autoras concluem que

Lésbica, sapatão e derivativos, francha ou fanchona, entendida, não eram nomeações que obtinham consenso entre lésbicas. A menção ao nome sensível, que revelava a identidade sexual em um ambiente potencialmente hostil poderia ser passível de reprimendas sérias, como cortes nas relações afetivas mais próximas com familiares e colegas de trabalho, até perseguições e violências de diversos tipos. O silêncio compulsório e a censura diziam muito sobre o que poderia ser aceito ou não quando se tratava de homossexualidade feminina, amor entre mulheres e políticas lesbianas nos espaços heterossexuais, e isso incluía certamente as esquerdas mais ortodoxas, ligadas à religiosidade católica.²¹⁰

²⁰⁸ Idem, p. 76

²⁰⁹ Idem, p. 79.

²¹⁰ IREH; SILVA; LENZI, 2019, *Op. Cit.*, p. 191.

E mesmo entre as lésbicas havia um forte receio com a palavra. Em nossa entrevista, Cristina Calixto, uma das fundadoras do Lésbico Feminista, narrou uma ocasião em que o grupo foi aos locais de sociabilidade lésbica no centro de São Paulo para fazer uma entrevista com as mulheres do chamado “gueto” sobre sua opinião acerca da palavra “lésbica”. Ela recorda que “não dava certo” e, na maioria das vezes, “elas não queriam nem responder a nossa pergunta”.²¹¹ Cristina atribui essa barreira ao estigma ao redor do termo e expressa uma perspectiva distinta para o seu significado:

A palavra “lésbica”, para elas, soava como uma palavra feia e pesada, e não como uma palavra que carrega um fundamento histórico. Elas diziam que preferiam qualquer palavra, menos essa “lésbica” pesada. Parece doença. Mas não é doença, é uma ilha. Safo era a rainha da matemática, uma mulher que cuidou de Aristóteles, ensinou a ele a matemática. Não é uma história romântica. E tem o som também, ninguém consegue falar lésbica, embola a língua, não consegue soletrar. Parece feio...²¹²

Não estamos sugerindo que a censura tenha sido completamente responsável pela dificuldade em instaurar no cotidiano das mulheres o uso da palavra “lésbica”. Contudo, é evidente que uma sociedade que se cala publicamente sobre a lesbianidade cria empecilhos para que essas mulheres possam se constituir como sujeitos políticos. A sociedade que condenou (e ainda condena) a lesbianidade como doença mental e perversão sexual é a mesma que produz as barreiras para que essas mulheres possam autonegociar-se e, desta forma, transgredir os lugares sociais impostos à sua “condição sexual”.

Talvez esse seja um dos motivos pelos quais para o Grupo Lésbico Feminista, e posteriormente para o GALF, os usos e significados da palavra “lésbica” tenham sido consideradas questões tão caras e urgentes. Afinal, se as lésbicas não tinham direito a um nome, devido a todo o silenciamento imposto pela ditadura, nomear-se lésbica reveste-se de importância política e histórica, uma vez que, como afirma Tânia Navarro-Swain, “ao nomear-se cria-se uma imagem, cria-se um personagem no imaginário social”.²¹³ Neste sentido, a linguagem também é terreno de disputa política e por meio dela é possível transformar representações culturais instaladas.

Finalmente, essas reflexões remetem à questão central que buscamos elucidar neste capítulo: as relações entre autoritarismo, perseguição contra lésbicas e produção de estigmas

²¹¹ Entrevista com Cristina Calixto, realizada em 19 de dezembro de 2019.

²¹² Entrevista com Cristina Calixto, realizada em 19 de dezembro de 2019.

²¹³ NAVARRO-SWAIN, 2004, *Op. Cit.*, p. 19.

sobre o lesbianismo. A ditadura civil-militar brasileira implementou políticas sexuais que atingiram de maneira específica as existências lésbicas, ainda que os militares não tenham construído uma agenda explícita. Na busca incessante por efetivar sua “utopia autoritária”, o regime militar se calcava em valores como a defesa da moral e dos bons costumes, a família nuclear e os preceitos cristãos, condenando qualquer sujeito que escapasse às rígidas normas impostas.

Essas investidas evidenciam que um dos fundamentos que orientou o projeto de nação da ditadura foi o regime político da heterossexualidade, aliado a interesses econômicos, religiosos e militares. Desta forma, a nação impõe um imaginário heterossexual de si mesma, criando seus inimigos internos (os/as subversivos/as) como aqueles/as que escapam a essa norma instituída. Esse cenário possibilitou que autoridades colaborassem com instituições hospitalares que serviram de depósito de pessoas indesejadas, para onde muitas lésbicas possivelmente foram enviadas. Também permitiu que serviços de espionagem produzissem relatórios nos quais identificavam a “anomalia sexual” de militantes da luta armada.

Na visão de mundo dos militares, o lesbianismo jamais poderia ser concebido como escolha afetiva, um modo de existência ou uma posição política, somente como doença, perversão, anomalia e degeneração. Nos moldes da ditadura, lésbicas não poderiam existir. Ou, como afirmou Rosângela Castro, “nos olhavam, mas não nos enxergavam”.²¹⁴ É evidente que o autoritarismo e o conservadorismo atingiram outros setores da população brasileira, porém neste capítulo buscamos refletir sobre os impactos específicos na vida das lésbicas.

Ao analisar as políticas autoritárias da ditadura contra as lésbicas, evidenciamos que a sua (re)existência ia na contramão do projeto de nação empreendido pelos militares. Sob o signo do autoritarismo e da moral patriarcal da ditadura, foi extremamente difícil que lésbicas pudessem vivenciar suas escolhas afetivo-sexuais, ainda que fora do espaço público, pois “o regime ditatorial favorecia a ideia de que viver, pensar e sentir uma relação lésbica seria socialmente inaceitável”, como afirmam Ire, Silva e Lenzi.²¹⁵ Ao mesmo tempo, de acordo com as autoras, o “medo da perseguição foi potência que resultou em luta e articulação política”²¹⁶ para as lésbicas, mostrando que a emergência do ativismo lésbico no Brasil está intrinsecamente conectada à história política nacional.

²¹⁴ Entrevista com Rosângela Castro, realizada em 28 de janeiro de 2020.

²¹⁵ IRE, Binah; SILVA, Camila Daiane; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob Estado de exceção. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 191.

²¹⁶ Idem, p. 196.

No início dos anos 1980, novas formas de contestação ao regime emergiam, aproveitando a cena pública e política criada a partir da abertura. Nesse contexto, as ativistas do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF) buscaram transformar o imaginário social sobre as lésbicas e combater a sua invisibilidade política. Para isso, investiram na crítica cultural e feminista, enunciaram suas experiências e politizaram a lesbianidade coletivamente. No próximo capítulo, analisamos essas questões a partir da trajetória do GALF, seu diálogo com outros movimentos sociais e seu engajamento com o debate sobre a redemocratização do país.

2. CONSTRUINDO O ATIVISMO LÉSBICO-FEMINISTA

No final da década de 1970, o autoritarismo e a repressão começaram a arrefecer, graças às mobilizações que pressionavam pelo fim do regime militar. Apesar das incertezas quanto aos rumos políticos do país, pois a abertura política apenas se anunciava como uma possibilidade no horizonte²¹⁷, novos atores políticos, como associações de bairros, movimentos sociais, organizações de direitos humanos e entidades da sociedade civil, começavam a ocupar mais fortemente a arena pública em busca de transformações sociais, culturais e políticas. Paralelamente, no campo cultural emergiam questionamentos ao cerceamento da palavra e da ação, críticas ao modelo burguês de família e às normas comportamentais e sexuais do Ocidente. Desta forma, a contracultura, o movimento hippie, o desbunde²¹⁸, com grande atuação e influência de grupos artísticos, colocavam em cena diferentes possibilidades de interação e configuração sociais, formas de compreender o corpo e a sexualidade, bem como novas propostas de criação artístico-cultural. Como afirma Margareth Rago,

Inicialmente dirigida ao regime militar, a ‘revolução cultural’ em curso nas décadas de sessenta e setenta, no país, estendeu seus questionamentos à sociedade burguesa mais ampla, encontrando várias correntes do pensamento internacional envolvidas com a crítica à modernidade.²¹⁹

Nesse contexto, os movimentos de mulheres fizeram parte da onda massiva de mobilização popular e social que atravessou o Brasil, segundo Sonia Alvarez.²²⁰ Do movimento pelo custo de vida e por melhorias urbanas, que nasceu nos bairros pobres das grandes metrópoles, ao movimento feminista, que nos anos 1970 se constituiu sobretudo com uma perspectiva marxista, as mulheres se inseriram nas políticas locais e nacionais, movimentando-se para transformar questões comunitárias, a economia política doméstica, seu papel na reprodução da vida social, o mercado de trabalho, entre outros. Na década de 1980, questões

²¹⁷ NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014, p. 236.

²¹⁸ De acordo com Alina Nunes e Cristina Wolff, o desbunde “remete ao movimento do corpo em busca da liberdade e prazer, fazendo referência à exibição dos corpos dançantes no carnaval, nos biquínis no Rio de Janeiro e nas tangas das praias da Bahia, e, possivelmente, o termo também alude às relações homossexuais, desafiando, ao mesmo tempo, a moral da ditadura militar e a moral da esquerda revolucionária, que considerava a homossexualidade um desvio inventado pela burguesia”. NUNES, Aline; WOLFF, Cristina Scheibe. A todo vapor: revolução sexual e desbunde”. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de (orgs.). **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019, p. 243.

²¹⁹ RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. **Revista Labrys**, n. 3, jan.-jul. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

²²⁰ ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brazil**: women’s movements in transition politics. New Jersey: Princeton University Press, 1990, p. 39.

como o prazer, o corpo, os direitos reprodutivos e a sexualidade inseriram-se com maior predominância nos círculos feministas. A autora argumenta que, à medida que a abertura permitiu criar espaços de mobilização política, a atuação dos movimentos de mulheres contribuiu para a democratização do país, proclamando que as relações de poder na família e na sociedade, não só no Estado e nos partidos, devem também ser democratizadas.²²¹

Assim, os movimentos de mulheres politizaram o cotidiano. Por um lado, mostrando que questões até então consideradas de âmbito privado tinham um caráter político e incidiam diretamente na vida das mulheres e nas posições sociais e culturais que lhes eram atribuídas. Por outro, mobilizando as mais diversas áreas do cotidiano para o fazer político, da casa às associações de bairros, igrejas, universidades e locais de trabalho, evidenciando que as nossas vidas são políticas.

Foi nesse contexto de amplas mobilizações sociais e políticas, de reorganização das esquerdas e emergência dos novos movimentos sociais, que o Grupo Lésbico Feminista, e posteriormente o Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF), se formou. O primeiro se organizou, inicialmente, como um subgrupo no interior do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual, constituinte do chamado movimento homossexual que surgira em 1978.²²² Cerca de um ano depois, as ativistas lésbicas decidiram tornar-se um grupo independente, sem vinculação com o Somos, devido às hierarquias sexuais no seu interior. A maioria das membras do Grupo Lésbico Feminista se dispersou no começo de 1981, diante de suas diferentes perspectivas de atuação política, mas duas ativistas, Rosely Roth e Míriam Martinho, decidiram fundar uma nova agrupação, o GALF.

A partir disso, o GALF manteve diálogos afetivos e políticos tanto com o movimento feminista como o movimento homossexual, apesar da existência de disputas e tensões – questões que serão analisadas no decorrer deste capítulo. Ao longo de sua trajetória (1981-1989), o GALF editou o boletim *ChanacomChana* (CCC), um dos primeiros periódicos da Imprensa Lésbica brasileira, que constituiu um meio para vocalizar seus debates, anseios, sonhos e propostas. A publicação foi uma ferramenta fundamental para o estabelecimento de redes de ativismo, relações de amizade e discussão política.

Sendo assim, indagamos, a partir da trajetória do GALF e da publicação do *ChanacomChana*, sobre a construção de uma perspectiva política lésbica-feminista durante a

²²¹ Idem, p. 113.

²²² Considerando que as ativistas adotaram o mesmo nome para o grupo vinculado ao Somos e após sua constituição como grupo independente, opto por adotar a seguinte terminologia a fim de diferenciar esses dois momentos da trajetória: subgrupo LF, enquanto existia uma relação direta com o Somos, e Grupo Lésbico Feminista, para referir-se à agrupação.

década de 1980 no Brasil. Buscamos compreender se, no fazer político, o GALF propôs uma crítica à cultura brasileira e aos processos políticos que o país atravessava, ao mesmo tempo em que dialogou com os movimentos sociais, sobretudo o feminista e homossexual. Desta forma, propomos mostrar a irreverência e a capacidade inventiva das ativistas lésbicas na formulação de estratégias para fazer frente ao moralismo e ao autoritarismo da sociedade brasileira. Esta perspectiva também nos permitirá evidenciar as contribuições do feminismo lésbico para os movimentos sociais, bem como para a redemocratização do país.

Para isso, analisaremos, no primeiro momento, as questões mobilizadas pelo GALF no *ChanacomChana* em torno do ativismo lésbico, dos significados do lesbianismo e da defesa da posição política “lésbica feminista”. Na esteira dos estudos sobre as publicações lésbicas, compreendemos, com base na pesquisa de Paula Silveira-Barbosa, que o boletim foi constituinte da Imprensa Lésbica brasileira, ainda que tenha sido influenciado pelas publicações alternativas, feministas e homossexuais.²²³

Em seguida, examinamos o engajamento político do GALF e os (des)encontros com os movimentos feminista e homossexual na primeira metade da década, a fim de compreender as estratégias formuladas pelo grupo e sua inserção na militância. Com isso, pretendemos evidenciar que as lésbicas propuseram reflexões e práticas cotidianas que impactam nossa compreensão da sexualidade, das relações sociais e da política. Por último, movendo-nos em direção ao final da década de 1980, focalizamos os debates suscitados pelo GALF a respeito da redemocratização e da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), buscando mostrar as disputas de concepção sobre o significado da democracia.

2.1 Abertura política, movimentos sociais e contracultura

A distensão política do regime militar havia sido anunciada pelo general Ernesto Geisel em 1974, contudo, até o final da década, a redemocratização ainda parecia um horizonte distante. De acordo com Marcos Napolitano, em 1978 foi inaugurada uma nova fase da vida política do país: por um lado, o AI-5 perdia a validade, escancarando que o país vivia sob uma ditadura; por outro, houve a entrada em cena de novos atores políticos, que tentavam ampliar os limites da abertura política, até o momento bastante restrita aos espaços institucionais.²²⁴

²²³ SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

²²⁴ NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil:** a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017, p 17.

Não sem disputas e contradições, inclusive no interior da cúpula militar, paulatinamente restaurava-se a liberdade de imprensa, o pluralismo partidário, as eleições regulares e o funcionamento dos tribunais. A condição para a transição à democracia era o controle do processo institucional por parte do Poder Executivo, de modo que o regime militar se adaptava progressivamente ao processo de distensão política, buscando controlá-lo para garantir que não ocorresse nenhuma radicalização.²²⁵ Para citar um exemplo, os aparelhos de segurança continuaram a ser protegidos pelo Estado. Não houve um desmantelamento dos órgãos, mas uma gradativa desativação, que os mantinha sob o manto do corporativismo institucional, nos termos de Daniel Aarão Reis.²²⁶

Nesse contexto, a luta pela anistia revestiu-se de grande importância, pouco a pouco tornando-se parte do conjunto das liberdades democráticas que deveriam ser reconquistadas. Em 1979, uma das primeiras medidas do general Figueiredo foi assinar a Lei de Anistia, com o objetivo de alargar a base de apoio do governo, após intensas mobilizações sociais. Exemplo disso foi o engajamento do Movimento Feminino Pela Anistia, que se disseminou por diversas cidades do país, congregando advogadas, estudantes, donas de casa e defensoras dos direitos humanos pela reivindicação da anistia “ampla, geral e irrestrita”.²²⁷ Contudo, a lei aprovada concedeu anistia tanto aos perseguidos pelo regime quanto aos agentes da repressão, produzindo uma série de entraves à consolidação da justiça de transição²²⁸ no Brasil. Embora limitada, a Lei da Anistia permitiu o retorno dos exilados ao Brasil, a reincorporação dos políticos cassados pelos militares e a possibilidade daqueles que viveram na clandestinidade reassumirem suas identidades.²²⁹ Neste sentido, a anistia significou um avanço para a superação

²²⁵ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 231.

²²⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 140-141.

²²⁷ Lançado em 1975, o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) foi uma organização nacional liderada pela advogada Therezinha Zerbini. Primeira organização a defender abertamente a anistia no Brasil, o MFPA abriu espaço para uma militância democrática, principalmente nas camadas médias, que não tinha vinculação com a esquerda ou com a oposição institucional. Recebeu apoio de setores da Igreja Católica, ligados à teologia da liberação, e realizou abaixo-assinados, manifestos e manifestações, incidindo no debate público sobre a anistia. Sobre o tema, cf. FONTELES DUARTE, Ana Rita. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

²²⁸ Em linhas gerais, refere-se ao conjunto de ações, dispositivos e estudos que surgem para enfrentar e superar momentos de conflitos internos, violação sistemática de direitos humanos e violência massiva contra grupos sociais ou indivíduos que ocorreram na história de um país. Alguns objetivos comuns podem ser estabelecidos como norteadores da justiça de transição, como o julgamento de perpetradores de crimes contra os direitos humanos e a formulação de políticas de reparação às vítimas.

²²⁹ DEL PORTO, Fabíola Brigante. “A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania”. **Revista Perseu: história, memória e política**, São Paulo, n. 3, ano 3, 2009, p. 43-72. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/169/132>. Acesso em: 20 mai. 2020.

do autoritarismo, ainda que seja pertinente discutir os impactos negativos que o “esquecimento comandado pelo Estado gerou”²³⁰.

Apesar das condições impostas verticalmente, o processo de abertura foi profundamente influenciado pela atuação de entidades civis e das forças políticas de oposição. Com a reorganização das esquerdas em torno da defesa das liberdades democráticas e a explosão dos movimentos sociais, uma cena política legal começava a se delinear.²³¹ O sindicato, a igreja, a rua e o bairro tornam-se espaços de ação política: buscava-se disputar o espaço público e o debate político. Os novos atores políticos utilizaram a imprensa alternativa como ferramenta para forjar um público anti-ditadura, ao passo em que as publicações funcionaram como espaço privilegiado de construção da identidade política de grupos e movimentos de esquerda, a exemplo dos jornais *Opinião*, *Pasquim* e *Versus*.²³²

Na efervescência de movimentos de oposição à ditadura, o clima cultural que emergia desde o início dos anos 1970, apesar da repressão, foi marcado pelas repercussões dos eventos de maio de 1968, o movimento *hippie*, as lutas pelos direitos civis da população negra nos EUA, o rock e os circuitos *underground*. As confluências desse cenário internacional permitiram que se colocassem em debate as preocupações com o corpo, o erotismo, as drogas e a subversão de valores. Parte significativa dos jovens dessa década buscaram na contracultura, nos circuitos alternativos e no desbunde formas de expressar seu descontentamento com a organização social, bem como sonhar com novos mundos possíveis.²³³

Heloisa Buarque de Hollanda argumenta que a produção cultural dos anos 1970 incorporou tanto as críticas ao projeto nacional-popular quanto aos ideias de vanguarda das esquerdas das décadas de 1950 e 1960²³⁴, criando as condições de possibilidade para a

²³⁰ SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Anistia e (in)justiça no Brasil: o dever de justiça e a impunidade”. **Literatura e Autoritarismo** [online], n. 9, jan.-jun. 2007, s/p. Disponível em: http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/num09/art_02.php. Acessado em: 01 fev. 2021.

²³¹ ARAÚJO, Maira Paula Nascimento. A luta democrática contra o regime militar na década de 1970. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENDI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004, p. 162-167.

²³² Idem, p. 170.

²³³ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/1970)**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 62-63.

²³⁴ Entre os anos 1950 e 1960, o Brasil viveu um intenso processo de efervescência político-cultural mobilizado pelas esquerdas. De um lado, o projeto nacional-popular, que se afirmava com a presidência de João Goulart, defendia uma arte engajada que promovesse a conscientização popular. Nesta direção, em 1962 foi criado o Centro Popular de Cultura (CPC) no Rio de Janeiro, por inspiração de um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE). De outro, parte da esquerda não filiada ao Partido Comunista apostava na renovação da linguagem estética, tanto no teatro como no cinema. No primeiro, o Arena, tendo à frente Augusto Boal, e o Oficina surgiam; no segundo, experiências como a do Cinema Novo, que teve Glauber Rocha como um de seus grandes expoentes.

emergência de intervenções como a tropicália, a poesia marginal, o punk, entre outros.²³⁵ Portanto, existia certa postura contracultural da juventude, crítica aos costumes e à moral conservadora, que permeou a construção dos grupos constituintes dos movimentos sociais, compostos em grande parte pela juventude.

Na mesma direção, Marcos Napolitano argumenta que a história da resistência cultural durante a abertura política consiste na crise da cultura política nacional-popular e suas expressões artísticas. Segundo o historiador, a juventude dos anos 1980 era herdeira das matrizes culturais de esquerda, mas também fora formada a partir da experiência da indústria cultural, sobretudo fonográfica e audiovisual.²³⁶ Os atores políticos que atuavam no campo cultural mesclavam elementos que o autor denomina de matriz “nacional-popular” e “pop-contracultural”:

A busca da conciliação de categorias vistas como opostas no campo da resistência, como “prazer” e “política”, “nacional” e “estrangeiro”, “alienado” e “engajado”, “misticismo” e “criticismo”, nem sempre bem-sucedida, resultou em um novo tipo de subjetividade juvenil, fruto em grande parte da modernização e da derrota dos projetos históricos da esquerda reformista ou revolucionária. Ao aceitar esse fardo histórico, no plano existencial, mas seguir buscando atuar na sociedade com uma visão crítica e até iconoclasta do poder, a nova juventude dos anos 1980 vivenciou um mundo em ruínas, que começava a colocar em xeque as utopias.²³⁷

Estas questões não tiveram impacto somente nas esquerdas, mas nos movimentos sociais como um todo. O Movimento Homossexual Brasileiro começava a organizar-se e a politizar a homossexualidade. Se até aquele momento a condição de vida de gays e lésbicas havia sido semi-pública, como afirma James Green, com a abertura política a militância homossexual entrou para o campo das possibilidades.²³⁸ A aposta por integrar e intervir na cena pública se deu combinando elementos da crítica política e de atitudes contraculturais, marcando um afastamento da esquerda ortodoxa, que naquele momento compreendia a homossexualidade como produto da decadência burguesa.²³⁹ Quanto ao movimento feminista, mencionado anteriormente, observava-se a explosão de organizações, publicações e eventos, iniciativas

²³⁵ HOLLANDA, 1980, *Op. Cit.*, p. 95-96.

²³⁶ NAPOLITANO, Marcos. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017, pp. 300-316.

²³⁷ Idem, p. 316.

²³⁸ GREEN, James. “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, 2005, p. 277. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 18 jun. 2020.

²³⁹ Idem, p. 283.

heterogêneas do ponto de vista das perspectivas políticas, da composição dos grupos e suas formas de atuação.²⁴⁰

Neste ínterim, lésbicas paulistanas também começaram a reunir-se e a inserir-se na cena política e cultural do Brasil. Ao mesmo tempo em que foram impactadas e influenciadas pelas transformações pelas quais o país atravessava, buscaram deixar suas marcas nesses movimentos mais amplos. Essa experiência também implicou em processos de reconhecimento de si e constituição subjetiva, bem como na formulação de práticas cotidianas alinhadas às reflexões feministas. Assim, os dois seguintes tópicos são dedicados à análise do boletim *ChanacomChana*, compreendendo-o como constituinte da Imprensa Lésbica brasileira e como ferramenta utilizada pelo GALF para propor uma perspectiva lésbica-feminista de atuação política.

2.2 O *ChanacomChana* e a constituição da Imprensa Lésbica brasileira

Em meio à efervescência política e cultural do início dos anos 1980, o GALF começou a publicar o *ChanacomChana*. Muito além de um boletim informativo, o periódico teve como objetivo criar um espaço de reconhecimento e de trocas afetivas e políticas entre lésbicas. Tratava-se de constituir um espaço *por e para* lésbicas, onde fosse possível expressar seus anseios, refletir sobre a discriminação e debater estratégias de resistência e fortalecimento coletivo. Sendo assim, a publicação ensejou a criação de uma rede informal entre mulheres, um espaço exclusivo e seguro no qual poderiam proclamar sua existência. Por isso, compreendemos o *ChanacomChana* como uma publicação lésbica reivindicando seu espaço numa sociedade conservadora marcada pelo heterossexismo e, na presente seção, buscamos delimitá-lo como um periódico que deu passo à constituição da Imprensa Lésbica brasileira.

O boletim *ChanacomChana* (CCC), editado em formato tabloide e em preto e branco, foi publicado pelo GALF entre 1982 e 1987, totalizando 12 edições, distribuídas com periodicidade irregular – no geral, bimestrais ou semestrais.²⁴¹ Com tiragem média de 500 exemplares, o periódico era distribuído em festas, bares, boates, congressos e eventos frequentados pelas ativistas do GALF. Sua sustentabilidade econômica era viável graças às doações de leitoras, ao pagamento de assinaturas e aos pequenos anúncios de estabelecimentos

²⁴⁰ RAGO, Margareth. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. **Revista Labrys**, n. 3, jan.-jul. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/margal.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

²⁴¹ Em janeiro 1981, antes da constituição do GALF, o Grupo Lésbico Feminista publicou o jornal *ChanacomChana*, mas iniciativa foi interrompida, contando com apenas uma edição. Sua retomada se deu em novo formato, com a publicação do boletim *ChanacomChana*.

comerciais, especialmente de bares frequentados por lésbicas, como o Ferro's. Apesar desses apoios, manter o periódico sendo publicado era um desafio constante, de modo que pedidos de colaboração econômica das leitoras foram frequentemente publicados em suas páginas.

As ativistas do GALF investiram na diversificação do conteúdo do *ChanacomChana*. O boletim contou com matérias sobre esportes, artes, feminismo, política local e nacional, sexualidade, maternidade, informes sobre grupos gays e lésbicos brasileiros e internacionais, mercado de trabalho, entre outras. Cada edição possuía uma temática geral, cartas de leitoras, uma seção de troca-cartas, poesias, quadrinhos, relatos pessoais, entrevistas (em consonância com o tema da edição) e informações sobre a situação política e legal de gays e lésbicas de outras localidades. O expediente mudava conforme a edição, dado que a publicação era colaborativa, mas havia nomes que apareciam com maior frequência, principalmente os de Míriam Martinho e Rosely Roth.²⁴² Além disso, era possível colaborar com a publicação à distância, enviando material autoral (artigos, relatos pessoais, poemas etc.), prática que foi difundida entre as leitoras do *ChanacomChana*.

Em sua dissertação de mestrado, Paula Silveira-Barbosa, de forma inaugural, sistematizou o conjunto das publicações lésbicas brasileiras dos anos 1980 e 1990, mostrando a existência de elementos suficientes para compreendê-las como um segmento específico, a *Imprensa Lésbica*. A autora a define da seguinte maneira:

Trata-se de uma estrutura autônoma de comunicação, desenvolvida de lésbicas para lésbicas. Embora cada periódico do segmento tenha especificidades próprias, todos eles compartilhavam uma perspectiva de politização da condição lésbica e buscavam romper com os estigmas e apagamentos aos quais as lésbicas brasileiras foram historicamente submetidas. Destaco ainda que cunhar o nome dessa imprensa em caixa alta é uma posição política de reivindicação do reconhecimento desses meios de comunicação e suas particularidades como objeto de estudo acadêmico, diante da escassez bibliográfica sobre o tema.²⁴³

Silveira-Barbosa dividiu as publicações da *Imprensa Lésbica* em duas fases: a primeira, de 1981 a 1987 e a segunda, de 1988 a 1995, tomando como marco histórico a Assembleia Nacional Constituinte. De acordo com sua análise, da qual compartilho, o *ChanacomChana* faz parte da primeira geração, marcada pela tônica libertária, radical e contracultural dos

²⁴² SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019, p. 78.

²⁴³ Idem, p. 29.

movimentos sociais dos anos 1980. Além disso, a rebeldia desta primeira geração também levou os grupos a utilizarem a ironia e o deboche como estratégias para forjar a visibilidade.²⁴⁴

É evidente que o *ChanacomChana* se nutriu de outras experiências jornalísticas, como a imprensa alternativa e seus segmentos feminista e homossexual. Afinal, as ativistas lésbicas responsáveis pela publicação tiveram acesso a esses periódicos, que buscavam construir um espaço público outro, frente ao cerceamento da liberdade de opinião imposto pela censura aos meios de comunicação. De acordo com Bernardo Kucinski, os jornais de imprensa alternativa voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural investiam contra a moral conservadora da ditadura e a hipocrisia das camadas médias urbanas.²⁴⁵ Desta forma, fomentaram debates sobre experimentações no campo da arte e da literatura, o uso de psicoativos e a busca por novas alternativas de vida.²⁴⁶

As pesquisas sobre o *ChanacomChana* normalmente localizam o periódico ora como constituinte da imprensa feminista, ora como partícipe da imprensa homossexual. Se o boletim compartilhava características com ambos os segmentos, também é certo que possuía profundas diferenças: o projeto editorial, o público leitor, as dinâmicas de produção e distribuição, para citar alguns exemplos. Essas particularidades ganham centralidade ao analisarmos os objetivos ao redor da publicação de um periódico e permitem entrever aspectos que, de outro modo, se diluiriam numa abordagem que priorizasse exclusivamente a materialidade do suporte. Sendo assim, tratamos de diferenciar o *ChanacomChana* das publicações alternativas por entender que o periódico lésbico possui especificidades não contempladas pelos demais, de modo que a categoria Imprensa Lésbica constitui a mais adequada para sua compreensão. Adiante, elencamos os aspectos centrais para compreender essa diferenciação.

Em linhas gerais, a literatura sobre a imprensa alternativa localiza as publicações entre o período compreendido desde a decretação do AI-5 em 1968 até o início dos anos 1980. Segundo Kucinski, o seu surgimento esteve atrelado ao desejo das esquerdas de protagonizar as transformações sociais propostas e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços desligados da grande imprensa e da universidade. Frente ao silenciamento imposto pela censura,

²⁴⁴ SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. “Trajetória da Imprensa Lésbica brasileira, uma história possível”. *Aedos*, Porto Alegre, v. 11, n. 24, ago. 2019, p. 149.

²⁴⁵ KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 90.

²⁴⁶ Para Kucinski, existiram dois grandes grupos de jornais alternativos. De um lado, os “jornais políticos”, cujas raízes remontam aos ideais do nacional-popular e ao marxismo difundido nos meios estudantis. De outro, os “jornais existencialistas”, voltados à crítica dos costumes e ao comportamento. Não concordo completamente com esta diferenciação, por traçar uma definição estrita de política que ignora o caráter intrinsecamente político das críticas culturais e sociais. Além disso, as “duas classes” de jornais foram alvo da censura e da perseguição ditatorial.

os jornais alternativos buscaram criar um espaço crítico de debate e avaliação sobre a situação brasileira. Desta forma, a imprensa alternativa acabou tornando-se o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas e dos movimentos sociais, a partir do processo de abertura política.²⁴⁷

Por isso, a explosão da imprensa alternativa deu-se em meados dos anos 1970, com grande diversificação dos grupos que editavam os jornais e as temáticas abordadas – neste ínterim, começaram a ser editadas as publicações feministas, homossexuais, ecologistas, do movimento negro, dos movimentos de base e de defesa das liberdades democráticas.²⁴⁸ Contudo, no início de 1980 as produções deste segmento encontravam-se em franco declínio, com o surgimento de algumas iniciativas efêmeras, que não perduraram após o primeiro ou o segundo número.²⁴⁹

Denominando “imprensa feminista do pós luta-armada”, Rosalina Leite e Amelinha Teles analisam as publicações feministas entre 1975 e 1980. Nesse período, as militantes de partidos clandestinos e ex-guerrilheiras buscavam novos espaços de atuação, de modo que os jornais se constituíram como interessantes plataformas de atuação. Sem romper com a tradição do pensamento marxista, as militantes que atuaram na imprensa alternativa uniram a luta pelas liberdades democráticas à defesa dos direitos das mulheres – o fim da dupla jornada de trabalho, salário igual para trabalho igual e o combate à violência contra as mulheres foram demandas centrais.²⁵⁰

O *ChanacomChana* começou a ser editado dois anos após o fim desse ciclo (1982) e desvinculando-se completamente do pensamento marxista. Além das ativistas do GALF rechaçarem a chamada dupla militância – a atuação simultânea em partido político e movimento social –, criticavam a esquerda por percebê-la como conservadora frente às demandas feministas e às discussões sobre sexualidade. É sabido que as esquerdas, durante as décadas de 1970 e 1980, foram refratárias a essas questões, por considerar que havia uma “luta maior” contra a burguesia e a ditadura – o que motivou, inclusive, a criação de grupos e jornais feministas.²⁵¹ Marisa Fernandes, co-fundadora do Grupo Lésbico Feminista, considera que a esquerda “não compreendia a urgente necessidade de se pensar a sexualidade, o racismo, o

²⁴⁷ KUCINSKI, 2018, *Op. Cit.*, p. 14-15.

²⁴⁸ Idem, p. 124-140.

²⁴⁹ Idem, p. 171.

²⁵⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 49-58.

²⁵¹ COLLING, Ana Maria. “50 anos de ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero”. **OPSIS**, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 01 out. 2020.

machismo e o patriarcado, conjuntamente com as demais causas sociais, era um instrumento fundamental para a mudança da estrutura social e o fim da opressão existente”.²⁵²

Além disso, o *ChanacomChana* se inscreve em uma gramática política muito mais próxima à contracultura. Patrícia Lessa, nesta direção, ressalta que as ativistas do GALF estavam em consonância com as condições de produção de sua época, caracterizada pela transgressão e pela libertação. Assim, observa-se nos boletins uma linguagem marcada pela ironia e pelo deboche, alinhada às reflexões e críticas que desejavam tecer sobre a sociedade, as relações de poder, a lesbofobia (denominada naquele momento de “discriminação contra lésbicas”) e o estigma social.²⁵³

Elizabeth Cardoso, em seu estudo sobre a imprensa feminista, localizou o *ChanacomChana* numa geração de publicações caracterizadas pela especialização em temas ligados às mulheres (saúde, trabalho, legislação, violência, sexualidade) e que também trataram de questões políticas ligadas à redemocratização e à participação das mulheres nas estruturas políticas.²⁵⁴ Neste marco, a autora considera, contudo, que o periódico possuía especificidades. Ao invés de reivindicar a igualdade, o *ChanacomChana* proclamava “a diferença e a independência do gênero masculino”. Assim, a publicação poderia ser classificada “como um ícone da reivindicação das especificidades do movimento feminista, fazendo contraposição ao discurso da busca da igualdade entre homens e mulheres”.²⁵⁵ A autora considera positiva a existência de um “jornal especializado” em um tema que havia sido tratado de forma tímida na primeira fase da imprensa feminista (segunda metade da década de 1970).

Efetivamente, foi transversal no *ChanacomChana* a reivindicação não da igualdade, mas da diferença: a lesbianismo como uma possibilidade de ser mulher, em ruptura com a heterossexualidade; o lesbianismo não como simples expressão do desejo, mas como uma proposta política de existir no mundo e construir relações com outras mulheres. Na primeira edição do periódico (1982), o artigo “O lesbianismo é um barato” apresenta reflexões sobre os significados atribuídos pelas ativistas do GALF ao lesbianismo, em oposição aos seus estigmas

²⁵² FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. IN: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 126.

²⁵³ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento: a criação de subjetividades (1979- 2006)**. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 110.

²⁵⁴ CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 67-69. Em sua tese, a autora dividiu a imprensa feminista em duas gerações. A primeira (1974-1980) teve a predominância de temáticas sociais com interesse amplo (carestia, desigualdades sociais e movimentos sociais), mobilizando bandeiras de combate à ditadura e reivindicando justiça social para homens e mulheres. A segunda (1981-1999) refere-se às publicações voltadas às temáticas específicas das mulheres, onde o *ChanacomChana* se situaria.

²⁵⁵ CARDOSO, 2004, *Op. Cit.*, p. 97.

sociais. A contraposição se dá a partir de um jogo com a polissemia do termo “barato”, ora gíria empregada para algo interessante ou descontraído, ora o oposto de caro:

O lesbianismo é um barato. Caro é o preço que a gente paga para curtir esse barato. Toda mulher lésbica que já se viu forçada a sentir vergonha por amar outra mulher sabe bem disso. [...] Mas o lesbianismo é um barato e é um barato exatamente quando foge dos guetos dentro e fora de nós. [...] O lesbianismo é um barato porque propõe o amor entre mulheres de qualquer maneira, seja através do amor físico, da ternura e do respeito pela individualidade da companheira, seja através da solidariedade e da luta organizada contra a opressão que sofrem todas as mulheres.²⁵⁶

A ideia de que o boletim representava reivindicações específicas dentro do movimento feminista, como na leitura realizada por Cardoso, deve ser balizada, posto que não foram poucos os conflitos entre feministas heterossexuais e lésbicas. Como estas questões serão aprofundadas na próxima seção, por hora cabe mencionar que as ativistas lésbicas percebiam certa hostilidade de parte expressiva do movimento feminista, assim como uma resistência a abordar suas demandas políticas. A respeito, Gilberta Soares e Jussara Costa consideram que:

Os feminismos resistiram a incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua produção teórica e agenda política. Boa parte dos movimentos se deixou intimidar pela pressão social da conjuntura da época que exigiu aos feminismos o silêncio sobre a lesbianidade e sua invisibilização pensando ser, minimamente, respeitado pela esquerda brasileira, pela intelectualidade acadêmica, pela Teologia da Libertação, pela mídia, pela sociedade, em geral, no momento pós-ditadura no Brasil.²⁵⁷

Portanto, tendo em vista estas questões, situar o *ChanacomChana* exclusivamente na imprensa feminista não permite abordar a multiplicidade de temas e debates que emergem nas páginas desta publicação. Trata-se de uma questão complexa, pois o feminismo estruturou a visão de mundo das ativistas do GALF e sua crítica à cultura – vista como patriarcal, autoritária e sexista –, mas elas se encontraram com diversas barreiras quando buscaram compor o movimento.

Em relação à circulação das publicações, vale a pena observar outros contrastes entre a imprensa feminista e as publicações lésbicas. Por exemplo, a tiragem do *ChanacomChana* era bastante reduzida se comparada com a imprensa feminista: entre 200 e 500 exemplares²⁵⁸, frente

²⁵⁶ *ChanacomChana*, n. 1, dez. 1982, p. 2.

²⁵⁷ SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys*, n. 20, jul.-dez. 2012, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acessado em: 07 jul. 2020.

²⁵⁸ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

aos 5000 do *Brasil Mulher*, dados que sinalizam para a difícil sustentabilidade financeira do projeto e um público leitor mais restrito. Enquanto uma das características dos jornais feministas era a definição das pautas em reuniões periódicas, marcadas por acirrado debate político²⁵⁹, no caso do *ChanacomChana* elas eram discutidas de maneira quase improvisada. As ativistas do GALF se reuniam, propunham uma pauta de discussão e se dividiam para a montagem do boletim. A edição se encerrava à medida que os artigos, escritos voluntariamente pelas integrantes, por leitoras ou colaboradoras externas, chegavam. Como notou Júlia Oliveira, o periódico era produzido artesanalmente e dependia da montagem de uma equipe, sempre rotativa, ao contrário dos periódicos feministas.²⁶⁰

Em relação à imprensa homossexual, as pesquisas apontam que desde os anos 1960 existiram grupos informais, normalmente conformados por amigos ou conhecidos, que produziram revistas e jornais – *O Snob* e *Le Femme*, no Rio de Janeiro, *Gay Society*, na Bahia, são apenas alguns exemplos. Por iniciativa de Anuar Farah, jornalista homossexual, criou-se em 1960 a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG), que deixou de existir em 1964 após o golpe militar.²⁶¹ Entre 1964 e 1969, mais de 30 jornais voltados para o público homossexual circularam em diversas cidades de país.²⁶² Em linhas gerais, os periódicos versavam sobre amenidades, acontecimentos culturais, reportagens e classificados. Trata-se do momento em que estabelecimentos para homossexuais, tais como saunas e bares, expandiam-se gradativamente.²⁶³ Apesar da circulação destes periódicos ser restrita, com baixa tiragem de exemplares, as publicações incentivaram a promoção de espaços de sociabilidade homossexual em algumas capitais brasileiras, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, como concursos e festas.

Na década de 1970, surgiram algumas colunas sociais gays em jornais da grande imprensa. Exemplo disso foi a Coluna do Meio, escrita pelo jornalista Celso Cury, publicada no jornal *Última Hora*. Sob o autoritarismo, Cury foi demitido em 1977 com base na Lei de Imprensa.²⁶⁴ No ano seguinte, surgia o *Lampião da Esquina*, considerado pelos pesquisadores

²⁵⁹ OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 2019. 333f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 59.

²⁶⁰ Idem, p. 109.

²⁶¹ RODRIGUES, Jorge Caê. Um Lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. IN: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 89.

²⁶² GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 2000, p. 298.

²⁶³ RODRIGUES, 2015, *Op. Cit.*, p. 91.

²⁶⁴ QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes:** a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 234.

da área um dos mais importantes jornais da imprensa homossexual do período. Sua publicação trouxe uma série de novidades: uma equipe editorial composta por jornalistas profissionais (localizados em São Paulo e no Rio de Janeiro), circulação em âmbito nacional com tiragem expressiva de exemplares (ao redor de dez mil) e nova abordagem da homossexualidade.²⁶⁵ O periódico constituiu um importante veículo que trouxe à tona a temática da homossexualidade, abordando uma série de temas como a “saída do armário”, os espaços de sociabilidade, a natureza da homossexualidade, entre outros.

Quando o *Lampião* começou a ser publicado, já havia uma experiência acumulada da imprensa homossexual. Alguns periódicos da década de 1960 circularam durante anos, a exemplo do *O Snob*. Ou seja, apesar do alcance ser restrito, é possível afirmar que já havia um público leitor minimamente constituído e experiências mais ou menos bem-sucedidas nas quais se apoiar. O caso da imprensa lésbica, no entanto, parece ter sido bastante diferente. Ainda que diversas lésbicas possam ter sido leitoras dos jornais da imprensa homossexual e tenha havido certa representação da lesbianidade nessas publicações²⁶⁶, elas não foram produzidas para esse público leitor. O *ChanacomChana*, por isso, pode ter sido um dos primeiros momentos em que lésbicas se apropriaram da produção jornalística, criando uma publicação específica para seus interesses.

Tomando o *Lampião da Esquina* como referência para pensar a imprensa homossexual, vale ainda fazer algumas ponderações. O periódico possuía um corpo editorial formado exclusivamente por homens que adotou uma estética voltada para o seu público leitor, os gays. Ao mesmo tempo em que foi marcado por um enfoque informativo e politizado da homossexualidade, incorporou a linguagem popular do meio homossexual.²⁶⁷ Assim, observa-se que a identidade visual e o conteúdo do *Lampião* buscavam estabelecer um diálogo com os seus leitores, o que se expressou, por exemplo, nas referências a locais de sociabilidade (como as saunas) e nas fotografias publicadas (que privilegiavam corpos masculinos nus ou seminus). Portanto, tratava-se de um jornal produzido por e para gays, ainda que abordasse temas que não fossem exclusivos ao universo homossexual, como política nacional, iniciativas de movimentos sociais, entrevistas com artistas, entre outros.²⁶⁸

²⁶⁵ RODRIGUES, 2015, *Op. Cit.*, p. 98.

²⁶⁶ Ariana Mara da Silva discutiu, por exemplo, as representações de lésbicas negras no jornal *Lampião da Esquina*. Cf. SILVA, Ariana Mara da. **Griôs sapatonas brasileiras e Lampião da Esquina**: o contraste das questões de gênero, raça e sexualidade na fonte oral e na fonte escrita. 2015. 115f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2015.

²⁶⁷ FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009, p. 87-88.

²⁶⁸ RODRIGUES, 2015, *Op. Cit.*, p. 87-88.

Observa-se que a imprensa homossexual e a imprensa lésbica possuíam características, objetivos, estéticas e públicos leitores com marcadas distinções. No caso do *ChanacomChana*, vale mencionar que a iniciativa surgiu com o propósito de criar um espaço próprio para publicações de lésbicas e para lésbicas. A convite da equipe editorial do *Lampião da Esquina*, um grupo de lésbicas paulistanas – algumas membras do subgrupo lésbico do Somos, outras sem vinculação a grupos ativistas – se reuniu para escrever uma matéria para o jornal, publicada na edição de maio de 1979. Foi a única vez que as ativistas lésbicas publicaram um texto no referido periódico. Intitulado “Nós *também* estamos aí”, o texto questionava veementemente o apagamento da existência lésbica e o “atraso” das lésbicas em relação à militância homossexual, relacionando-os a uma série de questões políticas e sociais:

Nós estamos atrasadas porque temos medo, receio, cagaço mesmo de viver o que somos. Porque não construímos o espaço do nosso viver. Porque vivemos na clandestinidade. Nós estamos atrasadas, mas não queremos fazer isso virar um *mea culpa*, um muro de lamentações.

Sabemos e conhecemos a existência da repressão. E não falamos apenas daquela do camburão, do cassetete, da bomba de gás. Falamos daquela que está presente nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos, na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos – meio de comunicação, educação, religião, etc. –, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Diz o que é natural, normal, certo, justo e bom para nós mulheres.²⁶⁹

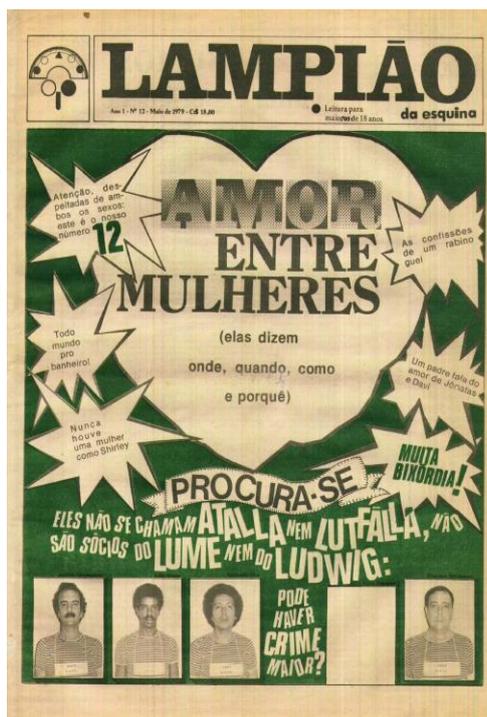
Ou seja, o “atraso” das lésbicas devia-se à *repressão* que se expressava tanto no autoritarismo da ditadura militar quanto nas práticas sociais e culturais reforçadas pela heterossexualidade compulsória, que delimita os lugares designados às mulheres dentro dos limites estabelecidos pelo patriarcado.²⁷⁰ A sua condição de “clandestinidade” relacionava-se à falta de referências positivas sobre o lesbianismo, o desgaste psicológico provocado pelo enrustimento²⁷¹ e os desafios de viver como uma lésbica em uma sociedade patriarcal e autoritária.

²⁶⁹ *Lampião da Esquina*, n. 12, maio de 1979, p. 7.

²⁷⁰ RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Revista Bagoas*: estudos gays, gênero e sexualidades, n. 05, 2010, p. 23-24. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 ago. 2019.

²⁷¹ O termo, muito utilizado durante os anos 1970-1980, refere-se à vivência clandestina da lesbianidade, ou seja, quando é ocultada ou negada, seja por medo ou devido às pressões sociais. Atualmente, utiliza-se a expressão “estar no armário”.

Figura 4 – Capa da edição n.12 do jornal *Lampião da Esquina* (1979)



Fonte: Grupo Dignidade²⁷²

Em sua dissertação de mestrado, C. Maia afirma que a experiência coletiva de escrita desse texto foi um motor para a formação do Grupo Lésbico Feminista, posto que as mulheres reuniram-se, pioneiramente, para debater suas demandas e observaram a necessidade de constituir um grupo exclusivo de mulheres.²⁷³ Deste então as ativistas não deixaram de escrever, ainda que este processo se desse forma pouco estruturada e irregular. Em janeiro de 1981, quase um ano após a separação do Somos, o Grupo Lésbico Feminista publicou a edição nº 0 do jornal *ChanacomChana*, contudo o projeto não foi levado adiante. No ano seguinte surgiria o periódico que acompanhou a trajetória do GALF, o boletim *ChanacomChana*. Elizabeth Cardoso atribui a lacuna temporal entre jornal e boletim à falta de recursos financeiros e à inexistência de uma linha editorial nítida.²⁷⁴ Além disso, discordâncias internas entre as ativistas do Lésbico Feminista, logo após a publicação do número zero, levaram à dissolução do grupo.²⁷⁵ Por isso, o surgimento do *ChanacomChana* é contemporâneo à constituição do GALF.

²⁷² Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 01 nov. 2020.

²⁷³ MAIA, C. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p.29-30.

²⁷⁴ CARDOSO, 2004, *Op. Cit.*, p. 98.

²⁷⁵ PERÉT, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011, p. 75.

De acordo com Jan Witt, a análise de publicações lésbicas deve orientar-se para a compreensão dos impactos produzidos nas vidas desse grupo social, sobretudo no caso de lésbicas que viviam em contexto de isolamento. A autora afiança que a *Imprensa Lésbica* surgiu com o objetivo de conectar pessoas, criar uma voz pública para as lésbicas e promover articulação e visibilidade social.²⁷⁶ Considero que estes aspectos estendem-se para o contexto brasileiro, uma vez que as condições de produção do *ChanacomChana* estiveram atreladas à organização de um grupo exclusivo de lésbicas, o GALF. Além disso, deve-se ponderar que o periódico surgiu com o objetivo de ser um meio de comunicação entre lésbicas, segmento que, como observamos no capítulo anterior, vivia em situação de marginalidade social e política. Como elas afirmaram no editorial do nº 1:

O boletim *ChanacomChana* é um espaço criado por mulheres lésbicas para mulheres lésbicas e todas as pessoas que queiram debater, conversar e se divertir conosco. Queremos que ele seja um veículo de informação, discussão, humor, namoro, poesia e sonho para todas que o fizerem e para quem for lê-lo também.²⁷⁷

Na perspectiva de ser uma publicação para o público lésbico, o *ChanacomChana* também incentivou a construção de uma rede informal de contato entre as lésbicas brasileiras. Cartas das leitoras e relatos pessoais foram constantemente publicados nas edições do jornal. A seção “Troca Cartas”, por sua vez, anunciava as interessadas no intercâmbio de correspondência, tanto para amizade como para paquera. É interessante observar que esta seção foi crescendo ao longo do tempo, de modo que nas últimas edições do boletim os contatos eram publicados em letra miúda para que coubessem em uma única página. Para Marisa Fernandes, o *ChanacomChana* permitiu romper com o isolamento social das lésbicas:

O *Chana* foi o primeiro veículo nacional de comunicação entre as lésbicas brasileiras. Propiciou a quebra do isolamento, aproximando e informando lésbicas de todo o país. Ele foi um importante instrumento do movimento de lésbicas. [...] Ele passou a ter uma coluna “Troca Cartas” destinada para um papo, uma amizade, uma transa, onde os nomes e endereços das interessadas eram publicados. Esses endereços eram de mulheres que solicitavam correspondências. Assim, acho que deu namoro.²⁷⁸

²⁷⁶ WITT, Jan. “A ‘labor from the heart’: lesbian magazines from 1947-1994”. *Journal of Lesbian Studies*, v. 5, n. 1-2, 2001, p. 230. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J155v05n01_15. Acesso em: 10 jul. 2020.

²⁷⁷ *ChanacomChana*, n. 1, dez. 1982, p. 1.

²⁷⁸ Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por e-mail), realizada em 5 de abril de 2020.

Portanto, o boletim fomentou a construção de redes de afeto entre lésbicas, contribuindo para diminuir o sentimento de solidão que muitas leitoras expressavam nas cartas enviadas ao GALF – característica da imprensa lésbica identificada por Jane Witt. Aos poucos, o *ChanacomChana* foi contando com a participação de colaboradoras externas, que enviavam textos analíticos e relatos pessoais para serem publicados. Como notou Maia, ao servir como um meio para que mulheres compartilhassem suas experiências e ações, o boletim criou um espaço ao mesmo tempo íntimo e público, ao tratar da vivência pessoal e pressupor a leitura de desconhecidas.²⁷⁹

Enquanto os periódicos da imprensa feminista podiam ser adquiridos em bancas de jornal, a principal forma de venda do *ChanacomChana* era a distribuição de mão em mão na capital paulista, sobretudo nos locais de sociabilidade. Para Marisa Fernandes, esta era uma ação importante para as ativistas, por fomentar um contato direto com outras lésbicas que talvez se transformasse em adesão ao grupo, ao mesmo tempo que permitia angariar recursos financeiros para futuras ações.²⁸⁰ Outro investimento na circulação do boletim também foi realizado: a venda por meio de assinaturas, com o envio do periódico pelo correio. A partir da segunda edição, de fevereiro de 1983, o grupo passou a anunciar a possibilidade de adquirir assinaturas anuais.²⁸¹

Neste esforço empreendido coletivamente, a circulação do boletim também se beneficiou da rede de leitoras que pouco a pouco se constituía. Rita Quadros foi uma leitora do *ChanacomChana* nos anos 1980 e recorda que seu contato com a publicação foi possibilitado por meio de sua namorada, à época estudante da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que conheceu o GALF e a emprestava os exemplares adquiridos.²⁸² Por sua vez, Yone Lindgren, residente no Rio de Janeiro, recebia os exemplares pelo correio e os compartilhava com pessoas conhecidas, embora ressalte que havia dificuldades de circulação do material:

Aqui no Rio de Janeiro, eu tinha acesso, então eu ia passando para as pessoas. Quando tinha algum artigo muito legal, a gente mimeografava, saía mais barato do que xerox. A gente avisava para quem tinha escrito o artigo e falava que ia divulgar, mas era muito fechado. Até hoje é muito difícil as pessoas pegarem a revista e levarem para casa. Ainda mais boletim, naquela época. Tudo era muito difícil.

²⁷⁹ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 78

²⁸⁰ Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por *e-mail*), realizada em 5 de abril de 2020.

²⁸¹ *Chanacomchana*, n. 2, fev. 1983, p. 10.

²⁸² Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

O *ChanacomChana* constituiu um veículo de informações sobre a existência lésbica com uma perspectiva multifacetada. Nele, as ativistas do GALF inscreveram a trajetória do grupo, produzindo uma espécie de registro oficial, selecionando os acontecimentos considerados mais marcantes. É interessante notar que a maioria dos textos de memória da trajetória do grupo foi escrita por Míriam Martinho, ativista que se tornou uma das figuras mais conhecidas do GALF. Maia identificou na atividade de Míriam uma “vocação memorialista”, devido à escrita de diversos balanços da atuação do grupo, nos quais reflete sobre suas conquistas e seus equívocos.²⁸³ Essas produções se mant em no presente, por meio da página eletr nica *Um Outro Olhar*.

Vale mencionar ainda que o *ChanacomChana* não foi uma voz solitária nos anos 1980. Em âmbito nacional, alguns periódicos de existência ef mera foram contemporâneos ao boletim. No Rio de Janeiro, o boletim *Iamuricum *, publicado anonimamente, foi lançado em 1981 e contou com ao menos três edições. O boletim *Amazonas*, editado pelo Grupo Libertário Homossexual, circulou entre 1983 e 1985 em Salvador. Em 1987, ano de encerramento do *ChanacomChana*, o boletim *Xerereca* foi produzido pelas estudantes de Direito Rita de Cássia Colaço Rodrigues e Ana Lugon (associada do GALF) no Rio de Janeiro.²⁸⁴ No próprio *ChanacomChana* encontram-se menções a estes periódicos, divulgados em seções dedicadas a noticiar a movimentação lésbica e homossexual no Brasil.

No cenário internacional, inúmeras publicações davam corpo a imprensas lésbicas regionais e nacionais. No contexto latino-americano, por exemplo, entre 1988 e 1996 foram publicados os *Cuadernos de Existencia Lesbiana* por Ilse Fuskova e Adriana Carrasco em Buenos Aires.²⁸⁵ O grupo costa-ricense Las Entendidas, no final dos anos 1980, criou *La Boletina*, uma pequena publicação para comunicar-se com outras lésbicas.²⁸⁶ No Caribe, o Colectivo Lésbico Feminista Mitilene produziu o boletim *Pezones* ao menos entre 1985 e 1986.²⁸⁷ Na Espanha, o Colectivo de Feministas Lesbianas de Madrid publicou, entre 1984 e

²⁸³ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 49.

²⁸⁴ SILVEIRA-BARBOSA, Paula  velyn. **Traj t ria da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019, p. 35.

²⁸⁵ ROSA, María Laura. “Transgrediendo los géneros. Activismos, performances y contracultura en la Buenos Aires de la posdictadura”. **Artelogie: recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l’Amérique latine**, n. 8, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artelogie/638>. Acesso em: 05 out. 2020.

²⁸⁶ ALVARADO, Emma A. Chacón. **Una memoria histórica del movimiento lésbico en Costa Rica de 1970 al 2014**. San José: FCM; Colectiva IrreversibLes, 2015, p. 21-23. Disponível em: <https://www.fc mujeres.org/wp-content/uploads/2017/03/Una-memoria-histo%CC%81rica-del-Mov-Le%CC%81sbico-en-Costa-Rica-de-1970-al-2015.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

²⁸⁷ Dossier Presse Lesbienne. *Amazones d’Hier, Lesbiennes d’Aujourd’hui*, v. 5, n. 3, mar. 1988, p. 140-145.

1988, a revista *Nosotras que nos queremos tanto*.²⁸⁸ Nos EUA, uma imprensa lésbica se constituía, a pequenos passos, desde os anos 1950. Na década de 1970, surgiram duas importantes publicações lésbicas: *off our backs*, em Washington, que circulou até 2000; e a revista *Sinister Wisdom*, que surgiu em 1976 e existe até a atualidade.²⁸⁹ Em linhas gerais, esses periódicos abordavam questões ligadas à cultura lésbica, arte, literatura, feminismo, movimentos sociais e política.

Estes exemplos, embora evidentemente escassos frente à quantidade de publicações lésbicas que existiram desde as últimas décadas do século XX²⁹⁰, contribuem para criar um mosaico internacional da Imprensa Lésbica. Permitem, assim, dimensionar a amplitude dessas publicações, que vistas isoladamente poderiam parecer apenas breves suspiros de alívio. As ativistas do GALF, em contato com organizações do exterior, como veremos no próximo capítulo, conheceram algumas dessas publicações lésbicas, sobretudo as norte-americanas.

Para construir e consolidar esse espaço próprio, as ativistas do GALF investiram grandes esforços. Por meio do *ChanacomChana* elas registraram a atuação do grupo, estabeleceram contatos nacionais e internacionais, trocaram experiências e analisaram os processos políticos do país. Por isso, o boletim também se constituiu como espaço de reflexão e proposição de práticas políticas, informadas pelas vivências das ativistas, suas concepções políticas e o pensamento teórico-político do feminismo lésbico. Nas próximas páginas, analisamos as principais questões mobilizadas pelo GALF no *ChanacomChana*, que delinearam a perspectiva lésbica-feminista da agrupação.

2.2.1 Caminhos para a elaboração de uma perspectiva lésbica-feminista no *ChanacomChana*

Considerando que um dos propósitos do *ChanacomChana* era informar e debater sobre as existências lésbicas, buscando politizá-las, analisar o boletim como *locus* de construção de uma perspectiva lésbica-feminista permite compreender as reflexões, disputas, ambivalências e os impasses que atravessaram a sua proposição. Adoto o termo *perspectiva lésbica-feminista* para referir-me, de maneira ampla, aos discursos presentes nas páginas do boletim que buscavam dar sentido ao ativismo do GALF. Ou seja, discursos que concernem ao corpo, ao

²⁸⁸ As edições de número 3, 4 e 5 em formato digital podem ser acessadas no Centro de Documentação Ca La Dona. Disponível em: <https://cdn.atria.nl/epublications/fragen/CalaD-368541984.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020

²⁸⁹ WITT, 1992, *Op. Cit.*, p. 243-247.

²⁹⁰ Para uma discussão sobre a imprensa lésbica nos EUA, ver: STREITMATTER, Rodger. **Unspeakable**: the rise of the gay and lesbian press in America. Boston: Faber and Faber, 1995.

desejo, aos significados das palavras “lésbica” e “feminista”, às práticas cotidianas e à própria atuação do grupo – todos esses elementos aparecem entremeados nas fontes, sugerindo que o fazer político, na concepção do GALF, atravessa as esferas do público e privado, da macro e micropolítica, do corpo no espaço etc.

De acordo com Ochy Curiel, a partir da década de 1980, o *lesbianismo feminista* propôs uma política radical e transformadora ao explicitar que a heterossexualidade constitui uma instituição social cujo objetivo é minar a autonomia e liberdade das mulheres. A autora, uma das ativistas históricas do movimento na América Latina, sintetizou os principais eixos que orientam a sua proposta política:

El lesbianismo feminista para muchas de nosotras no es ni una identidad, ni una orientación, ni una opción sexual; sino una posición política, posición que implica entender la heterosexualidad como un sistema y un régimen político, implica aspirar y construir la libertad y autonomía de las mujeres en todos los planos. Es una propuesta transformadora que supone no depender ni sexual, ni emocional, ni económica, ni culturalmente de los hombres. Significa entender que la sexualidad es mucho más allá que coito, supone crear lazos y solidaridades entre mujeres, sin jerarquías ni relaciones de poder. Significa entender cómo el patriarcado afecta los cuerpos de las mujeres, cuerpos históricos a los que les toca de cerca la mundialización y transnacionalización del capital, el racismo, la pobreza, la guerra, pero también, cuerpos que han construido la resistencia y la oposición a la desigualdad que produce el patriarcado, cuerpos que han imaginado y creado otras relaciones sociales, otros paradigmas, otros mundos.²⁹¹

No caso do GALF, pretendemos observar como, ao longo das páginas do *ChanacomChana*, o grupo foi construindo sua posição política e manifestando sua compreensão acerca das instituições e normas sociais que reforçam a subordinação das mulheres. Sendo assim, buscamos entender a elaboração da sua concepção de feminismo lésbico e, para isso, partimos da identificação de questões transversais ao ativismo do GALF, plasmadas nos boletins, como as relações entre feminismo e lesbianismo, o reivindicar-se “lésbica feminista”, as demandas de grupos lésbicos internacionais, as alianças e tensões com outros movimentos, entre outras. Algumas dessas questões, inclusive, ainda atravessam os movimentos lésbicos na atualidade.

Na segunda edição do *ChanacomChana* (março/1983), Míriam Martinho publicou um texto intitulado “A negação da homossexualidade”, no qual dialogou criticamente com o

²⁹¹ CURIEL, Ochy. “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”. *América Latina en Movimiento* [online], 2007, s/p. Disponível em: <https://www.alainet.org/es/articulo/121025?language=en>. Acesso em: 05 jul. 2020.

movimento homossexual. No início, a ativista questiona a ideia de que a “afirmação da homossexualidade”, entendida no sentido de sua nomeação e reivindicação política, implicaria na criação de novos modelos sexuais rígidos. Este era um debate instaurado naquele movimento, a respeito do “ser ou estar homossexual” – de um lado, afirmava-se que a homossexualidade deveria ser tratada como condição transitória, sob o risco de se recair em uma nova forma de normatividade sexual; de outro, argumentava-se que a reivindicação do sujeito político homossexual constituiria uma estratégia de libertação.²⁹² Na perspectiva da ativista, os movimentos libertários deveriam almejar uma sociedade onde fosse possível “a livre expressão da sexualidade”, contudo

[...] reconhecendo estar esse futuro esperado ainda bastante distante de nossas mãos, procuramos tentar concretizá-lo passo a passo não fazendo interpretações ideais da realidade. Nós [...] sabemos que a nível do cotidiano, do dia a dia, a homossexualidade existe sim, assim como a heterossexualidade. A heterossexualidade é hoje o padrão de conduta sexual tido como “normal e obrigatório”, diante do qual as outras formas de sexualidade são consideradas desviantes e por tal relegadas à total marginalização. A heterossexualidade, não a heterossexualidade em si, ou seja, não necessariamente as relações heterossexuais, mas a heterossexualidade enquanto instituição, é um instrumento de opressão das pessoas, em especial das mulheres, cuja finalidade é manter intacta as estruturas repressivas do sistema patriarcal.²⁹³

No ensejo dessas reflexões, Míriam Martinho advoga pela necessidade de afirmar a existência lésbica, caso contrário se promoveria o apagamento da “condição homossexual” das mulheres. Ou seja, enquanto a heterossexualidade constituir o padrão social que define a fronteira entre normal/anormal e aceitável/reprovável, a negação da homossexualidade significa o risco “de diluir uma importante luta contra o preconceito que atinge pessoas em todas as partes do mundo”.²⁹⁴

Diante dessas questões, é possível afirmar que, na perspectiva do GALF, a reivindicação do lesbianismo implicava no questionamento da heterossexualidade como instituição social reguladora. Em certa medida, a nomeação dos sujeitos políticos da luta homossexual se dava paralelamente à denúncia de um sistema de opressão.²⁹⁵ Essa leitura se fortalece ao observamos que, na passagem acima, ecoam as formulações de Adrienne Rich e Monique Wittig, cujo pensamento teve grande impacto no movimento lésbico-feminista, inclusive na América Latina,

²⁹² FRY, Peter; MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁹³ *ChanacomChana*, n. 2, mar. 1983, p. 2.

²⁹⁴ *ChanacomChana*, n. 2, mar. 1983, p. 3.

²⁹⁵ A noção de instituição heterossexual como um dos fundamentos da opressão contra as lésbicas aparece novamente em texto de Míriam Martinho na edição nº 5 (maio/1984) do *ChanacomChana*.

de acordo com Ochy Curiel.²⁹⁶ Em grandes traços, na perspectiva de Rich, a heterossexualidade constitui uma instituição social obrigatória para as mulheres, cujo objetivo é a manutenção do poder masculino.²⁹⁷ Wittig, por sua vez, entende a heterossexualidade como um regime político que constitui o eixo central da opressão contra as mulheres.²⁹⁸

A formação teórico-política do GALF foi amparada sobretudo no pensamento lésbico-feminista norte-americano e europeu, de autoras majoritariamente brancas – aspecto também identificado por C. Maia.²⁹⁹ Esta característica, que diz respeito ao embasamento intelectual do grupo, também ficou evidente na realização das entrevistas com algumas de nossas interlocutoras. Quando perguntei sobre as referências teóricas do Lésbico Feminista, Marisa Fernandes mencionou nomes como Simone de Beauvoir, Adrienne Rich, Shulamith Firestone, Shere Hite e Betty Friedan, mas não citou nenhuma autora brasileira.³⁰⁰ Nesta direção, na entrevista com Míriam Martinho, a ativista recordou que liam os escritos de Kate Millet, Simone de Beauvoir e agregou que:

Tudo que era em inglês – eu não lia francês – a gente incorporava e aproveitava muito. No GALF a gente teve bastante informação de teóricas lésbicas, no Lésbico Feminista bem pouquinho, mais autoras locais mesmo. Um livro que a gente lia e discutia bastante no GALF era o *Educar para a submissão*, da Elena Gianini Belloti. Outro, o *Sexo e Temperamento* da Margareth Mead. [...] Já no finalzinho do GALF, a Sarah Lucia Hoagland escreveu o *Ética lésbica* e mandou o livro para nós. Esse livro foi importante para consolidar a nossa ideia de deixar o movimento feminista. [...] Recebemos também dois volumes de um livro separatista chamado *For Lesbians Only, a separatist anthology*, organizada pela Hoagland e a Julia Penelope. Ainda *A Amante Celeste, a destruição científica da lésbica*, da Rosanna Fiocchetto.³⁰¹

A narrativa de Míriam sugere que as ativistas do GALF foram leitoras assíduas das produções feministas norte-americanas e europeias. O recebimento de materiais indica, por sua vez, que as brasileiras não foram somente leitoras à distância, mas travaram diálogos com ativistas lésbicas e feministas de outros territórios, bem como intercambiaram materiais de leitura e formação teórico-política. Ao mesmo tempo, a circulação desses impressos também permitiu que o *ChanacomChana* fosse conhecido internacionalmente. O GALF participou de

²⁹⁶ CURIEL, 2007, *Op. Cit.*

²⁹⁷ RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. *Revista Bagoas: estudos gays, gênero e sexualidades*, n. 05, 2010, p. 18-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 ago. 2019.

²⁹⁸ WITTIG, Monique. No se nace mujer. In: _____. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Tradução Javier Sáez e Paco Vidarte. Madrid: Egales, 1992, p. 31-45.

²⁹⁹ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 88.

³⁰⁰ Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por e-mail), realizada em 5 de abril de 2020.

³⁰¹ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

uma coletânea sobre Imprensa Lésbica publicada pela revista lésbica quebequense *Amazonas d'Hier, lesbiennes d'Aujourd'hui (AHLA)* em 1988.³⁰² Para a publicação, o GALF enviou um texto narrando a trajetória do grupo, o surgimento do boletim e seus principais objetivos.³⁰³

Esse trânsito de saberes de Norte a Sul³⁰⁴ constitui uma das marcas dos feminismos latino-americanos apontada por Yuderkys Miñoso.³⁰⁵ A pensadora caribenha argumenta que o pensamento feminista produzido no Norte se tornou a referência epistemológica predominante do movimento na América Latina, devido à hegemonia dos saberes produzidos por sujeitos em posições de privilégio em ambos territórios. Miñoso nos alerta para o fato de que as desiguais condições geopolíticas produzem a dependência epistêmica do Sul com as produções do Norte, o que, no caso do feminismo, incidiu diretamente na definição das ênfases do movimento. Isso foi facilitado, de acordo com a autora, pelos privilégios raciais e de classe de parcela significativa das feministas da região.

Na quarta edição do boletim (setembro/1983), Rosely Roth publicou “Autonomia”, onde discutiu o significado da autonomia política do ponto de vista dos movimentos sociais. Vale mencionar que ela foi uma das ativistas do GALF que ganhou mais visibilidade. Nas palavras de Rita Quadros, ela se tornou uma “expressão política da discussão sobre lesbianidade”, a “figura pública” do grupo.³⁰⁶ Ao lado de Míriam, ela foi uma das principais autoras de artigos para o *Chana*. De acordo com Rosely, na referida publicação, os movimentos sociais questionavam a política tradicional, calcada nas noções de hierarquia, de divisão entre trabalho intelectual e manual e na crença no triunfo da revolução, de modo que a ativista não poupou críticas aos partidos políticos de esquerda e sua forma de atuação. Em sua perspectiva, a chamada “dupla militância” – no partido e no movimento social – consistia em uma incoerência, uma vez que:

Estar nos partidos é não acreditar nos grupos como possíveis veículos de transformação social. A multiplicação dos grupos autônomos de negros, feministas, homossexuais, ecologistas e de outros setores oprimidos (camponeses, operários,

³⁰² A chamada para a participação de grupos lésbicos latino-americanos no dossiê sobre Imprensa Lésbica da *AHLA* foi anunciada na décima edição do boletim *ChanacomChana*, jun./set. 1986, p. 14.

³⁰³ *Amazonas d'Hier, lesbiennes d'aujourd'hui*, v. 5, n. 3, mar. 1988, p. 135-138.

³⁰⁴ Refiro-me às noções de Norte e Sul globais, propostas pelos estudos pós-coloniais, que destacam as configurações históricas, sociais, territoriais e geo-políticas na conformação dos chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

³⁰⁵ MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 311-313.

³⁰⁶ Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

etc...), pode gerar cooperativas, federações, ou seja, uma ou mais organização que poderão levar a mudanças radicais da sociedade. Estar nos partidos é acreditar na política tradicional.

[...] Finalizando, acredito que toda e qualquer mudança depende de cada um de nós, e neste sentido repito. Os grupos verdadeiramente autônomos, organizados conjuntamente, na unidade da diversidade, podem através da prática interna levar a transformação total da sociedade. Os movimentos autônomos provam que é possível militar e atuar como força alternativa aos partidos. Não dá mais para acreditar em tomada de poder. Então para que os partidos?³⁰⁷

A autonomia, entendida como independência política frente aos partidos, era considerada um dos pilares da atuação do grupo e, portanto, uma orientação para o feminismo lésbico.³⁰⁸ Não caberia, no escopo do GALF, a participação de ativistas que pertencessem a partidos. Em sua tese de doutorado, Júlia Oliveira notou que o grupo deixou explícito seu posicionamento a favor da autonomia, embora não descartasse o apoio de políticos da esfera institucional, considerado fundamental para pressionar por algumas demandas.³⁰⁹ Isso ficou evidente ao menos em dois momentos: durante a campanha contra a violência policial em 1980 e na manifestação que levou à invasão do Ferro's Bar em 1983. Considerando-se um grupo autônomo, o GALF sempre explicitou o apoio político e financeiro que recebeu de Irene Cardoso – eleita vereadora pelo Partido dos Trabalhadores em São Paulo em 1982 –, inclusive para financiar a publicação do boletim, por considerá-la uma feminista aliada das causas lésbicas.

Os debates sobre a autonomia do movimento feminista em relação à militância político-partidária ganharam centralidade no final dos anos 1970 e início da década de 1980. As discussões sobre a participação das mulheres nos partidos políticos se intensificaram frente às mobilizações exigindo o retorno ao regime democrático e a consolidação dos movimentos sociais, ao trazerem à tona a questão da participação política. Como argumentam Teles e Leite, houve diversos posicionamentos no movimento feminista sobre essa questão. Muitas mulheres romperam com os partidos e passaram a se auto-organizar, enquanto outras defenderam a militância em ambos espaços (a chamada “dupla militância”).³¹⁰

³⁰⁷ *ChanacomChana*, n. 4, set. 1983, p. 8

³⁰⁸ Na décima edição do boletim, editorial afirmava que a publicação “procura focalizar diferentes aspectos das vivências lésbicas bem como temas referentes à política dos *movimentos sociais autônomos*” (grifo nosso). *ChanacomChana*, n. 10, jun.-set. 1986, p. 1.

³⁰⁹ OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 2019. 333f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 271-272.

³¹⁰ TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 117-131.

Figura 5 – Capa da edição n. 4 do *ChanacomChana* (1983)



Fonte: boletim *ChanacomChana*³¹¹

Considerando as reflexões de Rosely no *ChanacomChana*, a reivindicação da autonomia política frente aos partidos de esquerda parece estar vinculada a uma crítica ao modelo masculino de ação política, inscrito na tomada do poder e em valores hierarquizantes. A aposta da ativista aparece atrelada à demarcação da potencialidade dos movimentos sociais, percebidos como uma alternativa de atuação política, que prescinde dos partidos. Trata-se, portanto, de uma crítica do GALF ao enraizamento das diversas formas de autoritarismo na cultura política brasileira.

Na edição comemorativa de cinco anos do GALF (maio/1984), em “Ser ou estar homossexual, eis a questão?”, Míriam Martinho criticou a ideia de que nomear-se homossexual ou lésbica fosse assumir uma divisão binária da sociedade (homossexual/heterossexual) ou assumir um estereótipo. Ao contrário, tratava-se de um ato de liberdade:

[...] tem mais a ver, num primeiro instante, com a busca de uma vida de maior prazer, integridade, alegria e sem mentiras e auto-punição. Além disso, num segundo instante, é uma declaração política não só porque desmistifica a crença na “naturalidade” das relações heterossexuais institucionais (casamento, lar, reprodução, etc...) como também porque cria novas propostas de independência feminina. A experiência lésbica, tão particularmente “feminina” quanto a maternidade, é uma das poucas formas concretas de poder e autonomia acessíveis às mulheres.³¹²

³¹¹ *ChanacomChana*, n. 4, set. 1983.

³¹² *ChanacomChana*, n. 5, mai. 1984, p. 4.

Nesta perspectiva, nomear-se lésbica consiste em um ato político de rebeldia que implica na denúncia das normas sexo-políticas que estruturam a sociedade. Nomear-se lésbica pouco se refere à busca de uma identidade fixa ou imutável, mas à reivindicação da existência lésbica, num grito contra o apagamento e a perseguição a que fomos submetidas historicamente. Como afirma Jules Falquet, trata-se de sublinhar o sentido coletivo e político das práticas afetivo-sexuais, de modo que “a palavra lésbica alude a um lesbianismo político, que propõe uma crítica no nível da ação e do questionamento teórico do sistema heterossexual de organização social”.³¹³

O GALF, assim, se filiava ao amplo debate levantado pelo movimento lésbico nas décadas de 1970 e 1980, que propunha compreender o lesbianismo em sua dimensão política. Portanto, nomear-se lésbica implicava em uma tomada de posição, reivindicando autonomia em relação aos homens e constituindo-se como um ato de liberdade. Ao consultarmos a produção intelectual do período, é possível observar que tratava-se de constituir as lésbicas como sujeitos políticos e de postular o *lesbianismo feminista* como potencialidade de questionamento do sistema dominante, um convite para realizar uma revolução cultural e social de grande alcance, nas palavras de Falquet.³¹⁴ Tomemos como exemplo o irreverente texto *Lesbianism: an act of resistance* de Cheryl Clarke, poeta, educadora e ativista lésbica negra estadunidense. Em linhas gerais, a autora define o lesbianismo como um “ato de resistência” pois, ao se rebelarem contra a dominação masculina, as lésbicas buscam erigir formas alternativas de construir relações sociais e afetivas com outras mulheres, fora da lógica heterossexual. Clarke conclui seu argumento sintetizando a concepção do lesbianismo como um projeto de vida, muito além das práticas sexuais:

Es una de mis esperanzas como lesbiana-feminista que más mujeres ahora y en el futuro, debido a nuestra visibilidad, trabajo y energía, pongan más valor a sus relaciones con mujeres y elijan abiertamente al lesbianismo, como una política, como un modo de vida, como una filosofía, y como un plan vital.³¹⁵

³¹³ FALQUET, Jules. **De la cama a la calle**: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006, p. 20, tradução minha.

³¹⁴ Idem, p. 21. Vale mencionar que Falquet considera que o lesbianismo político propõe uma ruptura epistemológica importante ao colocar a heterossexualidade como um sistema de dominação, que atua conjuntamente com o patriarcado, o racismo e o capitalismo. Para a pensadora, esta é uma das contribuições centrais do movimento lésbico-feminista para os movimentos sociais e o pensamento crítico. Para aprofundar essa questão, ver: FALQUET, Jules. “Rompendo o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 6, n. 5, dez. 2012, p. 8-31. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

³¹⁵ CLARKE, 1988, *Op. Cit.*, p. 106.

Para a oitava edição do boletim (agosto/1985), Míriam escreveu um texto sobre os seis anos de trajetória do GALF, no qual explicitou a escolha da denominação “lésbica feminista”. A ativista argumenta que a preferência pelo termo resultou “do processo de conscientização de nossa dupla opressão, primeiramente enquanto mulheres e depois enquanto mulheres que se relacionam sexual e afetivamente com outras mulheres”.³¹⁶ Acrescentou ainda que a recusa em utilizar o termo “homossexual” devia-se a sua conexão com “uma visão das mulheres e dos homens gays como um suposto terceiro sexo”³¹⁷, referindo-se às teorias médicas do século XIX que classificaram o lesbianismo como desvio e inversão sexual, problemática abordada no primeiro capítulo desta dissertação.

Além disso, entende-se que “a palavra lésbica não significa a afirmação de uma nova categoria sexual, as lésbicas, mas sim a designação de uma postura política”³¹⁸, expressa nos seguintes termos:

Para nós, a lesbianidade (ou lesbianismo)³¹⁹ é mais do que uma simples questão de cama, pois ela tem uma série de implicações sociais e políticas que, geralmente, são escamoteadas pelo discurso da “preferência sexual” ou da “opção sexual”. Podemos dizer, entre outras coisas, que as vivências lésbicas, em geral, permitem às mulheres um grau de autonomia e controle de seus próprios corpos ainda praticamente impossível para as mulheres de vivência heterossexual.³²⁰

O trecho acima evidencia que, para o GALF, a lesbianidade tem a ver com um modo de vida e, portanto, uma postura política. Ao falar em “vivências lésbicas”, o grupo ressalta as possibilidades de elaboração subjetiva e de reinvenção coletiva que a lesbianidade poderia proporcionar às mulheres. Por isso, não deveria restringir-se a uma questão de âmbito privado, como reforçam os termos “preferência sexual” e “orientação sexual”, na concepção das ativistas.

Na seguinte edição do *ChanacomChana* (dezembro-fevereiro/1985-1986), o texto “Por que nós nos chamamos lésbicas?”, assinado coletivamente pelo GALF, iniciou com uma reflexão sobre a origem do termo lésbica, remetendo-o à poetisa Safo e à Ilha de Lesbos, local onde ela viveu entre os séculos VII e VI a.C. De acordo com o texto, “Deste então, apoiadas na origem histórica da palavra, mulheres que amam mulheres em todo o mundo vêm preferindo chamar-se de lésbicas, investindo essa designação de conceitos de força, independência,

³¹⁶ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 2.

³¹⁷ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 2.

³¹⁸ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 3.

³¹⁹ Trata-se do primeiro registro do uso do termo “lesbianidade” no boletim *ChanacomChana*.

³²⁰ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 3.

liberdade e beleza”.³²¹ Neste caso, observa-se um uso político da figura e das memórias associadas a Safo, mobilizado com o objetivo de inscrever na história a própria existência lésbica, constantemente obliterada pela memória oficial. Como notou Lettícia Leite, trata-se de um uso recorrente no discurso lésbico-feminista.³²²

Figura 6 – Capa da edição n. 8 do boletim *ChanacomChana* (1985)



Fonte: boletim *ChanacomChana*³²³

Mas não foi sem transformações que a palavra “lésbica” passou a circular socialmente. Somente a partir da organização do movimento lésbico-feminista que o termo foi reabilitado com um sentido positivo. Buscava-se, portanto, retirar a carga estigmatizante do termo, num contexto em que “lésbica” ainda remetia a concepções ligadas à patologia, ao desvio sexual e ao crime, como expusemos no capítulo anterior. Com leveza, o texto conclui invertendo os sentidos atribuídos à “lésbica”:

³²¹ *ChanacomChana*, n. 9, dez.-fev. 1985/1986, p. 1.

³²² LEITE, Lettícia Batista Rodrigues. “Safo de Lesbos: ícone lésbico?”. In: 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women’s Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Anais Eletrônicos, Florianópolis: UFSC, 2018, p. 1-8. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503336042_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_letticiabrl.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

³²³ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985.

[...] nós podemos dizer que preferimos nos chamar lésbicas porque a palavra tem uma origem bonita que nos leva a pensar em imagens de prazer, beleza e liberdade e não em visões pseudocientíficas de doença, anormalidade, bobagens de 3º, 4º ou sei lá que sexo. Podemos dizer também que preferimos a palavra lésbica simplesmente porque ela quer dizer mulher que ama mulher.³²⁴

Portanto, percebe-se que as ativistas do GALF investiram na transformação dos significados atribuídos ao termo “lésbica”, enfatizando conotações que remetiam à liberdade, independência, autonomia e construção de novas relações sociais – perspectivas que ainda na atualidade são mobilizadas, em alguma medida, pelos movimentos lésbicos no Brasil. Para além da recusa das teorias médicas, arraigadas no imaginário social, as ativistas parecem interessadas em produzir novas simbologias sobre o lesbianismo, buscando transformar sua representação social, diante de um cenário no qual os estigmas contribuem para práticas de violência física e simbólica.

Já na décima edição do boletim (junho-setembro/1986), em “O mito da opção sexual e a organização lésbica”, Míriam Martinho se debruçou sobre as implicações políticas do termo “opção sexual”. A ativista alerta que o seu uso “faz acreditar na livre escolha”, escondendo as normas e pressões sociais para “optar-se” pela heterossexualidade. Além disso, argumenta que o uso da categoria levaria a inscrever o lesbianismo em termos exclusivamente sexuais e, por isso, como uma questão relativa à esfera privada.³²⁵ Contudo, em sua perspectiva, trata-se de uma problemática pública e política, uma vez que as lésbicas não sofrem “discriminação” exclusivamente por relacionarem-se afetivo-sexualmente com outras mulheres, mas porque “[...] estão desenvolvendo estilos de vida que, no contexto atual, representam um desafio, em todos os planos, a norma básica da nossa sociedade machista, ou seja, a de que a mulher nasceu para servir (complementar?) o homem”.³²⁶

Ou seja, na esteira das reflexões de Míriam Martinho, o lesbianismo desafia a estabilidade da heterossexualidade e as convenções sociais que a naturalizam. Sua crítica à possibilidade de escolha afetivo-sexual não reside na compreensão da sexualidade como característica inata, mas na crítica à falsa liberdade de escolha e manifestação das relações amorosas. Neste aspecto, observamos ecos das elaborações de Adrienne Rich a respeito do caráter institucional da heterossexualidade. Para a teórica, a heterossexualidade consiste em

³²⁴ *ChanacomChana*, n. 9, dez./fev. 1985/1986, p. 2.

³²⁵ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 1.

³²⁶ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 2.

uma imposição institucionalizada a partir de diversos mecanismos sociais, como o casamento, a monogamia e a violência sexual contra as mulheres.³²⁷

Diante do exposto, ressaltamos a criticidade e inventividade do grupo na elaboração do *ChanacomChana*. Para além de um periódico informativo, o boletim permitiu a construção de laços afetivos (entre as ativistas do grupo e entre as próprias leitoras) e a ruptura com a sensação de isolamento – a falta completa de referências e canais de diálogos. Neste sentido, os textos que elaboraram sobre as existências lésbicas e as implicações políticas do lesbianismo, ao construírem caminhos para o que denominei *perspectiva lésbica-feminista*, também contribuíram para os alcances mencionados. Não somente por criarem representações positivas do lesbianismo, mas sobretudo pelos investimentos em conferir-lhe significados políticos, sociais e afetivos.

Identificamos três eixos que nos pareceram centrais na formulação dessa *perspectiva lésbica-feminista*: a concepção da heterossexualidade como uma instituição compulsória para as mulheres, a defesa da autonomia política dos movimentos sociais e os significados políticos do lesbianismo. A partir disso, observamos as conexões do GALF com os debates e teorias produzidos pelo movimento lésbico internacionalmente, bem como algumas de suas influências na escrita dos textos dos boletins. A ênfase nesses aspectos buscou evidenciar os intensos investimentos do grupo na politização do lesbianismo e da existência lésbica. De maneira alguma isso minimiza outros aspectos presentes no periódico, como o uso da ironia e do deboche, o espaço reservado às cartas das leitoras e aos relatos pessoais, a valorização da poesia, o recurso às histórias em quadrinho como formas de tecer críticas políticas, entre outros.³²⁸

Para citar um exemplo, um dos temas debatidos na sétima edição do boletim foi o “enrustimento”, ou seja, o viver a lesbianidade dentro do armário. Na capa dessa edição (figura 7), uma charge chama a atenção da leitora. Uma mulher em visível sofrimento agarra os papéis onde os nomes de outras mulheres estão escritos. Ao seu redor, duas imagens caricatas de um anjo (uma figura feminina) e um demônio (uma figura antropomorfa) tentam convencê-la do que fazer, enrustir-se ou assumir sua lesbianidade. Desta forma, a charge enseja reflexões sobre

³²⁷ Esta reflexão remete ao conceito de heterossexualidade obrigatória proposto pela autora. RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. **Revista Bagoas**: estudos gays, gênero e sexualidades, n. 05, 2010, p. 18-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acesso em: 19 ago. 2019.

³²⁸ Para uma análise mais aprofundada dos aspectos mencionados, ver: LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (1979- 2006). 2007. 261 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

as pressões sociais que mantêm lésbicas “enrustidas”, causando-lhe sofrimento psíquico, como aparenta a mulher ao centro.

Figura 7 – Capa da sétima edição do *ChanacomChana* (1985)



Fonte: boletim *ChanacomChana*³²⁹

Finalmente, compreendemos que o GALF buscou afirmar que as lésbicas são sujeitos políticos, o que levou o grupo a questionar-se sobre os sentidos coletivos, sociais e históricos do lesbianismo. Nesta direção, um dos intuitos do grupo foi a construção do que Zuleide Paiva da Silva definiu como *corpo político das lésbicas*. De acordo com a autora, trata-se de um corpo coletivo, “constituído por um conjunto de discursos e práticas que circunscreve e nomeia o ser lésbica política, declarando um jeito de ser, de se organizar e viver lésbica”.³³⁰ Nesta busca, as ativistas do GALF apostaram na inventividade e experimentaram com a escrita e a produção de um periódico, propuseram práticas políticas e culturais etc. À medida que se inventavam ativistas e tentavam constituir o corpo político das lésbicas, buscavam materializá-lo no próprio

³²⁹ *ChanacomChana*, n. 7, abril 1985.

³³⁰ SILVA, Zuleide Paiva da. “**Sapatão não é bagunça**”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 382f. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016, p. 104.

acionar político, nas relações afetivas, no sonhar outros mundos. Em suma, elaboraram estratégias que visavam dar forma a uma existência marginalizada.

2.3. Questionar-se sobre os limites: contribuições lésbicas aos movimentos feminista e homossexual

Ao longo da década de 1980, paralelamente à publicação e venda do *ChanacomChana*, o GALF organizou encontros e eventos, protagonizou manifestações políticas, estabeleceu contatos com grupos lésbicos do exterior e debateu os rumos políticos do Brasil da abertura. Esta trajetória foi construída junto a outros movimentos sociais, apesar de tensões e conflitos que atravessaram elaboração de alianças políticas, sobretudo com os movimentos feminista e homossexual. Objeto de análise de diversas pesquisadoras mencionadas ao longo deste trabalho, como Patrícia Lessa, Gilberta Soares e Tânia Pifani, as relações entre lésbicas, feministas heterossexuais e ativistas homossexuais não constituem um tema de estudo exatamente novo, mas profícuo. Na presente seção, propomos analisar essas questões conjuntamente com a inserção do GALF no processo de redemocratização do Brasil, buscando compreender as críticas políticas e culturais formuladas pelo grupo. Também objetivamos trazer à tona as contribuições das lésbicas feministas para os movimentos sociais, particularmente para o feminismo brasileiro, e observar como a formulação do feminismo lésbico foi atravessada por negociações e conflitos.

Gilberta Soares e Jussara Costa dividiram a trajetória do GALF em duas fases. A primeira fase (1982-1984) recorre desde a fundação do grupo – quando algumas ex-ativistas do Grupo Lésbico Feminista criaram o GALF – à perda de sua sede, compartilhada com o grupo Outra Coisa no centro de São Paulo. Trata-se de um período durante o qual o GALF realizou trabalhos políticos em conjunto com os movimentos feminista e homossexual. Na segunda fase (1985-1989), segundo as autoras, o GALF voltou seus esforços para a organização lésbica autônoma, mantendo sua participação em alguns eventos feministas, mas sem assumir a organização dos mesmos. Neste processo, estreitou laços com organizações e ativistas lésbicas do exterior, o que possibilitou um significativo fortalecimento do grupo.³³¹

Em diversas edições do *ChanacomChana* o GALF elaborou sobre a decisão do Grupo Lésbico Feminista de separar-se do Somos – e, nesses momentos, foi traçada uma linha de

³³¹ SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys* [online], n. 20, jul.-dez. 2012, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acesso em: 07 jul. 2020.

continuidade entre as duas agrupações. De acordo com a narrativa presente nos boletins, a desvinculação formal do Somos foi motivada por uma “tomada de consciência” acerca da “dupla opressão” das lésbicas.³³² Contudo, isso não implicou numa ruptura definitiva com o movimento homossexual, mas em novas formas de promover alianças. Ao mesmo tempo, esse processo fomentou a inserção do GALF no movimento feminista, uma vez que o grupo considerava que neste espaço poderia desenvolver melhores ferramentas de análise da discriminação contra as lésbicas – motivação que guiou a assunção de uma postura feminista. A partir daí, a primeira metade da década de 1980 foi marcada pelos esforços de inserção do grupo nos espaços feministas, sem deixar de realizar as críticas que consideravam pertinentes ao que nomearam como *heterofeminismo* – a resistência das feministas a incorporar as demandas lésbicas.³³³

Alguns meses após a formação do Grupo Lésbico Feminista, como grupo independente do Somos, as ativistas passaram a integrar a coordenação do II Congresso da Mulher Paulista (CMP), realizado em março de 1980. Os CMP haviam surgido no ano anterior como uma instância de confluência entre os grupos feministas e de mulheres de São Paulo, com o objetivo de formular uma agenda política comum. A preparação do II CMP, embora convocada pelas feministas, foi aberta para outros grupos políticos, com a exigência de que realizassem trabalhos com mulheres. Portanto, o evento foi marcado pela heterogeneidade de posicionamentos, o que derivou em tensões políticas, principalmente a respeito da autonomia do movimento feminista.³³⁴ De acordo com Heloísa Pontes, o temário eleito privilegiou a luta pela ampla participação das mulheres, deixando de fora temas como a violência contra as mulheres e o aborto, considerados muito radicais.³³⁵

Para o Congresso, o Grupo Lésbico Feminista propôs uma intervenção artística com o intuito de visibilizar o lesbianismo. As integrantes produziram um painel intitulado “Amor entre mulheres”, com fotos e colagens de demonstração de afeto entre lésbicas. Maria Teresa Aarão, a Teca, é uma ex-integrante da agrupação (posteriormente, ela passou a participar do SOS Mulher) que participou da ação. Em nossa entrevista, ela afirmou que o objetivo era mostrar a beleza do amor entre mulheres, questionando as fantasias masculinas sobre o sexo lésbico:

³³² *ChanacomChana*, n. 3, mai. 1983, p. 4.

³³³ SOARES; COSTA, 2012, *Op. Cit.*

³³⁴ PONTES, Heloísa André. **Do palco aos bastidores**: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas. 1986. 274 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986, p. 59-60.

³³⁵ *Idem*, p. 60.

Foi uma loucura o que a gente fez, eu participei também. Acho que foi no II Congresso da Mulher Paulista, a gente fez umas fotos de mulheres namorando e fizemos tipo um mural, a gente pôs as fotos lá. Depois roubaram as fotos! A ideia era essa: não tem nada demais. Tem tanta fantasia sobre lésbicas... Aliás, essa é uma outra coisa: os homens têm fantasias sobre o que as lésbicas fazem, as mulheres dizem coisas... [...] Então, tem uma fantasia que a indústria pornográfica explora. Então, fazer o quadro era dizer que não tem nada demais, é uma coisa carinhosa, pode ser uma coisa bonita. É tão ingênuo hoje... Imagine, às vezes eu fico pensando: como nós éramos loucas! Só mesmo com 18, 19, 20 anos, com essa vitalidade da juventude, para abrir o peito e achar dá para fazer uma foto pelada que não é vulgar nem sórdida, que não incentiva essas fantasias idiotas. Dá para fazer, nossa, no meio da ditadura! Na PUC!³³⁶

A narrativa de Maria Teresa Aarão ressalta o caráter disruptivo e provocador daquela intervenção, realizada ainda num contexto de autoritarismo e repressão. A ativista também mencionou o desaparecimento das fotos – aparentemente, pouco tempo depois de colocado, o painel foi destruído.³³⁷

De acordo com Edward MacRae, a participação das lésbicas no II CMP gerou tensões no âmbito da comissão organizadora. O autor afiança que algumas organizações feministas e de esquerda possuíam certo “receio” frente à presença das lésbicas e argumentavam que sua inclusão poderia “afugentar” as mulheres da periferia, que supostamente seriam muito preconceituosas.³³⁸ Ao contrário, essas afirmações evidenciam preconceitos e estigmas presentes nos grupos que compunham a organização do evento.

Na segunda edição do *ChanacomChana*, o GALF publicou uma longa entrevista com Cida Kopack, militante da Associação das Donas de Casa, na qual debateram temas como o aborto, os desafios do movimento feminista, a relação com os partidos de esquerda, o lesbianismo, entre outros. Alguns trechos da entrevista parecem ser uma espécie de resposta ao ocorrido no II CMP, apesar de não o explicitarem. Por exemplo, na primeira parte da entrevista, Cida afirmou que

No 2º Congresso quando o GALF entrou, o pessoal ficou meio “assim”..., acho que quando a gente acredita naquilo, é na prática que o pessoal vai gostar de você, se você é coerente com aquilo que diz. O pessoal da cidade acha que o pessoal da periferia não aceitaria de uma lésbica fosse falar na periferia, e daí há a liderança que guarda o

³³⁶ Entrevista com Maria Teresa Aarão, realizada em 19 de março de 2020.

³³⁷ Além disso, impediu-se a leitura, na plenária final, do panfleto que o grupo havia redigido, intitulado “Mulheres violentadas”, denunciando o descaso da polícia com os casos de estupro e a ineficácia do poder judiciário. Segundo Marisa Fernandes, a escrita do panfleto foi motivada pelo estupro de uma integrante do LF no ano anterior. Ver PINAFI, Tânia. **Militante... Já viu né?** A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGB. 2011. 179f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011, p. 70.

³³⁸ MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da “abertura”**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 148.

povo deste debate e você sabe que tem homossexualismo³³⁹ na favela. Tem gente que fala em nome do povo e não o que o povo pensa.³⁴⁰

Em sua fala, Cida evidencia tensões existentes entre as feministas (“o pessoal da cidade”) e as mulheres de movimentos populares (“o pessoal da favela”), fruto de hierarquias raciais e de classe impostas historicamente na sociedade brasileira.³⁴¹ A questão das lideranças constituiu um dessas tensões, de modo que Cida ressalta a existência de pressuposições sobre “o pessoal da favela”.

No ano seguinte, ocorreu o III Congresso da Mulher Paulista (1981), organizado pelos grupos que ficaram conhecidos como “autonomistas” por não se alinharem a nenhum partido político. Neste momento, o recém-criado GALF enfrentava um processo de reestruturação interna e redefinição das prioridades do grupo, de modo que sua participação no evento teve como objetivo maior a troca de experiências com outras militantes. Na terceira edição do *ChanacomChana*, o relato de Míriam Martinho verbalizou a raiva e a indignação perante as situações vivenciadas ao longo do III CMP:

Aprendemos realmente muito sobre “organização” nesse Congresso, pois [...] tivemos que nos deparar não só com os insultos proferidos pelas militantes do jornal Hora do Povo, porta voz do proscrito MR-8 [...] como também a falta de solidariedade das outras feministas. Enquanto as “HPistas” nos acusavam de imitar os homens no que eles tem de mais caricatural, de não assumirmos nossa “condição de mulheres” e de comprometermos a representatividade do Movimento porque éramos “sapatões”, por outro lado, um dos mais conceituados e tradicionais dos grupos feministas de São Paulo ameaçava sair da organização do Congresso por considerarem haver um excesso de lésbicas na ocasião.³⁴²

A partir da associação entre lesbianidade, masculinidade e recusa da feminilidade, o trecho acima aponta para um momento particular do pensamento feminista brasileiro. Antes da constituição dos estudos de gênero e sexualidade, bem como da proliferação de perspectivas feministas, não era tão difundida entre a militância a visão de que as sexualidades são historicamente engendradas e que os atributos masculinos e femininos constituem construtos sociais. Nessa chave, a lesbianidade somente poderia ser percebida como uma recusa em

³³⁹ Naquele contexto, “homossexualismo” era o termo comumente empregado para referir-se à homossexualidade. Não há, portanto, uma conotação pejorativa na fala de Cida.

³⁴⁰ *ChanacomChana*, n. 2, mar. 1983, p. 7.

³⁴¹ ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brazil: women’s movements in transition politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990, p. 89.

³⁴² *ChanacomChana*, n. 3, mai. 1983, p. 3

assumir uma “condição de mulher”, afinal, deveriam existir certas práticas sociais e sexuais relativas a homens e mulheres.

Ao mesmo tempo, como ressalta Judith Halberstam, a compreensão de que a masculinidade diz respeito exclusivamente aos homens contribuiu para o que a autora denomina a falência do imaginário coletivo em conceber a masculinidade desatrelada ao poder e à dominação – como no caso das mulheres lésbicas.³⁴³ Em outras palavras, trata-se da resistência em perceber e enunciar a masculinidade quando esta não está atrelada aos corpos masculinos. Quando isso ocorre e a masculinidade de mulheres é atrelada ao desejo lésbico, passa a ser percebida como ameaça e sintoma de desajuste social.³⁴⁴ Por isso, a presença das lésbicas no CMP parecia comprometer a representatividade do movimento feminista naquele momento.

Sendo assim, nesse contexto, as ativistas lésbicas estavam trazendo à tona a compreensão de que as sexualidades são histórica e socialmente construídas, de modo que as práticas sociais e sexuais não se referem a homens ou mulheres. Naquele momento, o recurso à noção de “papéis sexuais” constituiu uma ferramenta pedagógica de elucidação e análise dessas problemáticas. Diante disso, observa-se, nas reflexões de Marisa Fernandes a respeito dos Congressos da Mulher Paulista, como os debates trazidos pelas lésbicas causaram alvoroço:

Nesses congressos, as lésbicas defendiam que as mulheres lutassem pelo direito ao prazer e à sua sexualidade; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina que não aceitava o desejo da mulher e que tomassem conhecimento de que heterossexualidade era imposta a todas as mulheres como a única sexualidade “normal”. Mas essas ideias não eram bem-aceitas pela maior parte do movimento de mulheres e soava radical para as feministas.³⁴⁵

Ou seja, tratava-se da primeira vez em que o movimento feminista discutia sexualidade e prazer como questões centrais para as mulheres. Sua emergência, por isso, pode ter sido vista como um escândalo, causando resistência por parte das feministas. Neste sentido, as lésbicas contribuíram para provocar a perspectiva heterocentrada do feminismo a respeito da sexualidade e os limites políticos de compreender a heterossexualidade como a simples variação do desejo sexual. De acordo com Jules Falquet, esses questionamentos permitem ampliar o horizonte político dos movimentos sociais:

³⁴³ HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Durham; London: Duke University Press, 1998, p. 15.

³⁴⁴ Idem, p. 28.

³⁴⁵ FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. IN: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 128.

Assim, o primeiro tipo de contribuição do movimento lésbico para os outros movimentos sociais não é outro senão lhes permitir se interrogar sobre seus limites e sobre o que não foi pensado tanto nas suas práticas cotidianas quanto nos seus objetivos políticos, muito particularmente no domínio da sexualidade, da família, da divisão sexual do trabalho ou da definição dos papéis masculinos e femininos. As inúmeras críticas formuladas sobre o assunto pelas lésbicas, dentre as quais a maior parte também foi articulada pelo movimento feminista, são um espelho estendido aos diferentes movimentos e militantes que poderia lhes permitir dar realmente a seus projetos toda a amplitude política que eles ostentam.³⁴⁶

Apesar dos impactos promovidos pelas lésbicas, sua participação no movimento feminista continua sendo acionada a partir da raiva e da indignação pela dificuldade em criar espaços de multiplicidade e liberdade. Gilberta Soares e Jussara Costa sugerem que, em certa medida, as feministas passaram a aceitar individualmente a presença das lésbicas, sobretudo no âmbito privado. Para as autoras, ao mesmo tempo, a aceitação social era algo peremptório para as ativistas, devido à marginalização social.³⁴⁷ Esses paradoxos dos espaços feministas são mobilizados na narrativa de Rita Quadros, leitora do *ChanacomChana* durante a década de 1980. A respeito da relação entre o GALF e o movimento feminista, Rita afirmou que:

O GALF era visto como um bando de sapatão raivosa! O movimento feminista também via o grupo assim. Teve uma coisa que eu acho que o GALF viveu e que, no decorrer do tempo, isso também se perpetuou. A questão de você ser lésbica, mas não fazer militância lésbica. Você até pode ser lésbica, mas não militar pelas lésbicas. E do movimento feminista dizer que não precisa falar das demandas das lésbicas, que é pesado. Nos bastidores elas aceitam e até são amigas, a gente sai para jantar. Sabe aquele lugar que a gente pode ir à noite e ninguém vai encher o saco? Eu vou lá com você, a gente janta e pode até dar uns beijos na boca. Porém, na questão política visível, isso não aparece. Inclusive, esses embates foram muito... O pessoal do GALF até falou, em alguns momentos, de escancarar quem era sapatão. Era muito tenso, né.³⁴⁸

As palavras de Rita ensejam questionamentos sobre os desafios próprios dos feminismos. Nos anos 1980, durante o processo de abertura política controlado verticalmente pelos militares, o movimento feminista se organizava tanto pelas liberdades democráticas como pela libertação das mulheres. Portanto, nada estava pronto: essas mulheres estavam inventando-se feministas em meio a profundas diferenças de classe, raciais, experiências políticas (militantes de partidos, ex-guerrilheiras, exiladas, ex-presas políticas etc.) e trajetórias pessoais.

³⁴⁶ FALQUET, 2012, *Op. Cit.*, p. 15-16.

³⁴⁷ SOARES; COSTA, 2012, *Op. Cit.*

³⁴⁸ Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

Tendo em vista essas questões, torna-se mais evidente a coragem das ativistas lésbicas em colocarem sobre a mesa problematizações como os afetos, os corpos, os desejos, a sexualidade e a heterossexualidade compulsória. Neste ínterim, sua raiva projetada sobre mulheres que não as compreendiam também pode ser vista como um grito contra a exclusão, o estigma e pela liberdade.

Como afirmado anteriormente, no início dos anos 1980 o Grupo Lésbico Feminista separou-se do Somos. Poucos meses antes, o subgrupo LF integrou a Coordenação do I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO), que ocorreu entre os dias 04 e 06 de abril de 1980 em São Paulo e contou com a presença de cerca de 200 pessoas de diferentes estados do país – majoritariamente ativistas homossexuais.³⁴⁹ Segundo Edward MacRae, as discussões do I EBHO giraram em torno da “identidade homossexual”, a constituição de uma comunidade homossexual e os métodos políticos empregados pelo movimento³⁵⁰, o que evidenciou a grande heterogeneidade de grupos e valores adotados pelos militantes. Apesar disso, de acordo com o autor, as resoluções do encontro apontavam no sentido de reiterar uma suposta igualdade entre todos os homossexuais, sem o questionamento à homogeneidade implícita na categoria “homossexual”.³⁵¹

A dificuldade de organizar-se em torno de uma comunidade de iguais com uma identidade compartilhada, como se pretendia, se evidenciou com a presença das lésbicas e os debates organizados por elas. Em pesquisa no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth, encontrei, na documentação referente ao I EBHO, uma lista de 24 participantes vinculadas ao subgrupo LF e de 35 mulheres convidadas por ele.³⁵² Esta fonte sugere não só a expressiva participação das ativistas do LF, mas também intensa mobilização para fomentar o engajamento de outras mulheres, possivelmente não vinculadas à militância.³⁵³ Vale ressaltar que, apesar do

³⁴⁹ Integrantes e convidados do Auê/RJ, Somos/SP, Eros/SP, Libertos/SP, Somos/Sorocaba, Somos/RJ, Beijo Livre/Brasília e Mulheres em Atividade/RJ (anteriormente um subgrupo do Somos/RJ). Ver FACCHINI, Regina. **“Sopa de letrinhas”? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002, p. 68.

³⁵⁰ Fomentar ou não a “saída do armário”, estabelecer alianças político-partidárias e a relação entre a militância e o “gueto” homossexual.

³⁵¹ MACRAE, 1990, *Op. Cit.*, p. 198-206. As resoluções do EGHO/EBHO foram as seguintes: chamado à legalização jurídica dos grupos, dinamização dos contatos intergrupais, debates sobre homossexualidade no congresso anual da SBPC, campanhas por alterações na legislação brasileira que incluíam a “discriminação por opção sexual”, alteração do código da OMS e do INAMPS.

³⁵² Até aquele momento, eu havia encontrado pouquíssimos dados sobre a quantidade de integrantes do LF e sobre sua participação no EBHO. Por meio dessa fonte, foi possível identificar, por exemplo, os nomes de ativistas que fizeram parte do grupo, questão central para as pesquisadoras que se dedicam à história do movimento lésbico no Brasil – e tarefa que tem se revelado complexa e árdua.

³⁵³ “Grupo Lésbico Feminista”; “Convidados do Grupo Lésbico Feminista”. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, pasta 46, Grupo 6: Pesquisa e Informação, Dossiê Encontros Brasileiros de Homossexuais.

considerável número de membras do LF, poucas deram continuidade ao seu ativismo no GALF ou tornaram-se figuras públicas do movimento, integrando sua memória histórica – a maioria das pesquisas referenciadas neste trabalho contaram com a colaboração de Míriam Martinho e Marisa Fernandes.

Figura 8 – Integrantes do GALF em 1983



Fonte: Acervo Um Outro Olhar³⁵⁴

Como integrante da coordenação do IEBHO, o LF contribuiu de diversas formas. Alice Oliveira, por exemplo, desempenhou um papel fundamental: foi a responsável por conseguir o local para a realização do Encontro.³⁵⁵ De maneira geral, o grupo responsabilizou-se pela impressão e distribuição de materiais, a recepção dos/as participantes e o registro e filmagem das atividades – funções de tipo infraestrutural que garantiram o bom funcionamento do evento. Além disso, o LF mediu a atividade que, segundo Marisa Fernandes, atraiu o maior número de participantes: “Questão lésbica, machismo entre homossexuais e papéis sexuais”.³⁵⁶ De acordo com o documento da relatoria, as conclusões do debate apontaram que “a questão lésbica não se esgota no movimento homossexual, mas evidencia a necessidade de discussões paralelas, como forma de combate mais expressivo contra a dupla discriminação”.³⁵⁷ À luz das análises

³⁵⁴ Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 01 nov. 2020.

³⁵⁵ FERNANDES, Marisa. Ações lésbicas. In: GREEN, James Naylor *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 97.

³⁵⁶ FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. IN: GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015, p. 132.

³⁵⁷ “O machismo entre homossexuais e papéis sexuais. 1ª Parte. Relator: Leila Miccolis”. Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, pasta 46, Grupo 2: A questão lésbica, Dossiê Encontros Brasileiros de Homossexuais.

de MacRae, as reflexões parecem expressivas sobre o fervilhamento das diferenças no interior da “comunidade homossexual” e constituem um indicativo da incidência dos debates promovidos pelas lésbicas feministas.

Yone Lindgren, à época integrante do grupo Mulheres em Atividade, foi uma das participantes do I EBHO vindas do Rio de Janeiro. Ela recorda a existência de diferentes perspectivas entre os grupos de mulheres que participaram do evento, bem como a emergência de tensões no interior do LF:

Mas, também lá no EBHO, a gente se sentiu deslocada, porque as meninas de São Paulo eram feministas demais para nós. [...] Foi nesse encontro e a coisa já estava pesada, o LF já estava rachando. Elas eram muito radicais e tinha algumas mulheres em São Paulo que não eram tão radicais. Tinha aquela divisão, estava chato o negócio. Mas, de qualquer maneira, eu estava trocando informações, trocando figurinhas com Míriam Martinho, Luisa Granado e Marisa Fernandes. A gente se conheceu na escadaria da universidade onde foi o primeiro EBHO.³⁵⁸

A partir da ideia de que “elas eram feministas demais para nós”, Yone evidencia a heterogeneidade de concepções sobre política, ativismo e feminismo entre as próprias lésbicas. Essas diferenças, nos dois anos seguintes, levaram ao fim do Grupo Lésbico Feminista e ao surgimento do GALF e da agrupação Terra Maria Opção Lésbica.³⁵⁹ Apesar disso, as ativistas “trocavam figurinhas”, ou seja, mantinham uma rede informal de compartilhamento de informações, envio de boletins e informativos, troca de contatos etc. De qualquer forma, é interessante notar o contraste das memórias de Yone com um registro de época, realizado pelo *Lampião da Esquina*. Na edição de maio de 1980, uma matéria do jornal afirmava ser o LF o grupo mais bem organizado e coeso do EBHO.³⁶⁰

Tânia Pinafi, ao analisar a participação das lésbicas no I EBHO, entende que o desligamento do subgrupo LF do Somos, realizado um mês após o evento, foi influenciado por acirrados debates em torno da “questão lésbica” no movimento homossexual. De acordo com a autora, a decisão foi motivada pela compreensão de que as demandas lésbicas não se esgotam neste movimento e que a criação de grupos exclusivamente lésbicos fortalece este segmento

³⁵⁸ Entrevista com Yone Lindgren, realizada em 27 de abril de 2020.

³⁵⁹ MARTINHO, Míriam. “Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil”. Disponível em: <http://www.umoutoolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

³⁶⁰ *Lampião da Esquina*, ano 2, n. 24, mai. 1980, p. 4

social.³⁶¹ Em junho de 1980, as lésbicas, agora reunidas no Grupo Lésbico Feminista, publicaram uma carta no *Lampião da Esquina*, na qual afirmaram que:

[...] a participação de lésbicas em grupos mistos tem impedido o desenvolvimento de uma consciência feminista, essencial, a nosso ver, para o próprio M.H. [Movimento Homossexual]. Dada a especificidade da discriminação que sofremos, enquanto mulheres e homossexuais, consideramos o processo de afirmação somente possível em reuniões separadas das dos homens. As mulheres não podem descobrir o que têm em comum a não ser em grupos só de mulheres.³⁶²

Na carta, as ativistas declaravam a importância do feminismo tanto para as lésbicas quanto para o movimento homossexual em geral. No caso das lésbicas, o feminismo era percebido como um caminho para a construção subjetiva e de práticas políticas coletivas. Daí também a importância dos grupos exclusivos de mulheres, algo que as aproximava dos grupos de autoconsciência. Novamente as lésbicas promoviam um discurso que não reiterava a igualdade, mas a diferença, desta vez com os militantes gays. A partir deste momento, a agrupação passou a buscar maior inserção no movimento feminista, apesar de nunca ter renunciado a alianças pontuais e estratégicas com o movimento homossexual.

Em setembro de 1982, aconteceu o I Festival de Mulheres nas Artes, que reuniu apresentações culturais e discussões ligadas à literatura, à música, às artes plásticas e ao teatro. O evento foi patrocinado pela revista *Nova* e organizado pela atriz e produtora Ruth Escobar, que se destacou no período por seu engajamento com o teatro crítico ao autoritarismo da ditadura.³⁶³ No *ChanacomChana* o evento foi considerado “um importante espaço de debates sobre Feminismo Nacional e Internacional”³⁶⁴, contando com a presença de feministas estrangeiras, como a francesa Antoinette Fouque³⁶⁵, que participaram das mesas de debate.

Dentre as apresentações culturais, Gisele Fink e Míriam Martinho pretendiam apresentar a canção *Franchitude de Francha*, que constava entre as finalistas. No entanto, a

³⁶¹ PINAFI, 2011, *Op. Cit.*, p. 63-64.

³⁶² *Lampião da Esquina*, ano 3, n. 25, jun. 1980, p. 8.

³⁶³ RODRIGUES, Eder; COLLAÇO, Vera. “O engajamento de Ruth Escobar nas lutas feministas: III Festival Internacional de Teatro”. **Urdimento** - Revista De Estudos Em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 2, n. 21), dez. 2013, p. 50-61. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/urdimento/article/view/1414573102212013050>. Acesso em: 20 jan. 2021.

³⁶⁴ *ChanacomChana*, n. 2, mar. 1983, p. 8.

³⁶⁵ Antoinette Fouque foi uma feminista francesa ligada ao Movimento de Libertação das Mulheres. Para uma discussão sobre o feminismo francês, ver ABREU, Maira. **Politizando a anatomia: antinaturalismo e materialismo no pensamento feminista francês (1960-1980)**. 2016. 316f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

censura federal proibiu a apresentação, segundo o relato publicado no *ChanacomChana*.³⁶⁶ Diante da situação, o GALF leu uma nota de repúdio no dia de encerramento do festival, na qual afirmava que “Proibir a música ‘Franchitude de Francha’ é manter ideias pré-concebidas que destroem a criação, a consciência, a crítica positiva, a liberdade, o bom humor, o ser humano, um povo. Liberdade, abra as asas sobre nós!”.³⁶⁷ A letra da canção ecoava todos esses valores, além de brincar com as relações afetivo-sexuais entre lésbicas no ambiente do Ferro’s Bar:

Brigou comigo
saiu aos berros lá do Ferro’s
chamando a atenção do fancharéu.

Bebeu comigo e meio tonta
deixou a conta na qual bem pronta
eu dei o chapéu.

Saí do boteco atordoada
atrás da descarada
e desmaiei no elevador.

Quando acordei
nem sabia onde estava
pois aquela madrugada
foi demais pra minha dor.

Alucinada entrei no apartamento
e naquele momento a pomba gira me tomou.

Peguei a fancha na garganta dei-lhe um tapa
arranquei-lhe a gravata e a coisa toda começou.

Veio o passado das torturas recordando,
a cabeça esquentando resolvi me separar.

Mas quando olhei pros seus olhos de janela – escancarados -
eu lembrei que depois dela outra fancha vou achar.

Fancha por fancha fico mesmo na esperança
de que um dia esta muda e eu possa só cantar.
Fancha por fancha fico mesmo na esperança
por tão pouco é impossível essa vida abandonar.³⁶⁸

A narrativa desta música, por meio da ironia e do deboche, enseja provocações sobre as relações lésbicas. Insere-se num dos debates que mais mobilizou as produções lésbica-

³⁶⁶ Não encontramos, no acervo digital do Arquivo Nacional, o parecer censório da DCDP.

³⁶⁷ *ChanacomChana*, n. 1, dez. 1982, p. 7.

³⁶⁸ MARTINHO, Míriam. “19 de agosto: há 37 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil”. Disponível em: <http://www.umoutoolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

feministas nos anos 1980: a reprodução dos chamados papéis sexuais entre lésbicas. Neste contexto, de reflexões sobre a heterossexualidade obrigatória, questionava-se a apropriação acrítica dos arranjos sexuais heterossexuais, organizados na dicotomia passivo/ativo, modelo que se encontra arraigado na cultura patriarcal. Esse modelo era representado, na comunidade lésbica, na díade fancha/lady (ou, na terminologia anglo-saxã, *butch/femme*): a primeira cumpriria o papel ativo (lésbica masculina, com atitudes agressivas) e a segunda o papel passivo (lésbica feminina, sensível e frágil).³⁶⁹ O GALF inscrevia-se nessa perspectiva, tendo publicado diversos textos no *ChanacomChana* questionando o par lésbica masculina/lésbica feminina.

Em *Francha com Francha*, o deboche inicia-se já no título da música, que distorce o termo “fancha”. A narrativa se constrói ao redor de uma briga iniciada no Ferro’s, possivelmente de um casal, que se estende até o apartamento de uma das mulheres. Em certo momento, em meio à embriaguez, a fancha é surpreendida: pega pela garganta, recebe um tapa e perde a gravata. Ou seja, não se representa a fancha na posição de mulher agressiva, invertendo-se os sentidos que normalmente lhe são atribuídos. Ao mesmo tempo, a letra não evidencia se o par da fancha é realmente a lady – se trataria, portanto, de uma brigada de casal entre fanchas ou na qual a mulher que assume o papel da masculinidade é a lady? A dubiedade da narrativa confere o tom jocoso da música. Na última estrofe, após a confusão, ironicamente se afirma que “por tão pouco é impossível essa vida abandonar”. Isso reforça a ideia de que essas configurações amorosas fazem parte das dinâmicas da comunidade lésbica, garantindo-lhe legitimidade.

Mas também há uma alternativa de leitura mais ampla. Estendendo a crítica à heteronormatividade para além das relações *butch/femme*, é possível compreender a letra como um questionamento aos modelos de relações amorosas pautados pelo amor romântico. Nessas relações, o ciúme, a raiva e a paixão descontrolada tornam-se terreno fértil para desavenças, explosões de humor e, inclusive, violência. À medida que a letra reforça um cenário caótico e sem controle, parece sugerir que o amor romântico promove relações que não são saudáveis. Essa hipótese também se relaciona ao fato de que, internamente, as integrantes LF e do GALF incentivaram a construção de relações livres, na busca por praticar no cotidiano as críticas aos arranjos afetivos patriarcais.³⁷⁰

³⁶⁹ RUBIN, Gayle. Of catamites and kings: reflections on butch, gender, and boundaries. In: NESTLE, Joan (Org.). **The persistent desire: a femme-butch reader**. Boston, EUA: Alyson Publications, 1992, p. 466–482.

³⁷⁰ FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James Naylor *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 94.

De qualquer forma, é certo que o Ferro's constituía o local ideal para transformar-se em cenário da letra e do vídeo que foi posteriormente produzido pela cineasta Maria Angélica Lemos.³⁷¹ Como observamos no capítulo anterior, o Ferro's ocupa um lugar afetivo na memória de muitas lésbicas que o frequentavam. Ao mesmo tempo, a idealização não escapa à criticidade, como na narrativa de Rita Quadros, que recorda que:

Naquele momento, tinha um jeito muito simples de você resolver as relações: quem tem pente flamengo e quem passa base? Isso definia as relações. Você tinha os papéis totalmente definidos, você já sabia quem era quem nas relações a partir desse olhar. O Ferro's juntava absolutamente todo mundo. Melhor frango a passarinho, melhor canja, melhor feijoada! [risos] E também tinha muita briga entre as sapatonas, brigas de amor. Era aquela coisa: meu deus do céu, eu te mato e depois me mato.³⁷²

Portanto, no contexto das reflexões lésbica-feministas dos anos 1980, o modelo fancha/lady expressava a reprodução das relações de poder entre homens e mulheres e fomentava a normatização das relações lésbicas.³⁷³ MacRae considera que a crítica aos papéis sexuais talvez tenha constituído a maior contribuição das ativistas do GALF para a criação de uma “nova identidade lésbica”, uma vez que implicava na criação de novas configurações sexo-afetivas.³⁷⁴ Pinafi, por sua vez, ressalta que esse debate expressava diferenças socioeconômicas e culturais entre as lésbicas militantes e não-militantes. De acordo com a autora, a crítica lésbica-feminista tomava como modelo as relações do chamado “gueto lésbico”, frequentado majoritariamente por lésbicas de baixa renda, de modo que se constituía como um questionamento produzido para fora da comunidade lésbica militante. O argumento tem fundamento, uma vez que as integrantes do GALF foram majoritariamente mulheres brancas,

³⁷¹ Em 1989, as cineastas Maria Angélica Lemos e Robin Asker gravaram uma espécie de videoclipe da música no próprio Ferro's Bar, interpretada por Guile e Bro. Em conversa com Maria Angélica, ela relatou que muitas lésbicas não quiseram participar da gravação por medo da exposição e que, no processo de filmagem, buscou-se dar pouca evidência aos rostos das mulheres devido a esse receio coletivo. O vídeo da gravação pode ser visto em: <https://youtu.be/2edVFkyheH0>. Acesso em: 16 mar. 2020.

³⁷² Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020.

³⁷³ Madeline Davis e Elizabeth Kennedy, em um estudo sobre as lésbicas em Buffalo (Nova York) durante os anos 1940-1950, argumentam que o modelo *butch/femme* foi fundamental para a constituição de uma comunidade lésbica. Estes papéis sexuais contribuíram para o florescimento de uma cultura lésbica, cujo principal local de sociabilidade eram os bares. Ao mesmo tempo, permitiram a enunciação para o mundo de sua existência e fomentaram a construção ativa da sexualidade, num contexto que negava às mulheres ter uma subjetividade sexual. Por isso, consideram que o modelo *butch/femme* se constituiu numa forma primária de organização da comunidade que permitiu o estreitamento de laços e a construção de uma cultura lésbica mais aberta e elaborada nos bares na cidade. DAVIS, Madeline; KENNEDY, Elizabeth Lapovsky. Oral history and the study of sexuality in the lesbian community: Buffalo, New York, 1950-1960. In: DUBERMAN, Martin; VICINUS, Marta; CHAUNCEY JR., George (eds.). **Hidden from history**: reclaiming the gay and lesbian past. Nova York: Meridian, 1989, p. 426-440.

³⁷⁴ MACRAE, 1990, *Op. Cit.*, p. 247.

oriundas da classe média e com estudos universitários, sobretudo aquelas que ganharam reconhecimento público.

Como estamos observando, a atuação política do GALF caracterizou-se pela multiplicidade de intervenções. Durante os primeiros anos de sua trajetória, o grupo contribuiu com a organização de importantes eventos feministas e do movimento homossexual, enquanto produzia o *ChanacomChana* e trazia à tona questionamentos sobre o fazer político, os desafios do feminismo e as relações no interior da comunidade lésbica. À medida que o processo de redemocratização prosseguia, a agrupação incorporou-se nas lutas pelas liberdades democráticas, que naquele momento pressionavam pelo fim da censura, a libertação dos presos políticos e a realização de eleições diretas. Nas próximas páginas analisaremos como essas múltiplas atuações, para além de demandas especificamente lésbicas, indicam que a crítica cultural e política produzida pelo grupo se estendia a diferentes âmbitos, incluindo a política institucional.

Exemplo disso foi a participação do GALF no Comitê de Mobilização Contra a Censura. A agrupação colaborou com a Comissão Organizadora e somou-se às ações conjuntas com sindicatos, partidos políticos, agrupações estudantis, grupos feministas e associações de artistas. Em 24 de agosto de 1982 – ano de eleições para governador – realizou-se uma assembleia no TUCA, sob o lema “Lute pelo seu direito de ver as obras proibidas pela censura”, cujo objetivo era coordenar uma campanha contra a censura. Também participaram outros dois outros grupos do movimento homossexual, o Somos e o Outra Coisa.³⁷⁵ Talvez a experiência com a censura de *Franchitude de francha* tenha fomentado o interesse de inserir-se com maior afinco nas lutas de combate à censura artística. Vale lembrar que, no início da década de 1980, houve um incremento da atividade censória justificada pela defesa da moral e dos bons costumes³⁷⁶, de modo que as ativistas do GALF devem ter conhecido diversos casos de grupos artísticos que foram censurados.

No âmbito da política institucional, o pesquisador Rodrigo Cruz afirma que a reforma partidária de 1979 e as eleições de 1982 impactaram diretamente o ambiente de contestação da abertura, desafiando os movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do país a “canalizarem as demandas do ciclo de protestos em direção à arena eleitoral”.³⁷⁷ Tratava-se de

³⁷⁵ Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, pasta 7, Grupo 3: Comunicação, subgrupo 2: Promoção de eventos, série 2: Debates e atos públicos.

³⁷⁶ FICO, Carlos. Prefácio. In: MARCELINO, Douglas Attila. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011, p. 10.

³⁷⁷ CRUZ, Rodrigo. Do protesto de rua à política institucional: a causa homossexual nas eleições de 1982. In: GREEN, James Naylor et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 256

uma estratégia, como apontado no início deste capítulo, de evitar a radicalização do processo de abertura política, permitindo que os militares acomodassem as demandas em uma arena eleitoral previamente regulamentada. Apesar das limitações e das especulações sobre o perigo de cooptação do movimento homossexual por partidos políticos, os/as ativistas interpretaram a realização de eleições como uma oportunidade de participação política, de modo que se engajaram em atividades para a mobilização de apoiadores na arena eleitoral.³⁷⁸

Ao longo das páginas do *ChanacomChana* encontramos a publicação de artigos sobre as eleições para deputados, a divulgação de debates com a presença do GALF para discutir as plataformas eleitorais de esquerda e entrevistas com candidatas/os que apoiavam o movimento homossexual. Essas presenças sinalizam para a inserção do GALF nas mobilizações pela abertura política e a preocupação de incidir no processo a partir do ativismo lésbico. Assim, o GALF e o Outra Coisa promoveram, em outubro de 1982, um debate com candidatos de cinco partidos que concorriam às eleições, para discutir suas propostas em prol de gays e lésbicas.³⁷⁹ Ao mesmo tempo, essas ações apontam para o que Júlia de Oliveira notou em relação à defesa da autonomia política do grupo, isto é, sua adaptação a novas conjunturas e a possibilidade de construção de alianças estratégicas com partidos e grupos de esquerda.³⁸⁰

Após a realização das eleições de 1982, a *Folha de São Paulo* organizou, em 08 de dezembro, uma reunião de 77 entidades civis com Franco Montoro, o governador eleito no estado de São Paulo, para debater seu plano de governo e receber suas propostas.³⁸¹ O GALF e o Outra Coisa participaram da reunião levando duas perguntas para o governador: a primeira, sobre as medidas que pretendia tomar junto ao Secretário de Segurança Pública para acabar com a violência policial contra gays e lésbicas; a segunda, se o político comprometia-se a retirar o parágrafo 302 do Código de Saúde do INAMPS, que classificava a homossexualidade/lesbianidade como “desvio ou transtorno mental”.³⁸²

Além disso, os grupos elaboraram um documento de reivindicações que foi entregue ao governador naquela ocasião. Distribuídas em oito itens, versavam sobre o fim da violência policial, a extinção do parágrafo 302, a discriminação no ambiente de trabalho, o direito à manifestação pública de afeto, o direito à adoção e custódia de filhos, a educação sexual nas

³⁷⁸ Idem, p. 264.

³⁷⁹ Idem, p. 265.

³⁸⁰ OLIVEIRA, 2019, *Op. Cit.*, p. 271-272.

³⁸¹ *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 1982, p. 5. A matéria publicada pelo jornal no dia seguinte detalhou o processo de organização do evento, enfatizando seu caráter “democrático” - a assessoria de Montoro escolheu 10 entidades para fazer perguntas e outras 10 foram sorteadas - e qualificando-o como um “debate” e “encontro”.

³⁸² Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, grupo 5: Participação em eventos, subgrupo 2: Encontro das entidades civis com o governador Franco Montoro, série 1: comunicação oral.

escolas e o combate à violência contra as mulheres.³⁸³ Estas reivindicações evidenciam um processo de elaboração, por parte do movimento social, a respeito das incidências da homofobia e da lesbofobia no cotidiano e na própria cultura brasileira. Ao mesmo tempo, indicam a formulação de estratégias de transformação social, sobretudo nos domínios da cultura e do imaginário. Neste sentido, a persistência de algumas dessas reivindicações na atualidade, como a educação sexual nas escolas, revela os impactos de um processo histórico de longa duração de marginalização social.

Na esteira do engajamento do GALF com as lutas pelas liberdades democráticas, em 1983 ocorreu um episódio envolvendo a circulação do *ChanacomChana*. Como afirmado anteriormente, as ativistas frequentavam o chamado “gueto lésbico” para vender os boletins. Contudo, entre junho e julho daquele ano, elas passaram a ser impedidas de vendê-lo nas dependências do Ferro’s, além de sofrerem agressões físicas e verbais por parte dos donos, dos seguranças e do porteiro. Em 23 de julho, um dos donos do bar proibiu a entrada das militantes no estabelecimento e chamou a polícia que, ao contrário do esperado, permitiu que elas permanecessem, desde que não vendessem o boletim. Sobre o episódio, Maia sugere que as mobilizações do movimento homossexual contra a violência policial nos anos anteriores podem ter influenciado a postura mais pacífica da polícia.³⁸⁴

Diante desse impasse no Ferro’s, o GALF organizou um *happening* em 19 de agosto de 1983 – definido por Míriam Martinho como a primeira manifestação lésbica do Brasil e apelidada como nosso “pequeno Stonewall brasileiro”.³⁸⁵ De acordo com o relato de Vanda, publicado no número 4 do *ChanacomChana*, foi organizada uma “retomada” do estabelecimento. Com o apoio de feministas, ativistas homossexuais, militantes e parlamentares de esquerda, as lésbicas do GALF invadiram o bar, rompendo o cerco estabelecido pelo segurança. Com um tom de deboche, Vanda narrou que a invasão foi possível porque alguém jogou para longe o boné do porteiro, que se apressou em recuperar “tão importante signo de seu poder” e, com isso, não conseguiu impedir a entrada das manifestantes.³⁸⁶

Dentro das dependências, Rosely Roth subiu em uma das mesas e tomou a palavra, intercalada “com os gritos de parte das lésbicas e de nossas(os) companheiras(os) na mesma

³⁸³ Arquivo Edgard Leuenroth, Fundo Outra Coisa, grupo 5: Participação em eventos, subgrupo 2: Encontro das entidades civis com o governador Franco Montoro, série 1: comunicação oral.

³⁸⁴ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 48-49.

³⁸⁵ MARTINHO, Míriam. **19 de agosto**: há 37 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 11 nov. 2010.

³⁸⁶ *ChanacomChana*, n. 3, set. 1983, p. 1.

luta para que o dono apareça”³⁸⁷ – segundo o relato publicado no boletim, acompanhado de fotos da aglomeração. Diante da pressão, o dono do Ferro’s permitiu que as vendas do boletim continuassem. Ironicamente, a frequência no bar aumentou e, na edição seguinte do boletim, encontra-se um anúncio pago do próprio Ferro’s.³⁸⁸ Luana Oliveira acertadamente notou que, apesar das lésbicas frequentarem assiduamente o bar, a lesbofobia se escancarou quando elas começaram a intervir politicamente no local, com a venda dos boletins, o que demonstra os estreitos limites da tolerância com a lesbianidade, aceita somente quando se trata da sustentabilidade econômica do estabelecimento.³⁸⁹

Figura 9 – Rosely Roth em frente ao Ferro’s no dia da manifestação (1983)



Fonte: Acervo Um Outro Olhar³⁹⁰

Fotógrafos e jornalistas acompanharam a mobilização, não deixando de gerar certo temor em muitas das lésbicas presentes que não queriam ter suas imagens pessoais circulando na imprensa. Frente aos estigmas do lesbianismo, essas mulheres receavam ser identificadas por colegas de estudo e trabalho, o que poderia acarretar situações vexatórias ou mesmo demissões. Nesta direção, quase todas as interlocutoras desta pesquisa relataram terem sofrido preconceito no ambiente de trabalho, conheceram casos de discriminação com pessoas

³⁸⁷ ChanacomChana, n. 3, set. 1983, p. 3.

³⁸⁸ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 48.

³⁸⁹ OLIVEIRA, Luana Farias. “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil”. *Periódicus*, Salvador, v. 1, n. 7, 2017, p. 13.

³⁹⁰ Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 01 nov. 2020.

próximas ou expressaram que sentiam muito medo de serem “descobertas” e receberem algum tipo de punição por isso. Essas narrativas indicam que a lesbianidade pode constituir um impeditivo para o acesso ao mercado de trabalho.

Dois dias após o “pequeno Stonewall”, a *Folha de São Paulo* publicou uma matéria, escrita por Carlos Brickman, na qual buscava-se traçar um panorama do sucedido.³⁹¹ É interessante que no texto se evidenciou o contraste entre o receio das frequentadoras à exposição pública e os interesses do dono, que efetivamente se beneficiou com a situação:

Dentro, o clima era de tensão: nas mesas, lésbicas discutiam a validade ou não do protesto, o risco de se envolverem em confusões que as prejudicariam no emprego ou revelariam a verdade às famílias; no balcão, o proprietário dizia esperar com ansiedade o momento da invasão. “É propaganda, é bom, o nome do meu bar vai sair na “Folha”.³⁹²

Apesar disso, o episódio foi revestido pelas ativistas lésbicas de um significado mais amplo, além da possibilidade de retomar as vendas do periódico no Ferro’s. Intitulado “Democracia também para as lésbicas: uma luta no Ferro’s Bar”, publicado na quarta edição do *ChanacomChana*, o texto associou a invasão do bar à defesa da democracia, considerando a necessidade de participação das lésbicas para sua verdadeira efetivação:

Qual democracia? Para nós, do GALF, sua definição transparece na complementação que Rosely fez à Irede [Cardoso]: “ele só voltou atrás por causa da nossa força, da nossa união. A democracia neste bar **só depende de nós!**”.

Por acreditar nessa democracia, sem lideranças, sem vanguardas e sem elites, é que continuamos a lutar para que todas as lésbicas se expressem e lutem pelos seus direitos. À maneira de *cada um*. Acreditando em *nossa autonomia individual*, mesmo que participamos dos mais diversos grupos.³⁹³

Portanto, reivindicava-se uma noção ampla de democracia que não se restringe à política institucional. Na perspectiva das ativistas do GALF, a luta pela democracia se faria no cotidiano, nas ruas, efetivando-se somente quando fosse garantida a liberdade de expressão e de organização. Uma democracia que não contemplasse as lésbicas não seria efetiva, assim

³⁹¹ O jornalista não deixou de reforçar o estigma do “gueto” como um espaço sujo e degradante, afirmando que o “Ferro’s Bar é um dos melhores exemplos de má decoração que existem em São Paulo”. Também reiterou o estereótipo das lésbicas como mulheres masculinas e briguentas, ao escrever que desde os anos 1970 a relação entre as frequentadoras e o estabelecimento era “tumultuosa”, com a ocorrência de diversas brigas e agressões no local, sem grandes esclarecimentos.

³⁹² *Folha de São Paulo*, 21 ago. 1983, p. 27.

³⁹³ *ChanacomChana*, n. 4, set. 1983, p. 3, negritos meus.

como um bar que não permitisse a entrada das lésbicas não seria democrático. Desta forma, a associação entre luta pela democracia e ativismo lésbico era vista em complementaridade. A democracia também passava a ser uma luta das lésbicas e o GALF demonstrava sua vontade de intervir neste debate.

Até o momento, analisamos os esforços do Grupo Lésbico Feminista e do GALF de atuação no movimento feminista, bem como as eventuais alianças com o movimento homossexual e o seu engajamento com as lutas pelas liberdades democráticas. Observamos também que as contribuições das lésbicas para o feminismo brasileiro foram diversas, perpassando desde discussões sobre a sexualidade até a crítica à heterossexualidade compulsória. Num momento em que a esfera institucional do poder começava a abrir-se à disputa por diferentes forças políticas, externas aos círculos militares, o GALF não deixou de perceber e aproveitar algumas oportunidades que se abriam para posicionar-se e declarar sua visão de mundo. Assim, na próxima seção nossa atenção se concentra nos investimentos do grupo por vincular visibilidade lésbica e redemocratização.

2.4 Ativistas lésbicas no debate sobre a Constituinte

“Precisamos, de todos os jeitos possíveis, garantir o direito de manifestarmos livremente os nossos estilos erótico-afetivos de vida.” (GALF)³⁹⁴

À medida que a redemocratização caminhava, novos canais de debate político se constituíram, contribuindo para a publicização das demandas dos movimentos sociais e de entidades civis. O GALF, em meio a essas transformações, se agarrou às oportunidades que pouco a pouco se abriam para promover a visibilidade política das lésbicas. Neste tópico, focalizamos duas experiências do grupo na segunda metade da década de 1980: a participação de Rosely Roth no programa televisivo da Hebe Camargo e a inserção do GALF nos debates sobre a redemocratização.

Num contexto de debate nacional a respeito dos significados de democracia, cidadania e direitos políticos e sociais, no Brasil se consolidava o discurso do sujeito de direito e dos direitos humanos – aspecto que tem sido considerado como uma importante conquista dos movimentos sociais desde o fim da ditadura civil-militar. Embora o reconhecimento jurídico e

³⁹⁴ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 13.

a formulação de leis sejam conquistas inegáveis, essa narrativa não está isenta de limitações, paradoxos e desafios contemporâneos, inclusive no campo dos feminismos.³⁹⁵

Considerando esses apontamentos, buscamos compreender de que maneira visibilidade lésbica e democracia foram acionadas pelo GALF na segunda metade dos anos 1980. Interrogamos quais foram as motivações e os interesses do grupo ao passarem a publicar mais enfaticamente, no *ChanacomChana*, reflexões sobre a redemocratização. Nesta direção, pretende-se identificar se as ativistas se vincularam aos discursos sobre o sujeito de direito ou se produziram debates a partir de outra perspectiva.

Em de maio de 1985, Rosely Roth foi convidada a participar do programa televisivo da Hebe Camargo, veiculado ao vivo pela Rede Bandeirantes, para compartilhar suas experiências como lésbica. O objetivo era promover um debate sobre a homossexualidade, com opiniões divergentes a respeito, de modo que também foram convidados o psiquiatra Ronaldo Pamplona e a funcionária pública Maria Amélia Rocha de Souza. O primeiro, favorável à despatologização da homossexualidade³⁹⁶ e à reforma psiquiátrica; a segunda, “ícone da mãe persecutória”³⁹⁷, revoltada com a lesbianidade de sua filha.

No extenso relato publicado por Rosely na oitava edição do *ChanacomChana*, a ativista criticou as posturas de Maria Amélia. Ela foi quem mais se pronunciou, expressando sua desaprovação e desgosto por ter uma filha lésbica. Recomendou, inclusive, que os pais vasculhassem os pertences pessoais de seus filhos, caso suspeitassem de sua homossexualidade.³⁹⁸ A funcionária pública parece ter personificado o ódio às lésbicas, evidenciando um aspecto presente tanto nas cartas recebidas pelo GALF quanto nas narrativas das interlocutoras desta pesquisa: o sofrimento e a discriminação enfrentados no âmbito familiar. De acordo com Rosely, “grande parte das mulheres que nos escrevem identificaram suas mães com a funcionária pública Maria Amélia. Parece que ela não é exceção, mas sim a regra em termos de conduta das mães de mulheres lésbicas”.³⁹⁹ Sem exceção, todas as

³⁹⁵ RAGO, Margareth. “Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos”. *Doispontos*, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 229-241., abril de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56548/34033>. Acesso em: 01 nov. 2020.

³⁹⁶ Na contramão do pensamento hegemônico das autoridades e de médicos brasileiros, as declarações de Ronaldo Pamplona cumpriram uma função pedagógica. Após mostrar - ao vivo - a declaração emitida pelo Conselho Federal de Medicina que retirava a homossexualidade da lista de doenças mentais, Pamplona afirmou que “Depois de 21 anos de ditadura, eu acho triste um pai ou uma mãe tenha que virar um policial em cima de seus filhos. Eu proponho que as pessoas respeitem mais seus filhos, que pensem que todos os seres humanos têm direito a ser, a sentir e a pensar aquilo que está dentro de si”. Conferir trecho da gravação do programa divulgado no *site Um Outro Olhar*, disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/tributo-rosely-roth-pioneira-da.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

³⁹⁷ LESSA, 2007, *Op. Cit.*, p. 121.

³⁹⁸ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 9.

³⁹⁹ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 11.

interlocutoras expressaram o medo de que seus familiares soubessem de sua lesbianidade e relataram situações de violência física e psicológica, punições e até de expulsão de casa.

Apesar da violência verbal de Maria Amélia, Rosely considerou sua participação no programa da Hebe bastante positiva. A ativista teve a oportunidade de “rebater alguns dos preconceitos” da funcionária pública, mostrar o *ChanacomChana* e divulgar a caixa postal do GALF. A televisão, naquele contexto, já havia se consolidado como um grande veículo de comunicação e se disseminava cada vez mais entre as classes populares.⁴⁰⁰ Assim, ela considerou que “tinha uma oportunidade única de atingir estados, cidades e interiores praticamente inacessíveis, a não ser via televisão e chances como aquela, de comparecer num dos programas de rede nacional de maior audiência do país, não aparecem todo dia”.⁴⁰¹ Sua presença em um programa de TV não era apenas algo inédito para as lésbicas, mas representava também uma grande oportunidade de promover visibilidade e questionar o estigma que essas mulheres carregavam.

No ocaso da ditadura, o Serviço de Censura Federal manifestou-se em relação ao programa. De acordo com a notícia veiculada pela *Folha de São Paulo*, em 29 de maio de 1985, o órgão ameaçava fechar o programa da Hebe caso não fossem tomadas “enérgicas providências”, acusando a apresentadora de tê-lo transformado em “tribuna de aliciamento, indução e apologia do homossexualismo”.⁴⁰² Alguns dias depois, o mesmo jornal retomou o assunto, na ocasião com uma matéria de página inteira, intitulada “Lesbianismo na TV: a polêmica aumenta”. Nesta, evidenciava-se que o tema “homossexualismo feminino” estava mobilizando a opinião pública, “dando muito pano para a manga”, como mostraram os depoimentos de Maria Amélia e Rosely para a matéria.⁴⁰³ A presença da “polêmica” a respeito da lesbianidade, talvez percebida como um escândalo por sua difusão em rede nacional, indica a existência de disputas em âmbito societário a respeito dos significados da lesbianidade.

Vale mencionar que desde 1982 o movimento homossexual brasileiro realizava uma ampla campanha pela retirada da homossexualidade do código do INAMPS. Impulsionada principalmente pelo Triângulo Rosa e pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), buscava-se desenquadrar a homossexualidade das classificações patológicas que vigoravam desde o final do século XIX. Apoiando-se nas possibilidades abertas pelo processo de redemocratização do

⁴⁰⁰ NAPOLITANO, 2017, *Op. Cit.*, p. 312.

⁴⁰¹ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 7-8.

⁴⁰² *Folha de São Paulo*, 29 mai. 1985, p. 37. Não encontramos, nos acervos consultados, relatório ou parecer censório do órgão federal.

⁴⁰³ *Folha de São Paulo*, 01 jun. 1985. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/tributo-rosely-roth-pioneira-da.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

país, os ativistas investiram nos canais de debate público, a exemplo dos Congressos da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência.⁴⁰⁴ Portanto, as disputas que se verificaram na imprensa – no caso da *Folha de S. Paulo* – talvez se devam em parte a esse processo prévio que culminou em uma das principais conquistas do movimento no período.

Enquanto o órgão censório e a imprensa manifestavam-se sobre a aparição pública de Rosely, a caixa postal do GALF recebia cartas vindas de todas as partes do país. A *Folha* chegou a noticiar que, apenas quatro dias após o programa, a caixa postal do grupo foi encontrada cheia.⁴⁰⁵ Rosely publicou seu relato na oitava edição do *ChanacomChana*, afirmando que depois de um mês o grupo ainda recebia cartas elogiando sua participação no programa e demonstrando interesse em conhecer o trabalho do GALF, somando um montante que já ultrapassava as duas centenas. Sobre as repercussões do episódio, Míriam Martinho recorda uma consequência “muito interessante”:

Começou a chover cartas de todo o Brasil, houve um grande apoio. Uma coisa que foi muito interessante é que as pessoas abordavam a gente (na rua, na feira, no restaurante) para cumprimentar e falar com ela [Rosely] e não tinha nada de agressivo. Foi sempre uma coisa muito positiva. Eu não presenciei nenhuma interação agressiva, e ela também nunca me falou nada sobre ter sofrido alguma agressão verbal. Eu estava pensando nisso e acho que, se fosse hoje, a reação do pessoal na rua seria mais agressiva. [...] A gente morria de medo, mas não rolou nada ruim. Naquela época, a gente fazia tudo, mas sempre com medo, porque não sabia o que podia vir. Na época da ditadura, a gente temia que rolasse alguma repressão quando ia para a rua.⁴⁰⁶

Além de evidenciar a coragem e ousadia de Rosely e das demais ativistas do GALF, a narrativa de Míriam constitui um indicativo dos impactos do programa da Hebe. O recebimento de cartas e a interpelação no espaço público evidenciam a relevância política desse acontecimento, sobretudo para as próprias lésbicas, que talvez pela primeira vez podiam reconhecer-se em uma figura que aparecia na televisão. Não se trata apenas de ineditismo – o que já seria bastante relevante –, mas na produção de imagens e símbolos que possam desestabilizar os estigmas incrustados no imaginário social. Além da potência de transformação cultural, isso possibilita uma pedagogia do olhar e da sensibilidade, com a construção de novas narrativas sobre a lesbianidade.

⁴⁰⁴ RODRIGUES, Rita Colaço. A despatologização da homossexualidade no Brasil. In: CAETANO, Márcio et al (orgs.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2008). Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 48-53.

⁴⁰⁵ *Folha de São Paulo*, 01 jun. 1985. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/tributo-rosely-roth-pioneira-da.html>. Acesso em: 10 jun. 2020.

⁴⁰⁶ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

A partir de 1985, o debate político nacional voltou-se para a elaboração da nova Constituição que regeria o país. Para a oposição democrática, era a primeira vez que havia a possibilidade de mobilizar amplas forças, parlamentares e extraparlamentares, para impulsionar uma campanha pela formação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Desde a convocatória realizada por José Sarney – que tomara posse da presidência após a morte de Tancredo Neves – em 1985, foram necessários dois anos para definir os parâmetros da ANC, realizar as eleições dos deputados constituintes (novembro de 1986), formular propostas oriundas dos movimentos sociais (emendas populares), sistematizá-las em um Projeto de Constituição e promulgar o novo texto constitucional.⁴⁰⁷

Esse processo se deu em meio a disputas e arranjos político-partidários que visavam definir os rumos dos trabalhos da Constituinte e assegurar determinadas garantias para as forças conservadoras e progressistas. Os debates a respeito da Constituinte extrapolaram as galerias do Congresso Nacional, ocupando as universidades, os jornais, as televisões, as comunidades de base e os movimentos sociais, de modo que Antônio Sérgio Rocha definiu o que o país viveu durante o período como uma “situação constituinte”, dada a extensão da mobilização de forças políticas e sociais em torno dos encaminhamentos da ANC.⁴⁰⁸

A par desses processos, o GALF dedicou espaço em algumas edições do *ChanacomChana* para debater questões relacionadas com a participação política e a Constituinte. Na nona edição do boletim (dez. 1985/fev. 1986), Rosely publicou o artigo “A homossexualidade na Constituição”, no qual convidava as lésbicas a se engajarem politicamente. Na perspectiva da ativista, seria possível aproveitar o contexto de ampliação dos debates políticos para canalizar suas demandas e promover uma discussão pública sobre lesbianidade e discriminação.⁴⁰⁹

O texto também analisou o desenrolar de acontecimentos políticos conjunturais, desde a luta pelas Diretas Já, narrada como “sonho traído pelo Congresso Nacional”, até as eleições municipais em novembro de 1985, quando a realização da ANC assumiu “uma importância cada vez maior, devendo certamente mobilizar vários setores da sociedade na formulação de propostas e projetos para a nova Constituição”.⁴¹⁰ Este ímpeto de situar os processos políticos parece apontar para um desejo da ativista de aproximar as lésbicas dos assuntos nacionais,

⁴⁰⁷ ROCHA, Antônio Sérgio. “Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à redemocratização”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 88, 2003, p. 54-58.

⁴⁰⁸ Idem, p. 54.

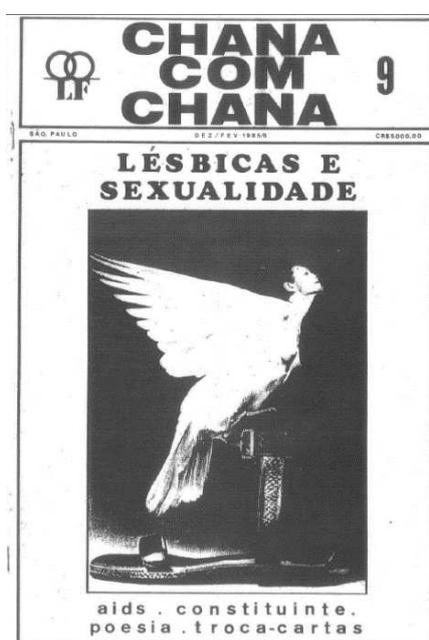
⁴⁰⁹ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986, p. 16.

⁴¹⁰ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986, p. 17.

fomentando a participação política. Também sugere o interesse do GALF, como um todo, nos rumos da política institucional, que estava mobilizando debates ao redor do país.

Em seguida, fazendo jus ao título, Rosely se debruçou sobre as constituições já promulgadas no Brasil, enfatizando seu caráter antidemocrático e de restrição à participação popular em cada uma delas. Também salientou que nem todas foram precedidas de Assembleias Constituintes, ressaltando mais uma vez a importância daquele momento histórico. Por último, analisou os recentes debates sobre a Constituinte, sem furtar-se à crítica da falta de representatividade dos movimentos sociais na ANC.⁴¹¹ A convocatória de Sarney determinou que a Constituinte seria composta por senadores e deputados federais e funcionaria paralelamente às atividades normais do Congresso – a eleição dos constituintes coincidiria com o pleito de 1986 para governadores, senadores e deputados federais. Desta forma, Rosely posicionava-se na batalha pela convocação de uma ANC exclusiva, ou seja, com constituintes eleitos especificamente para essa função e com a possibilidade de pessoas da sociedade civil pleitearem vagas.⁴¹²

Figura 10 – Capa da edição n. 9 do boletim *ChanacomChana* (1985/1986)



Fonte: boletim *ChanacomChana*⁴¹³

Independentemente das restrições impostas à ANC, Rosely concluiu com um chamado:

⁴¹¹ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986, p. 18-19.

⁴¹² ROCHA, 2003, *Op. Cit.*, p. 58.

⁴¹³ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986.

A impossibilidade dos movimentos sociais de terem representantes próprios na Assembleia Constituinte certamente tende a torná-la menos representativa e democrática. Mas, para que nós, mulheres lésbicas, não nos sintamos, mais uma vez, excluídas, penso que é o momento de agirmos *na busca de propostas concretas de inserção de um item na Constituição de 87 contra a discriminação à homossexualidade*. Tendo uma ou mais propostas de inserção deste item na Constituição, poderemos só votar nos candidatos que levarem a nossa proposta, entre outras de conteúdo mais libertário. A hora é de, em grupo ou de forma individual, procurarmos formular propostas. Para isto, podemos organizar debates sobre a questão da homossexualidade na Constituição, consultarmos advogadas (os) para descobrirmos as formas possíveis de inserção de um item neste sentido.⁴¹⁴

A proposta mencionada por Rosely estava sendo articulada pelo Grupo Gay da Bahia e Triângulo Rosa. Na edição seguinte do *ChanacomChana* (n. 10), ela foi apresentada formalmente. Os grupos propunham a inserção da expressão “contra a discriminação por preferência ou orientação sexual” no parágrafo primeiro do artigo 153 da atual Constituição, que versava sobre a isonomia (igualdade de direitos). Formularam também uma sugestão de redação do artigo, que poderia tomar a seguinte forma: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso, convicções políticas e de preferência sexual. Qualquer infração ao contido neste parágrafo será punido pela lei”.⁴¹⁵

Desta forma, pretendia-se assegurar a existência de uma normativa que dispusesse sobre a “discriminação por preferência ou orientação sexual” – a terminologia, de acordo com Rosely, ainda estava em definição. Mais do que uma expressão a figurar na Constituição, se tratava de uma luta pelo reconhecimento do tratamento discriminatório contra gays e lésbicas, recrudescido durante a ditadura militar, conforme argumentamos no capítulo anterior. Além disso, considerando que até aquele momento não havia nenhuma garantia assegurada por lei para esse grupo social, seria possível abrir caminho para a formulação de novas bandeiras políticas e mecanismos de proteção legal. Foi nesse sentido que Rosely argumentou que:

Se conseguirmos a aprovação na Constituição, da inserção de uma frase que puna a discriminação por preferência sexual, será 80% de caminho andado para conseguirmos a aprovação de outros artigos nos Códigos existentes (Penal e Civil) que visem proteger os nossos direitos [...]. É claro que apenas uma (ou mais de uma) lei não muda um estado de coisas que existe há muitos anos, mas convenhamos que ajuda a mudá-las na medida em que pode servir de instrumento de luta para que nós combatamos várias das atitudes preconceituosas existentes. [...] Precisamos, de todos os jeitos possíveis, garantir o direito de manifestarmos livremente os nossos estilos erótico-afetivos de vida.⁴¹⁶

⁴¹⁴ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986, p. 18-19, grifos do original.

⁴¹⁵ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 11-12.

⁴¹⁶ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 13.

Naquele momento, para o GALF a disputa não só valia a pena, como era necessária. No entender das ativistas, seria uma possibilidade de discutir com amplos setores da sociedade a “questão da sexualidade”. A partir de sua perspectiva lésbica, visando politizar o cotidiano e combater os estigmas da lesbianidade, Rosely argumentava que seria possível trazer à tona que a lesbianidade não é uma questão privada, mas pública, “pois nos afeta em todos os lugares”, ocasionando danos psíquicos e materiais profundos; que as “vivências homossexuais questionam a ditadura heterossexual”, ao desvincular a sexualidade da reprodução e ao reivindicar o direito ao próprio corpo, “escolhendo estilos de vida que mais nos agradam”; e, finalmente, que “uma sociedade verdadeiramente democrática não pode comportar nenhuma espécie de violência aos direitos humanos”. Assim, sua luta vinculava-se diretamente à construção de uma sociedade mais plural e menos desigual, uma vez que o regime democrático permite “aprender a conviver com as diferenças e criar espaços para que essas diferenças se desenvolvam, sem juízos de valor hierárquicos como as denominações normal/anormal, inferior/superior criam e recriam”.⁴¹⁷

Em outubro de 1986, o GALF organizou um debate sobre “Homossexualidade, feminismo, racismo, ecologia e rádios piratas na Constituinte” na Câmara Municipal de São Paulo. Participaram do evento candidatas a deputada federal do PT, PMDB e PDT, como Irede Cardoso, Rosalina Santa Cruz e Cassandra Rios, com a coordenação de Rosely Roth.⁴¹⁸ O temário e a composição da mesa de debate indicam a vontade do GALF de construir estratégias e alianças políticas para promover a demanda do movimento homossexual na Constituinte. Também sugere, reforçando o que observamos nos boletins, grande importância atribuída pelo grupo ao “momento Constituinte” e às oportunidades que ele abria para promover discussões públicas sobre homossexualidade e lesbianidade.

O engajamento do GALF unia-se aos esforços de partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais que buscavam influenciar decisivamente os direcionamentos da Assembleia Constituinte. Diante do início dos trabalhos da ANC, diversos grupos de pressão se formaram, com o intuito de acompanhar o andamento das discussões e votações, dialogar com os constituintes e tentar conseguir a aprovação de propostas que ampliassem os direitos sociais da população brasileira. A força política dos movimentos sociais constituiu um fator decisivo para um fenômeno observado por Fernando Perlatto: a existência de uma ANC marcadamente conservadora e composta pelas forças políticas da “antiga ordem”, em um

⁴¹⁷ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 13.

⁴¹⁸ Fundo Outra Coisa, Dossiê Material de Divulgação de Grupos Homossexuais, pasta Grupo de Ação Lésbica Feminista.

contexto internacional também conservador, que aprovou um texto constitucional majoritariamente progressista.⁴¹⁹

Nesse ínterim, destacamos a atuação dos movimentos de mulheres e feministas junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Criada em 1985, a entidade voltou sua atuação prioritária para a Constituinte, organizando a campanha “Mulher e Constituinte”. Esta se desdobrou em duas frentes, a saber: garantir maior presença feminina no Congresso e pressionar pela aprovação de propostas que assegurassem os direitos das mulheres.⁴²⁰ Ao longo de 1985, o órgão organizou eventos em diversas cidades do Brasil, com o objetivo de convocar as mulheres a participarem do processo político e formularem propostas para a Constituinte. Como relembra Jacqueline Pitanguy, ex-diretora do CNDM:

O objetivo do CNDM era descentralizar a Campanha e abrir uma comunicação direta com os movimentos de mulheres, a fim de garantir a legitimidade das propostas constitucionais que iria apresentar ao Congresso. Iniciou assim um amplo processo de consulta, recebendo demandas e propostas provenientes de mulheres de todo o país. O Brasil vivia um momento de esperança na construção de um Estado democrático e a resposta a essa solicitação do CNDM foi atendida.⁴²¹

A partir desta campanha e dos inúmeros eventos e debates por ela fomentados, o CNDM e os movimentos de mulheres redigiram a *Carta das Mulheres aos Constituintes*. O documento, que consiste em uma síntese do conjunto de reivindicações elaboradas, foi entregue aos parlamentares pelo CNDM – posteriormente, uma versão em linguagem técnico-jurídica também foi encaminhada. Vale destacar, sobre o referido documento, sua ênfase na responsabilidade do Estado em garantir a efetivação de direitos; a defesa de um sistema de saúde integral às mulheres; a reivindicação da ampliação da licença maternidade (e criação da licença paternidade); a exigência de que a educação dê “ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação”; e, por fim, a demanda pelo reconhecimento da violência sexual como “crime contra a pessoa” e não como “crime contra os costumes”, “independente de sexo, orientação sexual, raça, idade, credo religioso, ocupação,

⁴¹⁹ PERLATTO, Fernando. “As disputas políticas e a Constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias”. *Ler História* [online], n. 75, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5588>. Acesso em: 06 jan. 2020.

⁴²⁰ A campanha contou com os *slogans* “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, “Constituinte sem mulher fica pela metade” e “Constituinte para valer tem que direitos da mulher”.

⁴²¹ PITANGUY, Jacqueline. Celebrando os 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes. In: MELLO, Adriana Ramos de (org.). *Seminário 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes*. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018, p. 48.

condição física ou mental ou convicção política”.⁴²² A elaboração dessas demandas evidencia o acúmulo e amadurecimento das reflexões e discussões formuladas pelos movimentos de mulheres desde os anos 1970.

Frente ao início dos trabalhos da ANC, foi formado um grupo de pressão pelos direitos das mulheres conhecido como “lobby do batom”, que trabalhou em parceria com a bancada feminina – constituída por apenas 26 deputadas, do total de 512 constituintes. De acordo com Salete Maria da Silva, o “lobby do batom” foi marcado por sua composição diversa, com mulheres oriundas de diferentes movimentos e extratos sociais, e contou com o apoio efetivo de muitas organizações feministas que atuavam fora das esferas institucionais divulgando o trabalho realizado pelo grupo de pressão, participando das audiências públicas da ANC e colhendo assinaturas para as emendas populares.⁴²³

A atuação do “lobby do batom” também se caracterizou por variadas formas de evidenciação das questões das mulheres na ANC. No cotidiano no Congresso, o grupo reuniu-se tanto com deputados favoráveis quanto contrários às reivindicações das mulheres, buscando ampliar sua base de apoio. Também se articulou para que mulheres enviassem telegramas aos gabinetes de constituintes conservadores para pressionar pelo apoio às reivindicações. Após intenso trabalho de acompanhamento dos debates e pressão cotidiana, a equipe apresentou quatro emendas populares sobre aposentadoria para as donas de casa, direitos das mulheres (igualdade jurídica), aposentadoria para as mulheres trabalhadoras e aborto e saúde das mulheres.⁴²⁴ De acordo com Silva, o trabalho do “lobby do batom” durante a ANC foi permanente e incansável:

Além das ações de abordagem, diálogo, informação e persuasão dos/das parlamentares, o lobby do batom também desenvolveu um importante trabalho de permanente acompanhamento das atividades da Constituinte, haja vista que, para este grupo de pressão, não bastava que as propostas coletivamente elaboradas pelas mulheres chegassem aos deputados e deputadas, nas diversas fases deste processo, era necessário, também, a presença feminina no interior da ANC, sensibilizando e monitorando o trabalho dos congressistas, em cada momento da elaboração constitucional.⁴²⁵

⁴²² CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. **Carta das Mulheres aos Constituintes**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/a-constituente-e-as-mulheres/arquivos/Constituente%201987-1988-Carta%20das%20Mulheres%20aos%20Constituintes.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

⁴²³ SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram**: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição federal de 1988. 2011. 322f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011, p. 216-217.

⁴²⁴ Idem, p. 246-260.

⁴²⁵ Idem, p. 260.

As emendas populares foram concebidas como um mecanismo de ampliação da participação cidadã no processo de elaboração do novo texto constitucional. Geralmente articulada com os movimentos sociais, o envio das emendas também cumpriu o papel de pressionar os parlamentares constituintes. A expressiva quantidade de propostas enviadas (122 no total, das quais 83 foram admitidas para análise) não só sugere um desejo de efetiva participação da sociedade civil, como foi fundamental na configuração dos debates que se deram durante o processo constituinte.⁴²⁶

O grupo paulistano Lambda⁴²⁷, nesse contexto, promoveu uma campanha para a coleta de assinaturas com o objetivo de enviar uma emenda popular que pautasse a alteração do artigo 153 da Constituição, inserindo um dispositivo contra discriminação por orientação sexual. As ativistas do GALF anunciaram o projeto no boletim *Um Outro Olhar* – a publicação que substituiu o *ChanacomChana* – no final de 1987.⁴²⁸ O texto explicava que a proposta do Lambda unia-se às iniciativas de “unir forças” de entidades civis e movimentos sociais “no sentido de utilizar o recurso denominado ‘Iniciativa Popular’ para fazer valer suas reivindicações na Constituinte” – naquele momento, o grupo já enviara 250 cartas solicitando o apoio de organizações sociais.⁴²⁹ Trata-se de uma das mobilizações do movimento homossexual na busca pela ampliação da cidadania no contexto da redemocratização.

Durante os trabalhos da Constituinte, em busca por parcerias e fortalecimento das demandas políticas, o grupo organizado ao redor do “lobby do batom” contribuiu para que as reivindicações dos movimentos sociais se fizessem presentes em diferentes Subcomissões da ANC. Nesta direção, a *Carta das Mulheres aos Constituintes*, elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), incluiu a proposta de criar uma expressa proibição da discriminação por “orientação sexual” no texto constitucional. O GALF, acompanhando as mobilizações dos movimentos sociais no âmbito na ANC, comemorou a posição tomada pelo CNDM no boletim *Um Outro Olhar*:

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) elaborou uma segunda versão das suas propostas à Assembleia Nacional Constituinte. Estas

⁴²⁶ PERLATTO, 2019, *Op. Cit.*, p. 106.

⁴²⁷ O Lambda foi um grupo paulistano ativo durante a década de 1980. Destacou-se por suas atividades vinculadas ao combate ao HIV/Aids, mas também se engajou em outras mobilizações de âmbito local e nacional. Ver: SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. “Mobilizações homossexuais e Estado no Brasil: São Paulo (1978-2004)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 63, fev. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100010#tx17. Acesso em: 21 mai. 2021.

⁴²⁸ No próximo capítulo, discutimos as transformações internas do GALF e o surgimento do boletim *Um Outro Olhar*.

⁴²⁹ *Um Outro Olhar*, n. 1, set./dez. 1987, p. 17.

propostas traduzem as reivindicações debatidas por diversos setores e grupos do movimento de Mulheres [...].

Para as mulheres, em geral, e principalmente para nós, mulheres lésbicas, é muito importante a atitude do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, de inserir a questão da orientação sexual em suas propostas. Esta questão está ligada aos direitos individuais, de se poder dispor do próprio corpo e da própria vida da maneira que mais interessar.⁴³⁰

Ao ressaltar a importância do dispositivo constitucional “principalmente para nós, mulheres lésbicas”, o grupo se posiciona novamente na disputa pela ampliação da cidadania e democracia no Brasil. Igualmente, a importância atribuída ao posicionamento do CNDM pode ser compreendida considerando-se as narrativas das ativistas lésbicas mencionadas ao longo deste capítulo, que denunciavam a invisibilidade das lésbicas no interior do movimento feminista. Assim, no plano simbólico, significava também o reconhecimento das demandas lésbicas e de suas contribuições ao feminismo brasileiro.

A proposta de inserção de um dispositivo contra a discriminação por orientação sexual foi apresentada, no âmbito da ANC, na Subcomissão de Direitos e Garantias Individuais e na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias. João Antônio Mascarenhas, ativista do grupo Triângulo Rosa⁴³¹, foi o representante do movimento na ANC. Ele participou de duas audiências públicas destas subcomissões, nos dias 30 e 31 de abril de 1987, para defender a necessidade de incluir a discriminação por “orientação sexual”.

Na primeira, de perfil mais conservador, Mascarenhas citou o apoio de entidades científicas brasileiras e a legislação estrangeira que já garantia alguns direitos. No entanto, a reação dos constituintes foi caracterizada por demonstrações discriminatórias, vexatórias e estigmatizantes. Como mostrou Adriana Vidal de Oliveira, houve declarações expressando o “receio” de que a presença de um gay pudesse deturpar a “imagem solene” da ANC e que esta poderia se transformar em um “festival gay”.⁴³² Outros/as constituintes temiam o próprio termo “orientação sexual”, afirmando que o seu uso poderia incentivar a “transformação” de mais pessoas em homossexuais.⁴³³

⁴³⁰ *Um Outro Olhar*, n. 1, set./dez. 1987, p. 15.

⁴³¹ Para uma análise da trajetória do ativista, ver: HOWES, Robert. “João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. *Cadernos AEL*, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 289-313.

⁴³² OLIVEIRA, Adriana Vidal. *A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional*. 2012. 465 f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, Rio de Janeiro, 2012, p. 220-222.

⁴³³ *Idem*, p. 255-256. Luiz Salomão (PDT-RJ) foi o único constituinte a defender a causa, afirmando que a discriminação existia em virtude da pouca informação disponível sobre a homossexualidade e do preconceito com a AIDS, o que contribuiria para estigmatizar as pessoas homossexuais.

Ainda que a recente despatologização da homossexualidade significasse uma conquista importante, sobretudo para a desconstrução de estigmas, as declarações acima evidenciam a força do conservadorismo e das representações degradantes sobre a homossexualidade. Esta continuava a ser atrelada ao infame, perverso e patológico, daí o pânico ao suposto “incentivo” à homossexualidade. Ao mesmo tempo, essas alegações também podem ser vistas como uma tentativa de se contrapor à força e visibilidade do movimento homossexual, que ocupava a cena pública após dez anos de sua constituição.

Na segunda subcomissão, Mascarenhas, em uma tentativa de ganhar apoio dos constituintes, enfatizou que a expressão “orientação sexual” não pretendia assegurar uma proteção exclusiva aos homossexuais, pois também abarcava as pessoas heterossexuais e bissexuais. Além disso, o ativista argumentou que a discriminação sofrida pelas mulheres e pelas pessoas homossexuais tinha a mesma origem, o machismo, de modo que deveriam ser encaradas e combatidas conjuntamente. Apesar das reações contrárias, desta vez Mascarenhas contou com o apoio expresso de dois constituintes, Benedita da Silva (PT-RJ), que discorreu sobre a dificuldade de inserção da população homossexual no mercado de trabalho, e José Carlos Sabóia (PMDB-MA), que apontou o histórico repressivo do Brasil em relação ao corpo e a sexualidade.⁴³⁴

O GALF também registrou, no boletim *Um Outro Olhar*, a participação de Mascarenhas na Constituinte. O texto publicado na primeira edição do periódico ressalta a ampla cobertura da imprensa, o desconforto de vários congressistas e, paradoxalmente, a boa recepção de Mascarenhas em ambas as Subcomissões. O grupo também parabenizou os esforços do Triângulo Rosa, especialmente na figura de Mascarenhas, “por esta participação neste importante momento histórico brasileiro”, mostrando que atribuíam importância às mobilizações do movimento homossexual no âmbito da ANC.⁴³⁵

Apesar dos esforços promovidos pelo movimento homossexual, pelo “lobby do batom” e por constituintes aliados, a proposta não foi adiante. Ela havia sido incluída no anteprojeto da Subcomissão de Minorias, mas depois foi suprimida pela Comissão de Sistematização – composta por homens majoritariamente conservadores.⁴³⁶ Como afiança Cristina Câmara, o impacto da epidemia de HIV/Aids foi decisivo nesse processo, uma vez que o estigma do “câncer gay” associava pessoas homossexuais ao perigo, conjuntamente com as posições

⁴³⁴ Idem, p. 346.

⁴³⁵ *Um Outro Olhar*, n. 1, set./dez. 1987, p. 16-17.

⁴³⁶ OLIVEIRA, 2012, *Op. Cit.*, p. 349-350.

discriminatórias da bancada evangélica, que relacionava a homossexualidade ao pecado e à perversão.⁴³⁷

Portanto, a demanda contra a discriminação por orientação sexual, articulada pelo movimento homossexual no contexto da Constituinte, ensejou a construção e a mobilização da própria categoria “orientação sexual”, colocada em cena no debate público. A categoria foi incorporada no vocabulário dos grupos ativistas de gays e lésbicas a partir dos anos 1990. Ao mesmo tempo, a luta pelo combate à epidemia de HIV/Aids incidiu diretamente na imagem pública da homossexualidade. Nesta direção, Regina Facchini argumenta que:

De todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente nessa “segunda onda” do movimento. O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas.⁴³⁸

Assim, o final dos anos 1980 sinalizava para uma transformação fundamental no cenário político e na atuação dos movimentos sociais. Na década seguinte, as dinâmicas de atuação se modificaram substancialmente com o processo de institucionalização dos movimentos sociais: novas mediações entre Estado e população, a centralidade das Organizações Não Governamentais (ONGs) e os financiamentos estatais e de agências internacionais são alguns exemplos das formas de atuação política que emergiam e se consolidavam.

Esse processo teve impactos nas agendas políticas dos movimentos, suas demandas e reivindicações, bem como na própria concepção do fazer político. Em muitos aspectos, significou certo abandono das propostas mais contestatórias e radicais, devido à necessidade de adaptação às demandas de organismos institucionais e às dinâmicas mediadas pelo Estado. De acordo com Yuderkys Miñoso, isso reforçou uma concepção fragmentada das opressões, à medida que se fortaleciam demandas por inclusão das chamadas “minorias” na legislação.⁴³⁹

⁴³⁷ CÂMARA, Cristina. João Antônio de Souza Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte. In: CAETANO, Márcio *et al* (orgs.). **Quando ousamos existir**: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2008). Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018, p. 57.

⁴³⁸ FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 102.

⁴³⁹ MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. La relación feminismo-lesbianismo en América Latina. In: **Escritos de una lesbiana oscura**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires; Lima: en la frontera, 2007, p. 129.

No caso do movimento feminista, a autora interpreta que a institucionalização implicou na desapareção da força política e simbólica das lésbicas:

Un feminismo institucionalizado dependiente de las agendas internacionales y volcado a las demandas, hizo posible la casi desaparición de la fuerza política y simbólica de las lesbianas al interior del movimiento. Las propias lesbianas feministas tuvieron que ver con ello, debido a que muchas de ellas, apostaron en los noventa por una agenda de derecho internacional que tenían la posibilidad de compartir con el resto de las mujeres, abandonando sus posturas más radicales del feminismo como “arte de la existencia”, y estando dispuestas a negociar su propia visibilidad como lesbianas. El feminismo de Estado y de las agendas internacionales, hizo su propia lectura estratégica del tratamiento de la figura de la lesbiana de la forma menos conflictiva, ergo, más vaciada de contenido. Fue así como, de cuestionar la heterosexualidad obligatoria como institución patriarcal que oprime a todas las mujeres, se pasó a una política de respeto a la diversidad sexual, y/o de derechos sexuales y reproductivos.⁴⁴⁰

O GALF não esteve alheio a esses processos, mas também foi impactado por eles, assim como os demais movimentos sociais. Enquanto formas de atuação e uma nova gramática política emergiam, o grupo se transformava e mais ou menos se adequava ao novo cenário que se configurava.

Ao longo deste capítulo, analisamos os debates, sonhos e anseios que o GALF expressou no boletim *ChanacomChana* durante a década de 1980. Buscando compreender os aspectos que informaram a perspectiva lésbica-feminista do grupo, enfocamos três dimensões: a autonomia política, a concepção da heterossexualidade e os significados políticos do lesbianismo. Igualmente, seguimos os caminhos que as ativistas percorreram nos movimentos feminista e homossexual, evidenciando que as lésbicas formularam importantes contribuições para ambos os movimentos. Por último, investigamos as intervenções do GALF no debate sobre a redemocratização.

Com criatividade e irreverência, o GALF buscou transformar o imaginário social sobre as lésbicas e o lesbianismo. Para isso, investiu em transformar o lesbianismo em tema público e político, que deveria ser debatido pelos movimentos sociais e pela sociedade em geral. Por meio do periódico, dos debates propostos e das mobilizações organizadas, as ativistas do grupo, assim como as leitoras e colaboradoras do *ChanacomChana*, transformaram suas vidas e suas visões de mundo. Esse legado afetivo e político pode ser percebido, por exemplo, nas cartas das leitoras, como a que segue:

⁴⁴⁰ Idem, p. 134.

Prezadas amigas do GALF,
É com grande satisfação e alegria que lhes escrevo esta com a intenção de parabenizá-las por ter recebido o meu primeiro boletim *ChanacomChana* do qual fiz a assinatura. Tenho a acrescentar também que esse boletim é ótimo como meio de transmissão para nós lésbicas aqui no interior que não temos oportunidade de ler tais assuntos. Através dele fiquei sabendo do que está acontecendo no mundo sobre nós lésbicas, o que antes desconhecia. (Vânia, Três Lagoas, Mato Grosso do Sul)⁴⁴¹

No próximo capítulo, analisamos as transformações internas do grupo e sua nova publicação, o boletim *Um Outro Olhar*, bem como os trânsitos epistêmicos e geográficos dos grupos lésbicos latino-americanos.

⁴⁴¹ *ChanacomChana*, n. 6, nov. 1984/jan. 1985, p. 13.

3. ATIVISTAS LÉSBICAS EM ESPAÇOS POLÍTICOS TRANSNACIONAIS

Em 13 de outubro de 1987, na cidade de Cuernavaca (México), mais de duzentas lésbicas latino-americanas, caribenhas, europeias e norte-americanas se reuniram para dar início ao I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC). Tratou-se do primeiro espaço de articulação política transnacional, em território latino-americano, exclusivo para lésbicas. Até que a realização de um evento dessa magnitude se tornasse possível, ativistas lésbicas de diversos países percorreram uma longa trajetória, estreitando vínculos entre grupos, intercambiando informações, criando canais de comunicação antes da existência das redes sociais e da internet, transitando em espaços nacionais e transnacionais; fortalecendo, assim, o emergente movimento lésbico-feminista latino-americano.

De acordo com Yuderkys Miñoso, para pensar a história do movimento lésbico na América Latina é necessário considerar o estado do pensamento e da prática política do feminismo. Para a autora, o vínculo entre ambos movimentos se deve à compreensão, cada vez mais acabada, dentro da teoria feminista, da heterossexualidade como uma instituição responsável pela opressão das mulheres.⁴⁴² Neste continente, argumenta Miñoso, foi por ocasião dos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC) que as lésbicas se visibilizaram e se articularam com uma voz própria, contribuindo com reflexões que complexificaram as análises feministas.

Nesta direção, no presente capítulo examinamos dois aspectos considerados centrais na história do movimento lésbico das décadas de 1980 e 1990: a circulação de informações entre grupos ativistas, tanto por correspondência postal como pelo intercâmbio de publicações, e o trânsito de ativistas lésbicas latino-americanas em espaços transnacionais, sobretudo do movimento feminista. Neste contexto, analisamos o engajamento do GALF na criação de uma rede de contatos internacionais entre lésbicas, os diálogos travados com outros grupos e seu engajamento na participação desses espaços transfronteiriços. A história da construção desses espaços, vale ressaltar, foi atravessada pelo surgimento de novos grupos ao longo daqueles anos e pela trajetória individual das ativistas, que inexoravelmente se entrelaça com caminhos percorridos coletivamente.

⁴⁴² MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. **Escritos de una lesbiana oscura**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires: *en la frontera*, 2007, p. 133-134.

A partir disso, pretendemos evidenciar que a circulação de saberes se constituiu como mecanismo essencial do movimento lésbico latino-americano – e igualmente consistiu em um dos objetivos propostos pelo GALF. Como afiança Ochy Curiel, o fortalecimento do movimento lésbico na década de 1980 relaciona-se com a diversidade de formas de atuação política e sua aposta internacionalista, com a criação de redes e articulações regionais.⁴⁴³ A autora também chama atenção para a importância de focalizar os trânsitos epistêmicos e políticos no interior do continente, a fim de valorizar o protagonismo das ativistas latino-americanas na construção da história do movimento lésbico na região – postura que se inscreve nos esforços de descolonizar o feminismo latino-americano.⁴⁴⁴

A aposta internacionalista do movimento lésbico, mencionada por Curiel, foi construída ao longo dos anos a partir do que Claudia Hinojosa, pesquisadora e co-fundadora do Grupo Lambda de Liberación Homosexual⁴⁴⁵, denominou como a “presença pública das lésbicas feministas”:

En ese sentido, se puede decir que la construcción de una presencia pública de las mujeres lesbianas es la historia de la exploración personal y colectiva de una argumentación y de un vocabulario político para responder al interrogatorio del entorno social en cuanto a la pertinencia y al significado de vivir “fuera del clóset”.⁴⁴⁶

A desconstrução da heterossexualidade compulsória foi (e muitas vezes ainda é) uma constante nas trajetórias das mulheres que colaboraram com esta pesquisa. Se esse processo era vivenciado no cotidiano de seus corpos lésbicos⁴⁴⁷, também foi necessário produzir ferramentas – textos, publicações, conceitos, encontros – para afrontar as reações encontradas. Nessa empreitada incansável, as ativistas criaram uma extensa rede de intercâmbio de informações, estratégias e práticas políticas e um dos eventos mais significativos a nível regional, o Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC).

⁴⁴³ CURIEL, Ochy. “El lesbianismo feminista: una apuesta política transformadora”. *La haine*, 19 jun. 2007. Disponível em: <https://lahaine.org/aY0q>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁴⁴⁴ CURIEL, Ochy. “Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe”. Disponível em: http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

⁴⁴⁵ O Grupo Lambda de Liberación Homosexual foi um grupo homossexual misto, fundado em 1978 na Cidade do México, que defendia transformações sociais e políticas por meio das instituições. Junto com o Frente Homossexual de Acción Revolucionaria (grupo misto) e o Oikabeth (grupo exclusivo de lésbicas), as três agrupações foram fundamentais para a emergência e consolidação do movimento homossexual e lésbico entre o final dos anos 1970 e início dos 1980.

⁴⁴⁶ HINOJOSA, Claudia. “Gritos y susurros: una historia sobre la presencia pública de lesbianas feministas”. *Desacatos*, n. 6, primavera-verão de 2001, p. 178. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1214/1062>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁴⁴⁷ Aqui me refiro à materialidade da existência lésbica, tomando emprestado o termo de Monique Wittig em seu romance *O corpo lésbico*. WITTIG, Monique. *O corpo lésbico*. Tradução de Daniel Luhmann. Rio de Janeiro: A Bolha Editora, 2019.

Para cumprir com os objetivos propostos, o capítulo se divide em quatro eixos. O primeiro eixo diz respeito à rede de contatos internacionais fomentada pelo GALF, sobretudo na segunda metade da década de 1980. A fim de compreender este aspecto, analisamos as transformações na estrutura do grupo e a passagem da publicação do *ChanacomChana* para *Um Outro Olhar*. O segundo trata da participação dos grupos lésbicos latino-americanos nos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC). Considerando-os como espaços de cruzamento entre pessoas, práticas, ideias e discursos, interrogamos sobre os impactos fomentados pela participação das lésbicas nesses eventos. O terceiro se refere ao processo de construção do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC), a partir do qual analisamos a efervescência de debates e perspectivas de atuação formuladas pelas ativistas. O quarto parte das relações entre história e crítica do presente, ao propor refletir sobre o legado dessas articulações transnacionais na história recente dos ativismos lésbicos no Brasil.

3.1 Do *ChanacomChana* ao *Um Outro Olhar* e os diálogos do GALF com grupos lésbicos no exterior

De acordo com Gilberta Soares e Jussara Costa, na segunda metade da década 1980 o GALF estreitou laços com ativistas e grupos lésbicos no exterior.⁴⁴⁸ Como se observará nas próximas páginas, esses contatos já se expressavam no *ChanacomChana*, contudo, isso se evidenciou sobretudo nas edições de *Um Outro Olhar*, o periódico que o grupo passou a publicar no início de 1987. Não só a lista de materiais recebidos se expandiu consideravelmente, o que sugere uma ampliação da rede de comunicação, como o compartilhamento de notícias sobre as mobilizações gays e lésbicas de outros países também.

Nesta seção, busco mapear grupos lésbicos com os quais o GALF se correspondeu e trocou boletins nos anos 1980. Para isso, a análise dos boletins *ChanacomChana* e *Um Outro Olhar* torna-se central, especialmente as seções de divulgação de notícias internacionais e de publicações disponíveis para compartilhamento com as leitoras. De antemão, vale mencionar que nos próximos tópicos examinaremos especificamente as articulações em nível latino-americano, posto que, por hora, nos interessa dimensionar como o contato com grupos internacionais ganhou certa centralidade nas páginas dos boletins.

Ao mesmo tempo, a leitura das fontes permite entrever transformações que impactaram a organização do grupo e, conseqüentemente, guiaram as decisões tomadas. Exemplo disso foi

⁴⁴⁸ SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. *Revista Labrys* [online], n. 20, jul.-dez. 2012, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acessado em: 07 jul. 2020.

o esforço empreendido pelo fortalecimento da organização lésbica autônoma no final dos anos 1980. Na perspectiva de Míriam Martinho, em entrevista para esta pesquisa, elas haviam “cansado de brigar com o movimento feminista”.⁴⁴⁹ Isto é, as ativistas passavam a redirecionar seus esforços prioritariamente para a organização lésbica. Paula Silveira-Barbosa apontou, em sua dissertação, que esta decisão esteve no cerne da transição do *ChanacomChana* para *Um Outro Olhar*.⁴⁵⁰

A fim de dimensionar em que medida os movimentos homossexuais tiveram um impacto regional, Patricio Simonetto argumenta que a circulação de saberes e o diálogo entre diferentes tendências (nacionais e internacionais) são constituintes do seu “metabolismo político”.⁴⁵¹ Entendo que a perspectiva deste autor seja extensiva para o movimento lésbico brasileiro e latino-americano. No caso das ativistas lésbicas, o primeiro aspecto foi fundamental para o fortalecimento dos grupos e para a própria constituição do movimento em nível regional. O segundo, por sua vez, se fez presente nos diálogos com grupos lésbicos latino-americanos, norte-americanos e europeus, como veremos a seguir.

A construção da rede internacional de contatos do GALF foi um processo que se deu ao longo da década de 1980 e desde as primeiras publicações do *ChanacomChana*, onde se divulgavam informações a respeito de grupos lésbicos e homossexuais. O Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS, em inglês) foi uma organização que o GALF acompanhou a trajetória. Notícias sobre o ILIS foram recorrentes no *ChanacomChana*, uma vez que as brasileiras recebiam o boletim informativo dessa organização. O ILIS surgiu em 1980 na Conferência da Associação Lésbica e Gay Internacional (ILGA, em inglês), realizada em Barcelona (Espanha), como um organismo atrelado a essa organização. No ano seguinte, no Encontro da ILGA em Turim (Itália, 1981), as lésbicas decidiram constituir um organismo independente e exclusivo. De acordo com Paola Bacchetta, a principal motivação foi a pouca acolhida das lideranças da ILGA em relação às denúncias de grupos lésbicos sobre a misoginia de ativistas gays.⁴⁵²

⁴⁴⁹ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

⁴⁵⁰ SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. **Trajetória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995):** uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019, p. 92.

⁴⁵¹ SIMONETTO, Patricio. “Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil Chile, Colombia y México (1967-1982)”. **Iberoamericana**, año 17, n. 65, jul. 2017, p. 159.

⁴⁵² BACCHETTA, Paola. Recalibrando o “universo queer” transnacional: posicionalidades-identitárias lésbicas e “lésbicas” em Deli nos anos 80. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 2, 2019, p. 177. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/viewFile/488/232>. Acesso em: 17 set. 2020.

Desde a primeira publicação do boletim *ChanacomChana*, em 1982, o GALF acompanhou a trajetória do ILIS. Em sua primeira edição, uma nota presente nas primeiras páginas do boletim explicava a estrutura, os objetivos e o funcionamento da entidade. Com este texto, o grupo buscava tornar o trabalho da ILIS mais conhecido entre as brasileiras e visibilizar a atuação de uma organização também composta exclusivamente por lésbicas:

O Serviço de Informação Lésbica Internacional é um corpo de coordenação lésbico-feminista composto de mulheres que escolheram trabalhar com grupos exclusivamente lésbicos ou com grupos de mulheres e homens homossexuais. Todos os grupos têm igual “status” dentro da organização e mesmo as mulheres não-pertencentes a qualquer entidade podem tornar-se membros do ILIS.

O ILIS trabalha pela liberação das lésbicas de sua opressão política, legal, social, cultural e econômica atrás de uma perspectiva antirracista, anti-classista e anti-sexista.⁴⁵³

Interessado no trabalho desenvolvido pelo ILIS, o GALF publicou, ao longo das 12 edições do *ChanacomChana*, diversas notícias sobre esta organização, como a realização das Conferências anuais e as mudanças em sua estrutura interna.⁴⁵⁴ Além disso, o grupo traduzia e publicava informes sobre os movimentos feminista, homossexual e lésbico que o ILIS veiculava, a exemplo da Conferência das Nações Unidas em Nairóbi (1985) sobre o encerramento da Década da Mulher, na qual o ILIS distribuiu um panfleto intitulado “Mulheres que Amam Mulheres”.⁴⁵⁵ A leitura das fontes indica, assim, que o GALF manteve um contato constante com a entidade, acompanhando sua trajetória e divulgando-a em seus boletins.

Ao respeito, C. Maia aponta a importância da circulação desses materiais na constituição de redes internacionais de ativistas, já que desta forma o grupo “também se apresenta para outras coletividades em território nacional e no exterior, tendo a troca de materiais como uma forma de ter acesso a opiniões e informações novas e de fazer circular as suas próprias”.⁴⁵⁶ Portanto, esses intercâmbios foram significativos para o fortalecimento tanto individual como

⁴⁵³ Nessa nota também foi mencionado, a respeito do ILIS, sua perspectiva de colaborar com outros movimentos sociais, promover o intercâmbio de informações entre lésbicas e coordenar ações internacionais. *ChanacomChana*, n. 1, dez. 1982, p. 1.

⁴⁵⁴ Identifiquei notícias e artigos sobre a V Conferência na segunda e terceira edições do *ChanacomChana* e, sobre a VIII Conferência, na oitava e décima edições deste periódico. Em artigo na décima edição, noticiou-se a mudança de sede do secretariado do ILIS.

⁴⁵⁵ *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986, p. 4. Vale dizer que os exemplos são amplos: notícias sobre marchas gays e lésbicas, campanhas, reformas legislativas, entre outros.

⁴⁵⁶ MAIA, Carolina. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017, p. 90.

coletivo das ativistas. Alguns anos depois, o contato contínuo facilitou a participação do GALF na VIII Conferência do ILIS em Genebra, a convite da instituição.

O GALF também se comunicou com diversos outros grupos lésbicos norte-americanos e europeus, como mencionado anteriormente. Em nossa entrevista, Míriam recordou uma ampla variedade de periódicos recebidos pelo GALF que sinalizam para amplitude da rede de contatos mobilizada pelo grupo:

Ao longo da história do GALF, a gente trocou boletins com ativistas lésbicas alemãs (*Lesben Stich*), italianas (*Bolletino del CLI*), canadenses, dos Estados Unidos. Tinha um boletim, editado em Montreal, que chamava *Amazonas de ontem, lésbicas de hoje* (*Amazones d'hier, lesbiennes d'aujourd'hui*). A gente teve bastante contato com o exterior. Recebemos também dois volumes de um livro separatista chamado *For Lesbians Only, a separatist anthology*, organizada pela Lucia Hoagland e a Julia Penelope.⁴⁵⁷

Além desses, localizamos, nas páginas do *ChanacomChana*, periódicos como *Wavelength*, produzido a partir de 1985 pelo grupo Groundswell, de Seattle (EUA), e *Off our backs*, revista bimestral editada entre 1970 e 2008 por um grupo de lésbicas radicais estadunidenses.⁴⁵⁸ Em linhas gerais, essas publicações debatiam política, produção artística e musical, cultura e sociabilidade lésbicas.

Em janeiro de 1987, o GALF se filiou à Associação Lésbica e Gay Internacional (ILGA). A decisão foi motivada pelo convite realizado pela própria organização e pelo Movimiento Homosexual de Lima (MOHL), uma agrupação mista local (posteriormente nacional) fundada em 1982. O MOHL convidara o GALF a participar do Projeto Gêmeos, iniciativa de financiamento internacional promovida pela ILGA.⁴⁵⁹ De acordo com a publicação no *ChanacomChana*, grupos gays e lésbicos europeus estavam sendo incentivados a apoiarem financeiramente um grupo latino-americano, facilitando sua filiação à ILGA. Naquele momento, a entidade buscava aproximar-se das agrupações da América Latina. Assim, um

⁴⁵⁷ Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

⁴⁵⁸ Dos periódicos mencionados por Míriam Martinho, somente tive acesso ao *Amazones d'hier, lesbiennes d'aujourd'hui*, por meio da editora *Les éditions sans fin*, que facilita o acesso ao material, e *Off our backs*, disponível na plataforma digital *Jstor*. Na sexta edição do boletim *Um Outro Olhar*, o GALF publicou a tradução de uma matéria do *Bolletino del CLI* sobre desejo e sexualidade lésbica, realizada pela colaboradora Marinês, de Belo Horizonte. *Um Outro Olhar*, n. 6, fevereiro/março 1989, p. 2-4.

⁴⁵⁹ O MOHL atuava, naquele momento, como Centro de Informação de ILGA para a América Latina, facilitando a comunicação entre os grupos latino-americanos e a associação europeia.

grupo europeu – no caso do GALF, o sueco RFSL-Malmö⁴⁶⁰ – pagava a cota anual de associação de seu “gêmeo”, promovendo sua inserção na rede internacional da ILGA.⁴⁶¹

A inserção do GALF no Projeto Gêmeos sugere, por um lado, que o grupo havia ganhado considerável visibilidade internacional, tornando-se conhecido para as agrupações acima mencionadas. O convite recebido pode ser visto como o resultado da rede de contatos internacionais do grupo, cuja criação e expansão era impulsionada e facilitada pela troca de materiais. Naquele momento, o intercâmbio de materiais começava a dar passo a propostas de parcerias com entidades reconhecidas internacionalmente e com uma trajetória consolidada.

Por outro lado, esse movimento também pode ser indicativo de uma mudança de perspectiva no interior do GALF. Como discutido no capítulo anterior, o grupo primava pela por sua autonomia – entendida em termos financeiros e políticos –, embora estabelecesse parcerias pontuais com partidos políticos e movimentos sociais. Desde a separação do Somos, no início dos anos 1980, as ativistas não se vincularam a nenhuma entidade homossexual mista, situação que se transformava com a filiação do GALF à ILGA. Isto é, o grupo passava a participar de organizações mistas e que recebiam financiamento de instituições internacionais.

Ao mesmo tempo em que o GALF ampliava seu leque de contatos internacionais, internamente o grupo se transformava. No início de 1987 foi encerrada a publicação do boletim *ChanacomChana*, após cinco anos e doze edições.⁴⁶² O grupo passou a publicar o boletim *Um Outro Olhar*, que vigorou entre 1987 e 1994 e contou com 20 edições.⁴⁶³ O editorial da primeira edição de *Um Outro Olhar* anunciava uma mudança de perspectiva, realizando um jogo de palavras entre o título da publicação e a emergência de novos olhares, ou seja, de novos horizontes. O texto estabelece um contraste entre a atitude irreverente do período da abertura política e o final dos anos 1980, enfatizando a necessidade de novas concepções para as experiências lésbicas:

Um Outro Olhar é nossa nova publicação que vem dar continuidade e desenvolvimento ao caminho corajosamente trilhado pelo boletim ChanacomChana. ChanacomChana surgiu em 1981, no chamado período de “abertura” da ditadura militar, e refletiu o espírito de afirmação da homossexualidade que vigorava no Movimento Homossexual da época, de onde o GALF se originou. Naquele momento, o mais importante era ser (sexualmente) muito explícita e até mesmo debochada...

⁴⁶⁰ O acrônimo significa Organização Nacional pela Igualdade Sexual (*Riksförbundet för sexuellt likaberättigande*, em sueco). De acordo com a sua página *online*, o grupo surgiu no início dos anos 1950, inicialmente promovendo espaços de sociabilidade para seus membros e buscando promover mudanças legais relacionadas aos direitos homossexuais. Cf. “History”, disponível em: <https://www.rfsl.se/en/about-us/history/>. Acessado em: 18 ago. 2020.

⁴⁶¹ Na ocasião, outros quatro grupos homossexuais latino-americanos se associaram à ILGA por meio do Projeto Gêmeos, a saber: Comunidad Homossexual Argentina, Grupo Pólen (México), Grupo Escorpio (Uruguai) e MOHL.

⁴⁶² A décima segunda edição do *ChanacomChana* data de fevereiro-maio de 1987.

⁴⁶³ SILVEIRA-BARBOSA, 2019, *Op. Cit.*, p. 93.

Hoje, entretanto, os tempos são outros, e é outro o nosso olhar. Queremos que esta nova publicação transpareça nossa visão cada vez mais límpida de que as vivências lésbicas extrapolam em muito as relações sexuais, determinando, por um lado, uma posta de resistência ao papel limitante que nos é imposto pela sociedade machista e, por outro, possibilitando alternativas de vida mais gratificantes, em vários aspectos, para todas as mulheres.⁴⁶⁴

C. Maia argumenta que o boletim *Um Outro Olhar* marcou a passagem de uma atitude rebelde no período de redemocratização do Brasil para a produção de uma publicação mais facilmente aceita pelo grande público, apesar de ter mantido o mesmo formato gráfico e de produção – leitura que também compartilho.⁴⁶⁵ Também é possível que a proximidade do GALF com entidades internacionais que poderiam contribuir financeiramente, como a ILGA e o ILIS, tenha influenciado em alguma medida a mudança de postura do boletim, questão que será retomada mais adiante.

De acordo com Patrícia Lessa, a transição do *ChanacomChana* para *Um Outro Olhar* não consistiu em uma mudança meramente no nome. A nova publicação possuía uma linha editorial voltada para a política do cotidiano e as práticas alternativas na vida social, enfatizando o esporte, a saúde e a cultura. Desta forma, tratava-se de uma mudança na organização do grupo, “cuja intenção explícita era a de fazer circularem informações para o público das lesbianas, abrangendo ao máximo o território brasileiro por intermédio da distribuição via correio para suas assinantes”.⁴⁶⁶ Por isso, a autora considera que essas transformações marcaram o encerramento do GALF e a criação da Rede de Informação Um Outro Olhar (Rede UOO) em 1990, processo vinculado à consolidação das Organizações Não-Governamentais no Brasil.⁴⁶⁷

Portanto, não só os tempos eram outros, como o grupo também. Em julho de 1987, o GALF realizou o I Encontro de Associadas no Enfin’s Bar, no centro de São Paulo. Dentre os objetivos propostos, segundo a matéria no *Um Outro Olhar*, constava uma discussão a respeito da estrutura do grupo. Debateu-se a necessidade de maior participação das associadas nas atividades realizadas, a importância de fortalecer o contato com “grupos afins” e a proposta de legalização do grupo.⁴⁶⁸ Esta proposta foi efetivada algum tempo depois, quando a Rede de

⁴⁶⁴ *Um Outro Olhar*, ano I, n. 1, set./dez. 1987, p. 3

⁴⁶⁵ MAIA, 2017, *Op. Cit.*, p. 74-75.

⁴⁶⁶ LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (1979-2006). 2007. 261f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007, p. 122.

⁴⁶⁷ A Rede de Informação Um Outro Olhar recebeu financiamento do Ministério da Saúde e das políticas públicas de combate à HIV/Aids para desenvolver projetos sobre saúde lésbica.

⁴⁶⁸ *Um Outro Olhar*, ano I, n. 1, set./dez. 1987, p. 15.

Informação Um Outro Olhar foi formalizada, com registro em cartório, em 1990.⁴⁶⁹ Assim, encerraram-se as atividades do GALF.

Entre esses dois momentos – a criação do boletim *Um Outro Olhar* e a formalização da Rede UOO –, as ativistas continuaram trocando boletins e informações com outras agrupações do exterior. Efetivamente, houve uma ampliação e diversificação dos periódicos e das notícias internacionais compartilhados nas páginas do boletim *Um Outro Olhar*. Essa profusão de contatos se expressou, por exemplo, na sétima edição do boletim, na seção “Materiais recebidos”, onde a lista de jornais e revistas lésbicas, feministas e homossexuais foi bastante extensa.⁴⁷⁰

Todos esses contatos, estabelecidos por meio de correspondência postal, abriram portas para o GALF, como o convite para participar da VIII Conferência do ILIS e para integrar o Projeto Gêmeos da ILGA. Também renderam a participação do grupo no Dossiê sobre Imprensa Lésbica da revista canadense *Amazones d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui* (AHLA), publicado em março de 1988. Como o GALF recebia a publicação, ficou sabendo da chamada pública e divulgou os critérios de participação no boletim.⁴⁷¹ Como resultado, foi publicada uma matéria sobre o grupo e suas atividades, escrita pelas próprias ativistas, na seção “América Latina”.⁴⁷²

Também participaram da coletânea outras duas agrupações lésbicas-feministas latino-americanas: Ayuquelén e Mitilene. Ayuquelén foi o primeiro coletivo lésbico do Chile e tinha entre seus objetivos politizar a lesbianidade e difundir as demandas lésbicas no movimento feminista. Como o grupo não possuía uma publicação própria, enviou o artigo *As filhas de Safo, Amazonas de hoje*, que havia sido publicado recentemente em um periódico local.⁴⁷³ Em carta enviada às editoras, o grupo expressou sua preocupação com a construção de diálogos e articulações entre as agrupações lésbicas:

Sugerimos que se inclua material em espanhol para este dossiê ou para edições futuras. Relatar o trabalho feito em vários idiomas permite (além de ser uma contribuição para o movimento lésbico internacional) que os grupos cresçam, se beneficiem de recursos de outra forma indisponíveis e facilita a comunicação e a troca de informações entre nós.⁴⁷⁴

⁴⁶⁹ LESSA, 2007, *Op. Cit.*, p. 143.

⁴⁷⁰ Dentre as publicações lésbicas, o GALF listou: *Amazones d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui* (Canadá), *Sinister Wisdom* (EUA), *Bolletino del CLI* (Itália), *Wavelength* (EUA), *Lesben Stich* (Alemanha), *Visibilities* (EUA), *Lesbian Connection* (EUA), *The Lesbian News* (EUA), *Sappho’s Isla* (EUA), *Lesbian Ethics* (EUA) e boletim do ILIS.

⁴⁷¹ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 16-17.

⁴⁷² *Amazones d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui*, Dossier Presse Lesbienne, v. 5, n. 3, mar. 1988.

⁴⁷³ *Amazones d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui*, Dossier Presse Lesbienne, v. 5, n. 3, mar. 1988, p. 150-152.

⁴⁷⁴ “Nous vous suggérons, pour ce dossier ou pour les prochains numéros, d’inclure du matériel en espagnol. Rendre compte du travail effectué en plusieurs langues permet (en plus de constituer un apport au mouvement

Por sua vez, Mitilene era um grupo lésbico formado em outubro de 1985 na República Dominicana. De acordo com o texto enviado para o dossiê, as ativistas se propunham a lutar por visibilidade para as lésbicas, articular-se com o movimento feminista e estabelecer vínculos de solidariedade nacional e internacional. A agrupação participou da coletânea com a publicação *Pezones*, periódico que funcionava inicialmente como uma “ferramenta interna” para a circulação de textos entre as membras, fossem escritos por elas ou traduções. A iniciativa ganhou fôlego e as ativistas começaram a distribuir o boletim, com a proposta de fazer circular textos teóricos e literários que fossem acessíveis para as lésbicas.⁴⁷⁵

É plausível imaginar que tenha havido comunicação entre o GALF, Mitilene e Ayuquelén para se informar sobre o dossiê e divulgar a chamada entre os grupos latino-americanos. O GALF comunicou, na nona edição do *ChanacomChana*, o recebimento de um informativo sobre a fundação do Mitilene.⁴⁷⁶ Ainda nesta edição, Míriam Martinho publicou um relato sobre o III Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, realizado em Bertioga. Ao participarem do evento, as membras do GALF se encontraram com as ativistas do Ayuquelén e do peruano Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (GALF-Peru). Míriam afirmou que as atividades que reuniram as agrupações lésbicas resultaram em “trocas de endereços e vendas de cartazes e boletins dos grupos organizados e com a perspectiva de manutenção dos contatos feitos”.⁴⁷⁷

À medida que cartas e boletins transitavam pelas caixas postais, as ativistas do GALF construía uma “voz pública das lésbicas”, para usar o termo de Claudia Hinojosa, tanto no Brasil como na América Latina. A circulação da correspondência permitia o fortalecimento de laços pessoais e políticos entre indivíduos e coletividades, potencializando a sua atuação. Por isso, também foi fundamental para a formulação de estratégias e a proposição de práticas políticas enquanto era impossível encontrar-se presencialmente. Nas seguintes páginas, analisamos a circulação das ativistas lésbicas em espaços transnacionais do feminismo latino-americano.

lesbien international) aux groupes de prendre de l’expansion, de bénéficier de ressources autrement non disponibles et facilite la communication ainsi que l’échange d’informations entre nous.” *Amazonas d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui*, Dossier Presse Lesbienne, v. 5, n. 3, mar. 1988, p. 148, tradução nossa.

⁴⁷⁵ *Amazonas d’hier, lesbiennes d’aujourd’hui*, Dossier Presse Lesbienne, v. 5, n. 3, mar. 1988, p. 142.

⁴⁷⁶ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 12.

⁴⁷⁷ *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985, p. 8.

3.2 “Nós nos autoconvocávamos”: ativistas lésbicas nos EFLAC

Ao longo dos anos 1980, ativistas lésbicas percorreram um longo caminho nos espaços transnacionais do feminismo, particularmente nos Encontros Feministas Latino Americanos e do Caribe (EFLAC). Ao participarem desses importantes eventos, lésbicas de diversas nacionalidades se reconheceram como sujeitos políticos e potências coletivas. Neste tópico, nosso objetivo é compreender em que medida a participação das ativistas lésbicas nos EFLAC foi fundamental para o fortalecimento das redes de contatos e para a própria articulação das agrupações em nível regional. Ao mesmo tempo, pretendemos observar como o GALF transitou nesses espaços e de que maneira elaborou essa experiência no boletim *ChanacomChana*.

De acordo com Sonia Alvarez et al., os EFLAC se constituíram como importantes espaços transnacionais de construção do movimento feminista na América Latina. Além de tornarem-se um espaço fértil de confluência de ativistas, os Encontros produziram importantes debates estratégicos, organizacionais e teóricos que marcaram a trajetória dos feminismos na região. Desta forma, funcionaram como “arenas transnacionais fundamentais onde identidades e estratégias especificamente latino-americanas têm sido constituídas e contestadas”.⁴⁷⁸

Os Encontros contribuíram para a criação de novas práticas coletivas dentro do feminismo latino-americano, ao mesmo tempo em que fomentaram a criação de redes de articulação regionais. As estratégias e os debates formulados a cada biênio nos EFLAC impactaram os contextos locais e nacionais específicos. Por isso, as autoras afiançam que os EFLAC “representam um espaço mediador de vital importância entre arenas nacionais, regionais e globais do movimento [feminista]”.⁴⁷⁹

No caso das ativistas lésbicas, elas aproveitaram o campo fértil de discussão para formular suas próprias apostas políticas, bem como para buscar alternativas de militância em suas localidades, a despeito de discussões sobre lesbianismo não estarem contempladas na programação dos Encontros. Desta forma, considero que os grupos lésbicos produziram um “campo discursivo de ação” no interior do feminismo latino-americano. O conceito, formulado por Sonia Alvarez, refere-se às redes político-comunicativas que se constituem a partir do cruzamento de pessoas, práticas, ideias e discursos.⁴⁸⁰ Ou seja, essas convergências dão passo

⁴⁷⁸ ALVAREZ, Sonia et al. “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul.-dez. 2003, p. 543. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19138.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

⁴⁷⁹ Idem, p. 543-544.

⁴⁸⁰ ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, 2016, p. 46. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>. Acesso em: 7 out. 2020.

à construção de discursos e práticas a partir de perspectivas coletivas, diálogos e conflitos com diferentes atores sociais, permitindo o rearranjo das propostas feministas. Nas palavras de Alvarez:

Esses campos também se articulam discursivamente através de linguagens, sentidos, visões de mundo pelo menos parcialmente compartilhadas, mesmo que quase sempre disputadas, por uma espécie de gramática política que vincula as atoras/es que com eles se identificam. Nesse sentido, os campos feministas se constroem por meio de um emaranhado de interlocuções [...]. Como conjuntos de ideias, pressupostos, temas e interpretações, os discursos feministas constituem um universo de significados que se traduzem ou se (re)constroem ao fluir ao longo de diversas teias político-comunicativas, norteadas pelas estratégias e identidades das atoras/es que se coligam nesse campo.⁴⁸¹

Durante a primeira década de Encontros⁴⁸², as discussões giraram em torno de duas problemáticas centrais. Inicialmente, tratou-se da relação entre o movimento feminista e a esquerda revolucionária – questão amplamente debatida pelas feministas e militantes de esquerda brasileiras, como analisado capítulo anterior. A partir da segunda metade da década, o enfoque foi a relação entre o movimento feminista e o movimento de mulheres mais amplo.⁴⁸³

No I EFLAC, realizado em julho de 1981 em Bogotá (Colômbia), buscou-se intercambiar experiências, identificar problemas comuns enfrentados pelas mulheres e avaliar as práticas feministas da região.⁴⁸⁴ Em linhas gerais, o principal debate deste Encontro, na sessão mais concorrida, Feminismo e Luta Política, concentrou-se em dois eixos: a autonomia do movimento e a dupla militância. Expressivo da configuração heterogênea do feminismo latino-americano, composto por mulheres oriundas de diferentes experiências sociais e políticas, esse debate repercutiu em acaloradas discussões. Também mobilizou uma reflexão sobre os objetivos do feminismo e se este movimento deveria defender um “projeto revolucionário”, no sentido proposto pelas esquerdas.⁴⁸⁵

⁴⁸¹ Idem, p. 18-19.

⁴⁸² Ao longo dos anos 1980 foram realizados os seguintes Encontros: I EFLAC, 1981, Colômbia; II EFLAC, 1983, Peru; III EFLAC, 1985, Brasil; IV EFLAC, 1987, México; V EFLAC, 1989, Argentina.

⁴⁸³ ALVAREZ et al, 2003, *Op. Cit.*, p. 545. Para uma análise sobre essa questão no contexto brasileiro, ver: ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy: women's movements in transition politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

⁴⁸⁴ RESTREPO, Alejandra; BUSTAMANTE, Ximena. **Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe: apuntes para una historia en movimiento**. Cidade do México: Comité Impulsor del XI Encuentro Feminista, 2009, p. 13-14.

⁴⁸⁵ STERNBACH, Nancy Saporta et al. “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1994, p. 267-268.

A despeito desse debate, outras reflexões e demandas também se fizeram presentes no evento. Nas outras sessões⁴⁸⁶, foram discutidas questões como sexualidade, contracepção e políticas de natalidade; desigualdade sexual nas relações trabalhistas, o reconhecimento do trabalho doméstico e a dupla exploração das mulheres; a ausência de políticas de assistência social e a pouca proteção à maternidade.⁴⁸⁷ Essas discussões constituíram preocupações centrais do feminismo durante as décadas de 1970 e 1980.

Para Cecilia Riquelme, apesar da presença das lésbicas, o lesbianismo foi um tema que “circulou nos corredores”⁴⁸⁸, ou seja, esteve presente em discussões informais entre as participantes. Embora isso evidencie que as prioridades do Encontro o deixaram de fora do temário oficial, ao mesmo tempo significa que as lésbicas de alguma forma trouxeram o tema à tona e houve interesse por parte das participantes. Independentemente dessa situação, as lésbicas presentes no I EFLAC expressaram suas inquietudes na sessão coordenada pela comissão de Sexualidade e Vida Cotidiana. Os pontos centrais da atividade foram a necessidade de coerência entre teoria e prática, o contato permanente entre mulheres, o questionamento ao casal heterossexual e a influência dos “papéis sociais” no condicionamento das mulheres.⁴⁸⁹

Apesar das lésbicas terem estado dispersas no I EFLAC, suas intervenções na sessão acima mencionada apontam para o desejo de ampliar as perspectivas do feminismo, contribuindo com debates que talvez ainda estivessem restritos aos círculos estreitos dos grupos lésbicos. Possivelmente naquele momento o GALF-Brasil era um dos poucos grupos exclusivamente lésbicos da região⁴⁹⁰, de modo que a maioria das ativistas lésbicas participava de grupos feministas ou homossexuais mistos. Daí a importância dos temas debatidos, que potencializavam a crítica feminista ao sujeito mulher e aos mecanismos de opressão que incidem sobre as suas vidas. Assim, parece haver uma vontade política de aproximação com as demandas do feminismo, paralela à compreensão da necessidade de disputá-las. Isso se evidencia quando Cecilia, elaborando a memória sobre os EFLAC, afirma que as lésbicas “invadiram” esses espaços:

⁴⁸⁶ Foram constituídas quatro comissões de trabalho que coordenaram as sessões do Encontro, a saber: Sexualidade e Vida Cotidiana, Mulher e Cultura, Mulher e Trabalho e Feminismo e Luta Política.

⁴⁸⁷ *Resoluciones del I Encuentro Feminista de América Latina y del Caribe*. Bogotá, Colômbia, julho de 1981. Disponível em: http://132.248.160.2:8991/pdf_cih01/000000109. Acesso em: 01 out. 2020.

⁴⁸⁸ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁴⁸⁹ MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000, p. 236-237.

⁴⁹⁰ O México é considerado um dos países onde surgiram os primeiros grupos lésbico-feministas. No final dos anos 1970, três agrupações haviam surgido: Ákratas (1976), Lesbos (1977) e Oikabeth (1978), as duas últimas fundadas por Yan María Yaoyólotl Castro. Entrevista com Yan María Yaoyólotl Castro, realizada em 11 de dezembro de 2018.

En los nueve primeros Encuentros Feministas, nunca las lesbianas tuvieron alguna actividad que estuviera en el menú. No estábamos planificadas, entonces siempre que las lesbianas estábamos ahí era porque *irrumpíamos*, nos *auto-convocábamos*, nos *auto-organizábamos* y surgían actividades de las lesbianas.⁴⁹¹

Dois anos depois, em 1983, realizou-se o II ELFLAC na cidade de Lima (Peru). O evento contou com a presença de mais de 600 mulheres, mobilizadas pela convocatória para analisar as relações entre o patriarcado, as instituições sociais e as experiências das mulheres. Ao contrário do Encontro anterior, não se definiram comissões de trabalho, mas foram realizadas 21 oficinas onde tiveram lugar os debates propostos. Segundo Alejandra Restrepo e Ximena Bustamante, os debates do II EFLAC podem ser agrupados em três eixos centrais: patriarcado, Estado, família e Igreja; patriarcado, subjetividade e corpo; e patriarcado e relações de saber/poder.⁴⁹²

Durante o II EFLAC, ativistas lésbicas organizaram uma oficina autogestionada sobre lesbianismo. De acordo com Cecilia Riquelme, a atividade foi convocada por Claudia Hinojosa, membra do grupo mexicano Lambda, e Juanita Ramos, ativista porto-riquenha de Las Buenas Amigas, e contou com importantes contribuições de Virginia Sánchez Navarro, da agrupação Cuarto Creciente (México).⁴⁹³ Como a atividade não compunha a programação oficial do evento, esperava-se o comparecimento de um número reduzido de participantes. No entanto, a oficina converteu-se na principal sessão do Encontro, com a participação de cerca de 400 mulheres. De acordo com Esther Pinedo, os principais temas discutidos foram os estereótipos sobre as lésbicas e os mitos a respeito do lesbianismo.⁴⁹⁴ Por um lado, tratava-se de analisar os medos e preconceitos instalados socialmente, uma vez que a marginalidade e o silenciamento social do lesbianismo contribuem para a produção de inúmeros estigmas. Por outro lado, buscava-se provocar o movimento feminista, no sentido de ensejar reflexões para enfrentar as dificuldades de defesa pública do lesbianismo pelo movimento. Pinedo argumenta que essa oficina foi determinante para o surgimento do Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (GALF-Peru).⁴⁹⁵

⁴⁹¹ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁴⁹² RESTREPO, Alejandra; BUSTAMANTE, Ximena. Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe: apuntes para una historia en movimiento. Cidade do México: Comité Impulsor del XI Encuentro Feminista, 2009, p. 18-20.

⁴⁹³ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁴⁹⁴ PINEDO, Esther. **Reconstrucción de las memorias colectivas de los grupos de lesbianas feministas de Lima en el periodo 1984-2014**. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Pontificia Universidad Católica del Perú, San Miguel, 2017, p. 59-61.

⁴⁹⁵ Idem, p. 59.

Naquele contexto, o lesbianismo era tratado como uma escolha individual e, portanto, uma questão de âmbito privado, pelo movimento feminista.⁴⁹⁶ Diante disso, as memórias de ativistas lésbicas sobre a “saída do armário” durante os EFLAC recobra grande importância, posto que se buscava politizar um modo de existência considerado indigno, incorreto e até mesmo perverso. Elas o fizeram tanto de forma individual, nomeando-se lésbica durante as oficinas, quanto de forma coletiva, ao participarem representando suas agrupações, pavimentando o caminho para a constituição da presença pública das lésbicas.

Por isso, na narrativa de Cecilia Riquelme, da oficina autogestionada durante o II EFLAC marcou uma espécie de ponto de inflexão. Num primeiro momento, pela experiência no mínimo inusitada de uma oficina com tamanha participação de mulheres. Depois, pelo sentimento de aprendizado e força coletiva acumulada que deu vazão à tomada de posição pública sobre a própria lesbianidade das ativistas. Em terceiro lugar, pela potência política daquele momento, que em sua memória se entrelaça com a constituição da coletiva lésbico-feminista Ayuquelén, da qual ela foi uma das fundadoras:

Nosotras, la colectiva lésbica feminista Ayuquelén, nacimos entre el año 1983 y 1984. No es una fecha fija. Las tres fundadoras, que fuimos la Susana Peña, la Lilian Inostroza y yo, nos conocimos en distintas circunstancias. Bueno, yo conocí a la Susana primero, que fue mi primera pareja mujer. Después apareció la Lili, que venía del sur de Chile, de Concepción. Y nosotras con la Lili coincidimos en el Segundo Encuentro Feminista que fue en Perú, el año 1983. [...] Más o menos de las 700 mujeres que habíamos en ese Encuentro, en la sala del taller habíamos alrededor de la mitad. Mínimo. Además, fue muy... paradójal, porque de un lado estaban todas las heterosexuales, de otro lado estaban todas las lesbianas y al medio estábamos las curiosas, que mirábamos... Primero porque se produjo una especie de discusión. En esa época, que había dictadura, a muchas feministas les provocaba mucho conflicto esto de que hubiera lesbianas al interior del movimiento feminista [...] Bueno, yo me asumí en ese Encuentro, porque para mí fue así: ¡uau, increíble! [...] En ese taller pasaron cosas muy interesantes, porque hay gente que se asume individualmente y se produce una discusión entre las heterofeministas y las lesbianas que estaban ahí. Me acuerdo de una compañera peruana que sale del clóset, porque había peruanas que decían “aquí no existe esto”. La típica negación que puta, uno lo ve a través de la historia como que siempre se atribuye a otro país [...]. Y después, la delegación que estuvimos en Perú volvimos a Chile. Yo vuelvo feliz de la vida, porque me asumo finalmente, después de un largo proceso que yo había hecho con otras actividades más y también de auto-reflexión feminista.⁴⁹⁷

⁴⁹⁶ MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 237.

⁴⁹⁷ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

De volta ao Chile, impactadas pela experiência do II EFLAC, Cecilia Riquelme, Lilian Inostroza e Susana Peña começaram a organizar a coletiva Ayuquelén. A iniciativa ganhou ainda mais fôlego e sentimento de urgência após o lesbocídio⁴⁹⁸ de Mónica Briones. Cecilia recorda que Mónica era uma lésbica que contava com visibilidade pública. Em julho de 1984, ao sair de um bar que normalmente frequentava, no centro da capital Santiago, um agente ligado aos órgãos de segurança começou a agredi-la na via pública, deixando-a na rua após a sua morte. Seu assassinato, que continua impune⁴⁹⁹, produziu uma dor profunda nas amigas, que transformaram o luto em luta⁵⁰⁰:

En ese tiempo había toque de queda, o sea si tú trabajabas en un lugar, te tenías que quedar ahí toda la noche hasta que se levantaba el toque de queda y podías salir. Bueno, el crimen de la Mónica quedó impune, *pero* había una amiga ahí con ella y ella presenció las cosas. Era un tipo que parece que era de la policía política, de la DINA o la CNI, no me acuerdo. Cuando la Mónica salió, la agarró a puntapiés y a golpes, y la mató. La mató a golpes. Entonces, cuando fuimos al entierro y todo el asunto, se produjo una situación de catarsis entre todas, nos juntamos después, nos fuimos a un bar a conversar y después nos fuimos a la casa de la Susana y nos quedamos, éramos como 30. Ahí se produjo una cosa que fue, bueno, después del funeral de la Mónica y muy fuerte. Creo que ahí nació el grupo, porque después de eso no dejamos de juntarnos y empezamos a organizarnos.⁵⁰¹

Não apenas no Chile, mas em diversos países latino-americanos floresciam grupos lésbicos impulsionados pela troca de experiências e o aprendizado acumulado com o II ELFLAC: o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas (GALF-Peru), o Mitilene (República Dominicana), mencionado anteriormente, e diversas agrupações mexicanas, como Cuarto Creciente, Oasis e Mujeres Urgidas de un Lesbianismo Auténtico (MULA).⁵⁰² Como recorda Cecilia, o II EFLAC foi um momento de várias “primeiras vezes”: primeira “saída do armário”, primeira afirmação pública da lesbianidade e primeira reflexão sobre a necessidade de organizar grupos lésbicos nos países.⁵⁰³ Ao mesmo tempo, a emergência desses grupos pode

⁴⁹⁸ O lesbocídio é definido como a “morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica”. Cf. PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 a 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018, p. 19.

⁴⁹⁹ Agrupación Lésbica Rompiendo el Silencio. “¿Quién fue la escultora Mónica Briones Puccio? La historia que inspira el Día de la Visibilidad Lésbica en Chile”. Disponível em: <https://www.rompiendoelsilencio.cl/quien-fue-la-escultora-monica-briones-puccio-la-historia-que-inspira-el-dia-de-la-visibilidad-lesbica-en-chile/>. Acesso em: 23 set. 2020.

⁵⁰⁰ Em memória e homenagem a Mónica Briones, no Chile se celebra o Dia da Visibilidade Lésbica em 09 de julho.

⁵⁰¹ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁵⁰² Para referências sobre as agrupações mexicanas, conferir: MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 178-203.

⁵⁰³ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

ser vista como uma etapa para a constituição de um campo discursivo de ação, uma vez que os EFLAC fomentaram a elaboração de estratégias coletivas a partir do reconhecimento de visões de mundo partilhadas.

Dentre os grupos acima mencionados, o GALF-Peru e o Ayuquelén parecem ter sido aqueles com os quais as ativistas lésbicas brasileiras mantiveram um contato mais próximo e constante. O GALF-Peru atuou na cidade de Lima, entre 1984 e 1991, num contexto nacional marcado pelo acirramento político e o conflito armado interno envolvendo a organização Sendero Luminoso.⁵⁰⁴ Formado por mulheres das classes médias da capital, economicamente independentes, o GALF-Peru produziu o boletim *Al margen*. Ao longo de 10 edições, o periódico promoveu discussões sobre cultura, arte, sociabilidade e estratégias de organização, contribuindo para a produção do pensamento lésbico-feminista latino-americano. Ao contrário de outras agrupações lésbicas, o GALF-Peru nunca se separou do movimento feminista, por compreender que este precisava enfrentar sua lesbofobia interna e que as lésbicas o provocavam a questionar a heterossexualidade compulsória.⁵⁰⁵

Em 1985, o III EFLAC ocorreu em Bertioga, no litoral de São Paulo. Ao evento acudiram cerca de 800 mulheres, o que implicou em modificações substanciais em sua estrutura organizativa, como a realização de espaços de discussão simultâneos e a diminuição de plenárias. Este Encontro marcou o debate inclusão/exclusão no feminismo, a partir do conflito produzido pela decisão da comissão organizadora de impedir a entrada de um grupo de mulheres negras do Rio de Janeiro que queriam participar do evento e não tinham dinheiro para pagar a inscrição.⁵⁰⁶ Neste sentido, Yuderkys Miñoso argumenta que, desde o III EFLAC, ficaram evidentes os impactos das desigualdades raciais e de classe no movimento feminista, questão que tem se traduzido em conflitos latentes que dificultam a transformação das agendas

⁵⁰⁴ Durante as décadas de 1980 e 1990, o país vivenciou um intenso conflito armado entre o Estado, o Partido Comunista do Peru-Sendero Luminoso e grupos paramilitares. A partir dos anos 1990, o governo de Alberto Fujimori (1990-2000) passou a investir em estratégias militares de “pacificação” que resultaram em graves violações dos direitos humanos. Em 2001, o presidente interino Valentín Paniagua criou a Comissão da Verdade e Reconciliação para iniciar os processos de justiça de transição e garantir o direito à verdade e à memória. A Comissão estima que houve setenta mil mortes civis durante os vinte anos de conflito armado. Conferir: Comisión de la Verdad y Reconciliación. **Informe Final**. Lima: CVR, 2003. Disponível em: <https://www.cverdad.org.pe/ifinal/>. Acesso em: 05 dez. 2020.

⁵⁰⁵ PINEDO, 2017, *Op. Cit.*, p. 59-73.

⁵⁰⁶ O ocorrido foi alvo de debates e controvérsias no interior do movimento feminista. Algumas participantes, a favor do impedimento, questionavam se não se tratava de uma estratégia de grupos político-partidários para tensionar o Encontro. Outras, defendiam que o episódio evidenciava a hegemonia de participação de mulheres brancas no Encontro, bem como a pouca acolhida, pelo feminismo, das demandas das mulheres negras. Conferir CESTARI, Mariana Jafet. Sentidos e memórias em luta : mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho (1985). **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [online], novembro de 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/67403>. Acessado em 24 ago. 2020.

e práticas hegemônicas do feminismo, impedindo a análise e o enfrentamento adequado dos sistemas de opressão.⁵⁰⁷ Sendo assim, ficaram evidentes as dinâmicas de poder que se instalam entre mulheres a partir de privilégios raciais e de classe, dentro do próprio movimento feminista, problemática que continua sendo um desafio na atualidade.⁵⁰⁸

Para o III Encontro, os grupos GALF-Brasil e GALF-Peru convocaram a oficina “Como as lésbicas se organizam”. A despeito de ser o primeiro EFLAC no qual as ativistas brasileiras participavam, as redes informais entre as agrupações já estavam sendo construídas, o que permitiu a proposição conjunta deste debate. Vale observar que se tratava do primeiro fórum coletivo e transnacional, exclusivo para lésbicas, com o objetivo de propor e formular estratégias de mobilização política, resultado das articulações nos EFLAC anteriores. A oficina também fomentou debates sobre o heterocentrismo do movimento feminista, o caráter compulsório da heterossexualidade e a defesa do desejo lésbico como uma possibilidade para todas as mulheres.⁵⁰⁹ De acordo com Nancy Sternbach, Marysa Navarro-Aranguren, Patricia Chuchryk e Sonia Alvarez, a oficina exclusiva para lésbicas foi fundamental para a politização da lesbianidade das participantes:

Igualmente significativo foi o fato de as lésbicas, tornadas visíveis no *Encuentro* de Lima, agora preferirem reunir-se em sessões próprias e fechadas, quando dois anos antes discutir lesbianismo era praticamente um tabu. Em vez de ter de explicar sua existência às heterossexuais, as lésbicas agora podiam politizar uma identidade lésbica.⁵¹⁰

Na décima edição do *ChanacomChana* (1986), Míriam Martinho publicou um extenso relato sobre o III EFLAC. A respeito de sua participação, afirmou que havia ido ao evento “mais naquela perspectiva *bem militante* de marcar presença, vender o ChanacomChana e, se possível, fazer algum contato agradável com mulheres de outros países”.⁵¹¹ Ou seja, o intuito da ativista era expandir a rede de contatos do GALF em âmbito internacional. Em relação à oficina exclusiva para lésbicas, Míriam dedicou diversos parágrafos ao clima de acolhimento e ao interesse pela atividade, bem como aos principais desafios enfrentados pelas ativistas lésbicas:

⁵⁰⁷ MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (orgs.). *Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 309-310.

⁵⁰⁸ ALVAREZ et al, 2003, *Op. Cit.*, p. 548.

⁵⁰⁹ MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 237.

⁵¹⁰ STERNBACH et al, 1994, *Op. Cit.*, p. 277.

⁵¹¹ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 6, grifos nossos.

A reunião só para lésbicas [...] realizou-se ao ar livre, perto do bar e com a presença de várias mulheres, máquinas fotográficas, aparelhos de vídeo, gravadores e muitos risos. Nessa reunião, mulheres do Brasil, Argentina, Peru, República Dominicana, México, Chile, EUA, Canadá e Europa colocaram suas vivências em relação a seus grupos lésbicos (quando pertenciam a algum), em relação ao Movimento Feminista de seus respectivos países e em relação a outras lésbicas não-feministas.

Neste sentido, houve dois traços comuns [...]: primeiro, a maioria das mulheres brasileiras e de outros países, com exceção do México, relatou que, para seus respectivos Movimentos Feministas, a questão do lesbianismo ainda é um tabu [...]; segundo, a maioria das pessoas, com exceção de nós, do GALF, declarou que tinha sérias dificuldades em tratar com lésbicas não-feministas, principalmente a dos bares e boates, dada a reprodução dos papéis sexuais masculino e feminino (ativa e passiva) existentes entre essas mulheres. Aliás, a discussão sobre papéis sexuais esteve presente em todas as reuniões sobre lesbianismo [...].⁵¹²

Neste trecho ecoam as reflexões anteriormente mencionadas de Claudia Hinojosa, sobre a necessidade imposta às lésbicas de justificar a pertinência de “sair do armário” e transformar em assunto público o lesbianismo. Seu relato também traz à tona as dificuldades enfrentadas pelas ativistas lésbicas de colocar suas demandas no interior do movimento feminista na década 1980 – questão amplamente debatida no *ChanacomChana* – e expressa as tensões vividas entre ambos movimentos naquele contexto. Ao mesmo tempo, chama atenção o debate sobre a relação com as “lésbicas não-feministas”, pois remete às diferenças sociais, culturais e de classe entre ativistas e as lésbicas frequentadoras de bares, consideradas pouco politizadas. Em sua dissertação, Esther Pinedo, ao analisar essa problemática a partir da experiência do GALF-Peru, evidenciou a existência de uma visão hierárquica, por parte das ativistas lésbicas, marcada pelos privilégios raciais e de classe.⁵¹³

Em seu relato, Míriam Martinho também registrou a realização de outras discussões sobre lesbianismo, além da oficina convocada em conjunto com o GALF-Peru, “fora as conversas paralelas nos bastidores, corredores e a apresentação do vídeo sobre lesbianismo na TV brasileira que nós, do GALF, levamos para o Encontro”.⁵¹⁴ Um desses momentos foi a comunicação oral da escritora e ativista argentina Hilda Rais, que apresentou o artigo intitulado “Lesbianismo, apuntes para una discusión feminista”.⁵¹⁵ O texto é considerado um dos marcos na história do movimento lésbico argentino⁵¹⁶ – Rais foi uma das fundadoras de Lugar de Mujer,

⁵¹² Idem, p. 8.

⁵¹³ PINEDO, 2017, *Op. Cit.*, p. 70.

⁵¹⁴ Miriam se refere à participação de Rosely Roth no programa televisivo da Hebe Camargo, discutida no segundo capítulo.

⁵¹⁵ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 7.

⁵¹⁶ TARDUCCI, Mónica. “El feminismo de los primeros años de la democracia”. **Brujas**, n. 38, 2012. Disponível em:

grupo que se dedicou a debater questões sobre feminismo e arte e contou com a colaboração de importantes artistas lésbicas da Argentina, como Ilse Fusková e Alicia D'Amico, como pesquisou María Laura Rosa.⁵¹⁷

Foi durante o III EFLAC quando Cecilia Riquelme conheceu as ativistas do GALF-Brasil e GALF-Peru. Na época, ela residia no Brasil e integrava a Comissão Organizadora do Encontro. Em sua narrativa, a oficina exclusiva para lésbicas permitiu não só que os grupos lésbicos da América do Sul se conectassem, como ensejou a elaboração de novas práticas políticas, direcionadas para a criação de um espaço de articulação transnacional exclusivo para lésbicas:

Bueno, en el tercer Encuentro Feminista que fue en São Paulo, volvimos a hacer un taller ya de puras lesbianas. Ahí nos contactamos con las brasileñas y con las peruanas, que éramos como los tres grupos sudamericanos que estábamos organizadas en ese momento y empezamos a hablar de la necesidad de tener un encuentro propio, que los Encuentros Feministas no nos eran suficientes, que no teníamos espacio, que necesitábamos desarrollar un encuentro propio. Y ahí es la primera vez que se habla públicamente de la necesidad de que hubiera un encuentro. Después, el año 86 la Susana [Peña] viajó a un encuentro lésbico que organizaba el ILIS.⁵¹⁸

Cecilia se referia à VIII Conferência do Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS), realizada em março 1986 em Genebra (Suíça) e organizada pelo grupo Vanille-Fraise. Trata-se do evento para o qual o GALF-Brasil foi convidado pela instituição europeia, graças à visibilidade conquistada por meio da troca de correspondência e circulação internacional do *ChanacomChana*, como comentamos anteriormente. Adiante, analisamos como a participação das agrupações lésbicas latino-americanas na VIII Conferência do ILIS impactaram as dinâmicas organizativas e os debates propostos pelos grupos.

Desde o seu surgimento no início da década de 1980, o ILIS promovia Conferências anuais em diferentes cidades europeias com o objetivo conectar organizações e construir uma rede internacional que pudesse fortalecer o movimento lésbico. Embora a entidade pretendesse englobar agrupações lésbicas ao redor do globo, constituía-se majoritariamente por grupos europeus e norte-americanos. Como argumenta Paola Bacchetta, essa configuração era alvo de

https://www.academia.edu/8136329/EL_FEMINISMO_DE_LOS_PRIMEROS_A%C3%91OS_DE_LA_DEMOCRACIA. Acessado em: 03 nov. 2020.

⁵¹⁷ ROSA, María Laura. “Alicia D’Amico. Exploraciones sobre el deseo lésbico a través de la fotografía”. *Anales de Historia del Arte*, n. 28, 2018, p. 300. Disponível: https://www.researchgate.net/publication/329401377_Alicia_D'Amico_Exploraciones_sobre_el_deseo_lesbico_a_traves_de_la_fotografia. Acesso em: 03 nov. 2020.

⁵¹⁸ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

críticas internas há algum tempo, relacionadas ao caráter eurocêntrico da entidade. Assim, em meados dos anos 1980, o ILIS começou a mobilizar-se para transformar seu quadro de associadas:

Em conferências subsequentes do ILIS, muitas de nós postulamos críticas aos ideais do setor dominante europeu de identidade e visibilidade lésbicas que inadvertidamente alienaram lésbicas racializadas dentro da Europa e além. As conferências do ILIS incluíram workshops nas interseções do racismo, lesbofobia e imperialismo. O ILIS teve presença na conferência de organizações não governamentais de 1985 paralela à Conferência das Nações Unidas sobre o Status da Mulher, vinda de um desejo de alcançar lésbicas bem além do ocidente, quer fossem grupos ou indivíduos. Finalmente, as organizadoras da conferência do ILIS em Genebra em 1986 gastaram mais de um ano levantando fundos para permitir uma participação mais ampla por lésbicas racializadas e lésbicas em sociedades pós-coloniais.⁵¹⁹

A VIII Conferência do ILIS foi a primeira que contou com a participação de lésbicas latino-americanas, asiáticas e africanas, dentre as aproximadamente 700 mulheres oriundas de 23 países.⁵²⁰ Foram convidadas oito lésbicas latino-americanas, ativistas dos grupos GALF-Brasil, GALF-Peru, Ayuquelén, Mitilene e MULA (México), além de uma representante da Costa Rica.⁵²¹ Sua participação foi possível graças aos recursos financeiros utilizados para custear passagens aéreas e hospedagens. Do Brasil, participaram Míriam Martinho e Denise (que arcou com os custos de participação).⁵²²

Míriam escreveu sobre a Conferência na décima edição do *ChanacomChana* (1986). De acordo com a ativista, os principais temas de discussão do evento foram: mundo do trabalho, construção e fortalecimento do movimento lésbico internacional, lésbicas com deficiência, velhice, maternidade, luta antirracista, sexualidade, publicações lésbicas, saúde, lésbicas do chamado Terceiro Mundo e luta contra a “opressão internalizada”. Além dos grupos de discussão, ocorreram oficinas de artes marciais e de música, exposição de filmes e fotografias, uma festa e um ato político de encerramento, com uma marcha por Genebra pelo “direito ao asilo político para as lésbicas de todos os países”.⁵²³ Essa extensa lista de atividades permite

⁵¹⁹ BACCHETTA, 2019, *Op. Cit.*, p. 177.

⁵²⁰ IHLIA LGBT HERITAGE. **ILIS Timeline**, 2018, p. 3. Disponível em: https://www.ihlia.nl/wp-content/uploads/2018/09/ILIS_booklet_04-CC_def.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

⁵²¹ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 27. A ativista costa-ricense foi uma das responsáveis pelas ações e reuniões que deram origem, no início de 1989, ao grupo lésbico Las Entendidas. Ela é lembrada por ex-membras da organização como uma pessoa central nesse processo, por ter feito inúmeros contatos e tentativas para mobilizar lésbicas naquele momento. A respeito, ver: ALVARADO, Emma Chacón; MATAMOROS, Jimena Castante. **Una memoria histórica del movimiento lésbico en Costa Rica de 1970 al 2014**. San José: FCAM; Colectiva Irreversibles, 2015, p. 15.

⁵²² *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 21.

⁵²³ *Ibidem*.

vislumbrar a riqueza de debates promovidos pelo movimento lésbico, bem como a importância conferida à promoção de espaços culturais e de sociabilidade e à ocupação do espaço público para visibilizar demandas políticas.

Ainda no texto, foram destacados dois acontecimentos durante a Conferência. O primeiro refere-se a um episódio ocorrido na plenária inicial. De acordo com o relato de Míriam, uma lésbica branca havia monopolizado a fala durante a plenária, ignorando as perguntas e reflexões realizadas por diversas lésbicas negras. Diante dessa situação, “precipitou-se uma confusão onde tudo aquilo que nos separa (a saber, o racismo, o classismo, o etnocentrismo) veio à tona, deixando claro o quanto ainda temos que discutir para podermos trabalhar juntas”.⁵²⁴ Mais do que um simples conflito na abertura do evento, o racismo e a crítica às expressões da branquitude⁵²⁵ foram questões transversais na Conferência, discutidas em diferentes momentos. Além disso, o episódio reverberou na imprensa feminista internacional, o que permite percebê-lo como mais do que um simples “conflito” ocorrido no evento.⁵²⁶

O segundo aspecto destacado por Míriam refere-se a uma reunião dos grupos latino-americanos para “falar da situação das lésbicas em seus respectivos países, da situação de seus grupos, de suas relações com os grupos feministas e de suas perspectivas políticas”.⁵²⁷ Ao final, ainda de acordo com a ativista, “foram constatados pontos em comum” entre os grupos lésbicos e se propôs a criação da Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas, iniciativa apresentada pelo GALF-Peru.⁵²⁸ Na plenária de encerramento, as participantes também decidiram criar um espaço transnacional do movimento lésbico, os Encontros Lésbicos Latino-Americanos e do Caribe, cuja primeira edição realizou-se em Cuernavaca (México), em outubro de 1987.

Nesta plenária, Claudia Hinojosa, integrante do grupo mexicano Lambda, apresentou um documento de síntese das discussões promovidas pelas lésbicas latino-americanas. O documento, traduzido e publicado no *ChanacomChana*, se estrutura a partir da díade

⁵²⁴ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 22.

⁵²⁵ Entendida aqui como um lugar de vantagem estrutural ocupado por pessoas brancas em sociedades racialmente segregadas, o que lhes confere poder material, político, simbólico e cultural. Para uma discussão sobre branquitude, ver CARDOSO, L.; MULLER, T. (orgs.). **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. São Paulo: Appris, 2017, p. 66-79.

⁵²⁶ A revista norte-americana *off our backs*, em sua edição de agosto de 1986, publicou artigos críticos sobre a VIII Conferência e declarações de grupos de lésbicas negras, refletindo sobre as expressões do racismo no interior dos movimentos feminista e lésbico. Conferir *off our backs*, v. 16, n. 8, ago./set. 1986, p. 1-2 e p. 27. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i25795173>. Acesso em: 17 jul. 2020.

⁵²⁷ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 23

⁵²⁸ *Ibidem*.

experiências comuns/desafios coletivos e explicita a vontade coletiva de acionar politicamente tendo em vista transformações sociais e culturais:

Algumas experiências comuns às lésbicas latino-americanas:

- invisibilidade e isolamento intensos;
- dificuldade em ser independente e conseqüente extrema vulnerabilidade à repressão devido a situação econômica e cultural das mulheres em nossas sociedades;
- sistemas legais que são usados para nos controlar e reprimir embora não especificamente endereçados a nós (é o caso do “atentado ao pudor e aos bons costumes” aqui no Brasil);
- o racismo em nossas culturas como estreitamente relacionado aos conflitos de classe;
- a visão de que as questões socioeconômicas, em nossos países, são as mais importantes e de que a nossa luta enquanto lésbicas não é prioritária ou, até mesmo, que é um produto importado dos países imperialistas;
- o medo e a intolerância dos grupos feministas heterossexuais;
- e, finalmente, a energia e a determinação partilhadas para nos apoiarmos mutuamente na criação e construção de um movimento que agora está nascendo em nossos países.

[...] Nós nos propusemos vários desafios, tais como:

- a) descobrir as maneiras mais criativas e efetivas de contatar mulheres lésbicas em nossas sociedades, onde temos sido praticamente apagadas por meio de agressões e da repressão generalizada;
- b) criar uma perspectiva lésbica-feminista a respeito do que ocorre em nossos países de modo que fique claro que nenhuma política ou estratégia de melhoria da situação nacional ou de criação de espaços mais democráticos ou de luta pelos direitos humanos ou do que quer que seja pode continuar sem a nossa participação;
- c) e organizar uma Rede Lésbica Latino-Americana e o Primeiro Encontro Lésbico Latino-Americano, no México, durante a realização do VI Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe, em agosto de 1987.⁵²⁹

Vale observar que várias das experiências comuns nomeadas no documento também foram reflexões que permearam o ativismo do GALF e se expressaram no *ChanacomChana* – o sentimento partilhado de isolamento, as tensões com o movimento feminista e a dificuldade de diálogo com as esquerdas, que consideravam haver uma “luta maior” e mais urgente contra as ditaduras militares. Ao mesmo tempo, diante de todas as dificuldades enfrentadas, não faltou “energia e determinação”, transformadas em apoio mútuo entre os grupos lésbicos. Neste sentido, o documento forja uma experiência latino-americana partilhada pelas agrupações, apesar das possíveis diferenças de perspectivas políticas e assimetrias sociais entre as ativistas.

À medida que sistemas legais são identificados como mecanismos de controle e repressão contra as lésbicas, torna-se imperativo produzir uma *perspectiva lésbica-feminista* de análise da situação nacional e regional, a fim de promover transformações sociais e políticas que integrem as suas demandas. Isto é, o documento aponta para o uso de dispositivos

⁵²⁹ *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986, p. 27. O documento deve ter sido traduzido ao português por alguma ativista do GALF e por isso contém um comentário sobre “a moral e os bons costumes” no Brasil.

coercitivos contra lésbicas, mobilizados sob o jugo do autoritarismo das ditaduras militares, especialmente no Cone Sul – país de origem de parte dos grupos lésbicos presentes na VIII Conferência do ILIS. Portanto, sugere-se a existência de elementos comuns às políticas repressivas das ditaduras civil-militares latino-americanas no que tange os seus impactos nas existências lésbicas. Desta forma, reivindica-se o reconhecimento coletivo de que as ditaduras aprofundaram mecanismos persecutórios, assim como o moralismo permitiu e incentivou a estigmatização, a medicalização e a patologização das lésbicas.

Trata-se de uma questão cuja análise ultrapassa os limites deste trabalho, mas que, a meu ver, poderia constituir-se em importante contribuição para pensar os ativismos lésbicos na região e sua relação com as ditaduras civil-militares. Consiste em uma problemática ainda pouco estudada pela historiografia, de modo que análises comparadas ou em perspectiva transnacional poderiam contribuir para uma compreensão mais ampla das políticas autoritárias e as estratégias de intervenção das ditaduras em relação às existências lésbicas. Esta poderia iluminar aspectos comuns como a moral profundamente conservadora dos militares, as perseguições a espaços de sociabilidade e a atualização das teorias médicas em um contexto de complexos “pânicos morais”, para usar a expressão de Benjamin Cowan.⁵³⁰ Igualmente, permitiria perceber o ideal de construção da nação heterossexual⁵³¹ que parece ter embasado os projetos de poder dos governos militares na América Latina.

Diante dessa experiência comum plasmada no documento, as ativistas reivindicam uma perspectiva lésbica-feminista para a política nacional e a democracia – vale dizer, na mesma direção dos textos publicados por Rosely Roth a respeito da Constituinte.⁵³² Este “desafio” relaciona-se diretamente com processos políticos locais de questionamento às ditaduras e de redemocratização em curso na região, especialmente no Cone Sul. Assim, as ativistas partem da compreensão de que a construção de um projeto político democrático deve considerar as demandas culturais e políticas das lésbicas, bem como acolher suas contribuições enquanto movimento social. Desta forma, para desmontar práticas excludentes, a formulação de políticas “não pode continuar sem a nossa participação”.

Último item elencado no documento, o desejo de organizar o I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (ELFLAC) foi formalizado após os diálogos travados

⁵³⁰ COWAN, Benjamin. **Securing sex: morality and repression in the making of Cold War Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

⁵³¹ Conforme discutido no primeiro capítulo deste trabalho, tomando como referência CURIEL, Ochy. **La nación heterossexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

⁵³² Conforme discutido no segundo capítulo deste trabalho.

na VIII Conferência do ILIS. O desafio foi assumido por uma comissão denominada Lesbianas de América Latina em México (LAL-México), que reuniu lésbicas independentes e diversos grupos lésbico-feministas mexicanos, como o Mujeres Urgidas de un Lesbianismo Auténtico (MULA), Cuarto Creciente e Seminario Marxista Leninista de Lesbianas Feministas. Estas agrupações possuíam orientações políticas distintas⁵³³, assim como se diferenciavam por suas expectativas em relação ao Encontro, o que transformou-se em fonte de tensões e conflitos ao longo do processo organizativo, como veremos adiante.⁵³⁴ O Encontro aconteceu entre os dias 13 e 17 de outubro de 1987⁵³⁵, em Cuernavaca, no estado de Morelos, e recebeu cerca de 250 mulheres de diversos países. Os caminhos percorridos para a efetivação do Encontro, bem como as implicações para o caráter transnacional que o movimento lésbico estava adquirindo, constituem os temas centrais do próximo tópico.

3.3 A Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas e o I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe

Vimos que la represión empieza desde antes que nacemos con la heterosexualidad institucionalizada obligatoria. (Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas)⁵³⁶

Ainda em Genebra, a constituição da Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas foi atravessada por questionamentos a respeito dos seus critérios de constituição. Parte das ativistas argumentava que deveriam poder participar mulheres vinculadas a grupos lésbicos ou homossexuais (mistos), bem como lésbicas independentes. Outra parte compreendia que a Rede deveria ser composta exclusivamente por ativistas de grupos lésbicos, a fim de diferenciar-se de outras redes internacionais já existentes, como a ILGA, e fortalecer o ativismo lésbico regionalmente. Finalmente, decidiu-se que participariam da Rede exclusivamente os

⁵³³ Cuarto Creciente foi um projeto feminista para mulheres com participação majoritária de lésbicas, influenciado por concepções ecologistas, esotéricas e espiritualistas. Surgiu como um espaço físico com um centro de documentação, uma cafeteria e um foro cultural. MULA surgiu a partir dos espaços de formação política do movimento feminista mexicano e inicialmente se configurou como um círculo de estudos sobre sexualidade. O grupo se dedicava a realizar oficinas sobre sexualidade e a produzir material didático sobre o tema. Por sua vez, o Seminario Marxista Leninista de Lesbianas Feministas foi uma organização declaradamente de esquerda e que se posicionava como integrante do movimento de trabalhadores.

⁵³⁴ MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 245-246.

⁵³⁵ Atualmente, lésbicas latino-americanas celebram, em 13 de outubro, o Dia das Rebeldias Lésbicas, em homenagem à realização do I ELFLAC. A data foi decidida coletivamente em assembleia, no VII ELFLAC, realizado em 2006 no Chile.

⁵³⁶ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 12. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

grupos lésbicos, embora naquele contexto a maioria das lésbicas atuasse em grupos mistos e a quase totalidade de grupos lésbicos latino-americanos estivesse presente em Genebra.⁵³⁷ O debate relativo à composição da Rede não se encerrou em Genebra, mas foi retomado com centralidade em Cuernavaca, como veremos adiante.

Esses debates foram precipitados, de acordo Norma Mogrovejo, pela interferência de Sylvia Borren, lésbica feminista branca, integrante do ILIS e de uma agrupação mista holandesa.⁵³⁸ A ativista, que na época ocupava um cargo público, tramitou, em diálogo com o governo holandês, um financiamento institucional para a Rede de Lésbicas Feministas. Como pré-requisitos, deveria existir uma rede ativista já estabelecida e a proposta de realização de um encontro regional.⁵³⁹ Essas exigências podem ter sido catalizadoras da discussão sobre os critérios de pertencimento à Rede, dada a urgência de definição para pleitear o aporte financeiro internacional.

Por um lado, tratava-se de uma situação inédita para os grupos lésbicos latino-americanos: obter recursos financeiros para fomentar o trabalho político dessas agrupações era algo impensável naquele contexto histórico e social de interdições políticas e culturais para a organização lésbica. Por outro, o episódio relaciona-se à emergência de novas dinâmicas políticas e evidencia o caráter transnacional que o movimento lésbico latino-americano estava adquirindo. Nesta direção, Júlia Oliveira afiança que a atuação de Sylvia Borren e do ILIS trazem “indícios da institucionalização do movimento por meio da criação de uma rede que integrasse essas agremiações e facilitasse a política de financiamento”.⁵⁴⁰

O projeto de financiamento do governo holandês à Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas seria utilizado para arcar com os custos de realização do I EFLAC e para facilitar a participação de lésbicas da região. Além disso, o projeto previa uma viagem de Sylvia Borren à América Latina para que se encontrasse com os grupos GALF-Brasil, GALF-Peru e Ayuquelén, do Chile. De acordo com Lucinda Grinnell, o objetivo era conhecer mais de perto esses grupos, apoiar sua organização por meio de cursos e palestras e contatar lideranças lésbicas para convidá-las a participar do Encontro.⁵⁴¹ Nas palavras de Cecília Riquelme,

⁵³⁷ MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 240-241.

⁵³⁸ Trata-se a Associação Holandesa para a Integração da Homossexualidade - COC, existente desde a década de 1950 no país.

⁵³⁹ MOGROVEJO, 2000, *Op. Cit.*, p. 239.

⁵⁴⁰ OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 2019. 333f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019, p. 115.

⁵⁴¹ GRINNELL, Lucinda. **"Lesbianas Presente"**: Lesbian Activism, Transnational Alliances, and the State in Mexico City, 1968-1991. 2013. 247f. Tese (Doutorado em Filosofia da História) – University of New Mexico, 2013, p. 181.

constituiu uma espécie de “escola de formação de quadros”⁵⁴², afirmação que sugere a busca por consolidar lideranças para o movimento lésbico na região. Foi assim que Sylvia Borren visitou o Brasil, o Chile e o Peru no início de 1987 e conheceu os grupos lésbicos desses países. Em contrapartida, três mulheres de cada agrupação receberiam financiamento para participar do I ELFLAC.⁵⁴³

Sylvia Borren narrou essa experiência no livro *Second ILGA Pink Book*, publicado pela ILGA em 1988. Em relação ao Brasil, a ativista brasileira inicia seu relato comentando sobre a sociabilidade lésbica na capital paulista. Ela recorda um encontro organizado pelo GALF em um bar no centro de São Paulo, no qual as lésbicas debatiam as relações *butch/femme* – é possível que ela tenha presenciado o Encontro de Associadas do GALF realizado no Enfin’s Bar, registrado na primeira edição do boletim *Um Outro Olhar*.⁵⁴⁴ Em seguida, Borren conheceu a “noite paulistana”, surpreendendo-se com as dinâmicas de sociabilidade no contexto brasileiro. Sua narrativa dá-nos pistas sobre a quebra de expectativas e as suposições sobre a realidade brasileira: “Certamente em São Paulo aquelas ‘lésbicas isoladas e tristes do terceiro mundo’ tem uma vida social mais excitante e sofisticada do que eu conheço em Amsterdam... se elas tiverem dinheiro”.⁵⁴⁵

Dando continuidade ao relato, Borren recorda os principais temas debatidos nas entrevistas que realizou com lésbicas brasileiras, nas quais emergiu “o lado menos atrativo dessa cultura dominada pelo catolicismo”: conflitos na escola, tratamento psiquiátrico forçado, violência, medo da família, limitações financeiras, entre outros.⁵⁴⁶ Entrando em contato com narrativas distantes daquelas que provavelmente costumava escutar, Borren surpreende-se, deixando entrever certo olhar vitimizante em relação às lésbicas brasileiras, vistas como mulheres subjugadas por uma cultura “atrasada”.

Somente um parágrafo do texto foi dedicado exclusivamente à estrutura do GALF, no qual Borren salientou as dificuldades organizativas, como a inexistência de uma sede própria,

⁵⁴² Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁵⁴³ No caso de Ayuquelén, somente duas ativistas receberam o financiamento. Sobre essa questão, Cecilia Riquelme enfatiza que, independentemente do aporte financeiro, o grupo realizou diversas atividades para angariar recursos.

⁵⁴⁴ *Um Outro Olhar*, ano 1, n. 1, set./dez. 1987.

⁵⁴⁵ “Certainly in Sao Paulo those ‘sad isolated lesbians of the third world’ have a social life more exciting and sophisticated than I know it in Amsterdam... as long as they have money.” BORREN, Sylvia. Lesbian organizations in Latin America. In: ILGA. **Second ILGA Pink Book: A Global View of Lesbian and Gay Oppression and Liberation**. Utrecht: Interfacultaire Werkgroep Homostudies, Rijksuniversiteit Utrecht, 1988, p. 68, tradução nossa.

⁵⁴⁶ *Ibidem*.

e a necessidade de expansão do grupo. Quanto às atividades realizadas com o grupo durante sua estadia, a ativista afirma que:

Nós trabalhamos com elas durante a semana em que estivemos lá. Analisamos sua base potencial de militância, tentamos definir algumas estratégias úteis, algumas maneiras de lidar com a publicidade. Olhamos para a estrutura organizacional interna e pensamos em formas de aumentar o envolvimento de outras pessoas e de lidar com (potenciais) conflitos. Visitamos a embaixada holandesa – pois existe a possibilidade de darem 7.500 dólares americanos para projetos úteis que tenham chance de continuar de forma independente após um investimento inicial. As mulheres do GALF decidiram melhorar e distribuir sua revista de maneira muito mais ampla – para poder alcançar mais lésbicas, aumentar o número de membros e o envolvimento em sua organização.⁵⁴⁷

A narrativa de Borren sugere que as principais preocupações compartilhadas com o grupo foram a organização interna e a gestão financeira. Não encontrei no boletim *Um Outro Olhar* referências ao recebimento de qualquer valor da embaixada holandesa, mas a possibilidade de recebê-lo enseja algumas reflexões. Naquele momento, o GALF passava por um momento de reestruturação e há poucos meses havia começado a publicar o boletim *Um Outro Olhar*. Durante este processo, se transformava a forma de produção e circulação do periódico, com a adoção do sistema de cotização.⁵⁴⁸ Também se modificava o conteúdo dos boletins, que começavam a tratar de temas mais amenos e palatáveis. Ou seja, essas mudanças podem estar relacionadas a estratégias para facilitar o recebimento de financiamentos internacionais, uma possibilidade aberta a partir da Conferência de Genebra e da visita de Sylvia Borren.

Em relação à viagem ao Chile, o relato de Borren destacou as dificuldades encontradas pelas ativistas do Ayuquelén para conseguir organizar-se em meio ao medo e à repressão da ditadura pinochetista. Em certa medida, a narrativa Borren prende o grupo a um dilema: querer atuar politicamente, mas não saber os meios de fazê-lo devido à sua situação marginal:

Trabalhamos com o grupo em todos os dilemas que elas enfrentam. Como alcançar mais lésbicas enquanto você está à margem? Como conseguir material lésbico quando é terrivelmente caro e difícil de comprar? Onde mantê-lo, quando na próxima incursão

⁵⁴⁷ “We worked with them, the week we were there. We analysed their potential power base, we tried to sort out some useful strategies, some ways of dealing with publicity. We look at the internal organizational structure, and ways to increase involvement of others, ways of dealing with (potential) conflicts. We visited the Dutch embassy - for they have the possibility to give 7500 American Dollars to useful projects which have a chance of continuing independently after an initial investment. The GALF women decided to improve and distribute their magazine much more widely - to be able to reach lesbians and increase membership and involvement in their organization.” BORREN, 1988, *Op. Cit.*, p. 69, tradução nossa.

⁵⁴⁸ As associadas do GALF pagavam periodicamente uma cota fixa, o que garantia o recebimento do boletim. Ou seja, este não seria mais vendido em bares ou de mão em mão, como nos primeiros anos do grupo.

policial sua casa pode ser revistada (uma noite a rua foi bloqueada, mas os soldados não foram além da casa ao lado). Como saber se você pode confiar em uma nova lésbica, que de alguma forma ouviu falar de seu grupo e está desesperada para entrar? Como organizar um sistema de comunicação (claro, sem telefone – é muito caro) para entrar em contato rapidamente se alguma coisa acontecer com alguém do grupo? Como avaliar se é chegado o momento de entrar em contato com grupos de lésbicas e gays fora do Chile, até mesmo para publicar seus próprios artigos – como lidar com seus próprios medos, *sem saber o quão realistas eles são*.⁵⁴⁹

As palavras de Borren não permitem visualizar o acionar político do Ayuquelén frente à ditadura chilena. O relato circunscreve o grupo numa espécie de lugar sem saída, ao enunciar todos pânicos – reais e imaginados – produzidos pela situação repressiva. Contudo, as ativistas chilenas não deixaram de atuar pelo medo, mas o fizeram apesar dele. Embora nos primeiros anos elas se reunissem na casa de uma das integrantes, Susana Peña, à medida que a redemocratização se aproximava o grupo começou a buscar formas de atuação no espaço público. Assim, como uma estratégia de visibilidade política, decidiu fazer intervenções nos muros de Santiago, plasmando através da escrita denúncias e reivindicações.⁵⁵⁰ Igualmente, no início de 1987, a agrupação passou a usar a sede da Casa de La Mujer La Morada, um importante espaço do movimento feminista chileno.⁵⁵¹

Quanto à visita ao Peru, Borren afirma que, em seu imaginário, seria “mais fácil” viver como lésbica neste país, já que havia ouvido falar que a “vida noturna lésbica” de Lima possuía certa tradição.⁵⁵² Contudo, essa impressão se desmanchou quando tomou conhecimento da invasão policial em uma discoteca da capital em junho de 1987. A partir deste momento, Borren sublinha a necessidade de uma sede física e a falta de materiais sobre lesbianismo.⁵⁵³ Estes aspectos são percebidos como grandes impeditivos na possibilidade de atuação do Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas. Assim, sequer são mencionadas a produção do

⁵⁴⁹ “We worked with the group on all dilemma’s they are facing. How to reach more lesbians whilst you are underground? How to get lesbian material when it is so terribly expensive, and hard to buy? Where to keep it, when in the next raid your house might be searched (one night their street was blocked, but soldiers got no further than the house next door). How to know whether you can trust a new lesbian woman who has somehow heard about your group, who is desperate to join? How to organize a communication system (of course without telephone - too expensive) to reach each other quickly if anything happens to one of the group? How to judge whether the time is ripe to have contacts with lesbians and gay groups outside Chile, even to publish articles yourselves - how to deal with your own fears, not knowing how realistic they are.” BORREN, 1988, *Op. Cit.*, p. 70, tradução e grifos nossos.

⁵⁵⁰ SHATS, Ilán. **Identidad colectiva y marginación en oposición a la dictadura chilena**: Ayuquelén y Las Yeguas del Apocalipsis. 2015. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Universidad de Chile, Santiago, 2015, p. 41.

⁵⁵¹ ROBLES, Victor. **Bandera Hueca**: historia del movimiento homosexual de Chile. Santiago: Editorial Arcis; Editorial Cuarto Propio, 2008, p. 24.

⁵⁵² Durante os anos 1980, batidas policiais eram comuns nos locais de sociabilidade. Com o acirramento do conflito armado interno e o toque de queda, muitos bares e boates de Lima encerraram suas atividades. Cf. PINEDO, 2017, *Op. Cit.*, p. 71.

⁵⁵³ BORREN, 1988, *Op. Cit.*, p. 71.

boletim *Al margen*, a promoção de espaços de sociabilidade, como as noites temáticas nos bares e as atividades esportivas, e os debates promovidos sobre feminismo e lesbianismo.⁵⁵⁴

Portanto, a narrativa de Borren realça a posição dos grupos lésbicos latino-americanos como vítimas de um contexto político e social repressivo, conservador e moralista. Seu olhar quase não permite ver as estratégias inventivas, a preocupação com a segurança pessoal e coletiva, as múltiplas formas do fazer político e os deslocamentos entre público e privado. Por isso, seu relato nos deixa sem fôlego ante tantas perguntas aparentemente sem resposta, desafios que parecem grandes demais para serem enfrentados pelas agrupações. Desta forma, justifica-se a própria necessidade da viagem de Borren à América Latina e a realização dessa “escola de formação de quadros”. Em suma, postula-se a tese de que as latino-americanas precisavam de ajuda externa para alavancar seu ativismo.

De acordo com Lucinda Grinnell, desde que as lésbicas latino-americanas começaram a ocupar os espaços transnacionais do movimento, elas negociaram a necessidade de suporte financeiro com o desejo de organizar e liderar os processos políticos locais de acordo com seus princípios e valores. Desta forma, as ativistas questionaram as ambiguidades e os perigos inerentes a perspectivas vitimistas sobre a América Latina, como a de Borren, que promoviam ações percebidas como interferência política das entidades europeias.⁵⁵⁵ Trata-se de legitimar as experiências pessoais e coletivas, a produção do conhecimento e as lutas promovidas no território latino-americano, como argumenta Ochy Curiel.⁵⁵⁶

O GALF-Brasil estava acompanhando de perto o processo de organização do I ELFLAC. Na décima primeira edição do *ChanacomChana*, seguindo a tradição de divulgar as ações políticas promovidas por lésbicas internacionalmente, foi publicada uma nota informativa sobre a realização do Encontro. Trata-se de uma tradução de um dos relatórios enviados pela comissão organizadora (LAL-México), com a qual as brasileiras estavam em contato. Além de informações gerais sobre o Encontro, a publicação explicita os objetivos buscados com a sua realização:

OBJETIVO GERAL: Reunir lésbicas feministas de grupos e independentes da América Latina, Caribe e Chicanas (filhas de mexicanos nascidas nos EUA), que realizem trabalho lésbico-feminista, para analisar a situação que vivemos em cada um de nossos países e buscar conjuntamente respostas e soluções a estas situações.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

⁵⁵⁴ PINEDO, 2017, *Op. Cit.*, p. 63-67.

⁵⁵⁵ GRINNELL, 2013, *Op. Cit.*, p. 179.

⁵⁵⁶ CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. Disponível em: http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf. Acessado em: 10 ago. 2020.

1. Reforçar nossa identidade lésbica e buscar melhores opções para viver nosso lesbianismo;
2. Analisar e discutir a situação jurídica, social, científica, cultural, religiosa e política que vivemos como lésbicas em cada um de nossos países;
3. Consolidar a Rede de Lésbicas Feministas Latinoamericanas, do Caribe e Chicanas [...];
4. Construir um Movimento Político Internacional Lésbico-Feminista Latino-Americano e do Caribe e Chicano, em defesa dos direitos civis e políticos das lésbicas, e impulsionar a criação de um Movimento Lésbico-Feminista, que aglutine ao “Terceiro Mundo”, assim como a consolidação do Movimento a nível mundial.⁵⁵⁷

Meses depois, o GALF voltou a dar notícias sobre o andamento da organização do I ELFLAC. Na primeira edição do *Um Outro Olhar*, o grupo publicou um texto na seção “Em movimento”. Além de anunciar a possibilidade de subvenção de 50% das passagens aéreas de 27 mulheres – fruto do esforço coletivo e descentralizado de arrecadação financeira, como veremos adiante –, o texto transmitia algumas solicitações da comissão organizadora:

As manas mexicanas solicitam, às mulheres que vão participar do Encontro, sejam estas de grupos ou não, que:

- 1) requisitem uma oficina sobre Lesbianismo junto à coordenadoria do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Apartado Postal 21584, 04000, México D.F., México) que ocorrerá uma semana após o encontro lésbico;
- 2) enviem endereços de mulheres lésbicas latino-americanas e caribenhas à comissão organizadora do encontro lésbico;
- 3) enviem o Código Penal, a Constituição e um breve histórico do Movimento Lésbico de seus respectivos países para a comissão organizadora do encontro.⁵⁵⁸

O primeiro item remonta à decisão da comissão organizadora de realizar o I ELFLAC na semana anterior ao IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (EFLAC). A proximidade de datas tinha como objetivo favorecer a maior participação de ativistas lésbicas neste espaço de articulação transnacional do feminismo. Com essa expectativa, definiu-se a estratégia de realizar uma oficina sobre lesbianismo no EFLAC, com o objetivo, segundo Cecilia Riquelme, de demarcar uma posição política.⁵⁵⁹ Essa oficina permitiu difundir os debates realizados no I ELFLAC, bem como fortalecer a visibilidade política das lésbicas. Neste sentido, o pedido da comissão organizadora aponta os esforços de construção de um campo discursivo de ação lésbica no âmbito dos EFLAC.

⁵⁵⁷ ChanacomChana, n. 11, out. 1986/jan. 1987, p. 24-25.

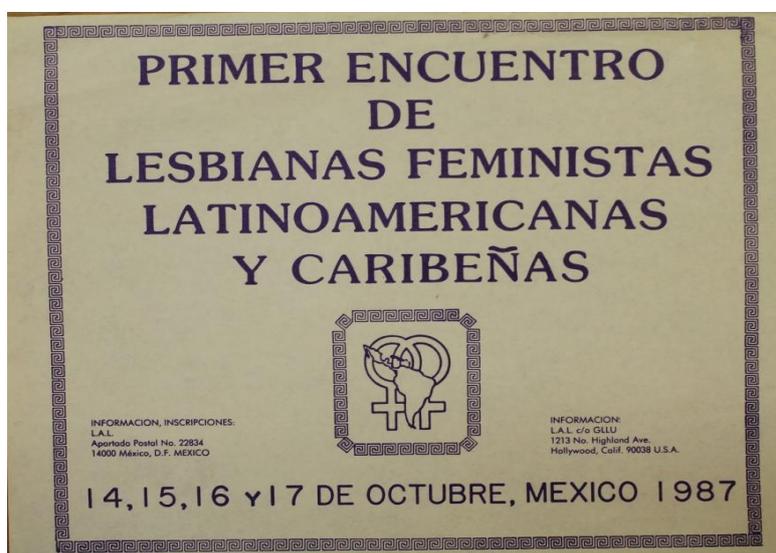
⁵⁵⁸ *Um Outro Olhar*, ano I, n. 1, set./dez. 1987, p. 16

⁵⁵⁹ RIQUELME, Cecilia. “Apuntes para la historia del Movimiento Lésbico en América Latina”. 2014. Disponível em: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/doc_muj_otros/MSdocmujotros0015.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

Quanto aos outros dois itens, observa-se a tentativa de mapear as ativistas e os grupos lésbicos da América Latina, bem como de conhecer a situação social e política das lésbicas nos diferentes países – aspecto apontado inclusive nos objetivos do I ELFLAC. Por se tratar de uma preocupação central do movimento lésbico-feminista naquele momento, o debate acerca dos sistemas legais repressivos e os mecanismos persecutórios contra lésbicas foi acionado constantemente durante o processo de construção do I EFLAC – questão que pôde ser observada no relatório lido na plenária final da VIII Conferência do ILIS em Genebra.

Os esforços da LAL-México de estabelecer uma rede transnacional de colaboração para a construção do I EFLAC não se restringiram à América Latina. A comissão organizadora também entrou em contato com agrupações de lésbicas latinas sediadas nos Estados Unidos, na busca por expandir as alianças que permitiriam a efetivação do Encontro. Exemplo disso foram as parcerias com as organizações Lesbianas Unidas, de Los Angeles,⁵⁶⁰ e Las Buenas Amigas, de Nova York⁵⁶¹. Ambas conduziram campanhas de financiamento e divulgação do I ELFLAC nos EUA. O grupo Lesbianas Unidas, inclusive, parece ter mantido uma relação de apoio e solidariedade com os grupos lésbicos mexicanos desde o início dos anos 1980.⁵⁶²

Figura 11 – Postal do I ELFLAC



Fonte: CAMeNA

⁵⁶⁰ O grupo Lesbianas Unidas fazia parte do Gay and Lesbian Latinos Unidos (GLLU), organização norte-americana que abrigava diversos grupos de gays e lésbicas latinas do país.

⁵⁶¹ Trata-se do primeiro grupo de lésbicas latinas da cidade de Nova York, formado por imigrantes porto-riquenhas e chilenas em 1986. Cf. CRESPO-KEBLER, Elizabeth. “Las ‘buenas amigas’”. *Centro Journal*, v. 30, n. 2, verão de 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328552554_Las_buenas_amigas. Acessado em: 01 out. 2020.

⁵⁶² GRINNELL, 2013, *Op. Cit.*, p. 182.

Apesar do apoio oferecido pelo ILIS ter sido central para a realização do I ELFLAC, ele não foi o único. A LAL-México interpelou constantemente as agrupações latino-americanas, solicitando seu apoio e incentivando o estabelecimento de parcerias. Igualmente, estabeleceu vínculos com agrupações sediadas nos Estados Unidos, que transcenderam o apoio operativo e organizacional e se transformaram em construção política coletiva. Para citar um exemplo, Juanita Ramos⁵⁶³, membra do grupo Las Buenas Amigas, organizou e ministrou uma oficina sobre documentação durante o I ELFLAC. A presença e participação de lésbicas latinas residentes nos EUA foi tão significativa no Encontro que inclusive mobilizou uma discussão acerca dos critérios de pertencimento à Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas e sobre a multiplicidade de experiências das lésbicas racializadas nas Américas.

Em agosto de 1986, a LAL-México enviou uma carta aos grupos que formavam a Rede de Lésbicas Feministas, na qual registraram uma síntese das propostas que estavam sendo debatidas pela comissão.⁵⁶⁴ Buscava-se compartilhar os debates e convidar os demais grupos lésbicos a contribuírem com o Encontro. O tom da escrita invoca o entusiasmo das organizadoras e sua perspectiva de futuro, por acreditarem estar contribuindo com o fortalecimento do movimento lésbico:

Queridas Mujeres:

Reciban un saludo cariñoso de las lesbianas de México [...].

Nos da mucho gusto informarles que ya tenemos las propuestas de México para los Objetivos y Mesas de Trabajo (anexo) y algunas otras cosas que se nos han ocurrido.

PROPUESTAS VARIAS:

Incluir en nuestro Encuentro a las compañeras Chicanas, ya que a pesar de radicar en Estados Unidos, comparten muchas situaciones comunes. [...]

Realizar nuestro Encuentro tres días antes del IV Encuentro Feminista y dos días después del mismo. En total podrían ser cinco días; los tres primeros cerrados y los dos últimos abiertos, para de esta manera poder garantizar seguridad a las compañeras que lo solicitaron en la 8ª Conferencia del ILIS.

Invitar a lesbianas de países que no sean de Latinoamérica, Caribe y Chicanas. Las compañeras podrían asistir cubriendo una cuota de inscripción y tendrían derecho a voz, mas no a voto.

Crear una publicación rotativa de la Red de Lesbianas Feministas de Latinoamérica, Caribe y Chicanas, que publique las iniciativas y acciones políticas de la misma.

⁵⁶³ Juanita Ramos, o pseudônimo da porto-riquenha Juanita Diaz-Cotto, foi co-fundadora do *Latina Lesbian History Project*. Em 1987, ela publicou uma coletânea de ensaios, poemas e narrativas de ativistas, intitulada *Compañeras: Latina Lesbians (an Anthology)*, deixando uma importante contribuição para o pensamento lésbico. Atualmente, é professora de sociologia e estudos das mulheres e diretora do *Latin American and Caribbean Area Studies Program* na Universidade de Binghamton, em Nova York. RAMOS, Juanita (org.). **Compañeras: Latina Lesbians (an Anthology)**. Nova York: Latina Lesbian History Project, 1987.

⁵⁶⁴ Carta da LAL México, 15 de agosto de 1986. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

Por favor envíen sugerencias, propuestas y todo lo que se les ocurra. Estamos planteando un plazo de 3 meses, a partir de la fecha de esta misiva, para poder organizar todo el material que recibamos.⁵⁶⁵

Como se observa na missiva, estava em aberto o debate sobre a participação de lésbicas que fossem latino-americanas. Por um lado, a participação das lésbicas latinas e chicanas residentes nos Estados Unidos se justificava pelas experiências comuns com as latino-americanas, no que tange a vivência da lesbianidade. Por outro, desejava-se contar com a presença de ativistas de outras regiões do globo, mas estas não poderiam participar das decisões do Encontro. Portanto, buscava-se garantir que as lésbicas latino-americanas, caribenhas e chicanas protagonizassem o IEFLAC.

Enquanto isso, a LAL-México se debruçava na programação do Encontro, a fim de definir quais seriam os eixos norteadores das discussões. Até que se chegasse a uma proposta final, os grupos que constituíam a comissão organizadora tiveram que lidar com as diferentes concepções políticas em jogo. Isso, por sua vez, se expressava em distintas proposições para a programação. Yan María Castro, à época militante do Seminario Marxista Leninista de Lesbianas Feministas, recorda que o processo de organização foi atravessado por conflitos entre as distintas agrupações. Em sua narrativa, os antagonismos emergem como uma reação à perspectiva mais politizada das relações entre o lesbianismo e o contexto político-social latino-americano:

Nosotras estábamos en la comisión de programa y ahí fue donde se suscitó el problema, porque el Seminario decía que las mujeres de Latinoamérica que vinieran deberían exponer la situación política en sus países, porque casi todos los países tenían dictaduras militares, entonces ¿cómo íbamos a hablar de lesbianismo, o sea de mujeres que cogen con mujeres, sin hablar de las situaciones políticas de nuestros países? El Seminario fue muy insistente en eso. Sí, íbamos a hablar de lesbianismo, pero en el contexto económico y político de cada país y casi todos tenían dictaduras. Entonces, nosotras insistimos en eso y en otro tema: la deuda externa, que en ese momento era el tema más sonado en Latinoamérica. La deuda externa, que era la forma como el imperialismo agarraba a los países, les prestaba dinero y los tenía agarrados del cuello. Bueno, el Encuentro se organizó muy rápido, entonces la discusión fue rápida y MULA dijo: “no, solamente lesbianismo”. Ahí empezaron los problemas entre el Seminario y MULA, una discusión muy fuerte y muy fea y yo renuncié al comité organizador, las del Seminario siguieron ahí [...].

⁵⁶⁵ *Carta da LAL México*, 15 de agosto de 1986. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

Apesar das tensões internas, a LAL-México deu continuidade à organização do Encontro. Alguns meses depois, a comissão enviou uma carta de sistematização dos objetivos e cronograma. A proposta aponta para os principais debates que mobilizavam os anseios da comissão e dos grupos lésbicos que apoiavam a realização do Encontro:

Mesas de trabajo:

Identidad lésbica: mitos y realidad, roles, salud, sexualidad, vida amorosa.

Represión: jurídica, religiosa, política, científica.

El lesbianismo y diversos sectores sociales: clasismo, racismo, nacionalismo, sexismo.

El lesbianismo en diversas situaciones sociales: madres lesbianas, jóvenes, maduras, ghettos, minusválidas⁵⁶⁶, cultura lésbica, ciencia.

El Movimiento Lésbico-Feminista ante el Movimiento Heterofeminista y Lésbico-Homosexual.

El Movimiento Lésbico-Feminista y otras organizaciones políticas: diversos sectores sociales y sus estrategias de lucha.

Conclusiones y acuerdos de la Red

Mesas generales

Mesas simultáneas

Realización de plenarias por las tardes para compartir las conclusiones y propuestas de las distintas mesas de trabajo.

Misceláneas:

Actividades nocturnas: videos, audiovisuales, cine, teatro, danza, poesía, exposiciones varias y todo lo que nuestra creatividad nos permita.

Venta de: libros, artículos, trabajos, revistas, artesanías, pintura, fotografías, inventos, chácharas, etc. etc.⁵⁶⁷

Dentro dessa amplitude de questões, destacam-se três conjuntos de temas gerais. O primeiro relaciona-se à *condição lésbica*, no sentido proposto por Suane Soares e Milena Perez, como “um conjunto complexo de implicações sociais que giram em torno da figura da lésbica, ou seja, conceitos positivos e também preconceitos que compõem uma noção do que é ser lésbica em determinada sociedade”.⁵⁶⁸ Assim, este eixo engloba os mitos acerca do lesbianismo, os papéis sexuais, as mudanças geracionais, o “gueto”; enfim, as sociabilidades lésbicas, as representações sociais sobre o lesbianismo e a imbricação com as questões raciais e de classe.

O segundo conjunto engloba a *repressão*, entendida em termos amplos. Trata-se tanto da repressão perpetrada pelo Estado, uma vez que essas mulheres lançaram-se no ativismo sob regimes ditatoriais, quanto do papel coercitivo cumprido por instituições como a igreja

⁵⁶⁶ Termo que significa “pessoa com deficiência”.

⁵⁶⁷ *Propuestas de las Lesbianas Mexicanas para el Primer Encuentro de Lesbianas Feministas de Latinoamérica, el Caribe y Chicanas*, s/d. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁶⁸ PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil**: de 2014 a 2017. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018, p. 19.

católica⁵⁶⁹ e a ciência médica, responsáveis por promover, na longa duração, preconceitos e estigmas sobre as lésbicas. Como estamos tratando de evidenciar, esta foi uma questão que atravessou os debates dos diversos grupos que conformavam o movimento lésbico na América Latina durante a década de 1980.

Figura 12 – Rosely Roth (esquerda) e Míriam Martinho (direita) em atividade no I ELFLAC (1987)



Fonte: CAMENA – fotografia de Cecilia Riquelme

Finalmente, o terceiro conjunto abrange as relações entre o movimento lésbico e os demais movimentos sociais, especialmente o feminista e o homossexual. Como comentamos anteriormente, tratou-se de um debate central na militância lésbica durante a década de 1980, mobilizando reflexões acerca das estratégias de luta e as políticas de coalizão, num cenário regional amplamente marcado pelas lutas pelas liberdades democráticas, contra a prisão de presos e desaparecidos políticos e de resistência à instauração do neoliberalismo.

Quase às vésperas do I ELFLAC, a comissão de recepção da LAL-México elaborou um documento de informação geral que foi enviado às inscritas. Este combina dados sobre o clima e a geografia do México, dicas sobre alimentação, instruções para fazer a conversão do câmbio, custos dos serviços telefônicos, bem como sugestões de equipagem e alojamento. Com essas explicações, o texto busca orientar as participantes para facilitar sua chegada no país sede. Por isso, também pode ser interpretado como uma carta de boas-vindas.

Para além das instruções gerais, observa-se outra dimensão, menos entusiasmada, frente à futura chegada das mais de 200 lésbicas que participariam do Encontro: a preocupação com

⁵⁶⁹ Para uma discussão sobre a inquisição no Brasil, ver BELLINI, Ligia. **A coisa obscura**: mulher, sodomia e Inquisição no Brasil colonial. Salvador: EDUFBA, 2014.

a segurança. Em uma nota final, escrita na última página do documento, a LAL-México anunciou algumas medidas de segurança que haviam sido tomadas para proteger as participantes:

La Coordinadora de LAL ha acordado tomar las siguientes medidas para el buen desarrollo y realización del Encuentro:

1. Quedará estrictamente prohibida la posesión, compra y uso de drogas, medicinas no prescritas, estupefacientes y bebidas alcohólicas durante los días que dure el Encuentro. Toda compañera que contravenga esta disposición será sancionada.
2. Por razones de seguridad quedará prohibida la entrada y salida del lugar del Encuentro, por lo que se recomienda llevar contigo tus artículos necesarios. En caso de necesidad de compras al exterior, habrá una comisión organizada para ese fin.
3. La Comisión de Fotografía de LAL coordinará y controlará la toma de fotografías en el evento para respetar el anonimato de algunas compañeras. [...]

*La Coordinadora te recomienda no efectuar manifestaciones amorosas en la vía pública ya que en nuestro país existe una fuerte represión a los homosexuales.*⁵⁷⁰

Embora essas medidas possam atualmente nos soar autoritárias ou proibicionistas, no seu contexto indicam o clima de repressão e medo vigentes. Há duas dimensões relacionadas com a segurança das participantes que podem ser visualizadas. Por um lado, precauções relacionadas com a segurança individual das mulheres e a garantia de anonimato para aquelas que temessem pela exposição de sua imagem. Por outro, a possibilidade de situações de violência contra as participantes, motivada pela “forte repressão aos homossexuais” no país. Pelo medo à violência, a LAL-México não permitiria a saída do local do Encontro e recomendava evitar manifestações públicas de afeto lésbico.

Não só a LAL México estava organizando um evento inédito, como receberia mulheres oriundas de diversos países. Caso houvesse algum problema com as autoridades locais, os custos políticos poderiam ser altos demais, tanto para as organizadoras quanto para as participantes. Mulheres que viviam em países com ditaduras militares talvez tivessem receio da publicização de sua imagem como lésbicas. Se ocorresse algum problema com as autoridades locais ou com a política, poderiam ter empecilhos legais para retornar a seus países de origem. Esta não é uma problemática menor, considerando que nem todos os países latino-americanos possuíam relações diplomáticas com o México, como é o caso do Chile.⁵⁷¹

O medo que orientou as decisões da LAL-México não era infundado. Desde o final dos anos 1970, grupos homossexuais e lésbicos mexicanos denunciavam o cotidiano das batidas

⁵⁷⁰ Comisión de Recepción de la Coordinadora del Encuentro (LAL), *Folleto de información general turística*, s/d. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁷¹ Durante nossa entrevista, Cecilia Riquelme comentou que não havia relações diplomáticas entre o Chile e o México naquele momento, o que dificultava a aquisição de vistos para viajar ao país.

policiais em bares e praças da Cidade do México, nas quais centenas de pessoas eram presas arbitrariamente, humilhadas pelas autoridades e vítimas de violência física e moral. Encontrei, no acervo do CAMeNA, diversas notícias de jornais reportando a ação violenta das autoridades locais. Por exemplo, o jornal *Sol de México* publicou, em 10 de março de 1984, uma notícia intitulada “Gigantesca redada”, na qual informava a detenção de “mais de 600 supostas prostitutas e 100 homossexuais” após uma batida policial no centro da Cidade do México.⁵⁷²

A repressão se estendia amplamente pelo corpo social. Embora a dimensão estatal e institucional da violência contra lésbicas constituísse um aspecto central, tendo em vista a violência policial, outros espectros perfilavam as experiências lésbicas. Yan María Castro recorda, com lágrimas nos olhos, as múltiplas dimensões da violência lesbocida, evidenciando suas implicações na saúde física e mental, na perda da autonomia e na obrigatoriedade do casamento heterossexual. Trata-se de verdadeira dilaceração das vidas de inúmeras lésbicas:

La represión era brutal en todos los niveles, en todos los sentidos y por todas las instituciones sociales. Personalmente me tocó la represión, cuando estaba joven y me inicié en los bares que eran los únicos lugares de reunión de las mujeres homosexuales, espacios ilegales, por tanto, clandestinos y por lo mismo, la policía podría llegar en cualquier momento y levantar a todo el mundo y detenerlo en los separos. En mi tiempo, antes del surgimiento del movimiento de lesbianas, muchas amigas se suicidaron, las lesbianas se suicidaban muchísimo, impresionante; me tocaron dos aventadas por la ventana, tres que mataron al amante de su novia, otras que fueron asesinadas por los amantes de las novias. Conocí muchísimas víctimas de psiquiatría; de hecho, mi mamá me llevó a tratamiento psiquiátrico y estuve un tiempo medicada para “hacerme mujer”. Me tocaron muchas amigas casadas a fuerza por los papás, para quitarles lo lesbiana y otras violadas por familiares para que regresaran a ser normales.⁵⁷³

A despeito do clima político e social aterrorizante, não há registros de conflitos com as autoridades mexicanas durante a realização do I ELFLAC. Durante os quatro dias de Encontro, as participantes compartilharam experiências sobre auto-organização, intercambiaram materiais impressos e audiovisuais, discutiram e politizaram a lesbianidade e tomaram decisões sobre a conformação da Rede de Lésbicas Feministas. Nesse processo, se evidenciou a heterogeneidade de expectativas e objetivos das participantes, individual e coletivamente.

⁵⁷² *Sol de México*, “Gigantesca redada”, edição do meio-dia, 10 de março de 1984, p. 3. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta Razzias en la Ciudad de México contra homosexuales y prostitutas.

⁵⁷³ Entrevista com Yan María Yaoyótl Castro, realizada em 11 de dezembro de 2018. Agrupações como a Frente Homossexual Ação Revolucionária (FHAR), Lamba e Oikabeth organizaram manifestações públicas e denunciaram na imprensa as arbitrariedades da polícia. Também se articularam com organizações políticas e sindicais que se posicionaram publicamente em sua defesa, bem como buscaram dialogar diretamente com as autoridades locais, além das tentativas por meio de cartas e abaixo-assinados.

Dedicamos o seguinte tópico à produção de memórias sobre o I EFLAC, a partir das entrevistas com Yan María Castro e Cecilia Riquelme, bem como dos boletins produzidos pela Rede de Lésbicas Feministas Latino-americanas e Caribenhas e pelo GALF-Brasil.

3.4 Narrativas sobre o I EFLAC: incidências políticas e coletivas

Durante o I EFLAC, decidiu-se que a Rede de Lésbicas Feministas Latino-Americanas e Caribenhas impulsionaria uma publicação periódica e rotativa, com cada edição sendo produzida por um grupo que compunha a Rede. O objetivo era promover os debates e as reflexões propostas pelas agrupações lésbicas da região. Sendo assim, em abril de 1988, foi publicado o primeiro número da *Boletina*, organizada pela Coalición Nacional de Lesbianas Feministas de México (CNLFM), contendo um longo texto sobre o Encontro que ocorreu seis meses antes.⁵⁷⁴ Neste foi analisada a trajetória política das lésbicas que culminou no I EFLAC (da participação nos Encontros Feministas à VIII Conferência do ILIS), os objetivos do Encontro, as oficinas realizadas e os principais debates suscitados. Desta forma, buscava-se produzir uma série de reflexões que se constituíssem como referenciais para recordar o I EFLAC.

Na primeira página da *Boletina*, as autoras se dirigem às companheiras lésbicas com as quais já haviam começado a travar um diálogo, a partir dos espaços transnacionais do movimento feminista na região. Suas palavras se intercalam entre a dificuldade de retomar a comunicação e o prazer que esta iniciativa lhes brindava:

Queridas compañeras:

Nos da muchísimo gusto volver a comunicarnos con todas ustedes. Para nosotras ha sido difícil reanudar la comunicación por diferentes motivos, entre ellos: darnos tiempo para volver a fortalecer nuestros corazones y retomar nuestra vida después de un evento tan significativo y, por qué no, tan avasallador. Nos han ido animando los recuerdos, las cartas que nos han llegado, ver los documentos y sobre todo las fotografías... ¡Y aquí estamos de nuevo! [...]

Pretendemos hacer llegar la presente Boletina a todas las mujeres que asistimos al Primer Encuentro de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, así como a las compañeras que no pudieron estar con nosotras.

Deseamos de todo corazón que sigamos adelante y que este espacio refleje la realidad que vivimos las Lesbianas Latinoamericanas y Caribeñas, donde quiera que nos encontremos.⁵⁷⁵

⁵⁷⁴ A proposta era que o boletim fossem uma publicação rotativa, com cada edição sendo produzida por um grupo diferente que compunha a Rede de Lésbicas Feministas Latino-americanas e Caribenhas.

⁵⁷⁵ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 5. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

Inicialmente as autoras se referem ao desgaste político e emocional com o processo de organização e realização do I ELFLAC. Apesar disso, desejavam “de todo coração” que o diálogo ainda fosse possível e que, através dessa publicação, pudessem compartilhar experiências e reflexões sobre as suas particulares realidades. Ainda que o evento tenha sido “avassalador”, o contrapeso das memórias, fotografias e relatos parece ter contribuído para vislumbrar outras facetas além do cansaço. Ao mesmo tempo, por considerarem a comunicação um ato político, foi necessário “tomar um tempo para voltar a fortalecer nossos corações”. Este aspecto sugere que o I ELFLAC produziu certa desestabilização dos diálogos entre os grupos lésbicos.

No editorial, as ativistas da Coalición Nacional teceram reflexões sobre os impactos pessoais e coletivos do I ELFLAC, conferindo-lhe importância histórica, por ter significado a ruptura com a invisibilidade e o isolamento historicamente vivenciado pelas lésbicas. Ao mesmo tempo, suas palavras sugerem que os conflitos que eclodiram durante o evento devem ser tomados como um caminho para o compromisso de questionar as próprias formas de atuação política. Entre êxitos e dificuldades, elas afirmaram:

Un evento como fue el Primer Encuentro de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas es enriquecedor, pero también difícil y doloroso, porque nos confronta con nuestras formas de hacer política, de militar, con nuestro nivel de conciencia y compromiso con otras lesbianas.

A partir del Primer Encuentro rompimos con el aislamiento histórico que como mujeres lesbianas hemos vivido; para nosotras ha sido muy importante el darnos cuenta que contamos con una fuerza y energía reales, que pueden fortalecer al Movimiento Lésbico-Feminista. Aprendimos y descubrimos lo importante que es el análisis profundo previo a las decisiones y acuerdos que se toman en conjunto, porque tienen una trascendencia y podrían convertirse en lineamientos de toda una organización. [...]

Visualizamos la Boletina como un lazo continuo, creemos que cada vez más esta será una creación colectiva [...]. Hacer esta primera Boletina [...] nos causa emoción, y un gran compromiso. El análisis del Primer Encuentro es algo permanente y cotidiano y un trabajo y nos posibilitará tener Encuentros cada vez más enriquecedores.⁵⁷⁶

O engajamento com a produção do boletim se traduz em comprometimento com a coletividade, à medida que possibilita fortalecer o movimento lésbico latino-americano. Diante disso, ganham centralidade os processos de tomada de decisão, aspecto compreendido como um aprendizado do Encontro, uma análise que deve ser contínua e cotidiana. Assim, já no

⁵⁷⁶ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 6. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

editorial da *Boletina* se enuncia uma relação entre conflitos, decisões e atuação política, o que pode ser entendido como uma reflexão acerca das dinâmicas estabelecidas entre as ativistas lésbicas. Daí o “grande compromisso” assumido ao produzir esta publicação.

Figura 13 – Capa da *Boletina*, produzida pela Rede de Lésbicas Feministas (1988), com fotografias do I ELFLAC



Fonte: CAMeNA

Além de ter participado do I ELFLAC, Cecilia Riquelme foi uma das colaboradoras do boletim. A ativista recorda que a decisão de conformar a Rede de Lésbicas Feministas foi questionada durante o Encontro, transformando-se em um dos pontos nevrálgicos do evento, que absorveu parte considerável das discussões:

El año 87 viajó a América del Sur, a encontrarse justamente con los distintos grupos, una activista holandesa que se llama Sylvia Borren - no sé si vive todavía la Silvia. Ella estuvo en Brasil, Chile y Perú, y nos dio una especie de escuela de cuadros, de organización, nos compró libros, nos apoyó económicamente también. Bueno, eso fue cuestionado en el primer Encuentro, porque había activistas, sobre todo las mexicanas, las mexicanas tenían unas cantidades de broncas y de peleas impresionantes. Las mexicanas eran las que tenían más nivel de organización, sin embargo, tenían más

problemas. Ya estaba muy permeada la cosa, de lo que es la institución, de cómo nos van a influenciar, de que si viene un financiamiento te ponen ciertas cortapisas... Bueno, había muchos cuestionamientos al respecto. Entonces, en el primer Encuentro, cuando hacemos una presentación de los grupos organizados, empieza un conflicto y una bronca así, bueno... Se desvirtuó todo, explotaron todas las peleas en todas las partes, quedaron de manifiesto todas las inmadureces, o sea, fue...⁵⁷⁷

Em sua narrativa se destacam duas questões: o debate sobre a institucionalização dos movimentos sociais e a irrupção de conflitos entre as ativistas. Como discutimos anteriormente, o primeiro aspecto refere-se às novas dinâmicas de mobilização política que se instalavam nos países latino-americanos frente às redemocratizações, os financiamentos advindos da cooperação internacional e o neoliberalismo. Esse aspecto relaciona-se diretamente ao segundo, uma vez que os questionamentos se direcionaram ao recebimento do aporte financeiro advindo da parceria com o ILIS, intermediada por Sylvia Borren.

Foi durante a atividade de apresentação dos grupos lésbicos latino-americanos, no segundo dia do evento, quando os conflitos emergiram. Esperava-se que, na ocasião, as ativistas compartilhassem seus objetivos, suas experiências organizativas e propostas para a Rede de Lésbicas Feministas. Contudo, o fato de que estas agrupações foram financiadas pelo ILIS para ir à Conferência de Genebra em 1986 trouxe à tona questionamentos sobre a cooperação internacional, as dinâmicas decisórias e, inclusive, o processo que culminou com a incipiente criação da Rede em Genebra.

Na prática, as divergências e os embates sobre essas questões impediram o cumprimento proposto pela comissão organizadora.⁵⁷⁸ Contudo, o que chama atenção na narrativa de Cecilia não é a enunciação dos conflitos e das relações de poder, mas o lugar ocupado por esses tensionamentos. Ela recorda que o conflito inicial a respeito do financiamento se transbordou em disputas políticas e desavenças em “todas as partes”, isto é, generalizou-se durante o Encontro. Sendo uma figura pública do movimento lésbico, Cecilia participou de diversas iniciativas que facilitaram a elaboração dessas memórias, como publicações periódicas e registros históricos produzidos pelo movimento. Como afirma Michael Pollak, todo processo de reconstituição da memória implica em um trabalho de manutenção e coerência interna, de modo que a memória se ajusta pouco a pouco buscando unidade.⁵⁷⁹ À medida que toda memória

⁵⁷⁷ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2018.

⁵⁷⁸ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 8. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁷⁹ POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 105-106. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acessado em: 09 set. 2020.

é seletiva, os conflitos ocorridos no I ELFLAC também se cristalizaram na narrativa de Cecilia sobre o Encontro.

Rosely Roth, Luiza Granado e Míriam Martinho foram as ativistas do GALF que participaram do I ELFLAC.⁵⁸⁰ Após regressar do evento, Míriam publicou um relato na segunda edição do boletim *Um Outro Olhar*, no qual destacou as diferentes expectativas das participantes e as disputas que se travaram durante o ELFLAC:

Para o clima de mal-entendidos e tensões reinantes no Encontro concorreram, entre outros fatores, os conflitos ideológicos e de poder entre os grupos mexicanos, incluindo as organizadoras do evento; a pouca maturidade política dos grupos lésbicas latino-americanas, sem exceção, que, divididos, não souberam trabalhar os problemas existentes; a interferência, nem sempre feliz e acertada, das companheiras europeias e de outros países e as velhas práticas de manipulação por parte de pessoas que não tinham (e não tem) qualquer interesse na expansão do Movimento Lésbico, mas sim, tão somente, em sua própria autoafirmação. O bode expiatório de toda a confusão constituiu-se na questão de se as mulheres latino-americanas, que vivem em outros países, e as chicanas, tinham suficiente identidade com as lésbicas que residem em seus países de origem, visto que as diferenças socioeconômicas entre quem está na América Latina ou nos Estados Unidos, ou ainda, na Europa, são consideráveis.⁵⁸¹

No trecho acima, Míriam evidencia que os conflitos constituíram um aspecto transversal relativo a diferentes âmbitos do ELFLAC, sobretudo pelas relações de poder entre as participantes. Estas, por sua vez, foram determinantes nos momentos de tomada de decisão, especialmente em relação à composição da Rede de Lésbicas Feministas. Ou seja, mais do que a heterogeneidade de perspectivas políticas, o que estava em jogo eram disputas internas. Neste sentido, ela interpreta que a “pouca maturidade política” das participantes contribuiu para a exacerbação dos conflitos, dificultando resoluções comuns.

Quando realizamos nossa entrevista, Míriam Martinho manteve uma perspectiva similar. Inicialmente, a ativista afirmou não recordar muitos detalhes sobre o evento, ao menos “de coisas muito positivas”. Em seguida, disse que houve “uma grande confusão no Encontro e acabamos não tirando muita coisa”. Mesmo quando recordou a discussão a respeito da inclusão das chicanas na Rede de Lésbicas Feministas, o tom que prevaleceu foi o de que era “muita confusão e a estrutura era ruim”.⁵⁸²

⁵⁸⁰ Nas fotografias tomadas por Cecilia Riquelme, disponíveis no acervo do CAMeNA, identifiquei algumas mulheres, além de Míriam e Rosely, que acredito serem brasileiras. Elas estavam vestindo camisetas com dizeres em português e estavam posicionadas próximas às ativistas do GALF. Contudo, não foi possível identificar seus nomes.

⁵⁸¹ *Um Outro Olhar*, ano I, n. 2, fevereiro-março 1988, p. 4.

⁵⁸² Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020.

Figura 14 – Debate entre as participantes do I ELFLAC (1987)



Fonte: CAMENA – fotografia de Cecilia Riquelme

Para Yan María Castro, o I ELFLAC deveria fomentar debates transversais sobre lesbianismo e política na América Latina. Ao narrar sua experiência na LAL-México, da qual se retirou antes do Encontro, a militante recorda a dificuldade de construir consensos para a elaboração da programação:

Bueno, es que a nosotras nos dijeron “ustedes (el Seminario) hagan la propuesta, el programa del encuentro”, porque nosotras tenemos muchísima experiencia. Entonces nosotras hicimos un programa y ellas no lo aceptaron, pero no lo aceptaron tres semanas antes del encuentro. Nos dijeron: “no, este programa es muy político, este programa es de izquierda, no lo aceptamos” [...]. Para nosotras, a partir de ese primer ELFLAC, todos los demás han sido con la línea neoliberal. ¿Por qué? Porque el primer ELFLAC, que podría haber planteado la posibilidad de formar una coalición latinoamericana de lesbianas feministas, no lo logró.⁵⁸³

Em sua perspectiva, não se tratou de um problema pessoal, mas de cunho político, oriundo das posturas defendidas pelos grupos. Estas se definem, a seu ver, em duas: uma integracionista e outra anti-sistêmica. Militante incansável, Yan María Castro sempre atuou ao lado de sindicatos, organizações populares e operárias, movida por sua perspectiva marxista revolucionária. É a partir deste lugar que Yan critica as dinâmicas que sucederam durante e depois do I ELFLAC:

⁵⁸³ Entrevista com Yan María Yaoyólotl Castro, realizada em 11 de dezembro de 2018.

Aquí, aunque teníamos la Coordinadora Nacional de Lesbianas que tenía 12 grupos de lesbianas durante y después del Encuentro, las del GALF-Brasil jamás se acercaron con nosotras [...]. Pero las únicas que nos hicieron caso fueron las chicanas de Estados Unidos. En general, las latinoamericanas eran pequeño-burguesas, blancas en su mayoría, excepto las de Santo Domingo, las de Haití, o sea eran pequeño-burguesas que no tenían una formación política, no tenían una postura de izquierda, no tenían un análisis político. Eso es lo que vi en términos generales en el primer Encuentro [...].⁵⁸⁴

Por sua vez, Cecilia Riquelme recorda que o I ELFLAC foi um espaço de convergência de diferentes situações que podem ter contribuído para a dificuldade de consenso entre as participantes:

O sea, del primer Encuentro se producen muchas cosas. La Rosely [Roth] ya no estaba bien, llegó mal, tenían muchos conflictos entre ellas. Y bueno, todos los grupos también. Yo creo que tuvimos problemas porque estábamos verdes, pues [risos]. Éramos muy jóvenes, estábamos recién armando todo, nos faltaban referentes, nos faltaba información, teníamos problemas también, pues.⁵⁸⁵

Cecilia se referia aos problemas de saúde mental de Rosely, que acabaram levando-a ao suicídio em 28 de agosto de 1990⁵⁸⁶, mas também às divergências internas do GALF naquele momento. Em outro momento da entrevista, ela retoma estas reflexões, sugerindo que havia diferentes concepções políticas do interior da agrupação:

En el primer Encuentro las brasileñas por su parte también tenían diferencias bastante marcadas, porque... la Rosely decía que en Brasil ustedes estaban mirando hacia Europa, que ustedes no miraban hacia Latinoamérica y que no se sentían latinoamericanas. Y la Martinho decía que no. Bueno... Y yo, que viví dos años en Brasil, creo que algo hay de eso, sobre todo quizás en la ciudad más grande, en São Paulo, donde yo viví. Entonces, eso de ser o no ser latinoamericana y la relación que teníamos.⁵⁸⁷

Em que pese a dificuldade de consenso narrada pelas entrevistadas sobre esse evento, é importante destacar que, mesmo com as tensões e disputas ali expressas, havia muitos desejos por construção de saídas coletivas, oposição à violência lesbofóbica e lesbocida no cotidiano e potencialização da força das agrupações lésbicas na América Latina. Entendendo que, na luta

⁵⁸⁴ Entrevista com Yan María Yaoyólotl Castro, realizada em 11 de dezembro de 2018.

⁵⁸⁵ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

⁵⁸⁶ Nas entrevistas que realizei, algumas colaboradoras comentaram sobre o estado de saúde mental de Rosely e como as ativistas, naquele momento, lidaram com a situação. Trata-se de uma ferida ainda aberta, a meu ver, pois algumas colaboradoras sentiram-se desconfortáveis de aprofundar essa questão. Suas narrativas sugerem diferentes formas de abordar o problema individual e coletivamente e a existência de mágoas que ainda perduram. Assim, opto por não dar continuidade a esta questão.

⁵⁸⁷ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

política, a esfera dos afetos é acionada em nome de anseios coletivos e sociais, não é estranho que tais divergências ali se apresentassem. Assim, ressalto as inúmeras atividades propositivas, as redes de amizade criadas e os novos conceitos e problemas teóricos discutidos, como dimensões positivas do evento, que posteriormente foram bases para a construção do movimento.

Apesar da impossibilidade de comprimir com o cronograma completo, diversas outras atividades foram realizadas. Além da já mencionada oficina sobre documentação, organizada por Juanita Ramos, Sylvia Borren ministrou uma oficina sobre auto-organização e conflitos intragrupo; Mariana Romo, chilena, membra do grupo Las Buenas Amigas, coordenou um debate sobre as diferenças entre as lésbicas latinas; e a agrupação suíça Vainille-Fraise, que organizara a VIII Conferência do ILIS, ofereceu uma oficina sobre defesa pessoal.⁵⁸⁸ Esses exemplos nos dão uma mostra da multiplicidade de práticas políticas no interior do movimento lésbico-feminista. Contudo, apenas foram mencionados na *Boletina* da Rede de Lésbicas Feministas, sem nenhuma reflexão adicional. Tampouco encontrei outras fontes que fizessem referência a essas atividades coletivas no I ELFLAC.

Outro aspecto a ser ressaltado refere-se à participação das lésbicas no IV Encontro Feminista da América Latina e do Caribe, realizado em Taxo apenas alguns dias depois. A presença expressiva de ativistas lésbicas – ao redor de 70 – no evento feminista foi considerada por Cecilia Riquelme um resultado bastante positivo do I ELFLAC. Em nossa entrevista, a ativista lamentou que a coordenação de datas não tenha ocorrido em outras edições, uma vez que facilitava a participação em ambos encontros.⁵⁸⁹

A *Boletina* também conferiu grande destaque a essa questão, dedicando boa parte do espaço disponível ao registro e às reflexões sobre as quatro oficinas promovidas pelas lésbicas no IV EFLAC. A presença lésbica neste evento não foi somente percebida como um contrapeso aos problemas enfrentados no I ELFLAC, mas como expressão da potencialidade política das lésbicas feministas:

A pesar de los errores y carencias que tuvimos en él [I ELFLAC], posibilitó una presencia significativa nuestra en el IV Encuentro Feminista Latino Americano y del Caribe. ¿Y en qué se tradujo esta presencia? Se manifestó en la potenciación de las fuerzas, lo que permitió se realizaran cuatro talleres, a saber: *Sexualidad, Mitos y Roles; Lesbianismo y Represión, Lesbianismo y Política y Madres Lesbianas*. [...] No obstante los distintos niveles que alcanzaron estas reuniones, ganamos el confiar en nuestra propia capacidad organizativa. Pero sobre todo comenzamos a reconocer las

⁵⁸⁸ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 8. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁸⁹ Entrevista com Cecilia Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2019.

múltiples actividades que tenemos por desarrollar, como son: la urgente necesidad de superar diferencias, el compromiso de fortalecer la reciente red y el prepararnos para la hora de nuevos desafíos.⁵⁹⁰

Se nas memórias e nos relatos do início dos anos 1980 as lésbicas argumentavam que precisavam “invadir” os espaços feministas para se fazerem ouvir, no final da década elas celebravam sua atuação política. No trecho acima se sobressaem os avanços organizativos conquistados pelo movimento lésbico, traduzidos nas quatro oficinas ministradas no IV EFLAC, algo inédito na primeira década de construção desse espaço transnacional.

Vale observar que, com exceção da oficina sobre maternidade lésbica, as demais atividades constituíram os eixos centrais de discussão do I ELFLAC – a mesma nomenclatura foi utilizada no nome das oficinas e na programação daquele evento. É possível que as atividades tenham sido replicadas no Encontro Feminista, o que sugere uma tentativa de aproximar as discussões lésbicas e feministas, bem como de incidir neste movimento buscando politizá-lo.⁵⁹¹

Essas questões se evidenciaram no *Taller Lesbianismo e política*, por exemplo, quando se debateu a necessidade de confrontação da heterossexualidade compulsória no interior dos grupos feministas. De acordo com o relato da *Boletina*, “Em nosso continente, o discurso feminista tem sido, até a atualidade, heterossexista, o que limita uma visão mais ampla do potencial da sexualidade humana; é necessário que todas as feministas tenhamos uma maior compreensão sobre o lesbianismo”.⁵⁹² Apesar das críticas, no relato prevaleceu a reivindicação do feminismo, sem deixar de lado a defesa das especificidades lésbicas: “Como lésbicas devemos ter um discurso próprio dentro do Movimento Feminista com as nossas reivindicações”.⁵⁹³

Uma expressão deste “discurso próprio” pode ser observada na oficina sobre maternidade lésbica, conduzida pelo grupo mexicano Madres Lesbianas. Segundo o texto da

⁵⁹⁰ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 11. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁹¹ Evidentemente, este era um debate em aberto, com diferentes pontos de vista. Por isso, faço uma ressalva quanto ao relato da *Boletina*: nem todos os grupos lésbicos-feministas necessariamente aderiram a esta perspectiva em seus locais de atuação. Por exemplo, o GALF/Rede Um Outro Olhar decidia desvincular-se do movimento feminista naquele contexto, optando por direcionar sua atuação na construção de espaços exclusivos para lésbicas.

⁵⁹² “En nuestro continente, el discurso feminista ha sido hasta hoy heterossexista, lo cual limita la visión más amplia del potencial de la sexualidad humana; se necesita que todas las feministas tengamos una mayor comprensión hacia el lesbianismo.” Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 13, tradução nossa. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁹³ “Como lesbianas debemos tener un discurso propio dentro del Movimiento Feminista con nuestras reivindicaciones.” Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 13, tradução nossa. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

Boletina, foram analisadas três questões centrais: o processo de se assumir como mãe lésbica, a educação dos filhos e a invisibilidade das companheiras amorosas. O texto ainda ressalta que, ao final da atividade, a sensação das participantes era a de que ainda havia muito por debater, como o medo de perder a guarda dos filhos e do rechaço da própria comunidade lésbica.⁵⁹⁴ Ou seja, tratava-se de uma questão ainda pouco debatida pelo movimento lésbico naquele momento, mas que começava a ganhar espaço. E que essa discussão tenha sido realizada no VI EFLAC, mas não no I ELFLAC, sugere uma contribuição do pensamento feminista para as práticas políticas lésbicas.

Já no *Taller Lesbianismo y Represión* o propósito era analisar as violências físicas e simbólicas contra as lésbicas. Para sua realização, o GALF-Peru compartilhou uma reportagem televisiva sobre uma batida policial em uma discoteca no centro de Lima, que mostrava os maus tratos e humilhações sofridos por cerca de setenta lésbicas. Com base nesse material, as participantes compartilharam casos similares em países como Costa Rica, República Dominicana e México, concluindo que essas situações eram recorrentes.⁵⁹⁵ Essa discussão se desdobrou em uma reflexão sobre como as violências sofridas compeliavam as lésbicas a viverem clandestinamente suas escolhas afetivo-sexuais, o que se transformava em uma “esquizofrênica vida dupla”. Daí a urgência de questionar os efeitos de toda a repressão paulatinamente internalizada, passo necessário para poder romper com “condutas autodestrutivas e para desmistificar os estereótipos, além de vislumbrar o lesbianismo como uma opção de vida saudável para qualquer mulher”.⁵⁹⁶

Como argumentamos anteriormente, à medida que os grupos lésbico-feministas latino-americanos participavam dos espaços transnacionais do movimento feminista, começaram a delimitar o que Sonia Alvarez nomeou como “campo discursivo de ação”.⁵⁹⁷ Neste processo, as agrupações compartilharam suas experiências e reorganizaram suas práticas políticas. Isso também impactou as formas pelas quais as ativistas lésbicas ocupavam os Encontros Feministas Latino-Americano e do Caribe, “invadindo” o espaço (como recorda Cecilia Riquelme) ou coordenando atividades integradas à programação. Portanto, no IV EFLAC o campo discurso

⁵⁹⁴ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 14. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁹⁵ Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 12. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁹⁶ “[...] conductas autodestructivas o para desmitificar estereotipos sino para perfilar el lesbianismo como una opción saludable para cualquier mujer.” Red de Lesbianas Feministas Latinoamericanas y Caribeñas, *Boletina*, n. 1, abril de 1988, p. 12, tradução nossa. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁵⁹⁷ ALVAREZ, 2016, *Op. Cit.*, p. 46.

de ação das lésbicas parecia estar se consolidando, com a proposição de oficinas que remontavam a questões que vinham sendo debatidas coletivamente há alguns anos. Por isso, compreendo que a realização dessas quatro atividades sugere um processo de elaboração política das ativistas lésbicas.

3.5 Uma história que só estava começando...

Ao longo deste capítulo, analisamos a circulação de informação entre os grupos lésbico-feministas latino-americanos e o trânsito das ativistas lésbicas em espaços transnacionais dos movimentos feminista e lésbico. Por um lado, nos debruçamos sobre o intercâmbio de publicações entre o GALF e diversos grupos lésbicos internacionais, evidenciando que a troca de correspondência e materiais impressos foi fundamental para que as ativistas brasileiras se tornassem conhecidas por instituições como o Serviço de Informação Lésbica Internacional (ILIS) e pudessem articular-se com outras agrupações lésbicas da região, principalmente do Cone Sul. Por outro lado, acompanhamos os processos de construção da presença pública das lésbicas feministas, para a usar a expressão de Hinojosa, nos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe e as complexas articulações e mobilizações que permitiram a participação das ativistas latino-americanas na VIII Conferência do ILIS (1986) e a proposição do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (1987).

Além disso, examinamos os diálogos e as tensões ao redor da construção do I ELFLAC, evidenciando suas relações com debates que atravessaram os movimentos sociais naquele contexto, como a institucionalização e os financiamentos oriundos da cooperação internacional. Também evidenciamos as principais discussões acionadas e mobilizadas pelos grupos lésbico-feministas implicados na realização do Encontro: as violências contra lésbicas (denominadas amplamente de “repressão”), as formas de atuação política, a relação com o movimento feminista e a importância conferida à construção de redes de articulação regional. Finalmente, analisamos as narrativas produzidas sobre o I ELFLAC e sua importância para a participação expressiva das lésbicas no IV EFLAC.

O I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e Caribe pode ser considerado um marco histórico-político na trajetória do movimento lésbico na região, uma vez que se constituiu como o primeiro espaço de confluência transnacional de ativistas e coletividades lésbicas. Além disso, se considerarmos a invisibilidade histórica das lésbicas, o Encontro significou a ruptura de um processo de longa duração, potencializando agenciamentos coletivos e a construção de

um discurso público. Foi nesse contexto em que múltiplas iniciativas políticas lésbica-feministas emergiam, como afiança Ochy Curiel:

En las décadas ochenta y noventa se fortalece el movimiento lésbico-feminista a través del surgimiento de más grupos de lesbianas feministas en distintos países, muchos de los cuales tuvieron vinculaciones con otras luchas sociales y políticas. Permitió la salida de closet de cada vez más lesbianas con diversos modos y formas de quehacer político: arte, revistas, archivos lésbicos, festivales de cine, con una apuesta internacionalista a través de la realización de Encuentros latinoamericanos y caribeños y la creación de diversas redes y articulaciones regionales.⁵⁹⁸

Do IELFLAC à atualidade, dez edições do evento foram realizadas.⁵⁹⁹ Com cada edição sediada em um país diferente, os Encontros mobilizaram os ativismos lésbicos locais ao passo em que se constituíram como arenas de reformulação teórico-política do movimento. Mais do que um lugar de confluência de grupos, os ELFLAC têm fomentado uma agenda lésbica-feminista no continente e orientado as apostas políticas de diversos grupos participantes. Nas *Memorias del X Encuentro Lésbico Feminista de Abya Yala*, produzidas a partir da última edição do evento (2014), reflete-se sobre a amplitude de temas abordados nos ELFLAC e sua relação com o contexto geopolítico latino-americano:

Los temas, debates, reflexiones que se han abordado en los encuentros han estado marcados por los contextos, las coyunturas y tensiones internas tanto en el feminismo como en el lesbianismo feminista. La invisibilidad lésbica, la represión, la exclusión, la violencia hacia las lesbianas, los distintos posicionamientos políticos, han formado parte de los ejes y temas centrales que atraviesan los encuentros, así como las distintas maneras en que las lesbianas feministas resisten y transforman el régimen heterosexual a través de sus colectivos con diversas propuestas de acción política.⁶⁰⁰

Neste movimento contínuo de transformação das práticas políticas, o IX ELFLAC, sediado na Bolívia em 2012, marcou um ponto de inflexão. Organizado pela Assembleia Feminista Comunitaria, composta por feministas indígenas e comunitárias, propunha-se fortalecer os debates em relação ao racismo e etnocentrismo no movimento lésbico; a construção de projetos políticos transformadores; a recuperação de uma memória de longa

⁵⁹⁸ CURIEL, Ochy. “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”. *La Haine*, 19 de junho de 2007, s/p. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p. Acessado em 31/07/2020.

⁵⁹⁹ México, 1987; Costa Rica, 1990; Porto Rico, 1992; Argentina, 1995; Brasil, 1999; México, 2004; Chile, 2007; Guatemala, 2010; Bolívia, 2012, Colômbia, 2014.

⁶⁰⁰ Comisión de Memoria. *Memorias del X Encuentro Lésbico Feminista de Abya Yala*, Colômbia, 2016, p. 10.

duração das sexualidades não-normativas dos povos originários da América Latina, entre outros temas.⁶⁰¹ Assim, decidiu-se mudar a denominação dos Encontros, substituindo “Latino Americano e do Caribe” por “Abya Yala”. Nas *Memorias*, esta decisão, envolta em simbolismos, foi compreendida como a recuperação política do ato de nomear-se, em adesão a uma perspectiva decolonial:

Es importante señalar que la sustitución de Latinoamericano y Caribeño por el de Abya Yala para denominar a los encuentros ha sido una posición política. Abya Yala refiere al nombre que indígenas kuna (ubicados entre Colombia y Panamá) dieron a este continente antes de la colonización. Se trata de una recuperación decolonial y anticolonial de nombramiento que han recuperado muchos movimientos sociales. Se comienza a denominar Encuentro Lésbico Feminista de Abya Yala en Bolivia, en el 2012, y el Encuentro realizado en Colombia retoma esta propuesta.⁶⁰²

O Brasil não esteve alheio a esses processos de construção de espaços de discussão política para lésbicas. Como mostramos acima, o GALF participou, durante a década de 1980, de diversos espaços transnacionais de ativismo. Na virada da década, novos grupos ativistas e publicações se constituíram, como *Deusa Terra*, editado pelo grupo paulistano homônimo; *Femme*, vinculado ao Afins – Grupo de Conscientização e Emancipação Lésbica de Santos; e *Folhetim*, do Movimento D’Ellas, no Rio de Janeiro.⁶⁰³ Em 1990, o GALF encerrou suas atividades e algumas de suas ativistas, como Míriam Martinho e Luiza Granado, fundaram a Rede de Informação Um Outro Olhar, responsável pela publicação das revistas *Um Outro Olhar* e *Ousar Viver*.

Fora de São Paulo, outras movimentações lésbicas tomavam lugar. Exemplo disso foi o pioneirismo do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ), junto com o Centro de Documentação Coisa de Mulher (CEDOICOM), ao organizar o I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE)⁶⁰⁴ em 1996. O COLERJ surgira no ano anterior, protagonizado por lésbicas negras do Rio de Janeiro. Ativistas como Neusa das Dores, Elizabeth Calvet, Rosângela Castro e Heliana Hemetério com ousadia organizaram o evento que posteriormente deu origem ao Dia Nacional da Visibilidade Lésbica, data fundamental do calendário de luta dos movimentos lésbicos brasileiros.⁶⁰⁵

⁶⁰¹ Comisión de Memoria. *Memorias del X Encuentro Lésbico Feminista de Abya Yala*, Colômbia, 2016, p. 26.

⁶⁰² Comisión de Memoria. *Memorias del X Encuentro Lésbico Feminista de Abya Yala*, Colômbia, 2016, p. 36.

⁶⁰³ SILVEIRA-BARBOSA, 2019, *Op. Cit.*, p. 36.

⁶⁰⁴ Atualmente denomina-se Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais (SENALESBI).

⁶⁰⁵ A data foi escolhida em homenagem ao dia de abertura do I SENALE, 29 de agosto.

Em entrevista a Irina Bacci, Neusa das Dores recorda o fortalecimento das ativistas lésbicas no Rio Janeiro a partir do I SENALE, em um relato que recobra a emoção da experiência e permite compreender o significado e a importância da realização do evento:

Em 1996, nós fizemos, com muito sucesso, o I Seminário Nacional de Lésbicas. Até aqui não havia tido nenhum encontro nacional de lésbicas. Foi de 29 de agosto a 1 de setembro. Foi um sucesso estrondoso. Foi tão grande que nesse encontro foi tirado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica que é o dia 29 de agosto. O COLERJ é dirigido por negras, a prioridade é as mulheres negras, a discussão racial é forte, embora junte outros segmentos de mulheres. Fazemos oficinas, discussões, vídeos, grupos de autoajuda. Voltando a sua pergunta, como o I Seminário foi um grande sucesso e também com a velha ideia de fortalecer os outros estados, o II Seminário foi em Salvador, o III em Minas, esse trabalho ganhou corpo, cresceu. As mulheres que estavam organizando os encontros internacionais estavam sem lugar para fazer o V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe. Em princípio esse encontro deveria ser na República Dominicana, mas a situação de lésbicas é bastante complicada na América Latina como um todo. Então qual seria o país onde poderíamos colocar esse encontro de uma forma mais aberta? O Brasil surgiu como alternativa. Nós já tínhamos essa história de encontro de mulheres negras, de encontros de lésbicas, de pioneirismo. Perguntaram se nós aceitaríamos e loucamente aceitamos. Loucamente porque na época não tínhamos estrutura nenhuma, nem computador, nem telefone. E a história está aí. O Encontro reuniu cerca de 330 mulheres.⁶⁰⁶

Portanto, a realização do I SENALE potencializou a atuação dos grupos lésbico-feministas brasileiros. Nesta direção, Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn apontam que, desde então, o SENALE tornou-se o maior fórum político do movimento lésbico brasileiro.⁶⁰⁷ Além disso, o relato de Neusa das Dores permite perceber que o evento deu projeção ao próprio COLERJ, que foi convidado a organizar o V ELFLAC, graças ao acúmulo de experiências e à elaboração política do grupo.⁶⁰⁸

Realizado em março de 1999, o V ELFLAC contou com o apoio de diversas organizações, tais como o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (SEPE) e o Movimento D'Ellas.⁶⁰⁹ O evento recebeu financiamento do Ministério da Saúde, por meio do programa de prevenção às DST/Aids, e de agências financiadoras internacionais, como a *Global*

⁶⁰⁶ Entrevista de Irina Bacci a Neusa das Dores. Cf. BACCI, Irina. **Vozes lésbicas no Brasil: a busca e o sentido da cidadania LGBT**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 74-75.

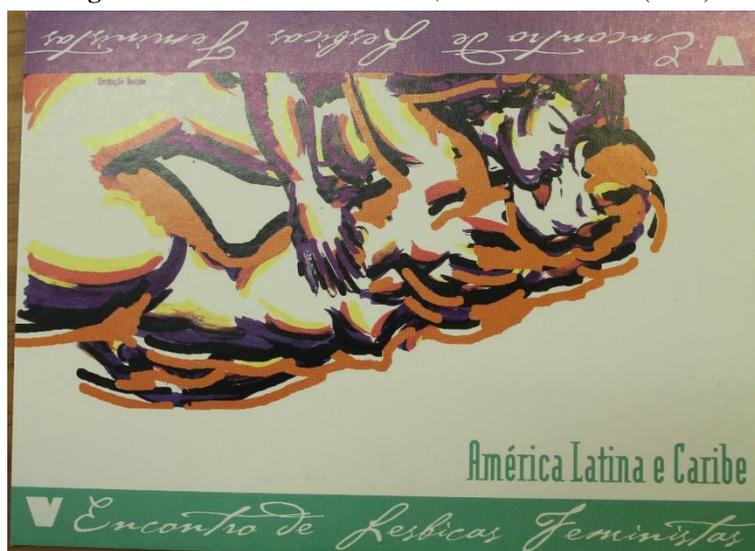
⁶⁰⁷ ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. “Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras”. Niterói, v. 9, n. 1, 2º sem. 2008, p. 229.

⁶⁰⁸ Os grupos lésbicos de São Paulo – Rede Um Outro Olhar, Deusa Terra e Coletivo de Feministas Lésbicas – tentaram organizar o IV ELFLAC em 1993, contudo a iniciativa não foi adiante. Em 1995, o evento foi realizado na Argentina. Cf. *Um Outro Olhar*, n. 22, ano IX, mai. 1995, p. 10-11.

⁶⁰⁹ CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001**. 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014, p. 137.

Fund For Women, Astraea Foundation e a Mama Cash. Com o tema “Saúde, visibilidade e estratégias de organização”, o V ELFLAC reuniu ao redor de 185 mulheres e contou com uma programação que englobou discussões sobre política, movimento sociais, corpo e saúde, combinadas com uma agenda cultural.⁶¹⁰

Figura 15 – Postal do V ELFLAC, sediado no Brasil (1999)



Fonte: CAMeNA

Vale destacar que foi central a discussão sobre saúde no V ELFLAC. Por um lado, esse eixo dialogava com as discussões sobre saúde sexual fomentadas pelo movimento lésbico, em função da epidemia de HIV/AIDS – no mesmo contexto, a Rede de Informação Um Outro Olhar produzia uma cartilha sobre o tema, com aporte financeiro do Ministério da Saúde.⁶¹¹ Por outro lado, relaciona-se com os debates sobre saúde reprodutiva formulados pelo movimento feminista negro, que adquiriu importância na década de 1980 a partir de denúncias sobre as esterilizações cirúrgicas de mulheres negras.⁶¹²

⁶¹⁰ Para mencionar algumas atividades, Rosângela Castro ministrou a “Oficina Unibiótica” no primeiro dia, dedicado à “integração corpo e mente”. As ativistas Marisa Fernandes e Míriam Martinho também realizaram oficinas durante o evento. Dentre as ativistas latino-americanas, Ochy Curiel realizou um show em parceria com Luanda; as chilenas Paulina Vera e Marlone Salazar organizaram o debate “A rebeldia das lésbicas chilenas” e Norma Mogrovejo tratou das relações do movimento com lésbico com os movimentos feminista e homossexual, entre outras. *Programação do V Encontro de Lésbicas Feministas da América Latina e do Caribe*. Centro Académico de la Memoria de Nuestra América, Fondo I, pasta B/0648.

⁶¹¹ REDE DE INFORMAÇÃO LÉSBICA UM OUTRO OLHAR. *Prazer sem medo – informações para mulheres que transam com mulheres*. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2015/08/cartilha-prazer-sem-medo-saude-e.html>. Acessado em: 05 nov. 2020.

⁶¹² DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a08v20n1.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2020.

Ao chamar atenção para esses eventos específicos, busco visibilizar eventos e mobilizações que foram fundamentais para a história do movimento lésbico no país. Ainda na atualidade, as lésbicas mencionadas ao longo desta investigação são requisitadas por pesquisadoras e ativistas para conferirem entrevistas e participarem de palestras e debates em ambientes acadêmicos e de movimentos sociais. Isso indica que as ações promovidas por essas mulheres continuam mobilizando práticas políticas, afetos e solidariedades.

Dos anos 1980 à atualidade, inúmeras estratégias, articulações e mobilizações foram construídas por ativistas lésbicas espalhadas pelo território nacional. Assim, a história narrada nesta investigação é parte de uma história de potência e vontade de transformação social que começou a despontar ainda sob o jugo do autoritarismo dos militares e, com a redemocratização, aproveitou as brechas abertas para continuar afirmando as existências lésbicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das trajetórias individuais e coletivas reunidas neste trabalho, procuramos analisar as dimensões históricas, políticas e subjetivas do ativismo do Grupo Ação Lésbica Feminista (GALF). A partir das narrativas formuladas pelo/sobre o GALF, tanto nos boletins quanto nas entrevistas orais, interrogamos sobre as existências lésbicas em períodos autoritários, as estratégias de enfrentamento às violências físicas e simbólicas e as formas de atuação política – coalizão com outros movimentos, auto-organização, autonomia política, redes transnacionais etc. A trajetória do GALF constituiu, desta forma, o nó articulador entre diferentes narrativas, contextos e grupos ativistas analisados ao longo desta investigação.

Surgido ainda sob ditadura civil-militar brasileira, o GALF se defrontou com o autoritarismo do regime. Na busca por compreender como foram as vidas de mulheres lésbicas durante o período, nos debruçamos nos discursos e nas práticas repressivas formuladas por agentes da ditadura. Seguindo as reflexões de Benjamin Cowan sobre a articulação entre subversão política, sexual e moral durante a ditadura, analisamos as relações entre teorias médicas, a construção da figura do “subversivo”, o projeto de poder dos militares e o “lesbianismo”.⁶¹³

No primeiro capítulo, evidenciamos a conexão entre psiquiatria e práticas de violência e exclusão social contra lésbicas no contexto ditatorial brasileiro, motivadas pelos pânicos morais de agentes e ideólogos do regime. Igualmente, analisamos a complexidade dos locais de sociabilidade lésbica na capital paulista que, ao possibilitarem trocas afetivas e políticas, tornaram-se alvo da violência policial. Por último, a partir da leitura de músicas que foram censuradas por fazerem alguma menção ao “lesbianismo”, refletimos sobre a interdição da lesbianidade e da palavra “lésbica” no imaginário social brasileiro da década de 1980. Esta questão remete diretamente às (im)possibilidades de existência lésbica no período, dado que não havia sequer um repertório coletivo no qual as lésbicas poderiam se apoiar – o que, por sua vez, ensejou discussões no período sobre a pertinência de termos como “lésbica”, “entendida”, “sapatão” etc.

Com isso, sugerimos que a perseguição à dissidência representada pela lesbianidade constituiu uma das facetas repressivas da ditadura civil-militar brasileira, ancorada em preceitos moralistas, cristãos e heterossexuais. Sob este ângulo, nossa análise contribui para refletir sobre

⁶¹³ COWAN, Benjamin. **Securing sex**: morality and repression in the making of Cold War Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

as conexões entre os discursos e práticas sociais que atualizam e reforçam a heterossexualidade e o projeto de poder dos militares. Assim, o conceito de nação heterossexual⁶¹⁴ foi mobilizado a fim de evidenciar que o regime político da heterossexualidade orientou a formulação de decretos, da política censória e de práticas de violência e perseguição contra grupos marginalizados, no caso as lésbicas.

O primeiro capítulo, portanto, oferece possíveis caminhos para refletir sobre as existências lésbicas em períodos autoritários, bem como sobre as estratégias multifacetadas do poder para tentar calar os sujeitos considerados indesejados pelo regime. As questões analisadas não se esgotam neste capítulo, podendo ser ampliadas em pesquisas futuras, a exemplo da relação entre as teorias médicas, a categorização do “lesbianismo” nas fontes repressivas e a internação psiquiátrica.

No segundo capítulo, nos detivemos na trajetória do GALF ao longo da década de 1980. Ao analisarmos os diálogos e as tensões com os movimentos feminista e homossexual, procuramos mostrar as contribuições das ativistas lésbicas para ambos movimentos. A partir de problematizações sobre afetos, corpos, desejos e sexualidade, o GALF direcionava sua crítica à heterossexualidade compulsória e aos mecanismos de aprisionamento das mulheres em instituições e normas sociais. Como argumenta Jules Falquet, ao colocar em cheque a heterossexualidade, o feminismo lésbico evidencia que a análise da sexualidade se encontra imbricada com o campo do poder.⁶¹⁵ Por isso, ao politizar a lesbianidade e buscar visibilidade para as suas demandas, o GALF questionava as relações de poder que marginalizam as lésbicas e seus modos de existência.

Isso se evidenciou ao longo das páginas do boletim *ChanacomChana*, cuja publicação mobilizou constantemente a vida política do GALF. O periódico constituiu-se como espaço de elaboração das experiências coletivas do grupo e do próprio feminismo lésbico. Sugerimos, a partir da análise das fontes, que três aspectos foram fundamentais na formulação da perspectiva lésbica-feminista do grupo: a autonomia política, a concepção da heterossexualidade como instituição e os significados políticos do lesbianismo. A riqueza de debates presentes no

⁶¹⁴ CURIEL, Ochy. **La nación heterossexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Bogotá: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

⁶¹⁵ FALQUET, Jules. “Rompendo o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano 6, n. 5, dez. 2012, p. 8-31. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2010/05/art-port-romper-o-tabu-da-heterossexualidade.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

periódico evidencia a multiplicidade de atuação do GALF, bem como a irreverência e criatividade de suas integrantes no fazer político.⁶¹⁶

Ainda no segundo capítulo, refletimos sobre a inserção do GALF no processo de redemocratização. Tanto nos textos publicados no *ChanacomChana* quanto nas mobilizações do Movimento Homossexual Brasileiro, o grupo tensionou os significados da democracia. Ao postular que a defesa da democracia e o ativismo lésbico se complementavam, o GALF questionava os limites de um regime democrático que não incorporasse as demandas das lésbicas. Por isso, utilizou as oportunidades de debate público abertas com a demanda por um parágrafo contra a discriminação por “orientação sexual” na nova Constituição. Trata-se de uma reflexão que continua atual, considerando o cenário de ferrenhos ataques à democracia e de desmonte de direitos sociais conquistados com muita luta política. Além disso, nos convida a interrogarmos sobre as contribuições políticas e culturais dos movimentos de lésbicas para a sociedade.

No último capítulo nossa atenção se voltou para a construção de redes transnacionais de ativismo lésbico, especialmente na América Latina. A partir da circulação do GALF nos Encontros Feministas da América Latina e do Caribe (EFLAC), analisamos a construção de um campo discurso de ação⁶¹⁷ das ativistas lésbicas dentro do movimento feminista latino-americano. À medida que os EFLAC potencializaram a partilha de experiências coletivas, o intercâmbio de materiais e a expansão de uma rede informal de contatos, os grupos lésbicos intervíram nesses eventos, nutrindo-se do aprendizado político e coletivo.

Por meio dos EFLAC, as agrupações lésbicas se articularam ao redor de visões de mundo partilhadas e uma voz pública na qual se reconhecer, processo que culminou na organização do I Encontro Lésbico Feminista da América Latina e do Caribe (1987). Para além da realização deste importante evento internacional, a circulação de ativistas, saberes e estratégias fomentou análises sobre a situação política, cultural e social das lésbicas em diversos países latino-americanos, dos quais a maioria vivia sob regimes autoritários.

Isso ensejou reflexões, nos próprios grupos ativistas, sobre as experiências compartilhadas em âmbito regional: o impacto das ditaduras, a falta de apoio institucional, a

⁶¹⁶ Sobre a multiplicidade do fazer político das lésbicas brasileiras, o trabalho de María Célia Orlato Selem constitui importante contribuição para refletir sobre essas questões na contemporaneidade. Cf. SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas**: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica. 2007. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

⁶¹⁷ ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2016, p. 46. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>. Acesso em: 7 out. 2020.

vulnerabilidade social das lésbicas e os diversos mecanismos de repressão da lesbianidade. Trata-se de uma questão que, a nosso ver, merece análises mais detidas, que estão para além do escopo deste trabalho. Uma análise comparada ou em perspectiva transnacional das políticas autoritárias dos regimes militares em relação à lesbianidade permitiria compreender aspectos comuns e seus impactos nas vidas de mulheres lésbicas. A atualização das teorias médicas em um contexto de pânico morais, a perseguição aos espaços de sociabilidade, o moralismo conservador e os discursos em defesa da família heterossexual constituem iniciativas mobilizadas pelas ditaduras que identificamos por meio das entrevistas orais. Uma análise das internações de lésbicas em hospitais psiquiátricos durante o período poderia incentivar interessantes pesquisas sobre as relações entre psiquiatria, autoritarismo e estratégias de silenciamento da lesbianidade.

Para a realização desta pesquisa, nos apoiamos em uma multiplicidade de fontes: relatórios de investigação, pareceres censórios, jornais da grande imprensa, os boletins editados pelo GALF, letras de músicas, materiais produzidos pelos grupos lésbicos e entrevistas orais. Estas últimas nos permitiram conhecer “o campo de possibilidades, de escolhas, de ações, de sentimentos; os valores morais, os projetos, as representações simbólicas de uma época”⁶¹⁸, a partir da perspectiva de ativistas lésbicas brasileiras e latino-americanas. Suas narrativas foram fundamentais para vislumbrar aspectos que as fontes escritas não permitiriam, como a questão da internação psiquiátrica, as percepções sobre o GALF e sua trajetória, as disputas políticas e as relações de poder no interior do movimento lésbico.

Apesar do GALF ser a linha condutora deste trabalho, este não se resume ao grupo, graças às conexões estabelecidas com outras coletividades, a busca por ampliar as vozes lésbicas feministas e os intercâmbios construídos em meio à correspondência postal e à circulação transnacional. Por isso, nosso olhar se voltou para grupos como o Ayuquelén do Chile e o Grupo de Autoconciencia de Lesbianas Feministas do Peru, com os quais o GALF compartilhou espaços políticos, boletins, experiências e projetos coletivos de futuro.

Concluo esta pesquisa parafraseando o boletim *ChanacomChana*, onde o GALF, em sua irreverência, mostrava sua aposta ético-política: “o lesbianismo é um barato, caro é o preço que a gente paga por ele”. Dos questionamentos à obrigatoriedade da heterossexualidade, às reinvenções da subjetividade e às descobertas de diferentes formas de existir politicamente no mundo, o lesbianismo contribui com inúmeras aberturas individuais e coletivas. No entanto, os

⁶¹⁸ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Um acervo de depoimentos sobre a luta e resistência contra a ditadura militar: questões teóricas e metodológicas. In: ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (org.). **História oral e movimento social**: narrativas públicas. São Paulo, Letra e Voz, 2016, p. 129.

custos humanos envolvidos nesse processo são certamente terríficos: o lesbocídio, a lesbofobia institucional, as violências simbólicas e os estereótipos incrustados no imaginário social. Contudo, o que nos dizem as colaboradoras desta pesquisa é que a batalha pela própria existência sempre vale a pena. Por isso, este trabalho pretendeu contribuir com uma história dos ativismos lésbico-feministas no Brasil contemporâneo que permitisse compreender o alto preço que se paga por confrontar as imposições sociais, mas, fundamentalmente, o grande barato que pode ser o lesbianismo, sua história e sua luta.

FONTES

1. Fontes periódicas

- Boletim *ChanacomChana*, n. 1, dez. 1982
- Boletim *ChanacomChana*, n. 2, fev. 1983
- Boletim *ChanacomChana*, n. 3, mai. 1983
- Boletim *ChanacomChana*, n. 4, set. 1983
- Boletim *ChanacomChana*, n. 5, mai. 1984
- Boletim *ChanacomChana*, n. 6, nov. 1984/jan. 1985
- Boletim *ChanacomChana*, n. 7, abril 1985
- Boletim *ChanacomChana*, n. 8, ago. 1985
- Boletim *ChanacomChana*, n. 9, dez. 1985/fev. 1986
- Boletim *ChanacomChana*, n. 10, jun./set. 1986
- Boletim *ChanacomChana*, n. 11, out. 1986/jan. 1987
- Boletim *ChanacomChana*, n. 12, fev./mai. 1987
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 1, set./dez. 1987
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 2, fev./mar. 1988
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 3, abr./mai. 1988
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 4, jun./jul. 1988
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 5, ago./out. 1988
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 6, fev./mar. 1989
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 7, jun./jul. 1989
- Boletim *Um Outro Olhar*, n. 9, nov./jan. 1990
- Revista *Amazones d'Hier, Lesbiennes d'Aujourd'hui*, v. 5, n. 3, mar. 1988.
- Revista *Off Our Backs*, v. 16, n. 8, ago./set. 1986
- Jornal *Folha de São Paulo*, 9 de dezembro de 1982
- Jornal *Folha de São Paulo*, 21 ago. 1983
- Jornal *Folha de São Paulo*, 29 mai. 1985
- Jornal *Folha de São Paulo*, 01 jun. 1985
- Jornal *Repórter*, n. 37, jan. 1981

2. Acervos consultados

- Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)

- Arquivo Nacional – acervo digital
- Arquivo Público de São Paulo
- Biblioteca da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP)
- Centro Académico de la Memoria de Nuestra América (CAMENA)

3. Entrevistas

Entrevista com Cecília Riquelme, realizada em 02 de agosto de 2018. Limache, Chile.

Entrevista com Cristina Calixto, realizada em 19 de dezembro de 2019. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Maria Teresa Aarão, realizada em 19 de março de 2020. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Marisa Fernandes (questionário enviado por *e-mail*), realizada em 5 de abril de 2020. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Míriam Martinho, realizada em 10 de maio de 2020. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Rosângela Castro, realizada em 28 de janeiro de 2020. Rio de Janeiro, Brasil.

Entrevista com Rita Quadros, realizada em 15 de janeiro de 2020. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Rose Abreu, realizada em 16 de dezembro de 2019. Campinas, Brasil.

Entrevista com Yone Lindgren, realizada em 27 de abril de 2020. São Paulo, Brasil.

Entrevista com Yan María Yaoyólotl Castro, realizada em 11 de dezembro de 2018. Cidade do México, México.

BIBLIOGRAFIA

ALLEN, Jeffner (ed.). **Lesbian philosophies and cultures**. Nova York: State University of New York Press, 1990.

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. “Não somos mulheres gays: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras”. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 1, 2º sem. 2008, p. 225-249. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30947>. Acesso em: 20 mai. 2019.

ALMEIDA, Juniele Rebêlo de (org.). **História oral e movimento social: narrativas públicas**. São Paulo, Letra e Voz, 2016.

ALVARADO, Emma A. Chacón. **Una memoria histórica del movimiento lésbico en Costa Rica de 1970 al 2014**. San José: FCM; Colectiva IrreversibLes, 2015. Disponível em: <https://www.fc mujeres.org/wp-content/uploads/2017/03/Una-memoria-histo%CC%81rica-del-Mov-Le%CC%81sbico-en-Costa-Rica-de-1970-al-2015.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2020.

ALVAREZ, Sonia. **Engendering democracy in Brazil: women’s movements in transition politics**. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

ALVAREZ, Sonia. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, 2016, p. 13-56. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645074>. Acesso em: 7 out. 2020.

ALVAREZ, Sonia *et al.* “Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.11, n. 2, jul.-dez. 2003, p. 541-575. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19138.pdf>. Acesso em: 16 set. 2020.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BACCHETTA, Paola. Recalibrando o “universo queer” transnacional: posicionalidades-identitárias lésbicas e “lésbicas” em Deli nos anos 80. **Novos Olhares Sociais**, v. 2, n. 2, 2019, p. 172-208. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/ojs/index.php/novosolharessociais/article/viewFile/488/232>. Acesso em: 17 set. 2020.

BACCI, Irina. **Vozes lésbicas no Brasil: a busca e o sentido da cidadania LGBT**. 2016. 117f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BORREN, Sylvia. Lesbian organizations in Latin America. In: ILGA. **Second ILGA Pink Book: A Global View of Lesbian and Gay Oppression and Liberation**. Utrecht: Interfacultaire Werkgroep Homostudies, Rijksuniversiteit Utrecht, 1988, p. 67-76.

BRANDÃO, Ana Maria. “Da sodomita à lésbica: o gênero nas representações do homoerotismo feminino”. **Análise Social** [online], v. 45, n. 195, 2010, p. 307-327. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n195/n195a04.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II.** Brasília: CNV, 2014. 416p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRITO, Alexandre. **O Lampião da Esquina: uma voz homossexual no Brasil em tempos de fúria (1978-1981).** 2016. 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

BUZAID, Alfredo. **Em defesa da moral e dos bons costumes.** Brasília: Ministério da Justiça, 1970.

CABRAL, Jacqueline. “Imorais e subversivos: censura a LGBTs durante a ditadura militar no Brasil”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 4, nov. 2015-abr. 2016, p. 127-150. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/15428>. Acesso em: 15 mai. 2020.

CAETANO, Márcio *et al* (orgs.). **Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI brasileiro (1978-2008).** Tubarão: Copiart; Rio Grande: FURG, 2018.

CAMPOS, Núbia Carla. **A lesbianidade como resistência: a trajetória dos movimentos de lésbicas no Brasil – 1979-2001.** 2014. 177f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa feminista brasileira pós-1974.** 2004. 132f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CAROCHA, Maika. “A censura musical durante o regime militar (1964-1985)”. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 44, 2006, p. 189-211. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/7940/5584>. Acessado em 15/09/2019.

CLARKE, Cheryl. Lesbianismo: un acto de resistencia. In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos.** Tradução de Ana Castillo e Norma Alarcón. São Francisco: Ism Press, 1988, p. 99-108.

COLLING, Ana Maria. “50 anos da ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero”. **Opsis**, Catalão, v. 15, n. 2, 2015, p. 370-383. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33836>. Acesso em: 20 out. 2019.

COSTA, Maria Isabel Sanches. “Política de saúde-política de segurança: Manicômio Judiciário, entre o hospital e a prisão”. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano II, n. 5, outubro de 2017, p. 144-160. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/05/artigo_11.php. Acesso em: 25 set. 2020.

COUTO, Rita Cristina Carvalho de Medeiros. **Nos corredores do Pinel: eugenia e psiquiatria.** 1999. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

COWAN, Benjamin. **Securing sex: morality and repression in the making of Cold War Brazil.** Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2016.

CRESPO-KEBLER, Elizabeth. “Las ‘buenas amigas’”. **Centro Journal**, v. 30, n. 2, verão de 2018, p. 378-405. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328552554_Las_buenas_amigas. Acessado em: 01 out. 2020.

CUNHA, Maria Clementina. **O espelho do mundo** - Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.) **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 120-139.

_____. “Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe”. Disponível em: http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf. Acessado em: 10 ago. 2020.

_____. “El lesbianismo feminista: una propuesta política transformadora”. **La haine** [online], 16 jun. 2017. Disponível em: https://www.lahaine.org/mm_ss_est_esp.php/el_lesbianismo_feminista_una_propuesta_p. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha lésbica y en la frontera, 2013.

DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. “Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993)”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, jan./abr. 2012, p. 133-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a08v20n1.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2020.

DANIELI NETO, Mário; STEFFENS, Marcelo; ROVAI, Marta (orgs.). **Narrativas sobre tempos sombrios: ditadura civil-militar no Brasil**. São Paulo: Letra e voz: 2017.

D'ARAUJO, Maria Celina. et al. (org.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAVIS, Madeline; KENNEDY, Elizabeth Lapovsky. Oral history and the study of sexuality in the lesbian community: Buffalo, New York, 1950-1960. In: DUBERMAN, Martin; VICINUS, Marta; CHAUNCEY JR., George (eds.). **Hidden from history: reclaiming the gay and lesbian past**. Nova York: Meridian, 1989, p. 426-440.

DELLAMORE, C.; AMATO, G.; BATISTA, N. (orgs.). **A ditadura aconteceu aqui: a história oral e as memórias do regime militar brasileiro**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

DEL PIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PORTO, Fabíola Brigante. “[A luta pela Anistia no regime militar brasileiro: A constituição da sociedade civil e a construção da cidadania](#)”. **Revista Perseu**: história, memória e política, São Paulo, n. 3, ano 3, 2009, p. 43-72. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/169/132>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ELLIS, Havelock. **Studies in the Psychology of Sex: Sexual Inversion**. Filadélfia: F. A. Davis Company, 1915 [1897], 2 v.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. “Cuatro hipótesis y dos disputas para pensar el movimiento de lesbianas en América Latina”. Disponível em: <https://www.caladona.org/grups/uploads/2010/09/cuatro-hipotesis-y-dos-disputas-para-pensar-el-mov-de-lesbianas-en-america-latina-yuderkys-espinoza.pdf>. Acessado em 12/10/2019.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 79-127. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. “Sopa de letrinhas”? **Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina; SIMÕES, Júlio. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FADERMAN, Lillian. **Surpassing the love of men**: romantic friendship and love between women from the Renaissance to the present. New York: Quill, 1981.

FALQUET, Jules. **De la cama a la calle**: perspectivas teóricas lésbico-feministas. Bogotá: Brecha Lésbica, 2006.

_____. “Romper o tabu da heterossexualidade: contribuições da lesbianidade como movimento social e teoria política”. Trad. Renato Aguiar. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano IV, n. 5, dezembro/2012, p. 8-31.

FERREIRA, Luciano. “Os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e a sua implementação no Brasil”. **Novatio Iuris** [online], v. 4, n. 2, ago.-dez. 2012, p. 21-33. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/handle/1/5260>. Acesso em: 20 ago. 2020.

FERREIRA, Vivian Carla Garcia. **Infames “Marias”**: prontuários de mulheres do Manicômio Judiciário do Estado de São Paulo (1897-1952). 2020. 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar.” **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 29-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2020.

FIOCCHETTO, Rosana. **La amante celeste**: la destrucción científica de la lesbiana. Madrid: Horas y Horas, 1987, p. 1. Tradução de LIS - Lesbianas Independientes Feministas Socialistas. Disponível em: <http://www.caladona.org/wp-content/pujats/2017/09/rosanna-fiocchetto-la-amante-celeste-cap-1-2-3-y-5.pdf>. Acesso em: 03 set. 2020.

FONTELES DUARTE, Ana Rita. “Gênero e comportamento a serviço da ditadura militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra”. **Diálogos**, v. 18, n.1, jan.-abr. 2014, p. 75-92. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35946>. Acesso em 20 set. 2019.

_____. **Memórias em disputa e jogos de gênero: o Movimento Feminino pela Anistia no Ceará (1976-1979)**. 2009. 232f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GIMENO, Beatriz. **La construcción de la lesbiana perversa**. Visibilidad y representación de las lesbianas en los medios de comunicación. El caso Dolores Vázquez - Wanninkhof. Barcelona: Editorial Gedisa, 2008.

GREEN, James et al. **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. “‘Mais amor e mais tesão’: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 15, 2005, p. 271-295. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635596>. Acesso em: 18 jun. 2020.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

GRINNELL, Lucinda. “**Lesbianas Presente**”: Lesbian Activism, Transnational Alliances, and the State in Mexico City, 1968-1991. 2013. 247f. Tese (Doutorado em Filosofia da História) – University of New Mexico, 2013.

HALBERSTAM, Judith. **Female masculinity**. Durham; London: Duke University Press, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HINOJOSA, Claudia. “Gritos y susurros: una historia sobre la presencia pública de lesbianas feministas”. **Desacatos**, Cidade do México, n. 6, primavera-verão de 2001, p. 177-186. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/1214/1062>. Acesso em: 17 ago. 2020.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde (1960/1970)**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

HOWES, Robert. “João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil”. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 289-313. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/acl/article/view/2516>. Acesso em: 23 set. 2020.

KRAFFT-EBING, Richard von. **Psycopathia Sexualis**. Tradução de J. F. Rebman. Nova York: Rebman Company, 1906 [1886].

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2018.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda**: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2001.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues. “Safo de Lesbos: ícone lésbico?”. In: 11º Seminário Internacional Fazendo Gênero & 13th Women’s Worlds Congress, 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2018, p. 1-8. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503336042_ARQUIVO_Texto_completo_MM_FG_letticiabrl.pdf. Acesso em: 15 jul. 2020.

LENZI, Maria Helena; SILVA, Joseli Maria. ‘Faço de Conta que Eu Não Existo e Você Faz de Conta que Não Me Vê’: Geografias Lésbicas na Ditadura Militar em Florianópolis – SC, Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, 2018, p. 114-152. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rflagg>. Acesso em: 03 set. 2020.

LESSA, Patrícia. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil, 1979-2006). 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. “Visibilidade e ação lesbiana na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-Feminista e do Boletim Chanacomchana”. **Revista Gênero**, Niterói, v. 8, n. 2, 1º sem. 2008, p. 301-333. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30925/18014>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MAIA, C. **Entre armários e caixas postais**: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira. 2017. 198f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. “A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 203-220, 1997. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881997000200011. Acesso em: 01 set. 2020.

MACRAE, Edward. **A construção social da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MARCELINO, Douglas. **Subversivos e pornográficos**: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARTINHO, Míriam. “19 de agosto: há 37 anos, o GALF realizava a primeira manifestação lésbica contra a discriminação no Brasil”. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/08/19-de-agosto-ha-36-anos-o-galf-invadia-o-ferros-bar.html>. Acesso em: 15 out. 2020.

_____. “Agosto com orgulho: os primórdios da organização lesbiana no Brasil”. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2012/08/agosto-com-orgulho-os-primordios-da.html>. Acesso em: 10 nov. 2020.

_____. “**Memória Lesbiana**: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil”. 2019. Disponível em: <http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. “Meus anos sob o regime militar e o surgimento do movimento homossexual no Brasil”. 2014. Disponível em: <http://http://www.umoutroolhar.com.br/2014/03/meus-anos-sob-o-regime-militar-e-o.html>. Acesso em: 01 set. 2020.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018.

MELLO, Adriana Ramos de (org.). **Seminário 30 anos da Carta das Mulheres aos Constituintes**. Rio de Janeiro: EMERJ, 2018.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. In: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa; CORREAL, Diana Gómez; MUÑOZ, Karina Ochoa (eds.). **Tejiendo de otro modo**: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 309-324.

_____. **Escritos de una lesbiana oscura**: reflexiones críticas sobre feminismo y política de identidad en América Latina. Buenos Aires: *en la frontera*, 2007.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre**: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina. Ciudad de México: Plaza y Valdés, 2000.

MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana. **Esta puente, mi espalda**: voces de mujeres tercermundistas en Estados Unidos. Tradução de Ana Castillo e Norma Alarcón. São Francisco: Ism Press, 1988.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **Coração civil**: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). São Paulo: Intermeios, 2017.

NAVARRO-SWAIN, Tânia. **O que é lesbianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OCANHA, Rafael Freitas. “**Amor, feijão, abaixo camburão**”: imprensa, violência e *trottoir* em São Paulo (1979-1983). 2014. 217f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Adriana Vidal. **A Constituição da Mulher Brasileira**: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. 2012. 465f. Tese (Doutorado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

OLIVEIRA, Júlia Glaciela da Silva. **Militância ou profissionalização de gênero?** Um estudo comparativo na imprensa feminista do Brasil, da Argentina e do Chile (1981-1996). 2019. 333f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

OLIVEIRA, Luana Farias. “Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à ditadura militar no Brasil”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, 2017, p. 6-19. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/21694>. Acesso em: 19 de ago. 2019.

PACHECO E SILVA, Antonio Carlos. **Hippies, Drogas, Sexo, Poluição**. São Paulo: Martins, 1973.

PEDRO, Joana; VERAS, Elias. “Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil”. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n.13, set./dez. 2014, pp. 90-109. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 20 set. 2019.

PERES, Milena; SOARES, Suane; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 a 2017**. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

PERÉT, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERLATTO, Fernando. “As disputas políticas e a Constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias”. **Ler História** [online], n. 75, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/5588>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PINAFI, Tânia. **Militante... Já viu né?** A homofobia nos processos de subjetivação dos militantes do Movimento LGB. 2011. 179 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PINEDO, Esther. **Reconstrucción de las memorias colectivas de los grupos de lesbianas feministas de Lima en el periodo 1984-2014**. 2017. 164f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Gênero) – Pontificia Universidad Católica del Perú, San Miguel, 2017.

POLLAK, Michael. “Memória e identidade social”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-215. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acessado em: 09 set. 2020.

_____. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 09 set. 2020.

PONTES, Heloisa André. **Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas**. 1986. 274f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAGO, Margareth. “Foucault, os feminismos e o paradoxo dos direitos”. **Doispontos**, Curitiba, São Carlos, v. 14, n. 1, p. 229-241, abril de 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/56548/34033>. Acesso em: 01 nov. 2020.

_____. “O corpo exótico, espetáculo da diferença”. **Labrys** [online], v. 13, jan.-jun. 2008, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys13/perspectivas/marga.htm>. Acesso em: 01 set. 2020.

_____. “Os feminismos no Brasil: dos ‘anos de chumbo’ à era global”. **Revista Labrys**, n. 3, jan.-jul. 2003, s/p. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/marga1.htm>. Acesso em: 01 out. 2020.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENDI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

RESTREPO, Alejandra; BUSTAMANTE, Ximena. **Encuentros Feministas Latinoamericanos y del Caribe: apuntes para una historia en movimiento**. Cidade do México: Comité Impulsor del XI Encuentro Feminista, 2009.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. Trad. Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas**, n. 05, 2010, p. 17-44. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742>. Acessado em 19/08/2019.

_____. **Sobre mentiras, secretos y silencios**. Barcelona: Icaria, 1983.

RIQUELME, Cecilia. “Apuntes para la historia del Movimiento Lésbico en América Latina”. 2014. Disponível em: http://www.archivochile.com/Mov_sociales/mov_mujeres/doc_muj_otros/MSdocmujotros0015.pdf. Acesso em: 19 jul. 2020.

ROBLES, Victor. **Bandera Hueca: historia del movimiento homosexual de Chile**. Santiago: Editorial Arcis; Editorial Cuarto Propio, 2008.

ROCHA, Antônio Sérgio. “Genealogia da Constituinte: do autoritarismo à redemocratização”. **Lua Nova**, São Paulo, n. 88, 2003, p. 29-87. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n88/a04n88.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. **De Daniele a Chrysóstomo: quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. 2013. 371f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

ROSA, María Laura. “Alicia D’Amico. Exploraciones sobre el deseo lésbico a través de la fotografía”. **Anales de Historia del Arte**, n. 28, 2018, p. 297-314. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329401377_Alicia_D'Amico_Exploraciones_sobre_el_deseo_lesbico_a_traves_de_la_fotografia. Acesso em: 03 nov. 2020.

_____. “Transgrediendo los géneros. Activismos, performances y contracultura en la Buenos Aires de la posdictadura”. **Artelogie: recherche sur les arts, le patrimoine et la littérature de l’Amérique latine**, n. 8, 2016, s/p. Disponível em: <https://journals.openedition.org/artelogie/638>. Acesso em: 05 out. 2020.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **História oral e história das mulheres: rompendo silenciamento**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

RUBIN, Gayle. Of catamites and kings: reflections on butch, gender, and boundaries. In: NESTLE, Joan (Org.). **The persistent desire: a femme-butcht reader**. Boston, EUA: Alyson Publications, 1992, p. 466-482.

_____. Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David (eds.). **The Lesbian and Gay Studies Reader**. Nova York: Routledge, 1993, p. 143-178.

SAKAGUCHI, Douglas; MARCOLAN, João Fernando. “A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar”. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 29, n. 4, jul.-ago. 2016, p. 476-481. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201600065>. Acesso em: 13 set. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Relatório. Tomo I. Parte II – Grupos sociais e movimentos perseguidos ou atingidos pela ditadura**. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2015, p. 1217-1228. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap8.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

SAUNDERS, Tania. “Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária”. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, maio-out. 2017, p. 102-116. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275/14304>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SELEM, Maria Célia Orlato. **A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbica**. 2007. 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

_____. **Políticas e poéticas feministas: imagens em movimento sob a ótica das mulheres latino-americanas**. 2013. 320f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SHATS, Ilán. **Identidad colectiva y marginación en oposición a la dictadura chilena: Ayquelén y Las Yeguas del Apocalipsis**. 2015. 112f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidad de Chile, Santiago, 2015.

SILVA, Salete Maria da. **A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição federal de 1988**. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em

Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Zuleide Paiva da. “**Sapatão não é bagunça**”: estudo das organizações lésbicas da Bahia. 2016. 382 f. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SILVEIRA-BARBOSA, Paula Évelyn. **Trajatória da Imprensa Lésbica no Brasil (1981-1995)**: uma história possível para (re)-pensar o jornalismo. 2019. 307f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.

SIMONETTO, Patricio. “Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil Chile, Colombia y México (1967-1982)”. **Iberoamericana**, ano 17, n. 65, jul. 2017, p. 157-177. Disponível em: <https://journals.iai.spk-berlin.de/index.php/iberoamericana/article/view/2096>. Acesso em: 18 mar. 2020.

SOARES, Gilberta; COSTA, Jussara. “Movimento lésbico e movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros”. **Labrys**, julho/dezembro de 2012. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/gilberta%20jussara.htm>. Acesso em: 15 set. 2018.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 281-300. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882007000200015>. Acesso em: 13 out. 2019.

STERNBACH, Nancy Saporta et al. “Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1994, p. 255-295. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16213>. Acesso em: 25 set. 2020.

STREITMATTER, Rodger. **Unspeakable: the rise of the gay and lesbian press in America**. Boston: Faber and Faber, 1995.

TARDUCCI, Mónica. “El feminismo de los primeros años de la democracia”. **Brujas**, n. 38, 2012, s/p. Disponível em: https://www.academia.edu/8136329/EL_FEMINISMO_DE_LOS_PRIMEROS_A%C3%91OS_DE_LA_DEMOCRACIA. Acesso em: 03 nov. 2020.

TARELOW, Gustavo. **Antonio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898-1988)**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. “A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], n. 39, 1992, p. 9-23. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70497>. Acesso em: 9 jan. 2021.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Tradução de Javier Sáez e Paco Vidarte. Barcelona: Egales, 2006.

WITT, Jan. “A ‘labor from the heart’: lesbian magazines from 1947-1994”. **Journal of Lesbian Studies**, v. 5, n. 1-2, 2001, p. 229-251. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J155v05n01_15. Acesso em: 10 jul. 2020.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair (orgs.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019.